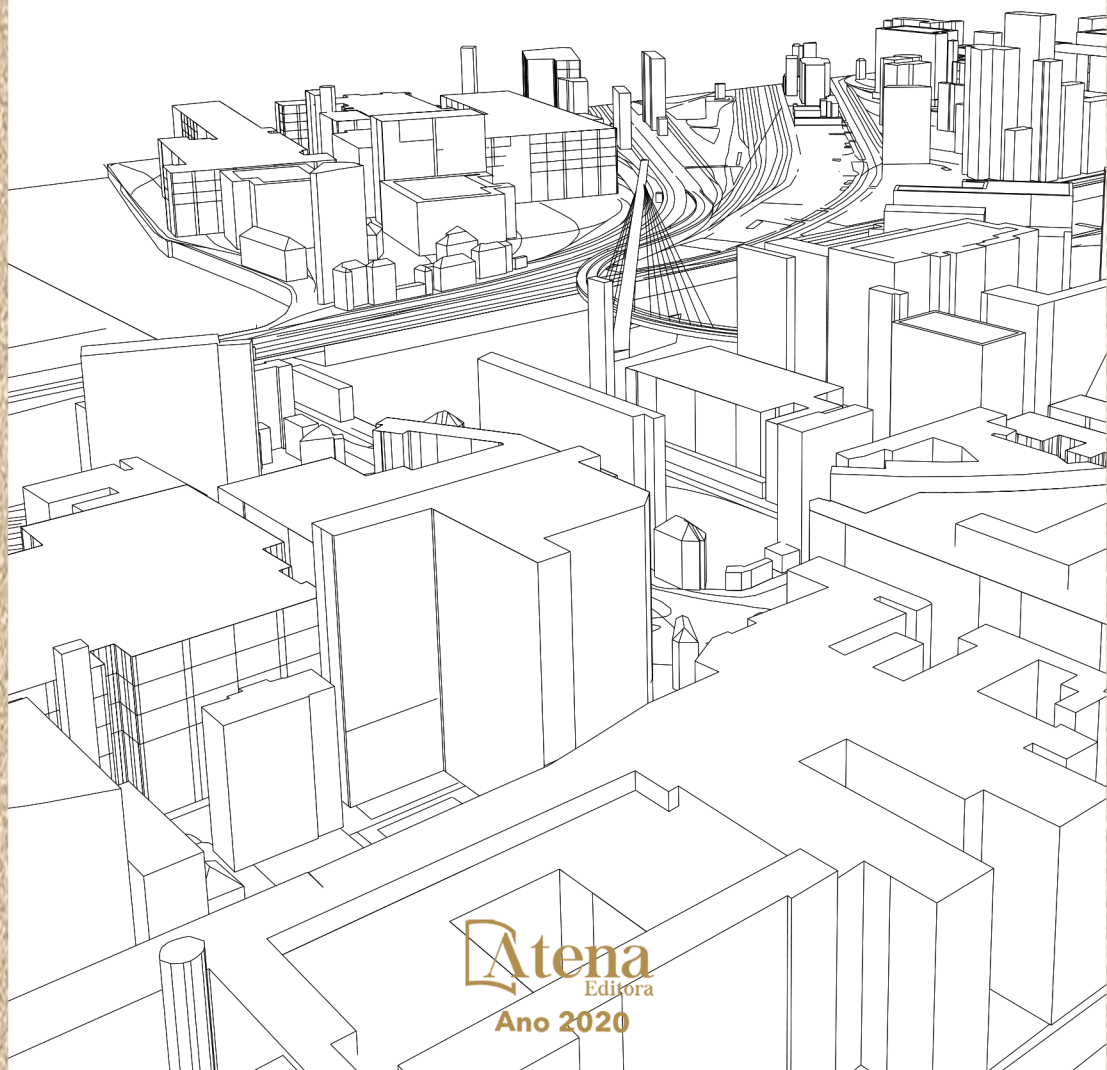


Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

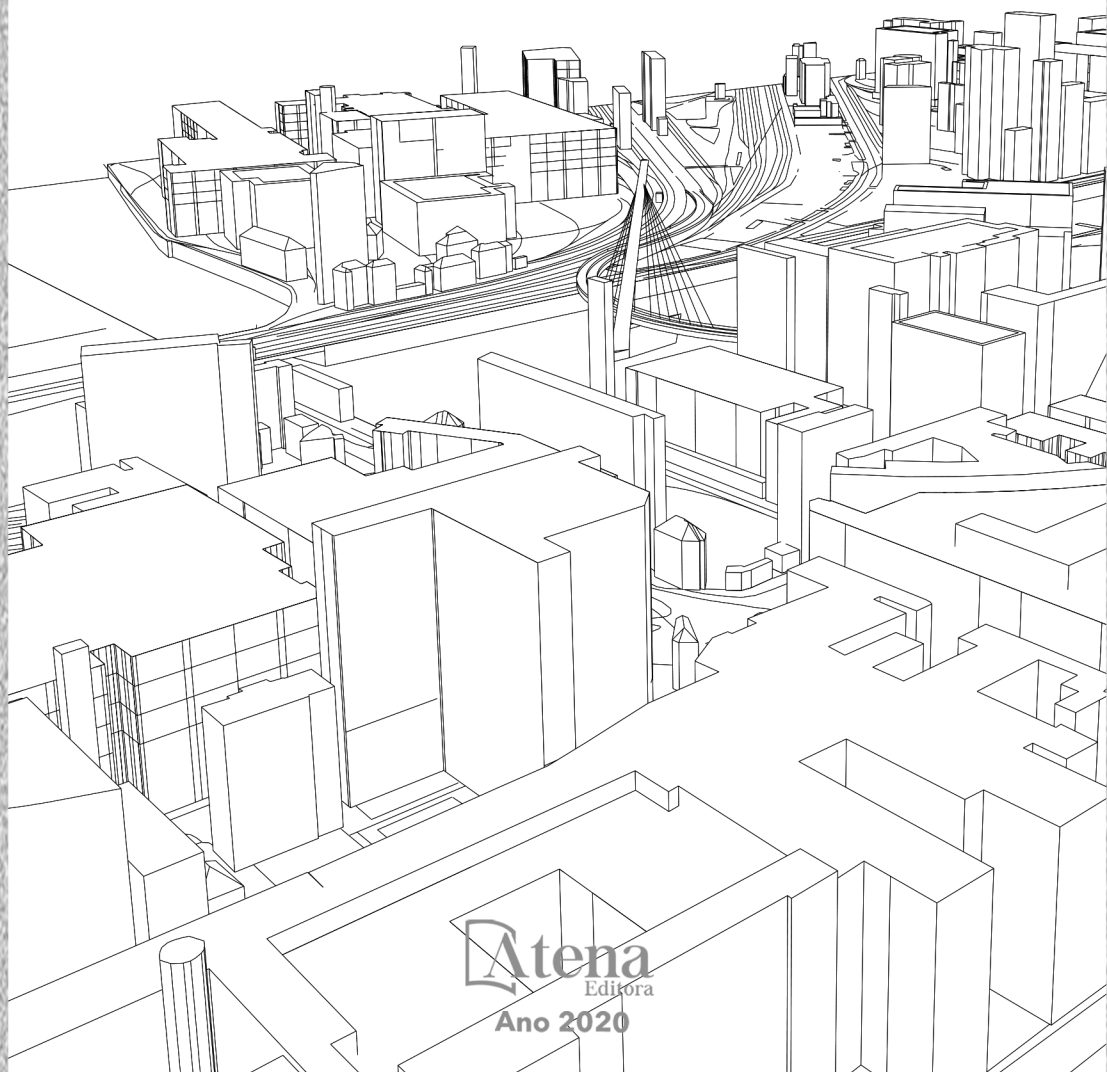
Arquitetura e Urbanismo: Soluções Precedentes e Aplicáveis a Problemas Atuais



Atena
Editora
Ano 2020

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Soluções Precedentes e Aplicáveis a Problemas Atuais



Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Arquitetura e urbanismo: soluções precedentes e aplicáveis a problemas atuais

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Jeanine Mafra Migliorini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: soluções precedentes e aplicáveis a problemas atuais / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-603-4

DOI 10.22533/at.ed.034200312

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra (Organizadora). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

A história é testemunha do tempo, deixa registros que nos ajudam a compreender o passado, o homem como agente transformador do mundo, como dizia o orador romano Cícero: a história é a ‘mestra da vida’. A arquitetura é uma forma de registro dessa história, e por isso sua preservação é imprescindível para termos as referências e construir um futuro sólido. Manter essas referências arquitetônicas na paisagem urbana nem sempre é fácil, são vários fatores que pressionam a constante renovação do espaço e suas edificações, e por isso é tão importante a discussão acerca da preservação do patrimônio edificado, seus conceitos, sua aplicação, suas técnicas. Essas discussões são apresentadas no livro, tanto teóricas quanto práticas, e nos levam à reflexão acerca desse espaço já vivido e do que faremos a seguir.

Percebendo esse passado como um referencial chegamos ao debate sobre o que fazer do presente e como chegaremos à um futuro com qualidade espacial e ambiental. Seguindo essa linha de raciocínio percebemos a relevância do estudo e aplicação de novas tecnologias na arquitetura, os textos nos mostram que já existem materiais e técnicas aplicáveis e viáveis para o uso nas edificações.

Ainda com o passado como referência chegamos ao certame sobre nossas cidades, o espaço comum, da vivência coletiva, que sofre constantes transformações e nem sempre atende a todos de forma igualitária e unânime. Percebemos uma tendência em se pensar as cidades para a escala humana, para a diversidade que nela ecoa, para ser percebida e vivida de maneira plena por todos.

Discutir arquitetura é perpassar por diferentes escalas, ambientes, sempre em busca da produção de um espaço qualitativo tanto na sua concretização quanto na sua vivência.

Boa leitura e muitas reflexões!

Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ASPECTOS CONCEITUAIS DA INTERVENÇÃO URBANA EM CENTROS HISTÓRICOS BRASILEIROS	
Sofia Maria Neves Vandenberghe	
Vânia Maria Faria Floriano de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.0342003121	
CAPÍTULO 2	18
SUSTENTABILIDADE NO PATRIMÔNIO HISTÓRICO: ESTUDO DO VIÉS SUSTENTÁVEL NAS VERTENTES ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL	
Jonas Tadeu Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.0342003122	
CAPÍTULO 3	26
REMANESCÊNCIA DE RESIDÊNCIAS HISTÓRICAS EM VÁRZEA GRANDE, MATO GROSSO	
Priscilla Tábida Silva Enoré	
DOI 10.22533/at.ed.0342003123	
CAPÍTULO 4	40
PERMANÊNCIAS E RUPTURAS NA TRAMA EDIFICADA PELA FÁBRICA TÊXTIL “NORTE ALAGOAS” NA CIDADE DE MACEIÓ-AL	
Mônica Peixoto Vianna	
Beatriz Rodrigues Simões Gomes	
Gabriela Marinho da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0342003124	
CAPÍTULO 5	53
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EM PÁTIOS FERROVIÁRIOS: REVITALIZAÇÃO E REABILITAÇÃO DA USINA DE CREOSOTAGEM EM JUIZ DE FORA	
Jonas Tadeu Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.0342003125	
CAPÍTULO 6	65
TECNOLOGIA CONSTRUTIVA INOVADORA	
Maria Inês Marques da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.0342003126	
CAPÍTULO 7	79
JARDIM VERTICAL DE FELTRO AUTOMOTIVO: UMA SOLUÇÃO SUSTENTÁVEL E ACESSÍVEL PARA ESSA ESTRATÉGIA BIOCLIMÁTICA	
Luciana Rocha Ribeiro	
Minéia Johann Scherer	
Marcelo Antonio Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.0342003127	

CAPÍTULO 8.....	94
CANTEIRO ABERTO CANTO DO URUTAU: OCUPAÇÃO E RECUPERAÇÃO PÓS-ATIVIDADE MINERADORA EM ÁGUAS DA PRATA, SÃO PAULO	
Renata do Carmo Mota Alves	
Rosana Soares Bertocco Parisi	
DOI 10.22533/at.ed.0342003128	
CAPÍTULO 9.....	110
DIREITO A CIDADE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM UM MUNICÍPIO DO OESTE DE SANTA CATARINA	
Claudio Luiz Orço	
Elizandra Iop	
Simone Comin	
DOI 10.22533/at.ed.0342003129	
CAPÍTULO 10.....	126
A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS POLÍTICAS LOCAIS ANTE A DESIGUALDADE HISTÓRICA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)	
Jasmine Andrade Sanz	
DOI 10.22533/at.ed.03420031210	
CAPÍTULO 11.....	143
SER PEDESTRE E TRANSEUNTE EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: O FLANAR NO CENTRO	
Maiany Manhães Gonçalves Neto	
Jussara Freire	
DOI 10.22533/at.ed.03420031211	
CAPÍTULO 12.....	160
ADMINISTRAÇÃO HIPERCONCENTRADA, GOVERNANÇA E OS TERRITÓRIOS METROPOLITANOS BRASILEIROS: O CASO DO RIO DE JANEIRO	
Mauro Kleiman	
DOI 10.22533/at.ed.03420031212	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	172
ÍNDICE REMISSIVO.....	173

CAPÍTULO 1

ASPECTOS CONCEITUAIS DA INTERVENÇÃO URBANA EM CENTROS HISTÓRICOS BRASILEIROS

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 03/09/2020

Sofia Maria Neves Vandenberghe

Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Goiânia - GO, Brasil,
<http://lattes.cnpq.br/6234047116718600>.

Vânia Maria Faria Floriano de Carvalho

Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Goiânia - GO, Brasil,
<http://lattes.cnpq.br/4073194235122836>.

RESUMO: O núcleo gravitacional das cidades, ou seja, seus centros históricos carregam um simbolismo muito forte. São funções principais/oficiais que há milênios são dispostas nas partes mais centrais das cidades trazendo em si história, narrativas e vidas. Atualmente, mudanças aceleradas nos campos sociais, políticos e econômicos clamam pela necessidade de mudanças espaciais. Como essas mudanças estão sendo realizadas nos centros históricos brasileiros? Quais as soluções empregadas pelo Programa Monumenta e outros planos governamentais na intervenção desses espaços? Quais são os resultados das intervenções? Essas transformações no espaço, a partir de intervenções urbanas, muitas vezes comprometem características particulares locais, indicadoras do Patrimônio e da Identidade Cultural dos centros históricos brasileiros. Em vista disso, busca-se refletir sobre a atuação do Programa Monumenta (Programa

de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano) e de outros planos governamentais em quatro cidades históricas brasileiras: Ouro Preto (MG), Salvador (BA), São Francisco do Sul (SC) e Porto Alegre (RS). Essa análise ressalta a necessidade de uma reformulação e reconfiguração dos referenciais teóricos que olhem para a realidade brasileira e suas particularidades, sem perder de vista a preservação simbólica e identitária dessas áreas. Questiona-se, assim, os papéis exercidos nas intervenções das cidades supracitadas e de que maneira a população local teve participação efetiva nas soluções adotadas. Paralelamente a revisão do referencial teórico adotado e do breve histórico das cidades analisadas, são apresentados quadros comparativos retratando as intenções e resultados dessas intervenções. Procura-se, com esta metodologia, resultar no exercício de reflexão das práticas de intervenção nos centros históricos brasileiros com apoio da fundamentação conceitual relacionada aos novos paradigmas.

PALAVRAS - CHAVE: Centros históricos brasileiros. Intervenções urbanas. Patrimônio histórico.

CONCEPTUAL ASPECTS OF URBAN INTERVENTION IN BRAZILIAN HISTORICAL CENTERS

ABSTRACT: The gravitational nucleus of cities, that is, their historical centers carry a very strong symbolism. They are main / official functions that for millennia have been arranged in the most central parts of cities bringing history, narratives and lives. Today, rapid changes in the social, political and economic fields call for the need for

spatial change. How are these changes being made in Brazilian historical centers? What are the solutions employed by the Monumenta Program and other government plans to intervene in these spaces? What are the results of interventions? These transformations in space, based on urban interventions, often compromise particular local characteristics, indicating the heritage and cultural identity of Brazilian historical centers. In view of this, we seek to reflect on the work of the Monumenta Program (Urban Historical Heritage Preservation Program) and other governmental plans in four Brazilian historical cities: Ouro Preto (MG), Salvador (BA), Sao Francisco do Sul (SC) and Porto Alegre (RS). This analysis highlights the need for a reformulation and reconfiguration of the theoretical references that look at the Brazilian reality and its particularities, without losing sight of the symbolic and identity preservation of these areas. It thus questions the roles played in the interventions of the mentioned cities and how the local population had an effective participation in the adopted solutions. In parallel to the revision of the adopted theoretical framework, and a brief historical research of the cities analyzed, comparative tables will be presented depicting the intentions and results of these interventions. The aim of this methodology is to result in the exercise of reflection on intervention practices in Brazilian historical centers with the support of the conceptual foundation related to new paradigms.

KEYWORDS: Brazilian historical centers. Urban interventions. Historical patrimony.

1 | INTRODUÇÃO

Desde sua origem, há 3.500 anos a.C. na Mesopotâmia, as cidades representam a cultura de um povo e suas formas de poder. Muitas configurações urbanas estão pautadas em núcleos gravitacionais que fixam uma história e representam a vida urbana daquele determinado espaço/tempo e que hoje tem sido negligenciada pela ordem social econômica capitalista.

Nesse sentido, o artigo contempla a discussão de recentes intervenções no Brasil, destacando as ferramentas utilizadas e os resultados obtidos, além de contribuir na elucidação do Programa Monumenta. Pautado na linha de pesquisa Urbanismo Moderno/Contemporâneo, este texto explora algumas discussões e exemplos de Intervenções Urbanas em centros históricos e analisa os resultados de intervenções urbanas nos setores centrais de Salvador (1991), Porto Alegre (2004), Ouro Preto (2007) e São Francisco do Sul (2010) com suas múltiplas facetas, diagnosticando quais os papéis exercidos por essas intervenções, seus desdobramentos para a população e a economia da cidade. A comparação entre as cidades vislumbra possíveis ações no sentido de amenizar os problemas ambientais, econômicos e sociais que os centros urbanos têm enfrentado nas últimas décadas.

A metodologia se dá a partir de uma revisão bibliográfica, contemplando as principais visões sobre a relevância dos centros históricos e os aspectos sociais/econômicos da cidade. Por meio de quadros comparativos, estabelece-se especificidades de cada uma das intervenções supracitadas, apontado resultados valorativos.

Entre as cidades analisadas, somente Salvador não foi financiada pelo Programa Monumenta. Criado na década de 1990, esse programa foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e é marcado por uma preocupação com a participação da população na busca de significados. A intervenção em Salvador apresentou um longo período (1991-2007), com várias mudanças de planos que exibiam uma linha oposta a alguns aspectos do Monumenta.

2 | A CIDADE: OS CENTROS HISTÓRICOS NA CONTEMPORANEIDADE E NO BRASIL

Nos anos 1950 ocorre uma série de questionamentos sobre o urbanismo modernista. As infraestruturas apresentadas pela Carta de Atenas levavam a uma desconstrução da sociabilidade urbana. E os grupos sociais não se identificavam com as maneiras modernas de configurar o meio urbano, resultando em uma crítica ao racionalismo da época.

Em resposta, o 8º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) reviu os seguintes pontos: estruturalismo formal; arquitetura restrita do edifício utilitário; questionamento do valor plástico não representativo da sociedade contemporânea; distância entre usuário e edifício devido à identidade monumental; privilégio do automóvel em detrimento do pedestre e monotonia da paisagem causada pela modulação e pré-fabricação de muitos elementos urbanos.

Nesse encontro realizado em 1951 na Inglaterra, pensou-se em um modo de intervir nas cidades que daria espaço para a vida social e revigoraria as formas de interação e humanização dos espaços urbanos. Isso seria implementado nos centros cívicos por cinco pontos: conceitual, funcional, dimensional, relacional e formal. Conceitual, pois deveria representar uma liberdade de atividades e manifestação popular; funcional, na medida em que deveria apresentar a função de serviços, de diversão, contemplação e ócio, cuja configuração urbana pudesse gerar usos espontâneos pela população; dimensional, seguindo a proporção da área com a população existente, configurado de maneira monocêntrica ou policêntrica; relacional, por relacionar a arquitetura e as artes de maneira ativa e flexível; formal, tendo o ser humano como princípio, ocupando o papel de protagonista (SILVA, 2010).

Braga (2013, p. 31) adverte que “[...] as cidades contemporâneas se configuram de maneira a parecer descartar o núcleo urbano [...]” e reforça a importância dos centros, pois “[...] tanto a produção do espaço urbano quanto as ações sobre áreas históricas, estão intimamente relacionadas ao esforço de promoção das cidades no mercado mundial”. Esse centro está presente nas nossas configurações contemporâneas de cidade e merece atenção especial.

Há uma comercialização dos centros históricos justificando de forma econômica os incentivos à cultura nesses locais. Potencialmente, o local passa a ser foco de intervenções

que, apesar de buscar a essência histórica das cidades e a valorização do patrimônio histórico, o descaracterizam, produzindo um turismo predatório que reduz a pluralidade da cultura local ao aspecto físico da preservação.

Os aspectos imateriais da preservação são deficientes na maioria das intervenções. As análises apontam uma melhoria física da área e, em contrapartida, o público original é retirado com as mudanças de usos dos edifícios e esquecimentos dos acontecimentos culturais tradicionais, gerando a “gentrificação” do espaço, que agora recebe um público de poder aquisitivo mais elevado e uma falsa impressão de preservação da cultura. Para uma preservação, é necessário que a população local continue habitando o mesmo espaço após as interferências.

O turismo é parte importante da preservação ou a ruína da mesma. Ao visar o lucro no espaço histórico, há uma homogeneização dos cenários urbanos, perdendo características únicas. A retirada da população para implantação de comércios é uma das piores práticas nesse aspecto, gerando um problema habitacional de uma parcela da população que já estava consolidada ao espaço e construía significados importantes na história do centro, além de descaracterizar os usos tradicionais do espaço (BRAGA, 2013).

Vaz (2010) aponta que a inserção de elementos e usuários não pertencentes ao contexto e histórico do centro não colaboram com a variedade cultural do mesmo, a exemplo da polícia, cuja presença acarreta mais insegurança do que a real solução da criminalidade característica desses locais.

A Carta de Atenas, segundo Bonduki (2010), foi rigidamente seguida pelos órgãos nacionais até os anos de 1970, quando foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural (IBPC), que, conjuntamente à descentralização proposta pelo governo, expandiu a noção de patrimônio no Brasil. Essa valorização foi quase extinta no governo Collor (1990-1992), que desmontou seu setor cultural, fechando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e a Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM), além de reduzir intensamente o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).

Após essa desvalorização da cultura, a mudança de postura do governo levou à recuperação desses órgãos e à criação do Programa Monumenta, que trouxe novidades nas ações em relação à preservação do patrimônio histórico, desenvolvendo projetos no âmbito privado, público e urbano. De acordo com Seldin (2015), é possível notar uma série de rupturas através de novos hábitos, novos paradigmas e, conseqüentemente, uma nova configuração espacial que se distancia do planejamento em larga escala, da setorização, do funcionalismo e da monumentalidade modernistas. As novas diretrizes trazem novos olhares e novos usos do espaço degradado. Assim, instala-se uma busca por mudanças.

3.1 HISTÓRIA E TERRITÓRIO DAS INTERVENÇÕES: SALVADOR, OURO PRETO, SÃO FRANCISCO DO SUL E PORTO ALEGRE

As quatro cidades selecionadas para análise (Salvador, Ouro Preto, São Francisco do Sul e Porto Alegre) tiveram intervenções em seus núcleos e são atualmente exemplos de qualidade no território brasileiro. Em três dessas cidades, as intervenções foram financiadas e executadas pelo Monumenta, programa que realizou 300 intervenções em 26 cidades conveniadas com o Ministério da Cultura. Salvador apresenta um quadro diverso das demais, pois teve vários tipos de iniciativas (privadas e públicas) e diretrizes. De cada cidade selecionada, segue um breve histórico, características territoriais e intervenções.

3.1 Cidade de Ouro Preto (MG)

História: A antiga capital mineira se consolida como a Cidade Imperial em 1823. Sua importância histórica se configura principalmente com a exploração do ouro e sua participação na Inconfidência Mineira. E sua decadência é marcada pela retirada de seu título de capital mineira em 1897.

Território: O município tem seu território constituído por 1.245 km² e abriga seis nascentes, com relevo variando de 700 metros a mais de 1.600 metros, o que não favorece as atividades agropecuárias e a expansão urbana.

Dados de intervenção: O núcleo histórico foi tombado no final da década de 1930. Era uma área de grande dimensão abandonada, localizada no centro, que agora pôde ser utilizada pelos usuários.



Imagem 1 – Centro histórico de Ouro Preto

Fonte: Bonduki (2010).



Imagem 2 – Novas paisagens e caminhos do Vale dos Contos

Fonte: Bonduki (2010).



Imagem 3 – Intervenção Vale dos Contos

Fonte: Bonduki (2010).



Imagem 4 – Praça Tiradentes antes da intervenção

Fonte: Bonduki (2010).



Imagem 5 – Revitalização da Praça Tiradentes

Fonte: Bonduki (2010).

A intervenção do ano de 2007 se deu no Horto Botânico e no Vale dos Contos, modificando muito além do uso inexpressivo de uma área verde em um parque público, pois o trânsito de pedestres, feito por uma via exclusiva, cria cenários surpreendentes para moradores e turistas. O local contou com um projeto paisagístico realizado pelo escritório Archi 5. Rico em detalhes, o parque destaca-se entre as intervenções executadas pelo Programa Monumenta (BONDUKI, 2010).

3.2 Cidade de São Francisco do Sul (SC)

História: Surgiu como povoado em 1658. No decorrer dos anos, fatores geográficos favoráveis fizeram do porto um dos mais importantes do Sul do país. A vila passou à categoria de cidade em 1847 devido ao aumento da economia. A facilidade de acesso a produtos e a modelos culturais estrangeiros mudou hábitos e as próprias características do casario histórico, com a substituição da arquitetura tradicional portuguesa pelo ecletismo

européu. Seu centro histórico foi tombado como conjunto urbano em 1986, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A cidade é uma das mais antigas do Brasil.

Território: Possui uma área de 493 km² e, em 2010, atingiu 42.569 habitantes. Está localizada na Baía da Babitonga e possui extensa área de praia.

Dados de Intervenção: A intervenção, através do Programa Monumenta, se deu por intermédio de modificações em torno da orla que gerou melhorias urbanas, resultando em um desenvolvimento econômico local. As intervenções reurbanizaram toda a frente marítima da área preservada, na extensão do Museu Nacional do Mar, até o Museu Histórico, com destaque pelos seus desdobramentos para a cidade, alcançando resultados muito positivos em comparação a várias intervenções do programa (BONDUKI, 2010).

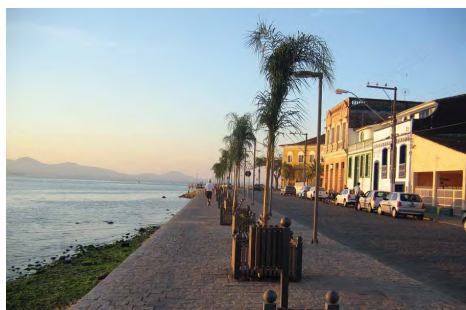


Imagem 6 – Orla histórica de São Francisco do Sul

Fonte: Bonduki (2010).



Imagem 7 – Orla histórica de São Francisco do Sul antes da intervenção

Fonte: Bonduki (2010).

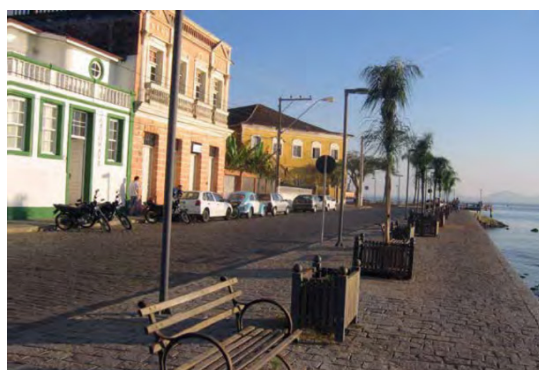


Imagem 8 – Orla histórica São Francisco do Sul pós-intervenção

Fonte: Bonduki (2010).

3.3 Cidade de Porto Alegre (RS)

História: Capital do Rio Grande do Sul, inicia oficialmente em 1772, quando o povoado primitivo foi elevado à condição de freguesia. No século XIX, iniciou seu crescimento, atraindo muitos imigrantes europeus de várias nacionalidades, além de escravos africanos e porções de hispânicos do Prata. Atingiu seu auge no século XX, consolidando sua primazia entre todas as cidades do Rio Grande do Sul. Hoje é uma das maiores capitais do país e com melhor qualidade de vida.

Território: Apresenta área de 496,682 km² e possui uma geografia disforme, através de morros, baixadas e do lago Guaíba, de grande extensão. Atualmente sua população é de 1.409 000 (um milhão quatrocentos e nove habitantes).

Dados de Intervenção: A intervenção reforçou os eixos longitudinal e transversal, interligando a orla do Guaíba e as praças da Alfândega e da Matriz que estruturam o centro. Edifícios do entorno foram restaurados gerando uma gama de ações sobre o patrimônio material e imaterial. Nas praças, houve o resgate das características originais e suas interligações urbanas com a cidade e o rio. As alterações recentes, ao contrário de muitos locais, não foram disfarçadas, pois esses rastros são essenciais para memória urbana. As escavações da murada do porto do século XIX ficaram à mostra, permitindo que moradores e visitantes possam conhecer uma faceta relevante do processo de urbanização da cidade (BONDUKI, 2010).



Imagem 9 – Av. Sepúlveda em Porto Alegre
Fonte: Bonduki (2010).

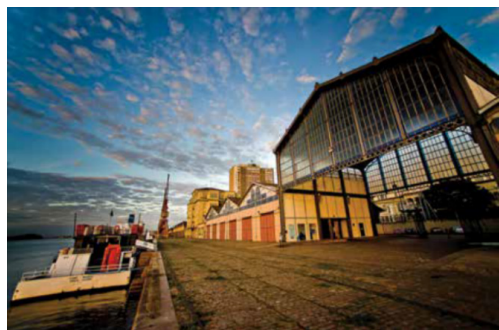


Imagem 10 – Portal da cidade de Porto Alegre pós-intervenção/Alfândega
Fonte: Bonduki (2010).

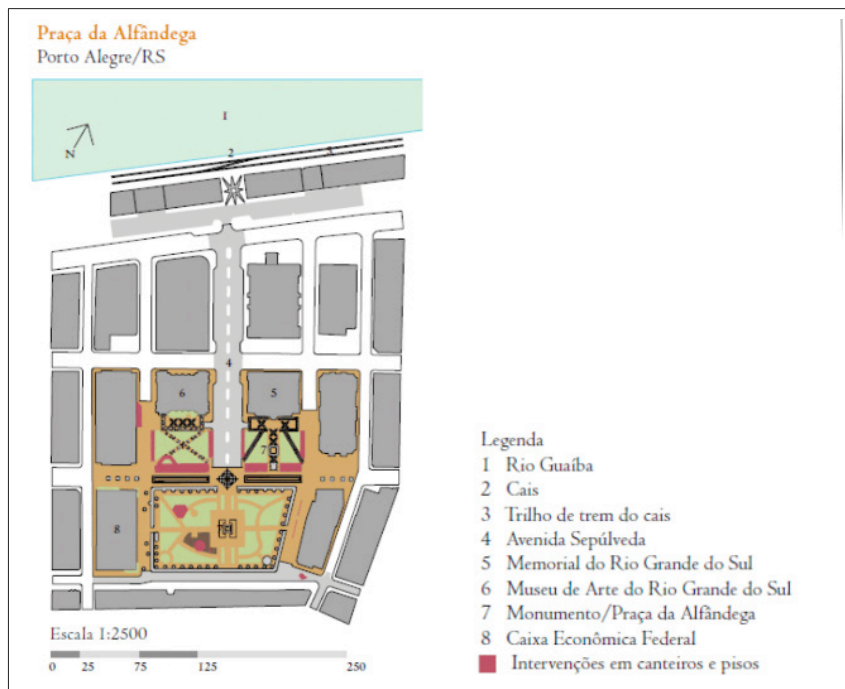


Imagem 11 – Demarcações de Intervenções na Praça da Alfândega - Programa Monumenta
 Fonte: Bonduki (2010)

3.4 Cidade de Salvador (BA)

História: Com sua formação em 1510, Salvador é uma das primeiras cidades do Brasil. Seu núcleo fundador perdeu investimentos quando a cidade expandiu pela orla e novos centros administrativos e comerciais emergiram. Após reconhecimento como Patrimônio da Humanidade, em 1985, o centro passa por intervenções iniciadas na década de 1990.

Território: Cidade com área de 692,818 km² e população de 2. 857 329 pessoas, dispõe de extenso litoral e é um dos principais destinos dos turistas no Brasil.

Dados de Intervenção: No primeiro momento, houve foco maior nas áreas tombadas, mas os programas mais recentes tiveram uma abrangência maior. No estudo atual serão consideradas só as áreas do centro histórico de Salvador. O Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho, criado em 1969, seguindo a linha de intervenção adotada em governos anteriores, buscou acelerar as atividades turísticas do centro histórico e revitalizou as principais vias de acesso. A iniciativa de melhoramento da área tomou características mais assistencialistas na década de 1970, promovendo melhorias na infraestrutura urbana do local e educação da população, mas essa iniciativa fracassou resultando em maior

degradação da área na década de 1980. Posteriormente, o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, iniciado em 1992, trouxe soluções mais ativas e detalhadas em várias vias e edificações do centro.

É possível apontar o deslocamento da população originária para outros locais, abrindo espaços para turistas, comércios e hotéis (mais de quatrocentas edificações envolvidas). Inicialmente, essas intervenções apresentaram resultados positivos para a economia, mas geraram resistência da população, que em parte se opunha a retirar-se da área, paralisando as etapas seguintes previstas pelo programa. Esses conflitos forçaram a busca de novos rumos, atendendo a aspectos sociais e de preservação do patrimônio imaterial (BRAGA, 2013).



Imagem 12 – Largo do Pelourinho

Fonte: Bonduki (2010).



Imagem 13 – Etapa 6 Recuperação de 83 imóveis em Salvador

Fonte: Bonduki (2010).



Imagem 14 – Etapa 4 Recuperação de 183 imóveis em Salvador

Fonte: Bonduki (2010).

4 | OS CENTROS DE ESTUDO: ANALOGIA ENTRE OS NÚCLEOS DE SALVADOR, OURO PRETO, SÃO FRANCISCO DO SUL E PORTO ALEGRE E ORIGENS/PRIORIDADES DOS PROGRAMAS IMPLEMENTADORES

As cidades em análise podem ser divididas em dois tipos, em relação às origens e prioridades dos programas implementados. O primeiro tipo abrange Ouro Preto, São Francisco do Sul e Porto Alegre, que tiveram como base principal de suas intervenções o Programa Monumenta. O segundo inclui Salvador, que começa com uma iniciativa do governo do estado da Bahia voltada para maior lucratividade das atividades promovidas no seu centro histórico, a qual evoluiu para diretrizes com maior preocupação social e patrimonial.

As analogias elaboradas foram dispostas nos quadros a seguir elaborados com base em Braga (2013) e Bonduki (2010).

Tipos	Cidades	PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO	
		Origens	Prioridades
Tipo 1	Ouro Preto	Monumenta: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Restauração, reabilitação e adaptação de monumentos e edifícios históricos; Qualificação e melhorias de espaços públicos e infraestrutura interna; Recuperação de imóveis privados da Área de Projeto e Promoção de atividades econômicas nos núcleos históricos.
Tipo 1	São Francisco do Sul	Monumenta: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	
Tipo 1	Porto Alegre	Monumenta: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	

Tipo 2	Salvador	Governo do Estado da Bahia, CAIXA e Monumenta.	Acréscimo das atividades turísticas, restauração e reestruturação da dinâmica do centro. Preservação do patrimônio material e imaterial e promoção da cultura.
--------	----------	--	--

Quadro 1 – Programas: origens e prioridades

Fonte: Elaborado pela autora com base Braga (2013) e Bonduki (2010).

4.1 Etapas das Intervenções: Divisões, Duração, Objetivos e Participações

Para apresentar as características das intervenções em relação a sua concepção e aplicação, foram selecionados quatro pontos de análise: principais etapas de implantação da intervenção; duração total; objetivos principais de cada etapa e participações (população e profissionais), na concepção, execução ou familiarização dos espaços propostos.

Cidades	ETAPAS DE INTERVENÇÃO			
	Grupos de ações	Duração	Objetivos	Participações
Ouro Preto	Três	2001 - 2007	<ul style="list-style-type: none"> - Novas formas de acesso (revitalização e acréscimo de vias de acesso) - Intervenções no Parque e edificações - Participação da população. 	<ul style="list-style-type: none"> - Programa Monumenta - Arch 5 (grupos de arquitetos internacionais) - População local
São Francisco do Sul	Três	2001 - 2010		<ul style="list-style-type: none"> - Programa Monumenta - População Local
Porto Alegre	Duas	2001 - 2004	<ul style="list-style-type: none"> - Novas formas de acesso (revitalização e acréscimo de vias de acesso) - Intervenções no Parque e edificações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Programa Monumenta - População Local

Salvador	Duas	1991 - 2007	<ul style="list-style-type: none"> - Revitalização de 334 imóveis residenciais e comerciais - Estabilização de imóveis em risco (setenta unidades), consolidação do Espaço Cultural “Pelourinho Noite e Dia”, manutenção infraestrutura e proteção de monumentos e recuperação de edifícios históricos (305 edifícios) 	<ul style="list-style-type: none"> - Financiamento Externo - Iniciativas do Estado - População local
----------	------	-------------	--	---

Quadro 2 – Analogia das intervenções Etapas: Duração, Divisões, Objetivos e Participações

Fonte: Elaborado pela autora com base Braga (2013) e Bonduki (2010).

4.2 A POPULAÇÃO E A INTERVENÇÃO: ACEITAÇÃO, MUDANÇAS E PARTICIPAÇÃO

A partir da análise das etapas das intervenções, foi considerada a participação da população. Ao analisar cada cidade em específico, é possível notar que a população tem um papel crucial para que a intervenção de fato tenha um bom resultado. A aceitação das mudanças propostas e as formas de inclusão da população nessas intervenções contribuíram fortemente para qualidade das mesmas.

Cidades	POPULAÇÃO E A INTERVENÇÃO		
	Aceitação	Mudanças	Participação
Ouro Preto	Problemas com aceitação da população no deslocamento das invasões do Parque.	Algumas das desapropriações previstas do projeto intervenção não foram possíveis de serem concluídas e alguns acréscimos ilegais das edificações próximas também não conseguiram ser retiradas	<ul style="list-style-type: none"> -Oficinas com estudantes -Conversas com a população
São Francisco do Sul	Boa aceitação da população.	Não houve mudanças	<ul style="list-style-type: none"> -Oficinas com estudantes -Conversas com a população
Porto Alegre	Boa aceitação da população	Não houve mudanças	<ul style="list-style-type: none"> -Oficina de qualificação de artesanato resultando em uma feira de amostra de seus trabalhos. -Oficinas com estudantes -Atividades de integração praça da Alfandega e usuários.

Salvador	Problemas com a retirada da população das principais vias do centro histórico.	Contrapropostas da população e paralização da implementação das intervenções. Ação mais social do programa de intervenção nas etapas seguintes	-Participação em eventos de divulgação das melhorias -Mutirões para revitalização de áreas de uso popular -Interação da população e identificação com o processo de intervenção.
----------	--	--	--

Quadro 3 – Analogia das intervenções, população e a intervenção: aceitação, mudanças e participação

Fonte: Elaborado pela autora com base Braga (2013) e Bonduki (2010).

5 | RESULTADOS DAS INTERVENÇÕES: ANALOGIAS DAS INTERVENÇÕES EM RELAÇÃO A IMPACTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS, ARQUITETÔNICOS E URBANÍSTICOS E AMBIENTAIS

Ao analisar a população em relação à intervenção, chega-se mais próximo da visualização dos resultados. Nesta seção são comparadas as intervenções de cada cidade em relação a quatro pontos que obtiveram maiores ações relacionadas: impactos sociais das intervenções para a cidade e proximidades; impactos econômicos das intervenções na cidade e proximidades; impactos na arquitetura e urbanismo existentes no contexto urbano de intervenção; e, por fim, impactos ambientais levando em consideração que as intervenções têm como objetivo a sustentabilidade no meio ambiental e social.

Cidades	RESULTADO DAS INTERVENÇÕES			
	IMPACTOS			
	Sociais	Econômicos	Arquitetônicos e Urbanísticos	Ambientais
Ouro Preto	Melhor uso dos locais pela população, lazer gratuito, maior segurança pública e atividades educativas.	Aumento das atividades turísticas e culturais locais com feiras, amostras e eventos.	Revitalização de edifícios públicos e privados; Revitalização de Praças públicas; Preservação do patrimônio material e imaterial.	Tratamento adequado dos rios urbanos e preservação da vegetação.
São Francisco do Sul	Mais opções de lazer, maior acesso à população, segurança pública e atividades educativas.	Aumento das atividades turísticas e culturais locais com feiras.		Aumento da vegetação em áreas públicas e permeabilidade do solo.
Porto Alegre	Mais divulgação da cultura local, lazer, segurança pública, lazer gratuito e atividades educativas.	Aumento das atividades turísticas e culturais locais aprimoramento dos comerciantes locais e feiras.		

Salvador	Mais divulgação da cultura local, lazer gratuito, segurança pública e atividades educativas.	Aumento das atividades turísticas e culturais. Retorno de atividades econômicas.		
----------	--	--	--	--

Quadro 4 – Analogia e resultado das intervenções: sociais, econômicos, arquitetônicos e urbanísticos e ambientais

5.1 Conceitos e Práticas: Ferramentas Mais Utilizadas, Principais Benefícios Gerais

Após a análise diagramática das cidades de Ouro Preto, Salvador, São Francisco do Sul e Porto Alegre, é possível concluir que as ferramentas mais utilizadas são a revitalização de edifícios de caráter público e privado e a preservação do patrimônio material e imaterial, sendo essas de grande importância para economia local, por atrair maior número de turistas e o uso da população nesses locais. Já a retirada da população e revitalizações que desconsideraram o contexto social/urbano apresentaram grande índice de desaprovção da população e podem levar a uma degradação maior da área. Dessa forma, é possível observar que a inclusão da população e de valores tradicionais são fundamentais para uma intervenção ativa e sustentável dos centros urbanos.

5.2 Contradições X Resgate Histórico: Realidades das Intervenções nos Centros Históricos Em Estudo

Nesse cenário, verifica-se uma série de personagens que atuam de diversas formas nos centros históricos como usuários, investidores, administradores e projetistas que, a partir de seus interesses, apontam caminhos diferentes para o resultado da melhoria urbana do local. Essa série de interesses podem resultar em ações controversas sobre o patrimônio ali presente como a retirada massiva da população nesses locais e a descaracterização do espaço urbano, gerando uma homogeneização ligada à gentrificação desses lugares. Essas ações não muito favoráveis para preservação da história urbana e do patrimônio são promovidas com o intuito de maior lucratividade, incentivada por investidores. Mas, em contrapartida, não são bem vistas pela população e descaracterizam a cultura local.

Nos casos em estudo, ações contraditórias são mais presentes na cidade de Salvador por ter diversos investidores e programas de atuação, sendo possível notar ações tímidas do Programa Monumenta em combater alguns desses obstáculos. A volta da população aos centros históricos também não foi totalmente implementada nas outras cidades.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as intervenções de destaque neste estudo, temos uma amostra das possíveis ferramentas para frear a degradação e vemos que é possível atuar de maneira sustentável contra a deterioração do patrimônio arquitetônico e reabilitar locais públicos esquecidos, e talvez nunca explorados, pela população. Abrir espaços para cultura e ouvir a população é parte constitutiva deste trabalho.

As analogias feitas aqui destacam como intervenções em centros históricos podem sustentar ou romper o frágil equilíbrio que constitui a vida do centro. Esse processo envolve questões íntimas de cotidiano dos moradores locais, sua cultura, história, suas identidades, dinâmicas sociais, além das circulações, do meio ambiente e outras inúmeras características urbanas que formam o patrimônio material e imaterial. Ao alterar esse território, é necessário saber selecionar o que beneficia esse equilíbrio social/ambiental. A preservação do patrimônio material separado da vida que o envolve produz dissonâncias culturais, excluindo grupos sociais cuja presença fazia parte da identidade do local, empobrecendo a potência urbana do centro preservado.

O Monumenta trouxe consigo um novo paradigma que ultrapassa a descontinuidade própria dos mandatos políticos e apura o contexto das intervenções urbanas no Brasil. Esse programa apresenta resultados antes dificilmente alcançados no país e abre portas para futuros aprimoramentos na visão multidisciplinar.

Não chegamos a um ponto final, mas sim ao reconhecimento de ferramentas ativas para a preservação do patrimônio histórico.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColArq3_Intervencoes_Urbanas_na_Recuperacao_de_Centros_Historicos_m.pdf. Acesso em: 10 set. 2018.

BRAGA, P. M. **Intervenções urbanas em áreas centrais históricas: paisagens particulares versus a banalização da paisagem: contradições entre a preservação do patrimônio cultural e a promoção do turismo em intervenções realizadas no centro histórico de Salvador e no Bairro do Recife**. 263 f. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-09052014-110000/pt-br.php>. Acesso em: 17 set. 2018.

SELDIN, Cláudia. **Da capital de cultura à cidade criativa: resistências a paradigmas urbanos sob a inspiração de Berlim**. 224f. 2015. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, Ângela Martins Napoleão Braz e. **8 ° CIAM: O CENTRO CÍVICO**. Universidade Federal do Piauí, 2010. Disponível em: https://www.passeidireto.com/arquivo/5228634/8-ciam_o-centro-civico_versao-expandida. Acesso em: 10 set. 2018.

VAZ, Maria Diva Araujo Coelho. Centro, um coração que continua pulsando. *In*: VAZ, Maria Diva Araujo Coelho. **Transformações do centro de Goiânia: renovação ou reestruturação?** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002. Disponível em: <http://200.137.217.159/index.php/component/jdownloads/download/32-2002/200-maria-diva-araujo-coelho-vaz>. Acesso em: 10 set. 2018.

CAPÍTULO 2

SUSTENTABILIDADE NO PATRIMÔNIO HISTÓRICO: ESTUDO DO VIÉS SUSTENTÁVEL NAS VERTENTES ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 24/08/2020

Jonas Tadeu Ferreira

Centro de Ensino Superior – CES/JF.

Faculdade de Arquitetura.

Juiz de Fora - MG,

<http://lattes.cnpq.br/0684971684133536>

<https://orcid.org/0000-0003-2155-9236>

RESUMO: O tema discutido nessa pesquisa trata-se da análise dos estudos do viés sustentável ao patrimônio histórico através de uma revisão bibliográfica sobre a temática. Embora a maioria das edificações históricas serem tombadas e com isso serem privadas de qualquer intervenção mesmo quando se trata de uma intervenção que esteja próxima de uma contribuição para o desenvolvimento sustentável, é necessário adotar políticas que favoreçam medidas econômicas sustentáveis e ambientais no patrimônio histórico para que possa gerar um retorno positivo desse bem em pontos positivos para a cidade. Tem como principal objetivo relatar através de uma revisão bibliográfica a inserção da intervenção sustentável nos patrimônios históricos com possibilidade para melhorias e aplicação das vertentes sustentáveis, que esse estudo possa a ser de extrema importância contribuir com pesquisas posteriores envolvendo a temática do desenvolvimento sustentável no patrimônio histórico. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo foi essencialmente

a pesquisa bibliográfica para conhecimento teórico. As fontes utilizadas nesse trabalho foram em princípio a leitura de livros específicos sobre a temática. Assim, o trabalho pretendeu elucidar aspectos importantes sobre a questão da proteção desses bens materiais, suas práticas e ações, levantando um histórico desses objetos arquitetônicos que integram a composição arquitetônica destes edifícios e ressaltando a importância de sua preservação para a memória.

PALAVRAS - CHAVE: Sustentabilidade, patrimônio histórico, intervenção.

SUSTAINABILITY IN HISTORICAL HERITAGE: A STUDY OF SUSTAINABLE VIES IN ECONOMIC, SOCIAL AND ENVIRONMENTAL ASPECTS

ABSTRACT: The theme discussed in this research is the analysis of the studies of the sustainable bias to the historical patrimony through a bibliographic review on the theme. Although the majority of historic buildings are listed and thus are deprived of any intervention even when it is an intervention that is close to a contribution to sustainable development, it is necessary to adopt policies that favor sustainable and environmental economic measures in the historical heritage so that can generate a positive return on this asset in positive points for the city. Its main objective is to report through a bibliographic review the insertion of sustainable intervention in historical heritage with the possibility for improvements and application of sustainable aspects, that this study may be of extreme importance to contribute to further research involving the theme of sustainable development in historical heritage.

The methodology used for the development of the study was essentially the literature search for theoretical knowledge. The sources used in this work were in principle the reading of specific books on the subject. Thus, the work aimed to elucidate important aspects on the issue of the protection of these material goods, their practices and actions, raising a history of these architectural objects that integrate the architectural composition of these buildings and emphasizing the importance of their preservation for memory.

KEYWORDS: Sustainability, historical heritage, intervention.

INTRODUÇÃO

O conceito de Sustentabilidade inicialmente cunhado por Lester Brown, fundador do Instituto Worldwatch, e depois consagrado pelo Relatório Brundtland da Comissão mundial do meio ambiente e desenvolvimento, refere-se “à capacidade de atender as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades”, não considerando explicitamente a necessidade de preservar o que recebemos de melhor do passado. A preocupação com o futuro representa grande avanço, mas o foco da preservação é em geral o presente, sem destacar a possibilidade de aprendizado com o passado e a transmissão de sua memória para o futuro. (VELOSO, 2012, p.04).

Ao tentar reduzir o impacto ambiental do estoque histórico de edifícios, é necessária atenção especial em relação à conservação dos valores culturais e do significado do patrimônio. Isso costuma ser chamado de “ato de equilíbrio” ou “compromisso” de manter a importância do patrimônio enquanto implementamos medidas de sustentabilidade. Muitos autores e projetos que se concentraram no desenvolvimento de sistemas de apoio à decisão para o “ato de equilíbrio” da implementação de medidas de sustentabilidade, preservando a importância do patrimônio, enfatizam a necessidade de uma compreensão específica e suficientemente detalhada do que precisa ser preservado e o que potencialmente pode ser alterado e em que grau. (HAVINGA, COLENBRANDER, SCHELEN, p. 282).

Ainda de acordo com Havinga et al (2020), a tomada de decisão entre o equilíbrio da importância do patrimônio e a sustentabilidade deve ser mantido, como a herança da conservação para a gestão do patrimônio, havendo mudança não apenas no sentido físico mas também no significado transmitido pelas propriedades, a importância pode ser definida como uma combinação de todos os valores atribuído aos objetos, sendo que os valores patrimoniais são as razões para considerar o patrimônio como importante e, portanto, são as razões de sua conservação.

Yarrow indica que a autenticidade pode ser reconstruída por meio da restauração ou reincorporação de materiais mais “verdadeiros” ao período de tempo original. No entanto, é importante perceber que nem todas as mudanças ou adições são negativas, e as “novas camadas” adicionadas aos edifícios podem ser tão significativas ou até mais significativas que a camada “original”.

Ao intervir em um espaço urbano ou em uma obra arquitetônica, é preciso ter em mente seu status de “local”, conformado pela carga simbólica que essas entidades carregam, devido as memórias que foram produzidas sobre isso através do tempo. A cidade contém muitos lugares construídos em diferentes idades, cheios de significado, simbolizando e representando o ato de viver. Esses lugares coexistem e representam os significados particulares daqueles. (DORNELLES, GANDOLFI, MERCARDER-MOYANO, MOSQUEIRA-ADELL, p.06).

Além disso, devido ao seu valor ético e moral de memória histórica, o patrimônio cultural deve perdurar para as gerações futuras. Essa responsabilidade estimula todos os participantes envolvidos no gerenciamento da adoção de uma orientação de responsabilidade social e, é claro, de um desenvolvimento sustentável ao longo do tempo. (HIGUERAS, p.1073,1088).

Segundo Ghetti e Martins (2005), a busca de sustentabilidade esbarra em uma discussão importante. A expressão “desenvolvimento sustentável” é uma noção ainda em construção, tendo em vista as definições estipuladas ao conceito de desenvolvimento sustentável são agrupados em três grandes dimensões: sociais, econômicas e ambientais.

A sustentabilidade social busca uma sociedade mais justa. Entre seus principais objetivos estão à garantia de distribuição dos recursos existentes entre todos e a melhoria da qualidade de vida da população sem acesso a bens, direitos e serviços básicos tais como educação, saúde, saneamento, transporte, habitação, entre outros.

A sustentabilidade econômica visa à gestão e à aplicação mais eficiente dos recursos, tendo em vista suprir as necessidades da sociedade em vez de permitir que esta fique submetida às regras impostas por um mercado que visa apenas ao lucro.

A sustentabilidade ecológica/ambiental objetiva a preservação a utilização racional e adequada dos recursos naturais que são incorporados nas atividades produtivas. Existem recursos naturais renováveis e não renováveis, assim devem ser verificadas a capacidade dos ecossistemas de absorver e de se recuperar das agressões promovidas pelo homem e minimizá-las sempre que possível. (GHETTI, MARTINS, 2005, p.164, 165,166).

Um entendimento completo de sustentabilidade também requer a consideração de indicadores ambientais e ecológicos relacionados ao uso dos recursos naturais, juntamente com os associados à sociedade e à economia como um todo. (EGILMES, G. GUMUS, S. KUCUKVAR, 2015, p.30,41).

De acordo com Carsalade (2001), existem quatro grupos que podem definir as ações de concretização da sustentabilidade:

O primeiro grupo trata da preservação preventiva e propositiva, em contraposição ao caráter de reação e recuperação que tem caracterizado nossos esforços de preservação.

O segundo grupo inclui os Instrumentos de Gestão e Articulação que, a partir da constatação de que a comunidade é a maior guardiã de seu patrimônio, substituem

o paternalismo estatal pela efetiva participação cidadã. Na realidade não existe desenvolvimento sustentado nem patrimônio comum se a sociedade não tiver consciência disso. Dificilmente se consegue “impor” um tombamento ou modelos sustentáveis a uma sociedade que não tem consciência desses valores.

No terceiro grupo ele destaca o desenvolvimento dos campos científicos correlatos. Nesse grupo, incluem-se não só o incremento de novas pesquisas, como a criação de novos modelos urbanos e novas formas de inserção do edifício novo em contextos notáveis.

No quarto grupo inserem-se as ações de informação e difusão. Aqui incluem-se a educação patrimonial como conscientização das comunidades, a divulgação eficiente dos programas e mecanismos de proteção, bem como a visibilidade das ações concernentes ao patrimônio e aos seus benefícios sociais e econômicos.

De acordo com Blunde et al (2018), o setor de Patrimônio Cultural é um sistema que, devido à sua natureza intrínseca, precisa de atenção especial quando se trata de realizar a restauração e conservação das obras de arte que a compõem, a sustentabilidade deve ser entendida como uma condição de mudança direcional quando ela é implementada ao trabalho de restauração através do qual o sistema radicalmente melhora a orientação e a torna persistente ao longo do tempo. O primeiro passo nessa direção é concordar quando essa mudança representa uma melhoria, conceito de desenvolvimento sustentável, especialmente no setor do patrimônio cultural, onde há uma pluralidade de partes interessadas.

O projeto de intervenção em conjuntos edificados de valor patrimonial requer então conhecimentos especializados, notadamente em teoria e história da arquitetura, técnicas e materiais construtivos do passado e do presente, além de uma sensibilidade artística capaz de reconhecer e interpretar valores do passado através de seus signos e atribuir-lhes significado no presente, para poder transmiti-los para gerações futuras. Por sua natureza essencialmente modificadora, o projeto neste campo encontra sua principal dificuldade justamente nesta dialética do “preservar ao mesmo tempo em que modifica” (DE GRACIA, 1992), imprimindo a marca do presente no objeto do passado, visando sempre sua preservação para o futuro.

A demolição de moradias envolve a produção de resíduos, alguns dos quais são potencialmente tóxicos. Dada a importância de todos esses aspectos da habitação para o desenvolvimento sustentável, é essencial que ela seja incluída conjuntos de indicadores de sustentabilidade. (WINSTON, EASTAWAY, p.214).

No setor do patrimônio cultural, como em outras áreas, a sustentabilidade desenvolvimento não é apenas uma condição a ser cumprida ao projetar e implementar o trabalho de restauração, mas também constitui um processo de mudança direcional, através do qual o sistema radicalmente melhora a orientação e a torna persistente ao longo do tempo. (GLADWIN, KENNELLY, KRAUSEN, p 874,907).

Uma sociedade “sustentável” não pode construir-se sem respeito pelo seu passado, mas também precisa ancorar presente e garantir um futuro possível. É por isso que o patrimônio construído deve ser conservado e transmitido ao futuro gerações. Esta conservação e transmissão implicam restauração, modernização, reabilitação e manutenção de o patrimônio construído. Conservar o patrimônio construído não significa congelá-lo, porque a oposição ao progresso condená-lo a não atender às necessidades presentes e futuras, em termos de uso, bem como conforto e desempenho. (STIERNON, TRACHT, de BOUW, DUBOIS, VANHELLEMON, p. 664).

Segundo Blundo et al (2018), devemos concordar com a mudança nos processo de intervenção quando trazem melhorias no patrimônio cultural relacionados ao desenvolvimento sustentável devido os significados de pluralidade que possa a ser transmitidos.

A relação deste tipo de arquitetura com o patrimônio histórico edificado é relegada ao segundo plano ou, quando ocorre, é feita de maneira circunstancial e periférica. Mais recentemente, dos meados dos anos 1990 para cá, é que estas duas questões são engendradas, sobretudo no sentido de recuperação de edifícios em áreas centrais de alto valor imobiliário, através de reusos adaptativos e reabilitações por meio de retrofit principalmente.

Memória e sustentabilidade podem ser conceitualmente aproximadas e repercutir em ações preservadoras por meio do projeto de intervenção em conjuntos edificados de valor patrimonial, adequando-os a novos usos e tecnologias, sem perder de vista sua autenticidade histórica e integridade estética. (VELOSO,2012,p.05,06,09).

O tema discutido nessa pesquisa trata-se da análise dos estudos do viés sustentável ao patrimônio histórico através de uma revisão bibliográfica sobre a temática. Embora a maioria das edificações históricas serem tombadas e com isso serem privadas de qualquer intervenção mesmo quando se trata de uma intervenção que esteja próxima de uma contribuição para o desenvolvimento sustentável, é necessário adotar políticas que favoreçam medidas econômicas sustentáveis e ambientais no patrimônio histórico para que possa gerar um retorno positivo desse bem em pontos positivos para a cidade. Neste aspecto o patrimônio deixaria de ser um instrumento engessado e não ficar como refém de políticas burocráticas de órgãos municipais.

As tentativas para resolverem o problema de insalubridade em alguns patrimônios históricos em suas concepções hoje são insatisfatórias não são capazes de satisfazer um conforto ambiental, exigem um maior consumo de energia por terem instalações antigas e muitos sem recursos para manutenção, é incapaz de proporcionar um retorno à população devido ao mau uso. Em certos casos falta uma política que faça com o que o patrimônio histórico abra as portas para uma contribuição na qualidade de vida da população, sem contar do mau uso ou degradações por muitas edificações ainda despertarem um interesse comercial, isso faz com que esses bens não prosperem na cidade. Dar novos usos voltados

à sustentabilidade a esses objetos arquitetônicos seria uma forma racional, e sensata de se ter um retorno ambiental econômico e social para a população. (ASBEA, 2012) De outro lado, a cidade com desenvolvimento sustentável caracteriza-se não somente pelas condições adequadas da economia, mas também pela busca da adequação ambiental e social.

Para isso exige-se uma nova mentalidade que deve ser explorada, aplicada na tentativa de se chegar a um desenvolvimento sustentável. Cujas premissas são a sociedade civil como guardiã do seu patrimônio e para isso é necessário que se promova a conscientização desta.

O engajamento da sociedade neste contexto sustentável proporcionaria uma educação patrimonial, com isso uma identidade cultural poderia ser impregnada com uma nova perspectiva sendo lançada a mão de aplicação de novos materiais a partir da inovação tecnológica que se dá através de reutilização e reciclagem de refugos da construção civil aplicados diretamente na restauração nos processos de restauração e reformas.

OBJETIVO

O presente trabalho de caráter teórico-conceitual e cunho exploratório tem como principal objetivo relatar através de uma revisão bibliográfica a inserção da intervenção sustentável nos patrimônios históricos com possibilidade para melhorias e aplicação das vertentes sustentáveis, que esse estudo possa a ser de extrema importância contribuir com pesquisas posteriores envolvendo a temática do desenvolvimento sustentável no patrimônio histórico em um

E necessário que medidas significantes tenham que ser tomadas na cadeia da construção civil para se chegar a um desenvolvimento sustentável capaz de atender o viés da sustentabilidade em suas vertentes econômica, social e ambiental e a inovação tecnológica através de novos materiais providos da reciclagem e reutilização e novas estratégias de reabilitação. E assim pensar na possibilidade de agregar o patrimônio histórico nesse escopo sustentável.

Espera-se com essa pesquisa incentivar a valorização e o reconhecimento dessa linguagem sustentável voltada ao patrimônio histórico, contribuindo para conscientização da população além de abranger o conhecimento técnico e histórico.

Além de privilegiar como orientação para ações de recuperação histórica e proteção sistemática da arquitetura.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo foi essencialmente a pesquisa bibliográfica para conhecimento teórico. As fontes utilizadas nesse trabalho foram em princípio a leitura de livros específicos sobre a temática.

CONCLUSÃO

Nessa pesquisa pode se chegar à conclusão que é possível desenvolver uma nova mentalidade em favor de uma qualidade de vida através do desenvolvimento sustentável quando se tem a participação integrada do estado com a sociedade civil.

Esta pesquisa é um resultado de um esforço e interesse acadêmico em colocar em práticas ações que promovam a sustentabilidade através do patrimônio histórico, de ver um desenvolvimento emergir a partir de boas práticas e de um consenso coletivo.

Assim, o trabalho pretendeu elucidar aspectos importantes sobre a questão da proteção desses bens materiais, suas práticas e ações, levantando um histórico desses objetos arquitetônicos que integram a composição arquitetônica destes edifícios e ressaltando a importância de sua preservação para a memória. Este trabalho pode contribuir não só para a compreensão do tema abordado, como também servir de fontes de pesquisa para acadêmicos e profissionais interessados na temática.

REFERÊNCIAS

ASBEA. **Guia de sustentabilidade na arquitetura**: diretrizes de escopo para projetistas e contratantes / Grupo de Trabalho de Sustentabilidade AsBEA. São Paulo: Prata Design, 2012. P09.

CARSALADE, F. **Patrimônio histórico: sustentabilidade e sustentação**. In: *Arquitextos Vitruvius*, 02.013, São Paulo: junho de 2001. Disponível no endereço <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.013/885>.

DORNERLLES, L.D.L; GANDOLFI, F; MERCADER-MOYANO, P; MOSQUEIRA-ADELL, E. **Place and memory indicator: Methodology for the formulation of a qualitative indicator, named place and memory, with the intent of contributing to previous works of intervention and restoration of heritage spaces and buildings, in the aspect of sustainability**. *Sustainable Cities and Society* Volume 54 March 2019.

EGILMES, G; GUMUS, S; KUCUKVAR, M. **Environmental sustainability benchmarking of the U.S. and Canada metropolises: An expert judgment-based multi-criteria decision making approach**. *Cities* 2015, 42, 31–41.

GHETTI, N.C; MARTINS, A.M.M. **SAARA: Uso, preservação do patrimônio edificado e sustentabilidade**. *Cadernos do proarq Rio de Janeiro*, volume 09, nº09, dezembro de 2005.

GLADWIN, N. THOMAS, J. JAMES, KENNELLY, T.-S. Krause, **Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research**, *Acad. Manag. Rev.* 20 (4) (1995) 874–907.

HAVINGA, L; COLENBRANDER, B; SCHELLEN, H. **Heritage significance and the identification of attributes to preserve in a sustainable refurbishment**. *Journal of Cultural Heritage* Volume 43 May–June 2020 Pages 282–293.

HIGUERRAS, A. **Cultural heritage management in Peru: current and future challenges**. *The handbook of South American archaeology*, 2008, pp. 1073–1088.

STIERNON, D; TRACHT, S; de BOUW, M; DUBOIS, S; VANHELLEMON, Y. **Heritage value combined with energy and sustainable retrofit**: representative types of old Walloon dwellings built before 1914 Energy Procedia Volume 122September 2017Pages 643-648.

VELOSO, M. **Projeto, Memória e Sustentabilidade: Intervenção em conjuntos edificados de valor patrimonial como instrumento de preservação da memória e de sustentabilidade socioambiental**. II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo Natal, 18 a 21 de setembro de 2012.

WINSTON, N; EASTEWAY, M.P. **Sustainable Housing in the Urban Context**: International Sustainable Development Indicator Sets and Housing Accepted: 7 July 2007 / Published online: 4 August 2007 _ Springer Science+Business Media B.V. 2007.

CAPÍTULO 3

REMANESCÊNCIA DE RESIDÊNCIAS HISTÓRICAS EM VÁRZEA GRANDE, MATO GROSSO

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 04/09/2020

Priscilla Tábida Silva Enoré

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,
UNEMAT – Universidade Estadual de Mato
Grosso - campus Barra do Bugres; MT, Brasil.
04/09/2020

RESUMO: Este trabalho apresenta o levantamento sobre as residências antigas que ainda existem na cidade de Várzea Grande. O trabalho descreve brevemente a história da cidade, para que se possa entender a origem e sua arquitetura. O artigo apresenta dois levantamentos de residências distintas, uma delas abandonada e a outra preservada, no sentido de observar a arquitetura de linguagem do século XIX que elas possuem, mesmo sendo todas do início do século XX. Para isso foram feitas análises de cada uma, com informações sobre as casas e as suas técnicas e materiais construtivos, com a intenção também de mostrar a importância da preservação e conservação do patrimônio histórico, e que a cidade possui uma história e arquitetura que poucos conhecem, visto que Várzea Grande, com seus 151, anos não possui uma política de preservação e nem um centro histórico reconhecido.

PALAVRAS - CHAVE: Adobe, preservação, patrimônio

REMANESCENCE OF HISTORICAL RESIDENCES IN VÁRZEA GRANDE, MATO GROSSO

ABSTRACT: This work presents a survey of the old residences that still exist in the city of Várzea Grande. The work briefly describes the history of the city, so that one can understand the origin and its architecture. The article presents two surveys of different residences, one abandoned and the other preserved, in order to observe the language architecture of the 19th century that they have, even though they are all from the beginning of the 20th century. For that, analyzes of each one were made, with information about the houses and their techniques and construction materials, with the intention also of showing the importance of preservation and conservation of the historical heritage, and that the city has a history and architecture that few know about, since Várzea Grande, aged 151, does not have a preservation policy or a recognized historic center.

KEYWORDS: Adobe, preservation, heritage

1 | INTRODUÇÃO

A cidade de Várzea Grande, fundada em 1867 e vizinha da capital Cuiabá, é a segunda maior cidade do Estado de Mato Grosso. Apesar de possuir sua própria história, esta é pouco valorizada e, principalmente, a sua arquitetura original. Com o passar dos anos, a cidade foi perdendo as características da época de sua fundação, as casas de adobe do início do século XX foram substituídas por novas técnicas e

materiais construtivos. Em alguns lugares da cidade ainda se vê essas casas, porém a maioria sofreu alterações ao longo dos anos, outras estão abandonadas, em estado de demolição ou em ruínas, e algumas ainda estão preservadas. Na cidade não existe um centro histórico e há apenas duas construções tombadas como patrimônio histórico.

No intuito de reconhecer a importância de preservar os poucos exemplares que ainda resistem, o estudo de residências antigas trata de um levantamento que procura identificar suas características construtivas, as modificações que sofreram, e seu estado físico atual. As informações obtidas e apresentadas neste artigo podem auxiliar e sustentar as análises das casas remanescentes e sua importância para a preservação da memória histórica e arquitetônica de Várzea Grande, evidenciando que a cidade possui patrimônio histórico material e este necessita de políticas públicas para sua preservação.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é o de levantar informações sobre as edificações de adobe construídas no início do século XX de modo que o registro identifique as devidas ações para sua preservação e inclusão na história da cidade.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa é exploratória, pois proporciona basicamente informações sobre as casas estudadas. Inclui a pesquisa bibliográfica, com documentos específicos, e a de campo, que corresponde à coleta de dados e as observações visuais fotográficas.

Foram selecionadas duas casas de adobe com objeto de estudo para exemplificar o levantamento efetuado. Uma trata-se de uma casa abandonada, quase em ruína; a outra se trata de uma casa em uso devidamente preservada.

3 | RESULTADOS

3.1 História de Várzea Grande

Os primeiros núcleos de povoamento na região cuiabana surgem no século XVIII com a chegada dos bandeirantes. Os habitantes da região eram indígenas, hábeis canoeiros e pescadores, que os bandeirantes e os primeiros moradores das barrancas do rio Cuiabá chamaram de índios Guanús (Monteiro, 1987). Segundo este autor, estes índios eram pacíficos e hospitaleiros, e, com a abertura da estrada boiadeira¹, e depois da fundação do povoado em 1867, deslocaram-se para as paragens pantaneiras do Rio Abaixo² que, devido ao aparecimento das usinas açucareiras e das fazendas de gado, alguns morreram e outros foram viver em outros espaços sociais.

A fundação da cidade teve como motivo a Guerra do Paraguai (1864-1870). Nesta ocasião, o Presidente da Província, José Vieira Conto de Magalhães, resolveu montar um

¹ Estrada por onde passavam os bois procedentes do Pantanal de Mato Grosso

² Descer sentido ao rio, para atual município de Santo Antônio do Leverger

campo de prisioneiros paraguaios à margem direita do rio Cuiabá, onde está localizado o sítio urbano de Várzea Grande. Soldados permaneceram na região para cuidar dos cidadãos paraguaios (Ferreira, 2001). Segundo Monteiro (1987), Várzea Grande recebeu esse nome por causa do local que era uma várzea³ e devido a sua extensão.

Para Ferreira (2001, p. 646),

Os paraguaios detidos não vinham dos campos de batalha, eram cidadãos comuns. Muitos dos quais hábeis no corte e secagem da carne bovina, além de exímios artesãos na fabricação de arreios e curtume de couro. Em pouco tempo a ociosidade carcerária foi sendo substituída por uma atividade mais rendosa. A experiência foi repassada por moradores da pequena vila que logo cobriu-se de fama da melhor carne seca de toda a região.

Com o fim da guerra, surge uma nova população na região composta de soldados e prisioneiros paraguaios. Assim, Várzea Grande abrigou três grupos sociais distintos: os soldados brasileiros, presos paraguaios libertados, e os vaqueiros, que faziam parte de uma pequena povoação, que ainda era formada por lavradores e carneiros⁴ (Ferreira, 2001).

Segundo Monteiro (1987) a fundação do povoado deveu-se à permanência do acampamento militar criado para manutenção dos presos da guerra do Paraguai. Em 1870 o Governo determinou que o destacamento fosse recolhido para Cuiabá e deu liberdade aos presos. Vários soldados pediram exclusão, para se radicarem ali mesmo e alguns paraguaios⁵, em liberdade, continuaram no povoado, onde já possuíam suas choupanas, plantações, afeitos ao comércio da carne e do arreamento.

Em seguida, gente de várias regiões do país, principalmente da cidade de Nossa Senhora do Livramento, fixaram residência no povoado, ainda pequeno. Surgiram então os primeiros comerciantes, e, aos poucos, a cidade foi crescendo.

O Povoado desenvolveu-se em torno da igreja Nossa Senhora da Guia, marco da fundação da cidade, tombada pelo patrimônio artístico e cultural em 1998, cuja construção foi concluída no ano de 1892 (Ferreira, 2001).

Conforme Monteiro (1987), já no século XX, com o crescimento da população em 1911, a Paróquia foi elevada a 3º Distrito de Cuiabá. Como Vila, começou a receber gente de outros povoados, embora a velha estrada boiadeira e as ruas estivessem sempre em péssimo estado. Até início da década de 1940 a Vila não possuía água encanada e nem luz elétrica, dessa forma, a população servia-se de água de poços e das cacimbas.

Para Monteiro (1987, p. 15),

passaram a chamá-la de Várzea Grande e a marcar encontro nesse lugar quando das viagens projetadas para o norte ou para o oeste. Havia nas cercanias um e outro rancho de pobre lavrador e, junto à várzea, alguns deles desocupados, abertos, que ofereciam precário abrigo aos boiadeiros em

³ Terreno plano e extenso

⁴ Sinônimo de açougueiro (<https://www.dicio.com.br/carneiro/>)

pouso, habituados à dura lida com gado que, de Poconé e Nossa Senhora do Livramento, vinham como ainda hoje, para o consumo dos habitantes da capital. Transpondo a várzea, a uns cem metros do lugar por onde é hoje a Avenida Couto Magalhães cruza o soterrado leito do antigo lençol d'água, continuava a estrada boiadeira, em terreno sempre plano (de singelíssima movimentação), passando pelos córregos Traíra, Piçarrão Formigueiro e outros, em declives leves, mas que, no entanto, eram torrentosos e de difícil acesso após as grandes chuvas, pois aquelas terras estavam em completo abandono.

Com relação aos aspectos urbanísticos da cidade, nas décadas de 1970 e 1980, segundo Monteiro (1987), a cidade transformou-se. Surgiram mais de 100 loteamentos, que preencheram os espaços vazios nos arredores dos bairros, e em torno de mil ruas novas, junto com várias construções de casas de diversos tipos.

O município de Várzea Grande, localizado a 7 km da capital Cuiabá, faz parte da microrregião da baixada cuiabana, à mesorregião do centro sul mato-grossense e limita-se com os municípios de Cuiabá, Santo Antônio de Leverger, Nossa Senhora do Livramento e Acorizal, todas pertencentes da baixada cuiabana (figura 1). No começo do século XX a cidade possuía uma área de 682 km² (Monteiro, 1987).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população da cidade em 2010 era de 252.596 habitantes e, para 2016, era estimada em 271.339 habitantes. A densidade demográfica em 2010 era de 240,98 hab/km² e em 2015 a área da unidade territorial era de 1.048,212 km².



Figura 1- Mapa de localização da cidade de Várzea Grande (Google Maps – Editado por P. Enoré)

3.2 Várzea Grande e sua arquitetura

O município está diferente de tempos atrás. A cidade evoluiu e hoje é a segunda maior do Estado de Mato Grosso. Índícios de seu passado são identificados pontualmente

em algumas ruas pavimentadas com paralelepípedo e casas com arquitetura própria do século XIX, construídas com adobe e outras com tijolo cerâmico.

O adobe e o tijolo cerâmico são blocos empregados na alvenaria. O adobe, com dimensões médias de 0,20 m x 0,20 m x 0,40 m, maciço e compacto, produzido com terra, fibras vegetais e água, é moldado manualmente em forma de madeira. Enquanto que o adobe é seco naturalmente, o tijolo cerâmico passa por um processo de aquecimento a temperatura elevada em fogueiras ou olarias e, geralmente, apresenta maior resistência mecânica e em relação à umidade (Mendes; Veríssimo, Bittar, 2011).

De acordo com Mendes, Verissimo e Bittar (2011), a execução de parede com adobe não diferente do procedimento da alvenaria atual: são peças superpostas, unidas com argamassa, niveladas e aprumadas. Sua espessura varia em função da dimensão da peça e da forma de execução.

Verifica-se, nas casas de adobe construídas em Várzea Grande, o uso da estrutura de madeira, geralmente madeira bruta, a do adobe como vedação.

Os lugares em que ainda é possível verificar reminiscência da cultura construtiva como na cidade são nos bairros mais antigos, onde ainda se encontram casas antigas, com algumas mudanças e outras preservadas, cheias de memórias, porém, muitas casas desses bairros, próximos da margem do Rio Cuiabá, foram destruídas pelas enchentes.

Algumas casas de adobe tiveram suas características construtivas modificadas, principalmente com a colocação do revestimento com argamassa de cimento e areia, ou a substituição da parede com outros materiais. Os pisos também mudaram ao longo do tempo, antes era muito usado o piso de tijolo cerâmico conhecido como tijolinho, que são usados tanto na parede como no piso, agora são usados os pisos cerâmicos, entre outros. Atualmente a maioria das casas e suas estruturas são feitas com alvenaria de bloco cerâmico, estrutura de concreto armado e de outros sistemas construtivos como a estrutura metálica.

As duas casas analisadas ficam situadas em pontos distintos da cidade, sendo uma no centro da cidade e a outra em um bairro mais afastado do centro. (figura 2).



Figura 2- localização das casas (Google Maps, satélite- Editado por P. Enoré)

3.3 Casa abandonada

Em muitos lugares, é possível encontrar casas antigas abandonadas que poderiam ser tombadas como patrimônio do local. Em Várzea Grande, a situação não é diferente. Percorrendo as ruas da cidade, encontram-se casas antigas abandonadas, a maioria em ruínas, postas à venda, para construção de novos edifícios.

Constata-se a ausência da cultura de preservar e valorizar o antigo, por isso, é comum encontrar edificações abandonadas à espera de negócio do que casas devidamente preservadas, em uso.

Fez-se o levantamento de uma casa de adobe, abandonada, construída provavelmente no início do século XX mas com as características arquitetônicas do século XIX.

A casa fica situada no bairro Centro da cidade, numa rua residencial, aparentemente de classe alta. A casa, que está em ruínas, foi colocada à venda por seus proprietários, que se mudaram há alguns anos.

Verifica-se que a casa tinha a platibanda na fachada principal (figura 3), que caracterizava a arquitetura de Várzea Grande no início do século XX. Ainda é possível encontrar casas com platibandas pela cidade: algumas platibandas eram retas, outras tinham alturas diferentes.



Figura 3- Casa do bairro Centro (crédito: P. Enoré)

A casa visitada tem mais de 100 anos. Suas paredes são de adobe com espessura de 30 centímetros. Também passou por modificações ao longo dos anos. O estado de ruína é bastante avançado, sendo possível ver as paredes de adobe e suas estruturas de madeira bruta. O pé direito da casa é pequeno, que era usual nas construções em Várzea Grande na época.

A casa, de 82 m² aproximadamente, possuía uma sala, dois quartos, cozinha, banheiro e um depósito de água (figura 4). A casa de início tinha o banheiro e a cozinha separados do seu corpo principal, o que era bem comum na época. A incorporação destes cômodos foi realizada mais tarde, no período em que moravam os atuais proprietários, que viveram a casa durante vinte e cinco anos.



Figura 4 - Planta baixa esquemática (crédito: P. Enoré)

Durante muitos anos a casa possuiu uma única entrada, a da sala; dessa forma tinha que entrar de um cômodo a outro para circular pela casa. Entrando na sala, no fundo tinha uma porta que levava ao primeiro quarto e no fundo dele outra porta que levava ao outro quarto. Depois resolveram colocar outra porta, que ligava o segundo quarto à rua.

As janelas e portas originais eram todas de madeira da época colonial. Depois as janelas foram substituídas por janelas de vidro; a porta principal foi mantida e a que foi colocada após reforma era de alumínio.

A casa tem um depósito de água que também sofreu modificações, antes, ele ficava metade dentro da casa e metade para fora, dessa forma, não precisava sair de dentro da casa para pegar água, para isso fazia-se uma abertura na parede, do tamanho que coubesse o depósito. Tempos depois, a moradora optou por colocar todo o depósito para fora.

O piso foi constantemente substituído: o piso original era de terra batida, depois cimento queimado, depois piso de tijolo e por último o de placa cerâmica. As telhas da casa eram de cerâmica do tipo capa canal, muito utilizada na arquitetura do século XIX. As telhas cerâmicas, identificadas por capa e bica, capa e canal, marca a arquitetura colonial na região. As telhas eram colocadas sobre a estrutura de madeira, geralmente de duas águas (Mendes; Veríssimo; Bittar, 2011).

Para Mendes, Veríssimo e Bittar (2011, p. 86-87),

A tradição atribui sua modelagem [das telhas] nas coxas escravas, o que não encontra respaldo como única forma de produção. Afinal, se era possível o fabrico deoringas, gamelas, tachos, tijolos, por que só a telha seria tão primitivamente moldada? Certamente houve algum episódio que, pela sua singularidade, substituiu a regra pela exceção, ratificado pelo formato da peça, um alongado meio tronco de cone, semelhante à coxa humana.

Mesmo tendo sofrido algumas modificações, percebe-se traço da arquitetura colonial da região na casa que, passada de geração para geração e com a mudança do gosto arquitetônico e surgimento de novas técnicas construtivas, acabou sendo esquecida.

3.4 Casa preservada

Fez-se o levantamento de uma casa de adobe, preservada, inaugurada por volta de 1920, to conhecida como Casarão da Passagem da Conceição.

Está localizada às margens do rio Cuiabá, no bairro Passagem da Conceição, um dos bairros mais antigos da cidade de Várzea Grande e também um bairro turístico, devido a igreja Nossa Senhora da Conceição, tombada como patrimônio histórico em nível estadual (Lacerda, 2008), e de um famoso restaurante de comida típica, especialmente o peixe. O proprietário do restaurante na beira do rio Cuiabá, que atrai os turistas, é o mesmo do referido casarão (figura 5).



Figura 5- Casarão da Passagem da Conceição (crédito: P. Enoré)

O casarão era da mãe do atual proprietário e, por isso, ele resolveu preservá-lo, com todos os seus pertences. Mesmo não morando na casa, ela é limpada semanalmente e pintada anualmente além de pequenos serviços de manutenção.

Possui 135 m² contendo, dois quartos, sala, despensa, cozinha e banheiro. As varandas foram feitas em outra época. As paredes têm espessura de 40 cm (figura 6).

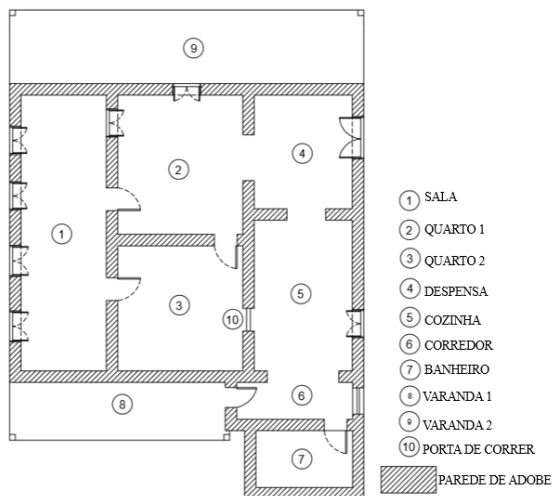


Figura 6 – Planta baixa esquemática (crédito: P. Enoré)

Com relação ao telhado, a cobertura em duas águas, o encaibramento de paus roliços, apenas na sala e não possui tesoura. É usado o pau roliço como estrutura da casa, na horizontal, para dar sustentação às paredes. Nos outros cômodos a estrutura é de encaibramento plainado. Tem telhas do tipo capa canal, ripas, caibros e terças.

Outro sistema, encontrado em um dos cômodos da casa, é uma amarração de arame farpado, como um dispositivo para reforçar a parede. O arame é esticado de uma parede a outra e amarrado com um cano de ferro, atravessando a parede do outro lado.

As esquadrias do casarão estão totalmente preservadas, elas são de madeira maciça e as janelas são do tipo que possuem tábuas justapostas, com contraventamentos pela parte interna. Essas janelas, pelo exterior, possuem fasquias entrecruzadas, que vêm de influência mulçumana (Mendes; Veríssimo; Bittar, 2011).

Este contraventamento, segundo Pinhal⁵, é um sistema de ligação entre os elementos principais de uma estrutura, com a finalidade de aumentar a rigidez da construção e também é um sistema de proteção de edificações contra ação do vento, porém as fasquias não são entrecruzadas.

Segundo Mendes, Veríssimo e Bittar (2011) em alvenarias de pedra, adobe, tijolo cerâmico ou na taipa de pilão as paredes eram espessas, as guarnições eram pela face externa da parede, onde seria incluída a esquadria. Na parte interna do aposento tinha um nicho onde se incluíam conversadeiras, pequenos assentos junto às janelas, por trás das fasquias entrecruzadas.

Com relação ao revestimento, eram comuns as paredes brancas e as esquadrias pintadas de cores vivas, como o vinho, amarelo e o azul, isoladas ou combinadas. No

5 <http://www.colegiodearquitectos.com.br/dicionario/2009/02/o-que-e-contraventamento/>

período colonial, a base era constituída de cola, têmpera ou óleo de mamona ou linhaça misturada com corantes disponíveis no local. Usava-se o açafraão para fazer a cor amarela, o urucum para fazer o vermelho, entre outros (Mendes; Veríssimo; Bittar, 2011).

De acordo com Mendes, Veríssimo e Bittar (2011) até o século XIX, onde ocorreram grandes transformações nos acabamentos das edificações, pouco foi alterado nos revestimentos das paredes. Primeiramente era aplicado emboço de barro, completado por reboco de cal e areia. O aspecto que dominava então era de uma cidade monotonamente branca.

O casarão estudado segue a linguagem do século XIX também no revestimento, com as paredes brancas, e as esquadrias em azul.

Além do Casarão, existe uma pequena casa de apenas um cômodo, denominada “Casa de Memória”, onde ficam os pertences e objetos da família do proprietário, com a mesma arquitetura do casarão. Além das duas edificações, existem duas fachadas frontais preservadas pelo proprietário, cujas casas foram destruídas pela enchente. As fachadas foram preservadas por ser propriedade da sua família e por estarem bem na entrada do bairro, dessa forma, elas apresentam a localidade da Passagem da Conceição aos visitantes da cidade.

As casas e as fachadas da Passagem da Conceição preservam a memória de uma família tradicional da localidade, sendo do proprietário todo o investimento depositado nas casas, não tendo ajuda nem do Município e nem do Estado, mesmo elas sendo patrimônio histórico da cidade. Sempre que o restaurante está aberto, ele deixa as casas abertas para os visitantes.

Ao analisar essas casas, pode-se levantar a questão da preservação do Patrimônio Histórico e sua importância.

3.5 Porque preservar

Segundo Conte (2005), a preservação é um conceito genérico, que pode abranger qualquer ação do estado voltada para a proteção e conservação dos valores culturais, seja de um lugar, de uma região ou de uma nação.

Uma das maiores dificuldades de se preservar um patrimônio cultural mato-grossense é a sociedade não dispor de informações sobre quais são as razões da necessidade de proteção de cada um dos bens tombados e os procedimentos importantes para garantir o acesso da comunidade ao patrimônio cultural e a todo significado simbólico, histórico-cultural, artístico e ambiental que ele possui (Stopa *apud* Lacerda, 2008).

De acordo com Conte (2005), o tombamento é importante porque quando o centro histórico de uma cidade é tombado pelo poder público, todos os seus bens culturais, materiais e imateriais estão sendo valorizados e reconhecidos, os documentos que contam sua história, seus imóveis e monumentos notáveis, as características de seu traçado urbano, suas paisagens e o meio ambiente que a envolve, os objetos de arte e os acervos

das igrejas, suas festas, o folclore local, o artesanato, tudo deve ser protegido, conservado e divulgado.

Segundo Lacerda (2008), em Mato Grosso, ao mesmo tempo em que o Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN) estava sendo criado pelo governo federal, alguns intelectuais discutiam a questão do patrimônio cultural do Estado sem nada fazer, dizendo que o patrimônio cultural mato-grossense não existia porque esta era uma sociedade construída por paulistas-bandeirantes. Portanto, não havia nada a ser digno de preservação. Dessa forma, os discursos de intelectuais e historiadores cristalizaram uma memória hegemônica: a não existência de documentos-monumentos dignos de preservação em Cuiabá e, conseqüentemente, no Estado.

Essa ideia de que não existia patrimônio cultural em Mato Grosso só começou a mudar em 1975, quando o governo local cria a Fundação Cultural do Estado de Mato Grosso, órgão responsável pelo incentivo, preservação e tombamento das manifestações culturais do Estado. Por meio da lei nº 3.774, de 20 de setembro de 1976, é organizada a proteção do patrimônio histórico e artístico estadual. Com essas ações públicas voltadas para a preservação, vindas dos governos central e estadual, fica expressa a mudança com relação ao que era pensado sobre preservação no passado (Lacerda, 2008).

Para o Plano Diretor de Várzea Grande (Lei Nº3.112/2007), referente à seção V do Patrimônio Cultural,

Art 22- A política municipal de patrimônio cultural visa preservar e valorizar o legado cultural transmitido pela sociedade, protegendo suas expressões material e imaterial.

Art 23- São diretrizes para a política municipal de patrimônio cultural:

I. tornar reconhecido e apropriado pelos habitantes de Várzea Grande o valor do patrimônio cultural do município;

II. garantir que o patrimônio arquitetônico tenha usos compatíveis com a edificação e mantenha as suas características construtivas originais;

III. desenvolver o potencial turístico de Passagem da Conceição, Capão Grande, Bom Sucesso e Pai André, tendo como referência o seu patrimônio cultural e ambiental.

Em Várzea Grande, como mostra a pesquisa, existe alguns exemplares de residências antigas que ainda prevalecem, porém passaram por muitas adaptações, perdendo suas características construtivas originais para se enquadrarem aos dias atuais; outras estão abandonadas e outras poucas estão preservadas. Porém mesmo sendo um patrimônio histórico, a cidade não possui um centro histórico, nem reconhecimento e não são preservadas como tal, sendo a igreja Nossa Senhora da Guia e a igreja Nossa

Senhora da Conceição as construções da cidade tombadas como patrimônio histórico. E mesmo essas que são tombadas pouco se tem o conhecimento de seus valores históricos, arquitetônicos e a importância que possuem para a cidade.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desse artigo surgiu pela necessidade de mostrar que Várzea Grande possui sua cultura construtiva que precisa ser conhecida e valorizada, além de comprovar a existência de casas antigas que fazem parte da sua história e que precisam ser preservadas.

Foram destacadas informações desde a época de fundação da cidade, para que fosse possível entender melhor sobre ela, como surgiu seu povoado e como ela está hoje, para então começar a tratar da arquitetura da cidade do início do século XX e como estão atualmente as edificações construídas na época.

Inicialmente, fez-se o levantamento *in loco* de duas casas, uma abandonada quase em ruínas e outra devidamente preservada. A observação de cada uma das construções analisadas permitiu determinar o sistema construtivo da época, os materiais utilizados e o desenho arquitetônico de cada caso estudado.

Houveram algumas dificuldades na realização do trabalho. Fazer o levantamento das casas foi uma delas, devido não ter informações em livros, por algumas das casas não serem tão acessíveis e por outras estarem em bairros um pouco distantes do centro da cidade. Porém foi possível apresentar duas casas, informações e perceber que para saber melhor sobre elas é preciso conversar com os moradores mais antigos para o registro de suas memórias.

Conclui-se que a cidade não possui uma política de preservação, mesmo tendo leis que tratam sobre isso, como no plano diretor da cidade. Além das residências analisadas no trabalho, outras são encontradas na cidade. O mais comum é encontrar casas antigas, muito modificadas, com novos revestimentos, novas portas, janelas entre outras coisas.

AGRADECIMENTOS

A autora agradece ao Senhor Saturnino, a senhora Antônia e ao Senhor Paulo Lúcio pela atenção, receptividade e toda ajuda na procura das casas. Também ao orientador, professor Dr. Carlos Edinei de Oliveira pelo auxílio e suporte.

REFERÊNCIAS

Conte, C. Q. (2005). **Centro Histórico de Cuiabá: patrimônio do Brasil**. Cuiabá: Entrelinhas.

Ferreira, J. C. V. (2001). **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Buriti

Lacerda, L. B. (2008) **Patrimônio histórico-cultural de Mato Grosso: Bens edificados tombados pelo Estado e União**. Cuiabá: Entrelinhas

Monteiro, U. (1987). **Várzea Grande, passado presente, confrontos**. Cuiabá: Policomosgráfica

Mendes, C.; Verissimo, F.; Blittar, W. (2011) **Arquitetura no Brasil: de Cabral a D. João VI**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio

CAPÍTULO 4

PERMANÊNCIAS E RUPTURAS NA TRAMA EDIFICADA PELA FÁBRICA TÊXTIL “NORTE ALAGOAS” NA CIDADE DE MACEIÓ-AL

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 04/09/2020

Mônica Peixoto Vianna

Centro Universitário Tiradentes - UNIT Campus
Amélia Uchôa
Maceió - Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/9615385473218626>

Beatriz Rodrigues Simões Gomes

Centro Universitário Tiradentes - UNIT Campus
Amélia Uchôa
Maceió - Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/4367830337305642>

Gabriela Marinho da Silva

Centro Universitário Tiradentes - UNIT Campus
Amélia Uchôa
Maceió - Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/3711913110790641>

RESUMO: A atividade têxtil alagoana se consolidou industrialmente entre o século XIX e o início do século XX, tendo proporcionado, à nível nacional, maior destaque ao comércio nordestino graças a fatores como a existência de matéria prima abundante e de mão-de-obra barata. Deste modo, o presente artigo propõe a análise e o levantamento histórico do antigo núcleo residencial operário da fábrica “Norte Alagoas”, na cidade de Maceió-Alagoas, de modo a verificar a sua configuração espacial, as várias tipologias arquitetônicas, a sua relação com diferentes conceitos de habitat e, por fim, o processo de desmonte e a atual situação desses

espaços através da utilização de ferramentas como as primeiras impressões sobre os objetos de estudo, levantamentos bibliográficos, iconográficos e audiovisuais e pesquisas em portais virtuais de textos científicos. Os resultados desse mapeamento permitiram a posterior compreensão e análise do processo de implantação do núcleo fabril e da concentração de poder em relação a setorização e hierarquização dos espaços e das edificações, possibilitando a comparação do cenário antigo com o atual do núcleo operário, bem como entender o impacto do fechamento e desmonte do espaço para seu trabalhadores.

PALAVRAS - CHAVE: Maceió; Núcleos operários; Patrimônio industrial.

STAYS AND BREAKS IN THE PLOT BUILT BY THE “NORTE ALAGOAS” TEXTILE FACTORY IN THE CITY OF MACEIÓ-AL

ABSTRACT: The textile activity in Alagoas was industrially consolidated between the 19th century and the beginning of the 20th century, having, at the national level, given greater prominence to the Northeastern trade thanks to factors such as the existence of abundant raw materials and cheap labor. Thereby, this article proposes the analysis and historical survey of the old working houses of the “Norte Alagoas” factory, in the city of Maceió - Alagoas, in order to verify its spatial configurations, the various architectural types, its relationship with different habitat concepts and, finally, the disassemble process and the current situation of these spaces through the use of tools such as first impressions on the objects of

study, bibliographic, iconographic and audiovisual surveys and research on virtual portals of scientific texts. The results of this mapping allowed for a later understanding and analysis of the implantation process of the manufacturing working houses and the concentration of power in relation to the sectorization and hierarchization of spaces and buildings, enabling the comparison of the old scenario with the current one of the working houses, as well as understanding the impact of closing and dismantling the space for your workers.

KEYWORDS: Maceió; working houses; Industrial heritage.

11 O ALGODÃO E O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E TÊXTIL EM ALAGOAS

A ascensão da industrialização, que trouxe uma nova perspectiva ao mercado brasileiro, teve como principal ponto de partida a Revolução Industrial, ocorrida na Europa durante o século XVIII que foi responsável por dar aos métodos de produção comuns à época novas possibilidades, impulsionando o desenvolvimento do mercado mundo afora e facilitando a importação e a exportação de produtos, bem como também a obtenção das mais variadas matérias-primas. O crescimento ininterrupto do consumo da produção trouxe ao ramo tecnológico um cenário de prosperidade, de modo que este passou a aprimorar cada vez mais as suas técnicas produtivas, visando atender às expansivas demandas de mercado.

A história da civilização alagoana é, sem dúvidas, fortemente marcada pela presença da cultura do cultivo da cana-de-açúcar. No entanto, a partir do século XIX, a produção do algodão passou a se consolidar nas demais regiões do país, abrindo espaço para novos mercados que logo começaram a disputar e a enfraquecer a comercialização do açúcar tanto em cenários nacionais, quanto internacionais, passando a gradativamente retirar o controle político das mãos da burguesia açucareira.

Diante de um cenário de prosperidade e sob forte influência estrangeira, os mercados do açúcar e do algodão foram se reinventado de modo a transformar os engenhos em usinas e fortalecer o desenvolvimento das plantações de algodão, abrindo espaço ao surgimento das fábricas têxteis no Brasil. Estas empresas foram diretamente responsáveis por um progresso que nunca fora anteriormente visto na história de Alagoas e pelo reconhecimento do produto brasileiro mundo afora graças a fatores como a existência de matéria prima abundante, de mão-de-obra barata e de fácil acesso a importação através de vias hidrográficas e linhas férreas.

Segundo Oliveira (1981), a produção dos fios e tecidos nordestinos esteve especializada durante muito tempo na confecção de tecidos grossos. Neste contexto, chegou a Alagoas, em 1857, a primeira indústria do setor têxtil, a Companhia União Mercantil que posteriormente ficou conhecida como Fábrica Carmen. Assim, a cultura do algodão veio a se desenvolver em um ritmo tão acelerado que acabou por resultar na implantação de treze fábricas de fiação e tecelagem no estado, que foram responsáveis

por boa parte da formação do tecido urbano das cidades, transmitindo de modo expressivo o seu cotidiano, as suas funções, os seus conflitos e os seus principais usos.

A instituição desses novos espaços dentro da cultura alagoana são marcos das transformações históricas, políticas e culturais, tendo influência sobretudo na formação do cotidiano capitalista em Alagoas, admitindo novos costumes laborais através da disciplina do trabalho dentro de seus núcleos e vilas operárias administradas pelas indústrias. O processo de implantação das indústrias em Alagoas foi dotado de particularidades, pois segundo Farias (2012, p. 26), “em Alagoas não houve um processo de industrialização propriamente dito [...], mas sim a implantação de núcleos industriais em regiões afastadas, com laços arraigados à economia agrária tradicional”.

Mesmo com todos os fatos que propiciaram o seu crescimento, a indústria do algodão não conseguiu acompanhar a evolução dos seus concorrentes, e sua produção recuou na década de 1930 em virtude de uma série de fatores como a reestruturação da produção algodoeira dos Estados Unidos, a ascensão da indústria cafeeira, a diversificação da produção na região sudeste do Brasil e a escassez de mão de obra. Logo, outros setores industriais passaram a competir com a indústria do algodão, culminando no declínio de todo o sistema algodoeiro, o que acabou por acarretar o fechamento e o desmonte das fábricas alagoanas e das suas respectivas vilas operárias.

21 A CRIAÇÃO DAS FÁBRICA “NORTE ALAGOAS” E DE SEU NÚCLEO RESIDENCIAL

A Fábrica Norte Alagoas, fundada no ano de 1924, surgiu na cidade de Maceió em um cenário onde “o setor têxtil e algodoeiro alagoano se destacava, apesar das sucessivas crises políticas e econômicas nos anos 1920 no Brasil” (TAVARES, 2020, p. 06), sendo fortemente influenciada pela eclosão da Primeira Guerra, que abriu novos espaços para a produção e a exportação de tecidos no mercado mundo afora. De acordo com Singer (1977 apud SILVA, 2019, p.120), essa influência também se deu de forma interna, visto que “impulsionados pela renda da cotonicultura, certamente os pequenos e médios produtores consomem em maior quantidade os artigos têxteis e passam a consumir alguns produtos importados, estimulando a atividade fabril e comercial”.

Como prática comum à época, a fábrica têxtil recebeu do governo de Alagoas incentivos fiscais que visavam facilitar a sua construção e o breve início das suas atividades fabris. Posteriormente, obtiveram-se como resultados destes investimentos as aquisições de novos maquinários e a ampliação dos setores da fábrica, de modo que “esses estímulos refletiram também em melhorias no amparo ao trabalhador através da construção de vilas operárias, preservando a característica paternalista deste tipo de empreendimento” (SILVA, 2019, p. 120). Esta presença constante da força de trabalho a tornava, de certo modo, mais vantajosa se comparada às outras regiões do país, tanto em relação ao plantio de algodão

quanto no que diz respeito à composição do trabalho operário na fábrica (TAVARES, 2020, p. 06).

As fábricas têxteis de Alagoas, salvo raras exceções, foram fundadas através das iniciativas de imigrantes ou dos seus descendentes, de modo a tornar claro o desinteresse da oligarquia alagoana pela industrialização. O caso da Fábrica Norte Alagoas - popularmente chamada Fábrica da Saúde - não foi diferente, tendo esta sido um empreendimento da família Nogueira, de origem portuguesa e formada por Antônio Nogueira Júnior, Carlos da Silva Nogueira, José da Silva Nogueira e Aloísio da Silva Nogueira, que eram, anteriormente, os gestores da Fábrica de Fiação e Tecidos Vera Cruz. O complexo fabril instalou-se em uma propriedade da mesma família, e ficou conhecido, ainda, como “Alemanha pequena”, em comparação ao regime nazista pela forma de controle sobre a vida econômica, política e habitacional dos operários que residiam no núcleo fabril (TICIANELI, 2020).

O litoral Norte da cidade de Maceió, até então pouco explorado, foi o local escolhido para dar início às atividades fabris da Norte Alagoas. Esta foi implantada, mais especificamente, no Distrito da Saúde, caracterizado por ser um povoado simples e sem nenhuma infraestrutura para comportar o surgimento da indústria. Deste modo, segundo Ticianeli (2020), o empreendimento contou, mais uma vez, com o incentivo do governo, que promoveu, no ano de 1924, à construção de uma estrada de acesso até o terreno onde posteriormente estaria se instalando à fábrica.

Mediante a construção da via, as atividades da seção de fiação da mesma foram iniciadas em agosto do ano de 1924 e, em seguida, no ano de 1927 já se podia avistar o surgimento do prédio de cotonifício que se tornou parte essencial da produção de tecidos da fábrica. Este povoado, pode-se afirmar, foi surgindo e se ampliando a partir da montagem da fábrica e das necessidades de habitações e construções de apoio que fariam parte da estrutura social daquela pequena comunidade fabril.

Sua ocupação esteve diretamente ligada à atividade têxtil na região e sua escolha não foi mera coincidência, visto que a área contava com um grande potencial paisagístico e com o benefício do abastecimento de água pelos rios Meirim e Saúde.

Os primeiros donos da companhia de fiação e tecidos Norte Alagoas foram os grandes responsáveis pela inclusão de moradias na região, a partir da compra de terras e da construção de algumas propriedades nos anos de 1923 e 1924, que eram elaboradas, inicialmente, utilizando a técnica de taipa. Este núcleo operário, no ano de 1927, já contava com cerca de 150 casas e com a existência de um posto médico bem abastecido.

Com o crescimento das atividades da fábrica a vila também acabou por conseqüentemente se desenvolver, ganhando características mais urbanas, de modo a logo se tornar um núcleo com uma grande variedade de instalações, como creches, escolas, clubes, postos de polícias, moradias de acordo com o cargo designado na indústria, entre outros. Com relação à localização destas construções, sabe-se que:

As principais construções estavam situadas na Rua Cônego Machado, principal rua do distrito onde também estava localizada a fábrica. Essa rua foi a única beneficiada com a construção de canteiros e o plantio de árvores. Buscando a ampliação de suas instalações a fábrica promoveu o aterro de uma área em sua proximidade para a construção de um campo de futebol e do refeitório, ocupando assim uma área que era constantemente alagada (BRANDÃO, 2009, p. 27).

O sistema fabril que buscava alocar o seu complexo em uma área distante tinha como objetivo, segundo Melo (2012, p.81), dificultar o acesso a estranhos, “propiciando um maior controle dos proletários. Seria um território habitado em quase sua totalidade pelos funcionários da fábrica e seus familiares”.

Pode-se afirmar, também, que esta escolha esteve relacionada a uma tentativa de baratear os custos do empreendimento, de modo a utilizar os recursos hídricos existentes na região para suprir as demandas de produção e adquirir terrenos de grande extensão por um baixo custo, promovendo a “criação de um poder paralelo, porque no momento em que à fábrica se afastava das leis e da justiça do Estado, era à promotora da vida cotidiana local com a cidade fábrica” (MELO, 2012, p.81).

Toda essa articulação fabril que envolvia a organização espacial e funcionamento do próprio empreendimento e da comunidade operária acabou por resultar em uma gestão e um cotidiano voltados para a produção industrial, onde todas as atividades econômicas e sociais ocorriam naquele espaço. Segundo Melo (2012, p.87) “foi na Fábrica Norte Alagoas onde encontramos um maior isolamento e as piores condições de trabalho e vida”.

3 | A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL E A ARQUITETURA DA FÁBRICA “NORTE ALAGOAS” E DO NÚCLEO RESIDENCIAL

O povoado da Saúde, onde se localiza a antiga Fábrica Norte Alagoas, pertence ao bairro de Ipioca e faz ligação com a AL-101 Norte, que é uma das principais vias da cidade de Maceió, sendo acessado única e exclusivamente através da Estrada da Saúde. Na rua que faz parte do trajeto até o terreno da fábrica de tecidos percebe-se um conjunto muito pequeno de residências, que têm a sua construção datada em um momento posterior ao fim das atividades fabris, sendo estas em sua totalidade geminadas.

No terreno da fábrica operária é possível reconhecer, inicialmente, cerca de 7 construções com estados de conservação variados, já que algumas destas se encontram quase que totalmente deterioradas, enquanto outras ainda são utilizadas pela população. A sensação que permeia o local, do início ao fim, é a de estar em uma área completamente estagnada, que se encontra a mercê das ações do tempo.

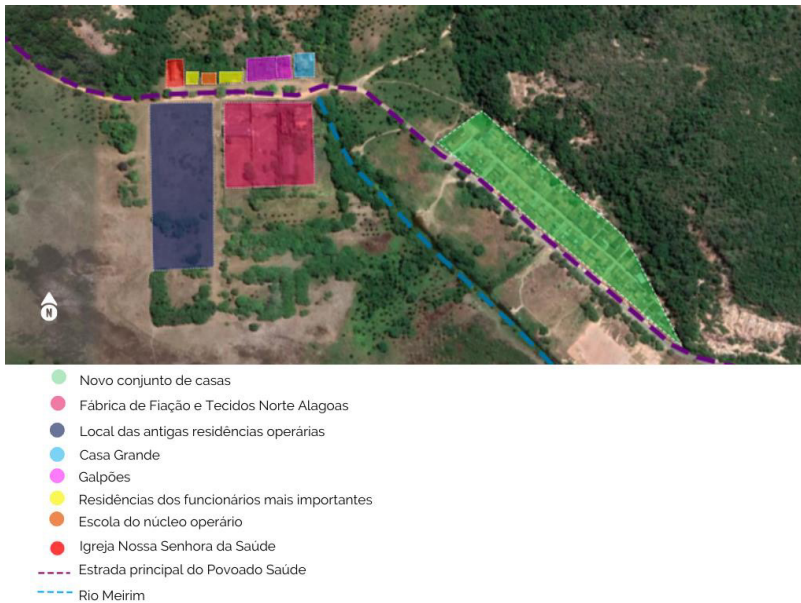


Figura 01: Configuração espacial do núcleo operário.

Fonte: Elaboração autoral, 2020.

A primeira obra que pode ser avistada é a residência de caráter mais luxuoso do complexo, que pertencia, no passado, ao dono da antiga fábrica. A casa está localizada em frente ao prédio onde se desenvolviam as atividades fabris, e se destaca através da sua grandeza e do seu requinte, sendo a única de todo o núcleo operário a contar com um primeiro pavimento. Sua fachada é protegida apenas por um muro baixo, e sua composição se dá através de cores simples e formas assimétricas.

A residência é composta, no geral, por um amplo jardim com varanda e piscina, por uma sala de estar e jantar, por diversos quartos com e sem suíte, e por uma cozinha com área de serviço. O programa de necessidades da casa, no geral, foge da simplicidade existente entre a maioria das propriedades do conjunto, e a sua posição no terreno aparenta ter sido estrategicamente pensada a fim de facilitar o controle das atividades que ocorriam na época do funcionamento da fábrica.



Figura 02: Casa do antigo proprietário da fábrica.

Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Ao lado da residência existem, ainda, cerca de dois galpões, que eram utilizados, no passado, para armazenamento dos produtos da fábrica, mas atualmente a única parte do prédio que se mantém preservada é a fachada, tendo todo o resto do seu interior já sido demolido. O galpão frontal, que é o mais preservado e ainda hoje utilizado, reflete a falta de manutenção e cuidado visto que as suas esquadrias, por exemplo, já se encontram quebradas e vedadas por tijolos. Em seu aspecto formal, o prédio é um grande bloco horizontal, de caráter simétrico e monumental, visto que conta com um pé-direito elevado e uma sincronicidade na composição da sua fachada. A entrada principal do local está centralizada no edifício através de uma espécie de frontão.

A parte estrutural da edificação já tem sido tomada pela natureza, e todos os acabamentos metálicos encontram-se enferrujados ou desgastados. A pintura, em tons alaranjados, apresenta um aspecto queimado e está, em pontos específicos descascada, de modo em que se pode ver os tijolos que foram utilizados na construção das paredes. No interior do galpão foram observadas as áreas destinadas ao antigo ambulatório do complexo, que contava com a presença de uma farmácia, de uma clínica dentária e até mesmo com uma maternidade. No prédio principal estavam inseridos, também, os escritórios e as áreas administrativas, voltados aos responsáveis pelos cargos de maior poder da fábrica de tecidos.



Figura 03: Fachada da Fábrika Norte Alagoas, ainda em funcionamento.

Fonte: TICIANELI, 2020.



Figura 04: Ruínas da Fábrika de Fiação e Tecidos Norte-Alagoas.

Fonte: Elaboração autoral, 2020.

Os galpões localizados no fundo do terreno, em estados avançados de deterioração, cediam espaço para as caldeiras da fábrica e para as oficinas mecânicas e de madeira, bem como também abrigavam os tecelões em suas jornadas de trabalho. É notório que a arquitetura destes galpões foi pensada visando a eficiência laboral, visto que em todos eles, é possível identificar muitas esquadrias de vidro que permitem a entrada da luz solar e da ventilação natural.

Subsequente a esta edificação, encontram-se duas residências com plantas semelhantes, que foram aparentemente espelhadas. Ambas contam com um pequeno jardim frontal, uma garagem coberta que se estende até a entrada da casa, uma varanda que se une a garagem, uma sala de estar/jantar, alguns quartos, uma cozinha e, por fim,

banheiros. As casas, visivelmente de maior porte, chamam atenção devido à localização privilegiada em que se encontram, sendo notório, portanto, que estas eram destinadas aos funcionários de alto escalão da fábrica.

Ao lado das residências analisadas, encontra-se a Escola do Núcleo Operário. O conjunto escolar se destaca dentre as construções presentes no local, porque conta com características arquitetônicas que se diferenciam das demais. A entrada principal, centralizada no prédio, é composta por um arco que se apoia em colunas bem desenhadas, que acabam por causar maior sensação de direcionamento a quem visita o local.

Por fim, a última edificação encontrada no complexo operário é a Igreja Nossa Senhora da Saúde que é, atualmente, o prédio em maior conservação do conjunto, pois ainda se mantém em funcionamento. Diferente das residências, a Igreja possui um pé-direito mais elevado, que perpassa uma sensação de imponência em torno do conjunto operário. O seu aspecto formal é simples e simétrico, mas traz consigo referências de muitos movimentos da arquitetura, assim como as demais obras que compõem o núcleo.

Através dos relatos dos moradores e antigos funcionários da fábrica que ainda vivem no local, sabe-se que existia, ainda, em uma área do terreno que abrigava um conjunto de cerca de quatrocentas casas, destinadas a abrigar os funcionários de menor nível econômico da fábrica, como os tecelões. A área ainda contava com alguns atrativos para a população, como campos e quadras de esportes.

Como se observa na imagem abaixo, as residências operárias eram edificações de caráter mais simples do complexo. Construídas em um bloco único, percebe-se o compartilhamento de paredes entre as casas e à utilização de cores claras nas fachadas, que se compunham através de uma janela e uma porta com contorno arredondado. O telhado era formado por duas águas e o material utilizado é, ainda, hoje, muito popular. Devido à inexistência da edificação no local atualmente, não se sabe à forma como se dividiam os cômodos nas residências.



Figura 05 e 06: Residências do núcleo operário.

Fonte: Google Maps, 2020.

4 | O PROCESSO DE FECHAMENTO E DESMONTE DO COMPLEXO FABRIL TÊXTIL DA FÁBRICA “NORTE ALAGOAS”

A Fábrica Norte-Alagoas foi uma das indústrias encontradas na capital de Maceió que foram pouco afetadas pela crise econômica da década de 1930, pois ao que se sabe, a companhia não apresentava em seus relatórios declínios consideráveis resultantes da crise no mercado internacional. Como demonstrativo do seu crescimento, a empresa trazia números de crédito e débito notáveis, que demonstravam que “a companhia pretendia aumentar sua capacidade produtiva em alguns anos porque estava confiante na mudança positiva do mercado” (MELO, 2012, p. 72). Sabe-se, ainda, que boa parte deste lucro se destinava à aquisição de novos maquinários.

Os problemas que se sucederam na Norte Alagoas, pode-se afirmar, se originaram através de um intenso conflito de interesses, pois com o notável fortalecimento das classes trabalhistas novos embates entre trabalhadores e empresários foram continuamente surgindo. Os primeiros buscavam uma redução da jornada de trabalho, enquanto os demais defendiam apenas questões relacionadas à lucratividade (TICIANELI, 2020) e, portanto, mesmo com um elevado capital a fábrica passou a sofrer as consequências deste sucessivo embate a partir do ano de 1947.

Desta forma, a indústria têxtil entrou na nova década extremamente abalada, demandando novos esforços que visavam a obtenção de lucros mesmo diante de um cenário de elevação dos preços do algodão e de baixa no valor dos tecidos, que eram produzidos em grande escala e passavam por um processo de concorrência elevado. Esta situação só veio a se estabilizar mais tarde, em meados do ano de 1953, mas é preciso afirmar que esta melhora não significou o surgimento de um lucro elevado para a empresa. Nos anos que se sucederam as situações das jornadas de trabalho da fábrica continuavam a piorar, gerando ainda mais denúncias aos proprietários das fábricas que buscaram até mesmo recursos federais para manter as suas portas abertas até o ano do encerramento das suas atividades.

De acordo com o atual vigia da propriedade, a fábrica teve a venda do seu maquinário e o seu fechamento realizado entre os anos de 1983 a 1985. No entanto, foi somente no ano de 1992 que as casas do conjunto operário foram derrubadas e, mediante a este acontecimento, no ano de 2006 o terreno foi vendido ao proprietário da atual Construtora Nova Itália. Hoje, o que se sabe é que o terreno será sede de uma unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e a intenção da empresa é a plena recuperação dos prédios da antiga fábrica, de modo a preservar a história e o legado têxtil em Alagoas.

51 A SITUAÇÃO ATUAL DO POVOADO DA SAÚDE E AS ALTERAÇÕES ESPACIAIS CORRELATAS

O bairro de Ipioca, onde se localiza o povoado Saúde, traz em sua essência um aspecto notoriamente interiorano, fato este que se dá devido ao seu processo desacelerado de desenvolvimento urbano. Atualmente, a região é sempre lembrada pela sua tranquilidade e pelas suas praias pouco visitadas, e devido ao seu valor histórico e cultural o local também atrai visitantes e pesquisadores, o que destaca, portanto, a sua função hoteleira.

Com o fechamento da Fábrica, o povoado Saúde acabou por perder a sua fábrica têxtil, de modo a tornar o bairro uma localidade dormitório, realidade essa que só se alterou após o surgimento da pesca, do turismo e do veraneio como novas potencialidades para a região, já que novos hotéis começaram a gradativamente se instalar na área. Atualmente a população nativa do povoado sobrevive através do desenvolvimento de atividades econômicas na própria região, já que não existem oportunidades de trabalho fixo.

De modo geral, percebe-se no bairro a preservação dos costumes culturais e melhorias relacionadas à mobilidade urbana, que resultaram no surgimento de novas estradas, na diminuição do tempo de deslocamento e na necessidade de expansão das linhas de ônibus, tornando a realidade do transporte coletivo frequente para os moradores do povoado. Segundo Albuquerque (2013), a principal característica da área é a sazonalidade, visto que há um enorme contraste entre períodos de grande animação social e espaços de aparente desertão. No mais, também se identifica no bairro uma função predominantemente habitacional.

Nota-se, ainda, que as atividades do dia-a-dia na região se dão num ritmo diferente, que é característico de bairros populares e de uma população de baixo poder aquisitivo, que usa a rua como uma extensão da casa (ALBUQUERQUE, 2013). Com relação ao lazer, as únicas opções diferenciadas existentes no povoado são a praia e o Rio Meirim, que serve como local de divertimento para a população. Quanto aos equipamentos públicos do povoado, pode-se citar a existência de uma única escola. As demais só são encontradas quando se adentra ao bairro de Ipioca, e esta é uma situação que também se aplica aos postos de saúde, que são inexistentes na Estrada da Saúde.

Nos dias atuais, o povoado é formado por residências de baixa renda que são geminadas e feitas através de técnicas construtivas pouco requintadas. Estas foram doadas aos antigos funcionários da fábrica e nos dias de hoje, as edificações localizadas no litoral são, no geral, casas de verão.

Em relação à infraestrutura do núcleo fabril, grande parte se encontra em ruína ou em péssimo estado de conservação, mas algumas edificações permanecem em uso. Apesar da história da Fábrica ter se perdido no tempo, a mesma ainda se faz muito presente na memória e no cotidiano dos cidadãos, o que reforça a necessidade urgente da valorização deste patrimônio, que é uma referência a história de Maceió e traz consigo significados

afetivos, sociais e culturais para a cidade.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa permitiu perceber que o processo de criação e de desenvolvimento dessa unidade fabril é tão complexo quanto a história do setor têxtil em Alagoas, e como ambas estão atreladas. Vislumbrar a trajetória da Fábrica foi de fundamental importância para a compreensão do papel da arquitetura, que agia não somente como algo que determinava características, mas também que servia como instrumento de demarcação de território, controle e poder sobre seus trabalhadores. Outro ponto importante, foi a comparação dos cenários antigo e atual, e como o impacto do fechamento e desmonte da fábrica afetou o espaço urbano e principalmente o modo de vida de seus antigos operários, que, de uma situação de prosperidade e ascensão econômica no século XX, passou para um processo de esquecimento e abandono de suas estruturas principais. Portanto, toda a pesquisa desempenhou um importante papel para a ampliação do olhar acerca do patrimônio histórico de Alagoas, com um foco maior no patrimônio industrial de Maceió, levantando a importância da preservação da memória em relação aos fatos e acontecimentos correlacionados.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Mariana Freitas Cavalcanti de et al. **A memória do patrimônio intangível em Ipioca, através de seus narradores**. 2013. 241 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Alagoas - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2013.

AZEVEDO, Esterzilda B. de. Patrimônio industrial no Brasil. **Arq. Urb. Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 3, 2010. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/2arqurb3-esterezilda.pdf>. Acesso em: 12 de jan. 2017.

BRANDÃO, Lana Souza Costa. **Parque Urbano no entorno dos rios Meirim e Saúde, Maceió**. 2009. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2012.

FARIAS, Ivo dos Santos. **Dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho/AL (1953-1962)**. 2012. 115 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

FIEA - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS. **Trajетória da Indústria em Alagoas: 1850/2017**. Instituto Euvaldo Lodi, 1 ed. Maceió: FIEA, 2018.

MELO, A. S. **Operários têxteis em Alagoas: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951 - 1964)**. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

SILVA, Bruno Bianchi Gonçalves da. **Indústria têxtil no Nordeste: a experiência de Alagoas e Sergipe**. 2019. 184 f. Dissertação de Mestrado - Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente - Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2019.

SINGER, Paul I. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2. Ed. São Paulo; Companhia Editora Nacional, 1977.

TAVARES, Marcelo Góes. Territórios fabris no ramo têxtil em Alagoas e fisiografias urbanas em Maceió (1857-1943): histórias e representações. **Revista franco-brasileira de geografia**, Confins (on-line), n. 40, mai. 2019. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/20309#quotation>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

TICIANELI, Edberto. Bom Parto da paróquia do padre Brandão Lima e da Fábrica Alexandria. **História de Alagoas**, 2019. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/bom-parto-da-paroquia-do-padre-brandao-lima-eda-fabrica-alexandria.html>>. Acesso em: 25 de junho de 2020.

TICIANELI, Edberto. Avenida da Paz, o aterro de Jaraguá. **História de Alagoas**, 2019. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/avenida-da-paz-o-aterro-dejaragua.html>>. Acesso em: 25 de junho de 2020.

CAPÍTULO 5

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EM PÁTIOS FERROVIÁRIOS: REVITALIZAÇÃO E REABILITAÇÃO DA USINA DE CREOSOTAGEM EM JUIZ DE FORA

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 26/08/2020

Jonas Tadeu Ferreira

Centro de Ensino Superior – CES/JF.

Faculdade de Arquitetura.

Juiz de Fora - MG

<http://lattes.cnpq.br/0684971684133536>

<https://orcid.org/0000-0003-2155-9236>

RESUMO: O enfoque volta-se para a revitalização e reabilitação da usina de creosotagem, situada no bairro Francisco Bernardino. Hoje a usina encontra-se desativada e em péssimas condições de uso. Esta usina faz parte do conjunto ferroviário de Juiz de Fora, de acordo com Lima (2006) em seu texto estes conjuntos eram representados por “estações, galpões anexos, casas de chefes de estação, locomotivas e vagões, reservatórios de água, dentre outros”. O objetivo do artigo é trazer embasamento histórico e cultural necessário para a compreensão do tema sobre a importância da memória ferroviária, e servir como um suporte para a criação de um projeto voltado para a conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo sobre a temática da Revitalização e Reabilitação de um Pátio Ferroviário. O método usado veio através de leituras teóricas sobre a temática da ferrovia no Brasil, artigos produzidos por pesquisadores e professores, auxílio de pesquisadores ligados às atividades ferroviárias. Assim tem como resultados esperados uma conscientização e respeito dos órgãos públicos e da sociedade sobre a questão da memória

ferroviária, que hoje se encontra em um crescente descaso que se prevalece sobre os aspectos culturais e históricos.

PALAVRAS - CHAVE: Usina de Creosotagem, memória ferroviária, Revitalização e reabilitação.

PROPOSAL FOR INTERVENTION IN RAILWAY PATIOS: REVITALIZATION AND REHABILITATION OF THE CREOSOTAGE PLANT IN JUIZ DE FORA

ABSTRACT: The focus is on revitalizing and rehabilitating the creosote plant, located in the Francisco Bernardino neighborhood. Today the plant is deactivated and in very bad condition. This plant is part of the Juiz de Fora railroad set, according to Lima (2006) in his text these sets were represented by “stations, attached warehouses, houses of station managers, locomotives and wagons, water reservoirs, among others” The objective of the article is to bring the necessary historical and cultural background for understanding the theme about the importance of railway memory, and to serve as a support for the creation of a project aimed at completing the Architecture and Urbanism Course on the theme of Revitalization and Rehabilitation of a Railway Yard The method used came through theoretical readings on the theme of the railroad in Brazil, articles produced by researchers and professors, assistance from researchers linked to railway activities, resulting in the expected results of public awareness and respect and society on the issue of railway memory, which today finds itself in a growing neglect that prevails over and cultural and historical aspects.

KEYWORDS: Creosote Plant, Railway Memory, Revitalization and Rehabilitation.

1 | INTRODUÇÃO

O trabalho aqui desenvolvido começa descrevendo um recorte histórico da ferrovia no Brasil, ressaltando a origem, as características e a importância que o transporte ferroviário gerou para o crescimento do país. Este recorte tem como objetivo contextualizar e embasar a temática do assunto se tratando do crescimento ferroviário chegando à região da zona da mata e Juiz de Fora.

O enfoque volta-se para a revitalização e reabilitação da usina de creosotagem, situada no bairro Francisco Bernardino. Hoje a usina encontra-se desativada e em péssimas condições de uso. Esta usina faz parte do conjunto ferroviário de Juiz de Fora, de acordo com Lima (2006) em seu texto estes conjuntos eram representados por “estações, galpões anexos, casas de chefes de estação, locomotivas e vagões, reservatórios de água, dentre outros”. Vale ressaltar que hoje estes conjuntos sofrem interferências em seu entorno proporcionado pelo crescimento urbano devido a construções de grande porte e por edificações edículas que acabam impactando na preservação e na memória destes conjuntos, sendo muitos deles encontrados hoje em pleno estado de degradação.

“Vemos que a importância da preservação desses bens culturais não se faz apenas em caráter monumental, mas principalmente como documentação de toda a tradição da construção e utilização das estações de interior, como também do entorno imediato a elas”. (SOUZA, 2002, p.21).

2 | CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Históricos das ferrovias no Brasil:

Segundo Monachesi (s/d) Diogo Feijó estadista do império manifestou o interesse em construir ferrovias devido à influência da Inglaterra no ofício.

Em 1835 o imperador Dom Pedro II autoriza a construção de ferrovias pelo país, mas a sua montagem não era uma tarefa tão simples, existia um custo enorme na sua construção e argumentos políticos contra o empreendimento. Estudavam-se a ideia de ligar a capital do Rio de Janeiro às províncias de Minas Gerais e São Paulo. De acordo com Monachesi (s/d) em seu texto em 1855 o empreendedor Irineu Evangelista constrói a primeira estrada de ferro no Brasil a IMPERIAL CIA de navegação a vapor-Estrada de ferro Petrópolis. “Irineu Evangelista recebe do Governo Imperial o privilégio para construir e explorar uma linha férrea entre a Praia da Estrela, ao fundo da Baía de Guanabara e Frágoso, localidade próxima à Raiz da Serra de Petrópolis”. Ainda de acordo com Monachesi (s/d) Irineu Evangelista foi condecorado como Barão de Mauá pelo Imperador

Dom Pedro II, este enxergava o progresso do Brasil nas ferrovias e cedia todo o apoio construção das estradas de ferro, a estrada de ferro Mauá com seu percurso de 14,3 Km se torna um grande incentivo para outras criações de ferrovias no país.

“No dia 1.º de maio de 1854 foi aberto o tráfego na E.F. Mauá para transporte de cargas e passageiros em vinculação com a barca a vapor “” que vinha da Prainha, na Praça Mauá, até a Estação de Guia de Pacobaíba, primeira estação brasileira, inaugurada nesse mesmo ano”. (SOUZA Guarani, 2002, p.11)

2.2 A criação da estrada de Ferro Dom Pedro II ao Percurso de Juiz de Fora

De acordo com Souza (2002) esta estrada de ferro foi criada com o objetivo de substituir as lentas tropas de mulas no escoamento de produtos agrícolas como o café para a exportação.

Segundo Monachesi (s/d) a companhia recebeu incentivos de capitais financeiros Ingleses e brasileiros que ao investirem apostavam nos lucros que a promissora companhia geraria. Houve uma modificação na estrutura da ferrovia com a chegada da influência norte americana, que melhorou as condições da via através da melhor qualidade e mão de obra especializada. O crescimento da estrada de ferro foi ganhando percurso até atingir o Estado de Minas Gerais, com o objetivo de alcançar o Porto Novo da Cunha, atual Além Paraíba em 1874.

“A partir de 1889 - com a proclamação da República -, a Estrada de Ferro Dom Pedro II passou a denominar-se Estrada de Ferro Central do Brasil. A Estrada de Ferro Central do Brasil se configurava como uma verdadeira espinha dorsal de toda a rede ferroviária brasileira, sendo que o primeiro trecho desta ferrovia nos remete ao ano de 1858, desde a Estação Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, até Japeri, tendo alcançado a cidade de Barra do Piraí em 1864. No percurso, os trilhos alcançaram as vertentes íngremes da Serra do Mar. Em Barra do Piraí tínhamos a bifurcação, sendo para o norte, o itinerário em direção a Minas Gerais, e, para o sul, a linha para São Paulo”. (LIMA, 2010)



Figura 1 – Trecho Central do Brasil Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais

Fonte: retirado do site http://www.geocities.com/central_do_brasil

Segundo Lima (2010) em seu texto o percurso da linha alcançou Juiz de Fora no ano de 1875, passando por outras cidades da Zona da Mata até o itinerário atingir a capital de Minas Gerais que Era Ouro Preto.

De acordo com Souza (2015) A região de Juiz de Fora despertava grandes interesses de comerciantes e empreendedores assim como Mariano Procópio, que diretamente ligado ao Imperador Dom Pedro II fez com que ele autorizasse a mudança de direção da estrada passando então pelas margens do Rio Paraíba até chegar ao destino de Porto Novo da Cunha. Tendo em conta que a estrada Real já passava pela região de Juiz de Fora, Mariano Procópio começa a estratejar a cidade preparando suas terras para a localização da estação na cidade e acomodação da linha férrea.

Segundo Monachesi (s/d) após 1880 já com a influência norte americana que superava a dos ingleses chega até a cidade de Juiz de Fora. Sendo que a ferrovia ocasionou no desenvolvimento da cidade e da região. “Mariano tinha em frente a seu solar uma grande estrutura de apoio onde tinha sido a ultima estação das diligencias da União indústria” (MONACHESI, s/d).



Figura 2 – Estação das Diligências da União Indústria em Juiz de Fora

Fonte: retirado do site [http:// www.mariadoresguardo.com.br/](http://www.mariadoresguardo.com.br/)

Este local já era bem estruturado com grandes construções de serviço, que proporcionava comodidade para os passageiros e as cargas.

Segundo Monachesi (s/d) o projeto da construção da estação foi aceito pela companhia, embora sua localização dificultasse o acesso, proporcionando transtornos para passageiros e deslocamento das cargas, pois ficavam 3 km do centro da cidade. Monachesi (s/d) descreve que já existiam construções de estações ferroviárias atingindo o trecho de Juiz de Fora até Barbacena. Descreve também a inauguração da estação Mariano Procópio em 1876 com o nome de Rio Novo, e tinha uma estrutura bem superior à estação de Juiz de Fora, esta contava com um simples estribo construído entre a Rua Marechal e Halfeld e uma plataforma que nem cobertura tinha.



Figura 3 – Antiga Estação Mariano Procópio

Fonte: retirado do site [http:// www.mariadoresguardo.com.br/](http://www.mariadoresguardo.com.br/)

A população decepcionada exigia melhoras, não se conformavam com uma simples plataforma, porém a direção da ferrovia justificava que a situação iria melhorar, pois já se pensava na compra de um terreno para a construção da estação definitiva. A responsabilidade da compra do terreno ficou a cargo do município que tinha dificuldades em captar recursos para tal obra. Se tratando que não seria uma obra tão simples por estarem situadas às margens do Rio Paraibuna.

Em seu texto, Monachesi (s/d) descreve com detalhes a situação de compra do terreno da estação, onde diferentes personalidades de Juiz de Fora colaboraram através de doações de fundo organizados pelo vereador Vitorino Braga. Em 1877 as obras foram iniciadas para a construção da estação, mas após ser inaugurada, a estação ainda sofria críticas por ter sua construção inferior à estação de Mariano Procópio. Segundo Monachesi (s/d) a construção só ganha status de estação com melhorias e ampliações que tinha objetivo de atender as condições ideais para atender a demanda da população e da área.

A cidade crescia com a chegada da ferrovia, tendo um movimento cada vez mais intenso. De acordo com o autor Monachese (s/d) “Eram trens e mais trens: os rápidos, os noturnos, os expressos, os mistos, os especiais, os de subúrbios e principalmente os de carga”. Monachesi (s/d) ainda descreve em seu texto que em 1883 a estação é inaugurada com o desenvolvimento e os investimentos provocados pela linha férrea na cidade de Juiz de Fora, a praça Dr. João Penido mais conhecida como praça da estação vai se tornando uma grande área de concentração de indústrias, comércio, hotéis gerando um grande fluxo de pessoas em seu entorno.

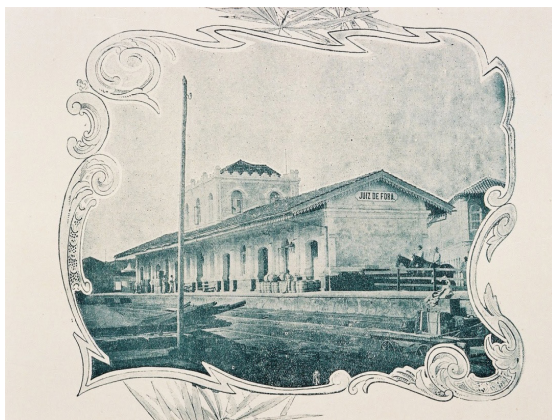


Figura 4 – Antiga Estação de Juiz de Fora na década de 1800

Fonte: retirado do site [http:// www.mariadoresguardo.com.br/](http://www.mariadoresguardo.com.br/)

Em 1928 foi inaugurada a passarela da Estação para o tráfico de pedestres devido à falta de segurança em seu cruzamento, era bastante grande o número de trens que

passava pela linha férrea. “Até hoje as linhas que restaram da Central do Brasil mantém sua importância, sendo responsável, segundo a própria RFFSA, por quase metade do transporte ferroviário de carga do Brasil. Ainda assim, pode-se afirmar que a maior contribuição dessa via de comunicação foi relativa à história cultural e social das localidades por onde passou. Não há como ignorar as mudanças nas cidades e paisagens que puderam absorver essa grandiosa companhia ferroviária. Nem tampouco a riqueza edificada ao longo dos trilhos, através das centenas de construções ferroviárias que compõem hoje parte fundamental do patrimônio cultural ferroviário brasileiro”. (SOUZA, 2002, p.16)

Segundo Souza (2005) A ferrovia não só modificou a paisagem. Ela deu força ao espírito empreendedor do mineiro para que fosse o que ansiava e que tivesse argumentos para conseguir se implantar entre as grandes cidades comerciais e industriais do país.

2.3 A criação da Rede Ferroviária

De acordo com o Monachesi (s/d) a Rede Ferroviária Federal S.A foi criada em 1957, devido às dificuldades que as ferrovias passavam no período pós-guerra. As ferrovias não conseguiam se modernizarem, e com isto a Rede Ferroviária Federal tinha um objetivo de controlar e promover um saneamento financeiro, padronizando orientações técnicas de toda malha ferroviária Brasileira. Monachesi ainda descreve cronologicamente em seu texto a atuação da Rede Ferroviária em aspectos negativos sobre administração e situação da malha ferroviária no país. Durante os anos 60 começaram a desenvolver um projeto de modernização das Ferrovias no Brasil, este projeto de modernização constituía em um processo de diminuição dos percursos e substituição da frota de trens.

Dos trens antigos não se aproveitaram nada, acabavam se encontrando em situações de sucateamento. Durante os anos de 1968 e 1972 os ramais de trem foram sendo substituídos por rodovias, estações foram se encontrando fechadas e trilhos arrancados. O descaso e o relaxamento aos poucos iam ganhando o cenário de abandono, e a estrutura ferroviária enfraquecida.

Em 1992, durante o governo de Fernando Collor, a RFFSA foi inscrita no Programa Nacional de Privatizações, com o arrendamento da malha pela empresa MRS por uma concessão de 30 e mais 30 anos se for interesse.

Este arrendamento só foi incluído o transporte de carga, sendo excluído o trem de passageiros do contrato, hoje Juiz de Fora só existe trens de cargas. Com isso todo seu equipamento foi se tornando subjugado, e o valor patrimonial e industrial herdado por Juiz de Fora sendo esquecido ou despercebido pela memória e os olhares da sociedade.

2.4 Histórico da Usina de Creosotagem

De acordo com Monachesi (s/d) Através do Ministro Pandiá Calógeras, foi feito ao Governo, um pedido de verba de 100.00\$000 para instalar uma Usina de Creosoto na EFCB. Adquirida na Inglaterra e fabricada em 1902, foi inaugurada em 16 de junho de 1904, sendo a 1ª usina de tratamento de madeiras do Brasil, com capacidade de tratar

250.000 dormentes por ano. Entre os equipamentos, consta de câmara de pressão - autoclave, maquinário pneumático, linha e vagonetes para transporte dos dormentes, grande área aberta para a lenta evaporação do creosoto já aplicado nos dormentes e até os anos 40, tinha uma pequena locomotiva a vapor inglesa para manobrar os vagonetes, e vários equipamentos auxiliares. Foi construída e inaugurada em 3 de julho de 1906 a estação Creosotagem km 281 + 577 m e altitude h 680, 900 m , para o transporte dos funcionários da Usina , que iam de trem para o trabalho . Depois, a estação mudou de nome para homenagear o político mineiro Francisco Bernardino. A instalação da usina deu um grande impulso de desenvolvimento à região.

Segundo Monachesi (2015) As usinas de creosotagem tinham a função de creosotar os dormentes para a colocação nos trilhos da malha férrea, este processo consistia na impregnação do creosoto na madeira do dormente para aumentar sua resistência aos intemperes (sol, chuva, cupins) e com isto aumentar sua vida útil.

Segundo Albino Esteves (ano) o número de dormentes creosotados por dia era de aproximadamente a 1350, ou seja, quase 500.000 por ano. Há certa discordância nos números, mas devem ser relevadas as fontes precisas sobre estes aspectos.

Segundo o texto de Giesbrecht (s/d) existia no Brasil somente duas usinas de creosotagem, uma em Juiz de Fora e outra no ramal de São Paulo próximo a Barra do Pirai. A usina de creosotagem em Juiz de Fora também funcionava como pátio de manobra para os trens de carga e locomotivas do xangai. O pátio se representa por galpões edificadas, uma fábrica de creosoto, uma guarita de recepção, uma capela denominada N.S Aparecida onde se realizava festa típica comemorativa aberta à comunidade para celebrar o dia da padroeira do Brasil, além do escritório administrativo para os funcionários da usina.



Figura 5 A –Implantação e Situação do Terreno da Usina.

Fonte: Do auto

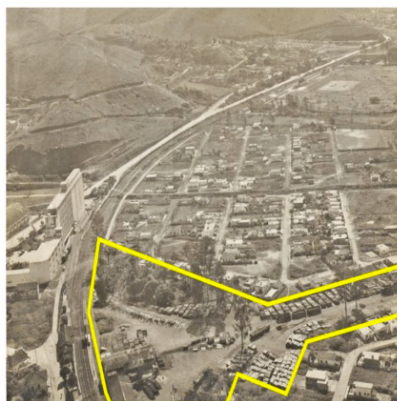


Figura 5 B –Vista aérea do Terreno da Usina.

Fonte: retirado do site <http://www.mariadoresguardo.com.br/>

2.5 Diagnóstico da área

Hoje em dia o pátio configura-se completamente desfigurado, a usina se encontra desativada, hoje ela abriga parte do trem de prata que ligou São Paulo ao Rio de Janeiro. O pátio abriga hoje sucatas da R.F.S. A, os galpões estão subjugados sem nenhum tipo de uso, a fábrica de creosoto hoje se encontra com equipamentos enferrujados devido a falta de uso e a exposição ao tempo, opera como oficina dando manutenção nos equipamentos da M.R.S, a capela está degradada e desativada, a guarita de recepção também se encontra em péssimas condições, o mato alto no pátio representa o atual estado de abandono sobre o patrimônio ferroviário.

Hoje o pátio é de responsabilidade do DNIT a estrutura do pátio ainda é muito precária. Vale ressaltar a importância dos bens culturais ligados ao patrimônio ferroviário, sendo que a usina de creosotagem tem sua importância no contexto nacional sobre a questão de manutenção dos dormentes e está vinculada com a estação ferroviária de Francisco Bernardino que se encontra ainda em boas condições de conservação devido à ocupação de uma parte administrativa da M.R.S. Mas em contrapartida a estação apesar de conservada apresenta descaracterização em sua volumetria devido aos anexos espúrios de galpões construídos para alojamentos em seu entorno.



Figura 6 – Situação atual 2015 do Pátio

Fonte: Do autor



Figura 7 – Situação atual 2015 da Estação de Francisco Bernardino

Fonte: Do autor

3 I OBJETIVOS

Esta pesquisa faz parte de uma proposta de Trabalho final de graduação onde o objetivo principal desse estudo foi elaborar um projeto de revitalização e reabilitação deste espaço para que possa ser aberto à comunidade para incentivar e trazer a participação da sociedade na cultura e resgatar a memória ferroviária. A abordagem busca na aproximação do objeto de estudo em um primeiro momento no recorte do tema voltado para o histórico da ferrovia no Brasil, Juiz de Fora e Zona da Mata, em seguida focar na especificidade local, avaliando-se os estudos de caso, o diagnóstico feito da área, a opinião de pesquisadores sobre o tema.

A proposta do projeto é criar oficinas de restauração de vagões aproveitando as instalações da Usina de creosotagem, trazer para o pátio vagões históricos que estão subjugados ao tempo dando a eles novos usos e expondo-os para visitas da sociedade, criar um espaço para a atividade do ferro modelismo, restaurar a capela que se encontra no pátio, criar espaços cobertos para a exposição dos trens, trazer para o pátio o carro restaurante que irá funcionar como restaurante e lanchonete, criar um espaço para atividades culturais utilizando a estrutura de um vagão, criar um pavilhão administrativo e cultural e uma praça de uso público para a comunidade além de estacionamentos para os turistas e funcionários. Conservar e englobar todas as operações que visam proteger o bem da degradação, para isso cuidando da manutenção que irão garantir o perfeito funcionamento do espaço em todos os seus elementos e preservar o conjunto de ações que guardam a sua identidade, protegendo o espaço de uma possível descaracterização.

Revitalizar o espaço não como objeto isolado, mas inserido num contexto urbano

e procurar, com suas ações de conservação e preservação, relacioná-lo e propor uma intervenção que busque uma melhoria da qualidade do todo. Neste processo de intervenção tem como objetivo garantir a preservação da identidade cultural do objeto, que o torna parte fundamental na sociedade.

Ainda como objetivos destacamos a importância de conservação dos equipamentos existentes, da restauração dos conjuntos no pátio e de dar novos usos e criar novas atividades no local de modo que possa a incentivar também o turismo da região, formando assim um método participativo com a comunidade de Juiz de Fora e com as regiões da Zona da Mata, se tornando um atrativo Ferroviário de referência não só no estado de Minas Gerais como também no Brasil.

4 | RESULTADOS ESPERADOS

Assim pensar no conjunto ferroviário com objeto único e integrado de forma que prevaleça a dinâmica cultural e patrimonial das atividades que exerciam e da importância da questão ferroviária para o nosso país. Saber que as ideias de conservação e de progresso possam a coexistir justapostas em um mesmo espaço urbano sem que haja descasos pelos complexos patrimoniais, sendo relevadas as suas características físicas estéticas.

Poder permitir uma relação que seja ampliada mantendo as suas características originais, mais proporcionando novos equipamentos que possam atrair aspectos sociais e econômicos. Além de estimular e desenvolver o turismo para os bairros do entorno da área, criando um novo atrativo para região. Proporcionar um compromisso de preservação do patrimônio referente os órgãos responsáveis, incentivar outras regiões a elaborarem projetos de proteção e conservação na temática das ferrovias e seus equipamentos.

Que o estudo possa a se tornar mais uma ferramenta para os movimentos e associações que lutam para a preservação dos conjuntos ferroviários. Vale ressaltar que a temática sobre ferrovias ainda persiste na memória das pessoas, que ao relatarem sobre o assunto das ferrovias trazem saudades dos velhos tempos, sempre com uma história marcante dos passeios e apitos dos trens. Conscientizar a comunidade para que haja uma participação efetiva exigindo uma salvaguarda de seus bens e participando no processo de conscientização e preservação do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora** - 1915. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915.

GIESBRECHT, R.M. Sem Título: s/d: Disponível em: [http:// www.estacoesferroviariasdobrasil.com. br/](http://www.estacoesferroviariasdobrasil.com.br/)
Acesso em: 15 fev. 2015.

LIMA, F.J.M. de. **Pela Memória da Rede Ferroviária S.A., Itinerários e conjuntos ferroviários na**

zona da mata mineira: permanências arruinadas. Cidades da Zona da Mata Mineira MG Brasiliano, 2010.

LIMA, F.J.M. de. Relatório Técnico: **Pela Memória da Rede Ferroviária S.A., Itinerários e Paradas de trem no trecho de Mathias Barbosa/M.G. a Barbacena/M.G.** Juiz de Fora: UFJF, 2006.

MONACHESI, M.M. **Ferrovias em Juiz de Fora:** Associação de Engenheiros Ferroviários-AENFER. Sem data: Disponível em: [http:// www.ferrovias.com.br/](http://www.ferrovias.com.br/) Acesso em: 15 fev. 2015.

SOUZA, M. Andreola de. **Aula da disciplina de história da arquitetura de Juiz de Fora.** Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2015.

SOUZA, M. Andreola de. **Memória Ferroviária – Revitalização da Estação de Orvalho – MG.** 2002 Trabalho Final de Graduação I. Universidade Federal de Juiz de Fora – Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2002.

Data de aceite: 01/12/2020

Maria Inês Marques da Cunha

Instituto Etno

Serra Grande – Bahia

<http://lattes.cnpq.br/8394435268625986>

RESUMO: A região da cidade de Gonçalves considerada clima tropical de altitude tem temperaturas que chegam a máxima 30° C no verão e mínima 5° C no inverno, com sensação térmica de 2°C, para tal desenvoltura do controle térmico no interior do ambiente construído, o objetivo foi manter a temperatura constante de 23° C durante o ano todo. Assim foi desenvolvida uma pesquisa com os princípios da geobiologia, como posição do sol, ventos predominantes, intensidade pluviométrica, pontos magnéticos do terreno, oscilação de temperatura, para que a implantação do projeto tivesse o melhor aproveitamento das condições naturais. A construção desenvolvida em adobe, tijolo feito com terra, elemento este com capacidade térmica boa, contempla uma técnica antiga com materiais atuais inovadores, aqueles que trazem na sua função uma inovação, como por exemplo o vidro insulado termorregulador e esquadrias em PVC, pela sua eficiência em vedação de vãos contribuindo dessa forma para que o calor interno não saia e o vento frio não entre; como também o uso de impermeabilizante biodegradável e sistema de calefação de piso solar, que potencializa o isolamento térmico do piso. Todos

esses elementos auxiliam na manutenção do equilíbrio térmico no interior da construção.

PALAVRAS - CHAVE: terra, geobiologia, calefação solar, vidro termorregulador

INNOVATIVE BUILDING TECHNOLOGY

ABSTRACT: The city of Gonçalves is located in a region considered to have a tropical highland climate, with temperatures that reach a high of 30°C in the summertime and a low of 5°C in the wintertime, getting to a 2°C apparent temperature. In order to achieve such resourcefulness of the thermic control in the interior of the built environment, the goal was to sustain a constant temperature of 23°C all year round. Thus, a research based on the principles of geobiology took place, in order for the project to best benefit from the grounds' natural conditions. Elements such as the position of the sun, prevailing winds, pluviometric intensity, the parcel's magnetic field points, and temperature oscillations, were analyzed. The construction with adobe, a clay brick with good thermic capacity, brings about an ancient technique combined with groundbreaking modern-day materials that present innovations in their function. Amongst those materials are the thermoregulating insulated glass and PVC miter joints, for their efficiency in sealing gaps and thus contributing to keep the internal heat from going out and the cold air from coming in. Another example is the use of biodegradable waterproofing and floor-heating system, which enhances the floor's thermic isolation. All of those elements assist in keeping the thermic balance inside the structure.

KEYWORDS: earth, geobiology, solar heating, thermoregulating glass.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho visa avaliar os efeitos da aplicação de materiais inovadores e os conceitos da geobiologia em espaços construídos com adobe, prezando pelo conforto térmico e a estabilidade da temperatura em clima tropical de altitude.

Serão apresentados os conceitos que definem a geobiologia, como também a contextualização do uso de materiais como: impermeabilizante biodegradável, esquadria de PVC, vidros insulados termorreguladores e calefação solar de piso.

2 | OBJETIVO

Estudar soluções relativas ao uso de materiais com tecnologia inovadora e a geobiologia, para a estabilização da temperatura no interior de uma edificação feita em adobe.

3 | METODOLOGIA

O contexto do artigo para a implantação da edificação foi baseado na geobiologia definida por Pires (2006), mostrando confirmação e a importância da sua localização, descrita por Bueno (1995), que frisa a importância do entendimento do clima para a escolha dos materiais para se executar a construção. Conceitualizando o clima da região, considerado tropical de altitude, especifica assim a releitura da alvenaria em adobe, material importante para o equilíbrio energético, termorregulador, trazendo conforto térmico para ambiente, sendo este auxiliado por vidros insulados termorreguladores, esquadria de PVC, impermeabilizante biodegradável e calefação solar.

3.1 Geobiologia

Segundo Bueno (1995), “a geobiologia é a ciência que estuda a relação entre energias procedentes da gea, terra e bios, vida de todos os seres vivos que a habitam.”

Este conceito também é defendido por Pires (2006), que ressalta a relação das técnicas construtivas milenares com as novas tecnologias a fim de obter ambientes mais harmônicos. Estes autores reforçam este conceito denominando a geobiologia ou medicina do habitat como “a ciência que estuda saúde e a vitalidade dos ambientes, além de sua relação com a salubridade dos seres vivos neles inseridos.”

De acordo com Bueno (1995)

[...] “medicina do habitat”, pela importância que dá a moradia aos materiais de construção a sua localização, correta ou incorreta, saudável ou não saudável, e porque entre outras coisas adverte sobre quais os motivos nosso lar pode ser a causa da maioria de nossos padecimentos.

Pires (2006) definem “a casa ou qualquer outra edificação como um ser vivo, sujeito a enfermidades, de acordo com as suas condições físicas e fisiológicas que ostenta”. Ressaltando a importância da observação dos aspectos relativos a geobiologia.

Segundo Schmid (2005), a casa tem por objetivo oferecer condições favoráveis de repouso aos ocupantes, conceito este contrariado pela arquitetura moderna, a qual boa parte das pessoas estão submetidas hoje em dia. A arquitetura moderna procura adaptar os conceitos de fábrica às residências, nas quais estas ficariam sujeitas à imposição da funcionalidade produtiva dentro da própria estrutura organizacional da família.

La Maya (1994) cita nove grupos que afetam o equilíbrio da vida dos seres vivos, dos quais se destacam:

- a. Ondas nocivas anteriores ao homem: neste item incluem-se as falhas geológicas, jazidas minerais, correntes de água subterrânea, etc.;
- b. Malhas etéricas verticais: tratam-se das redes Curry, Peyré e Hartmann que se encontram em toda a superfície terrestre.
- c. Atividades humanas passadas: casos frequentes são as galerias subterrâneas, linhas de metrô, fossas sépticas, poços antigos, pedreiras antigas, etc.;
- d. Atividades e técnicas humanas modernas: decorrentes das estruturas e ao funcionamento de aparelhos-elétricos, eletrônicos ou nucleares;
- e. As construções: retratadas através de suas formas e disposições geométricas, materiais de construção e elementos de conforto;
- f. Fontes de ondas nocivas; objetos inertes: trata-se de ondas nocivas abstratas;

Para este estudo foi observado o item (e) do artigo acima referido.

3.2 Análise do clima

Considerando o conceito de Köppen e Geiger (2007), a oscilação de temperatura alta e baixa prevista no clima tropical de altitude, predomina nas partes altas do Planalto Atlântico do Sudeste, estendendo-se pelo Norte do Paraná e sul do Mato Grosso do Sul, costuma trazer diversos desconfortos térmicos aos moradores, por conta de alguns fatores: amplitude térmica anual entre 7°C e 9°C, [...] “As temperaturas médias anuais caem para menos de 23°C e a pluviosidade se acentua (sobretudo nas encostas litorâneas) em posição de barlavento. No inverno, as frentes frias originárias da Massa Polar Atlântica podem provocar geadas.” Köppen e Geiger (2007).

De acordo com Ross (2005), “todo clima tropical de altitude, este apresenta a mesma performance pluviométrica dos demais Cwa e Cwb.” (figura 1).



Figura 1 - Tipos de clima (Köppen-Geiger, 2007)

A cidade de Gonçalves, local de estudo localizada em Minas Gerais, que apesar de estar dentro da classificação do clima tropical de altitude, tem suas características particulares, apresentando um clima quente e temperado. Mesmo nos meses mais secos ainda assim tem muita pluviosidade. Pode-se observar na (figura 2), a baixa da temperatura nos meses de frio e inverno. 16.1°C é a temperatura média de acordo com CLIMATE-DATA.

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Temperatura média (°C)	18.8	18.7	17.9	16.3	13.8	12.6	12.5	14.1	15.8	17	17.8	17.8
Temperatura mínima (°C)	14.1	14	12.9	10.5	7.4	6	5.6	7.2	9.6	11.5	12.9	12.9
Temperatura máxima (°C)	23.6	23.5	23	22.1	20.3	19.2	19.4	21.1	22.1	22.6	22.7	22.8

Figura 2 - Tabela de Temperatura da Cidade de Gonçalves - MG.

Fonte: CLIMATE-DATA.

3.3 Conforto térmico

Para se ter conforto na edificação os elementos naturais devem ser observados e utilizados na forma de trazer para o interior do espaço construído o melhor de sua potência.

Van Lengen (1997, p.270), “evitar que o calor entra pelo Norte e não se perca pelo Sul”. Confirmada a área da construção estabelecida como clima tropical de altitude, a

orientação da casa em relação ao sol também é muito importante, pois as janelas voltadas para o sul costumam esfriar o ambiente, sendo que uma abertura voltada para o norte se torna um elemento de aquecimento.

[...] “O calor também não deve escapar pelo teto, já que o ar quente tende a subir. Devemos fazer um teto ou forro isolante, e a parede que dá para o sul deve ter poucas aberturas. O sol esquentava os quartos ao entrar pelas janelas que dão para fachada norte. A parede isolante impede a perda rápida de calor” (Van Lengen, 1997, p.270)

Em zonas frias, é preciso esquentar as edificações, de acordo com Van Lengen (1997, p.268)

[...]Para esquentar a casa é importante não deixar entrar o frio que vem de fora e não deixar sair o calor das casas.

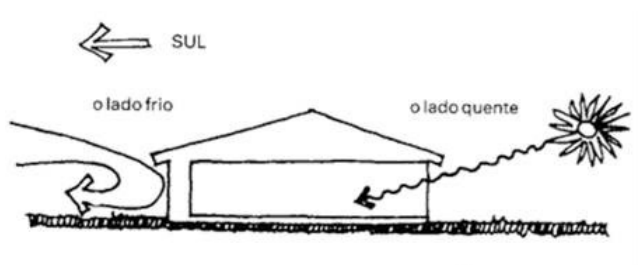


Figura 3 - Hemisfério Sul como referência (Van Lengen, 1997, p.270)

Em algumas épocas do ano faz calor, portanto no verão o calor não deve entrar e no inverno o calor não deve sair dos cômodos (figura 3).



Figura 4 - O calor e as estações (Van Lengen, 1997, p.268)

Segundo Van Lengen (1997, p.268), “nas zonas frias as paredes devem resistir ao frio”.

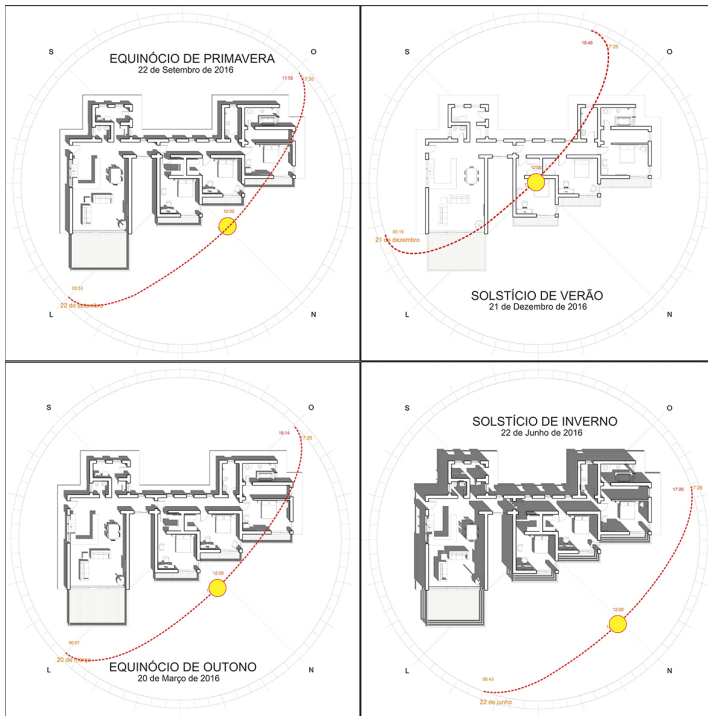


Figura 5 - – Estudo solar do objeto do artigo (Projeto Instituto Etno)

Como pode-ser observado no estudo Solar, no Solstício de Inverno, o sol entra na construção de forma agradável, fazendo o papel de aquecer o ambiente e trazer luz natural plena, observa-se no projeto da edificação boa parte das aberturas e vãos se dá na direção norte, para aproveitamento da luz solar. Já no Solstício de Verão, o sol é inibido em seu interior, permanecendo assim o ambiente mais fresco, sem deixar a edificação ficar insalubre.

a) Impermeabilização Biodegradável

O DS-328® (s.d., s.p.) é “um aditivo a base de óleos e resinas vegetais, desenvolvido para estabilização de solos utilizados na pavimentação de estradas, ruas, pátios de estacionamento e industriais, aeroportos, taludes, lagoas e diversos ramos da construção civil”.

Na década de 50, a malha rodoviária de São Paulo era quase toda, constituída por estradas de terra. Na época das chuvas, muitos trechos tornavam-se intransitáveis. Por outro lado, na época da seca, as nuvens de poeira provocavam desconforto e acidentes. [...] Uma das técnicas utilizadas era a de desmanchar as casas de cupim que margeavam as estradas e aplicar nos pontos críticos este solo naturalmente estabilizado pela baba de cupim. A observação deste fenômeno levou engenheiros a estudar e desenvolver um produto em laboratório, que fosse capaz de substituir a secreção que o

cupim produz para envolver os grãos do solo e estabilizá-los. A idéia básica é aproveitar o solo local, cujo uso não seria indicado para pavimentação e incorporar o DS-328 de tal forma a dotá-lo das qualidades necessárias para constituir as camadas do pavimento. (DS-328®, s.d., s.p.)

Uma das principais vantagens da utilização do produto é que o solo tratado com o agente impermeabilizante reduz a absorção de água, ascensão capilar e o poder de sucção. Sendo que, este item teve como base de estudo a “baba de cupim”, além de ser totalmente eficiente, é previsto como líquido não tóxico, corrosivo ou inflamável, além de não agredir o meio ambiente. Foi adicionado 1:500 na fabricação do adobe utilizado e na argamassa.

b) Adobe

Apesar da construção em adobe ter registros desde a antiguidade e aqui no Brasil utilizado desde o período colonial, caiu praticamente em desuso. Em áreas rurais, principalmente no nordeste do país, vem sendo empregada novamente, assim demonstrando o potencial dessa técnica construtiva. “Fatores como conforto térmico, consumo mínimo de energia e economia contribuem para sua crescente utilização” Corrêa (2013).

Nesse artigo, foi incorporado ao adobe, um impermeabilizante descrito no tópico (a), no qual contribui para sua maior eficiência. Os adobes produzidos com o impermeabilizante foram comparados com o adobe sem estabilizante. Os adobes foram submetidos a ensaios físicos de contração linear, capilaridade e absorção de água, com cálculo de perda de massa e densidade aparente. Os resultados comprovaram que a interação solo-partículas “baba de cupim sintética” reduziu a absorção de água, contração, a capilaridade e perda de massa dos adobes. A densidade média diminuiu em 12% e a resistência a compressão aumentou em 90% (Corrêa, 2013).

Sendo assim neste estudo foi utilizado um adobe com dimensões 27,5x12,5x7,5 com características superiores aquele produzido apenas com solo e água, assentado a uma vez (figuras 6 e 7), com argamassa cuja mistura foi 7 partes de terra para uma de cal.

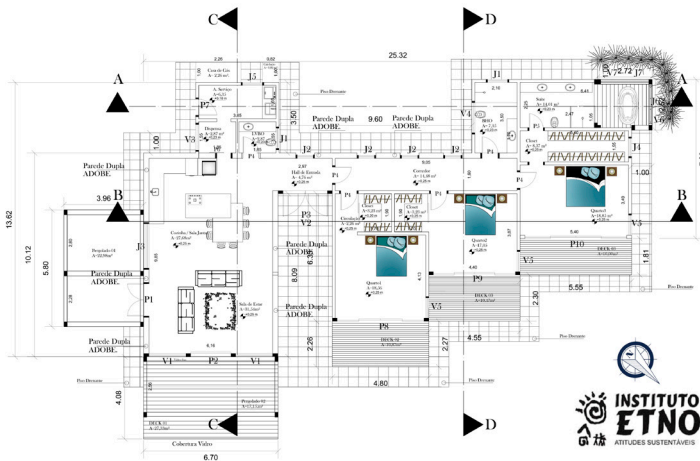


Figura 6 - Edificação unifamiliar, especificação parede dupla de adobe



Figura 7 - Duplicidade do adobe na parede externa na edificação unifamiliar (crédito: M Marques, 2017)

c) Esquadria de policloreto de vinila (PVC)

Em relação às aberturas, o vento frio não só entra nos cômodos, mas também tira o calor ao passar pelas frestas, portanto é importante que todas as portas e janelas tenham um bom sistema de vedação, para que o ar quente não escape.

No estudo em questão foi definido o uso da esquadria de PVC, apesar de tradicionalmente ser usado na arquitetura de terra esquadrias de madeira. Porém a

esquadria de PVC (figura 6) possui gaxetas especiais (formulação ATPK ou de Teflon), conferindo maior vedação do ambiente por suas características de aderência superficial.

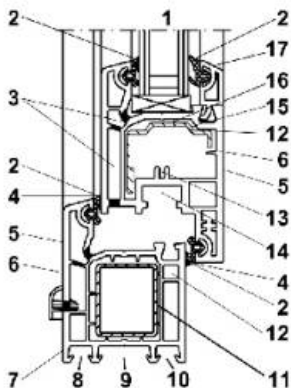


Figura 8 - Esquadria oscilobatente (Weiku, 2017)

2- Borrachas sintéticas EPDM, resistentes e interpéries do meio ambiente, com alta resistencia ao envelhecimento, com a vantagem de estar aparente apenas nos 3 mm entre os perfis.

4 - Duplo isolamento com borracha entre o caixilho e a folha (Esquadria oscilobatente e Maxim-ar).

Desta forma, conclui-se que esse material constitui um bom elemento a ser incorporado nas construções em terra.

d) Vidro de controle solar e eficiência energética

Pode-se dizer que em partes o vidro insulado termorregulador (figura 7), composto de duas lâminas de vidro seladas nas bordas separadas por uma câmara de ar. Tem um impacto significativo no consumo de energia, aplicação desse envidraçamento na edificação foi pensado para evitar investimentos na instalação de sistemas de refrigeração, permitindo redução dos custos de energia elétrica além de regular a entrada da luz solar.



Figura 9 - Representação e esquema do vidro insulado termorregulador (Guardian Sunguard, s.d., p.8-9)

De acordo com Guardian Sunguard, (s.d., p.13) “O envidraçamento ‘ideal’ transmitiria luz visível do sol e refletiria ou bloquearia toda a energia ultravioleta e infravermelha”. Sendo estas as características identificadas no vidro de controle solar e eficiência energética, que trabalham questões de conservação de energia, vedação e do conforto. Podendo ser observadas nas Figura 10 e 11 a atuação em curvas espectrais em substratos de vidro incolor e verde.

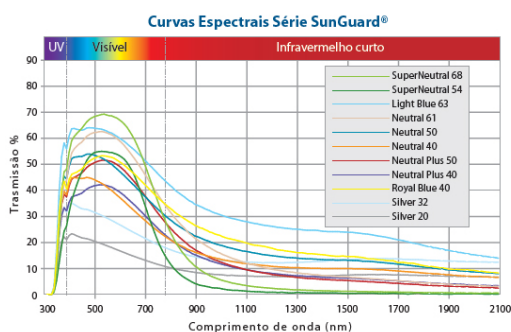


Figura 10 - Curvas espectrais do vidro incolor (Guardian Sunguard, s.d., p.13)

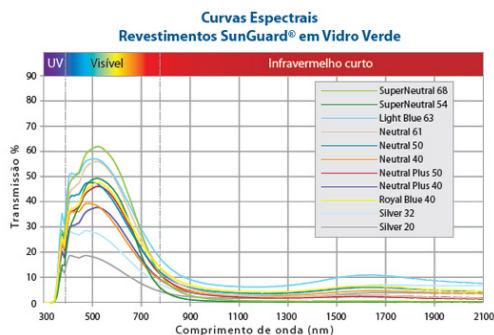


Figura 11 - Curvas espectrais do vidro verde (Guardian Sunguard, s.d., p.14)

Como demonstra o gráfico, a transição porcentual de calor é menor no vidro verde, escolha está feita no estudo em questão, pois este proporciona o aproveitamento da luz natural e o controle da luminosidade (entrada de luz e calor), elimina boa parte dos raios ultravioleta e infravermelha, além de ter o isolamento térmico e acústico essenciais para manter a estabilidade do clima no interior, proporcionando para os moradores conforto constante anual.

e) Sistema de calefação solar

O sistema de calefação solar é aplicado pelo piso radiante desenvolvido para oferecer vantagens sobre outros tipos de aquecimento. Sattari e Farhanieh (2006) defendem a utilização do piso radiante para aquecimento no âmbito de atingir um eficiente conforto térmico para os ocupantes em conjunto dos objetos que se encontra em contato. Geralmente indicado para espaços de grandes dimensões, qualificando sensação a fisiologia humana, este sistema pode ser executado por cabos elétricos ou tubos de água incorporados diretos na laje impermeabilizada.

No projeto unifamiliar, foi utilizado o modelo de piso radiante hidráulico por tubos de água incorporados diretos na laje impermeabilizada, em toda edificação (sala conjugada, sanitários, lavabo, despensa lavanderia, corredor e dormitórios), conferindo assim uma distribuição de temperatura homogênea, impedindo que o calor escape pelo solo,

melhorando o bem-estar dos habitantes (figura 12). Nesse enquadramento, todo o sistema de piso radiante hidráulico (figura 13) envolvem diversos elementos, tendo eles que serem articulados cuidadosamente.



Figura 12 - Instalação do sistema de piso radiante hidráulico

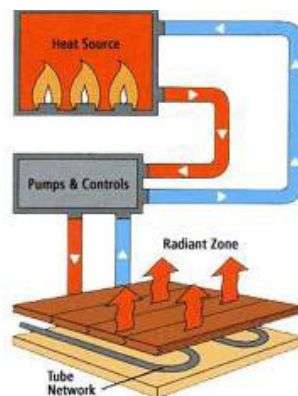


Figura 13 - Sistema de piso radiante hidráulico

- Sistema de fornecimento de água quente: caldeiras bombas de calor, sistema solar;
- Sistema de abordagem e controle da distribuição de água;
- Sistemas clássicos: um sistema de armazenagem de calor/ transferência de calor, dado por lajes de concreto ou argamassa, percorrido pelo sistema de tubagem de água quente: minimizar as perdas de calor para o chão ou para estruturas adjacentes do edifício (o objetivo é, obviamente, que o calor seja transferido para o pavimento, e através deste para o ar ambiente, e que não se perca).
- Um tipo de pavimento que não coloque entraves à transferência do calor armazenado nas placas para o ar ambiente.

Van Lengen (1995, p. 274) afirma que o “piso funciona como um intercâmbio de calor”, pois ele recebe, guarda e transmite do calor.”

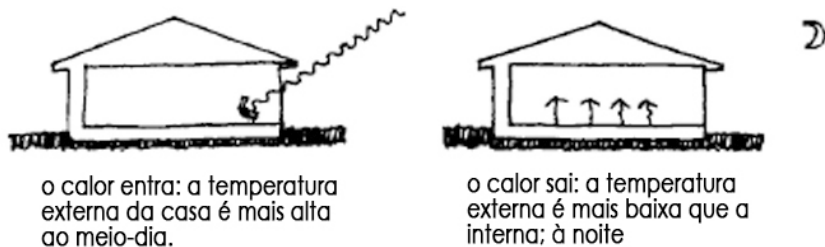


Figura 14 - Intercâmbio de calor (Van Lengen, 1997, p. 274)

Outro elemento é o calor do teto. Van Lengen (1997) defende que a forma da casa, a posição das janelas e a inclinação do teto ajudam a captar o calor.

No sentido de aproveitar a grande incidência solar e o baixo índice pluviométrico do inverno na localização do terreno, foi utilizado um teto de vidro (figuras 13 e 14) orientado dentro de um estudo solar, no qual o sol incide no outono e inverno numa dupla parede de adobe e por refração aquece a casa.

Como o clima tropical de altitude também conta com verão intenso o estudo solar garante, que o sol incida apenas pela manhã.



Figura 15 – Corredor com teto de vidro na edificação unifamiliar (crédito: A. Caninéo, 2017)

4 | CONCLUSÕES

Apesar da construção em adobe ter registros desde a antiguidade, no Brasil é considerada desde a sua colonização, principalmente nas áreas rurais e em todo o

nordeste do país. A utilização da técnica vem crescendo, sendo empregada novamente nas edificações atuais, sendo escolhida justamente pela sua qualidade térmica, consumo mínimo de energia e economia, prezando assim pela consciência ambiental e conforto térmico.

Analisando os resultados obtidos neste estudo, concluiu-se que é de suma importância o conhecimento do clima para a escolha dos materiais que serão implantados na construção, descrevendo o potencial da terra, por meio do tijolo de adobe, que junto as tecnologias inovadoras, se obtém o conforto térmico dentro de uma edificação, definido como sensação de bem-estar para o ser que habita.

Foi verificado através dos recursos utilizados, que o controle térmico no interior da edificação se mantém constante ao longo de todas as estações do ano, mesmo nas oscilações das temperaturas.



Figura 16 – Foto final da edificação unifamiliar (crédito: A. Caninéo, 2017)

REFERÊNCIAS

Bueno, M. (1995). **O grande livro da casa saudável**. São Paulo: ed. Roca

Climate-art. Disponível em: <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/minas-gerais/goncalves-24924/>. Acesso: setembro de 2018

Corrêa, A. A. R. (2013). **Incorporação de partículas lignocelulósicas e “baba de cupim sintética” no adobe**. Tese de doutorado. Lavras: Universidade Federal de Lavras. Disponível em http://prpg.ufla.br/_ppg/ct-madeira//wp-content/uploads/2012/07/ANDREA-APARECIDA-RIBEIRO-CORREA-Tese.pdf

DS-328® (s.d.). **A tecnologia da baba de cupim na construção civil**. Disponível em <http://dynamolo.com.br/ds328s.htm>

Guardian Sunguard (s.d.). **Manual técnico build with light**. Disponível em: http://www.sa.pt.sunguardglass.com/cs/groups/sunguardsouthamerica/documents/web_assets/gi_002781.pdf

La Maya, J. (1994). **Medicina da habitação: como detectar e neutralizar as ondas nocivas para recuperar o bem-estar e a vitalidade**. São Paulo: Ed. Roca

Peel, M. C., Finlayson, B. L., and McMahon, T. A.: **Updated world map of the Köppen-Geiger climate classification**, Hydrol. Earth Syst. Sci., 11, 1633-1644, <https://doi.org/10.5194/hess-11-1633-2007>, 2007.

Pires, A. L.; Saez, J. (2006). **Geobiologia: a arte do bem sentir**. São Paulo: ed. Triom,

ROSS, Jurandy. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

Sattari, S., Farhanieh, B. (2006). **A parametric study on radiant floor heating system performance**. Renewable Energy, Elsevier, v. 31 (10), p. 1617-1626

Schimdt, A. L. (2005). **A Ideia de conforto: reflexões sobre o ambiente construído**. Curitiba: Ed. Pacto Ambiental

Van Lengen, J. (1997). **Manual do arquiteto descalço**. Rio de Janeiro: TIBÁ-Instituto de Tecnologia Intuitiva e Bio-Arquitetura.

Weiku (2017). Catálogo técnico. Disponível em http://www.weiku.com.br/Arquivos/1004171550240WEIKU_CATALOGO_TECNICO_2017.pdf

JARDIM VERTICAL DE FELTRO AUTOMOTIVO: UMA SOLUÇÃO SUSTENTÁVEL E ACESSÍVEL PARA ESSA ESTRATÉGIA BIOCLIMÁTICA

Data de aceite: 01/12/2020

Data da submissão: 02/09/2020

Luciana Rocha Ribeiro

UFSM, Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo
Santa Maria – RS
<http://lattes.cnpq.br/1958942980134915>

Minéia Johann Scherer

UFSM, Campus Cachoeira do Sul
Cachoeira do Sul – RS
<http://lattes.cnpq.br/2099393137349578>

Marcelo Antonio Rodrigues

UFSM, Colégio Politécnico
Santa Maria – RS
<http://lattes.cnpq.br/4858747879215698>

RESUMO: O processo de urbanização provoca inúmeras alterações nos climas das grandes cidades, resultando em fenômenos como as ilhas de calor, que proporcionam baixa qualidade do ar e elevam a temperatura nesses centros urbanos. Neste contexto, o uso de jardins verticais destaca-se como estratégia bioclimática pelos benefícios relacionados ao conforto ambiental. No entanto, é o fator estético que o evidencia e contribui para a disseminação do seu uso. O emprego desta estratégia bioclimática ganhou destaque em âmbito mundial a partir do sistema desenvolvido por Patrick Blanc, sistema hidropônico que tem como matéria-prima principal um material não-tecido. Porém, os sistemas de jardins verticais são ainda economicamente pouco acessíveis,

neste sentido torna-se relevante a busca por materiais sustentáveis e de fácil acesso. Adotando como referência os sistemas de jardins verticais existentes no mercado, desenvolveu-se módulos de jardim vertical produzidos a partir de reuso de perfis de zinco, tendo como principal matéria-prima o feltro automotivo, material não-tecido, facilmente encontrado para compra. O principal objetivo deste trabalho é apresentar e discutir o potencial do feltro automotivo como material sustentável e acessível para a produção de jardins verticais. Os módulos foram produzidos em 2018 e o plantio das mudas de aspargopendente (*Asparagus densiflorus 'Sprengeri'*) deu-se entre setembro do mesmo ano e junho de 2019, em local desprotegido, na cidade de Santa Maria - RS. O feltro automotivo mostrou-se um excelente meio de produção da espécie observada, sendo este material uma alternativa sustentável e acessível para a produção de jardins verticais. No entanto, faz-se necessário novos estudos sobre o desenvolvimento não uniforme da vegetação, bem como a respeito da adaptabilidade de outras espécies ao sistema proposto.

PALAVRAS-CHAVE: Jardim vertical. Feltro automotivo. Sustentabilidade. Estratégia bioclimática.

VERTICAL AUTOMOTIVE FELT GARDEN: A SUSTAINABLE AND ACCESSIBLE SOLUTION FOR THIS BIOCLIMATIC STRATEGY

ABSTRACT: The urbanization process causes numerous changes in the climates of large cities,

resulting in phenomena such as heat islands, which provide low air quality and raise the temperature in these urban centers. In this context, the use of vertical gardens stands out as a bioclimatic strategy for the benefits related to environmental comfort. However, it is the aesthetic factor that highlights it and contributes to the dissemination of its use. The use of this bioclimatic strategy has gained prominence worldwide, based on the system developed by Patrick Blanc, a hydroponic system whose main raw material is a non-woven material. However, vertical garden systems are still economically inaccessible, in this sense the search for sustainable and easily accessible materials becomes relevant. Adopting the vertical garden systems available on the market as a reference, vertical garden modules developed from the reuse of zinc profiles were developed, using automotive felt, non-woven material as the main raw material, easily found for purchase. The main objective of this work is to present and discuss the potential of automotive felt as a sustainable and accessible material for the production of vertical gardens. The modules were produced in 2018 and the planting of seedlings of asparagus-pendant (*Asparagus densiflorus 'Sprengerii'*) took place between September of the same year and June 2019, in an unprotected location, in the city of Santa Maria - RS. The automotive felt proved to be an excellent means of production of the species observed, being this material a sustainable and accessible alternative for the production of vertical gardens. However, further studies are needed on the non-uniform development of vegetation, as well as on the adaptability of other species to the proposed system.

KEYWORDS: Vertical garden. Automotive felt. Sustainability. Bioclimatic strategy.

1 | INTRODUÇÃO

As alterações climáticas resultantes da urbanização (que substitui a cobertura vegetal natural por construções e ruas pavimentadas), acrescida pelo do calor produzido por máquinas/homens e aliadas ao fluxo material de energia, produzem um balanço térmico especial nos centros urbanos, visível em muitas cidades, chamado de *domo urbano* e também conhecido como *ilha de calor*. Esse fenômeno gera uma circulação de ar peculiar, fazendo com que a cidade se pareça com uma ilha quente rodeada por um entorno mais frio. Os efeitos negativos da ilha de calor urbano proporcionam baixa qualidade do ar e elevam a temperatura no meio urbano (ROMERO, 2000; ROMERO *et al.*, 2019).

Conforme Romero (2000), a vegetação contribui de forma significativa na mitigação dos efeitos resultantes da urbanização. O próprio processo de fotossíntese auxilia na umidificação do ar através do vapor d'água que libera, diminuindo a temperatura. Além de absorver energia nesse processo, a vegetação também favorece a manutenção do ciclo oxigênio - gás carbônico essencial à renovação do ar. De modo geral, a vegetação tende a estabilizar os efeitos do clima sobre seus arredores imediatos, reduzindo os extremos ambientais.

Neste contexto, o uso de jardins verticais destaca-se como estratégia bioclimática pelos benefícios relacionados ao conforto ambiental, tais como o conforto térmico, qualidade do ar, conforto acústico e visual. No entanto, entre os profissionais das áreas de arquitetura e paisagismo, é o fator estético que o evidencia e contribui para a disseminação do seu

uso.

O termo “jardim vertical” refere-se as diversas formas de superfícies delimitadas de paredes com crescimento e desenvolvimento de vegetação (MANSO; CASTRO-GOMES, 2015). O conceito de paredes verdes é remoto. Porém, a popularização dos jardins verticais deu-se no início do século XXI, com o botânico francês Patrick Blanc, ao instalar jardins verticais com tecnologia própria e patenteada em vários países, chamando-os de *mur vegetal*.

No mercado atual, pode-se encontrar jardins verticais com variadas formas de instalação: estrutura de módulos de concreto, treliça metálica, painéis modulares de plástico e bolsa de manta (KÖHLER, 2008). As tipologias mais simples incluem as fachadas verdes diretas e indiretas de redes ou cabos e as paredes vivas modulares produzidas com vasos. Já os sistemas de maior complexidade, podem ser compostos por paredes vivas que utilizam blocos cerâmicos, telas de encaixe e sistemas contínuos.

Os sistemas tidos como mais complexos tendem a custar mais devido a tecnologia empregada, necessidade de mão de obra especializada e maior demanda por manutenção, no entanto são os que apresentam melhor resultado estético. Porém, esses sistemas ainda são pouco acessíveis em função da tecnologia empregada nos seus componentes, como o não-tecido patenteado por Patrick Blanc; ou pouco resistentes, como o feltro imputrescível de alta densidade, com necessidade de maior manutenção, o que eleva seu custo. O custo de um jardim vertical pode variar imensamente, visto que este tipo de jardim se divide em dezenas de tipologias (CAMPUS, 2015).

Sendo assim, torna-se relevante a busca por materiais sustentáveis e acessíveis para a produção de jardins verticais. Nesse contexto, pode-se citar a reciclagem de materiais, principalmente o aproveitamento de tecidos sem muita complexidade, como o feltro automotivo. Sendo esse, um material não-tecido, oriundo de restos têxteis de chão de fábrica calandrados, facilmente encontrado para compra. O feltro automotivo é um material poroso, com baixo peso e boa retenção de água, o que é desejável para o cultivo de plantas ornamentais.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é apresentar e discutir o potencial do feltro automotivo como material sustentável e acessível para a concepção de jardins verticais, bem como descrever o processo de confecção de módulos produzidos a partir do feltro automotivo e perfis de zinco reaproveitados, apresentando os resultados iniciais do estudo sobre o cultivo de plantas ornamentais em módulos de feltro automotivo.

2 | JARDIM VERTICAL

Os termos “jardim vertical”, “parede verde”, “parede vegetada”, “parede viva” são termos gerais que abrangem diferentes modelos de sistemas que permitem o crescimento e desenvolvimento de vegetação em superfícies verticais – fachadas, paredes, paredes

cegas, paredes de divisórias, etc. (PECK *et al.*, 1999; PÉREZ *et al.*, 2011; MANSO; CASTRO-GOMES, 2015).

O uso de jardins verticais é antigo, com exemplos na história da arquitetura chegando até os babilônios – com os famosos Jardins Suspensos. No entanto, existem poucas evidências arqueológicas para apoiar a suposta escala maciça desses jardins da antiga Mesopotâmia. Do ano 3 a. C ao 17º d. C há registros sobre os muros cobertos por videiras dos quintais dos palácios no Mediterrâneo e do Império Romano, o que caracteriza a primeira forma de fachada verde – como são conhecidos na atualidade (SHARP *et al.*, 2008). Nos séculos XVII e XIX, em cidades como Berlim e Munique na Alemanha, era costume o plantio de vegetação nas edificações de aluguel em substituição aos acabamentos externos das alvenarias e o uso de vegetação em fachadas de moinhos, servindo como uma camada extra de isolamento (KÖHLER, 2008). No entanto, apenas durante o século XX, com as cidades-jardim, ocorreu a integração do jardim com a construção através de elementos construídos como pérgolas, estruturas de treliças e plantas trepadeiras auto aderentes (SHARP *et al.*, 2008).

Conforme Leenhardt (1994), com a ascensão do movimento moderno, a integração da vegetação com a arquitetura aconteceu principalmente com o conceito de teto-jardim e o uso das trepadeiras aderentes em fachadas decaiu devido a necessidade de podas e demais cuidados regulares desestimulavam seu uso. Segundo Sharp *et al.* (2008), no início da década de 1990 houve a introdução no mercado Norte Americano dos sistemas de cabos de aço inoxidável e painéis modulares de treliça para fachadas verdes. Em 1993, ocorreu a primeira grande instalação de um sistema de treliças na *Universal City Walk*, em Los Angeles, na Califórnia. No ano de 1994 foi instalada no edifício Canada Life, em Toronto, Canadá, a primeira de parede viva com sistema de biofiltração. Porém, o uso de paredes vegetadas ganhou grande popularidade no início do século XXI, com o botânico francês Patrick Blanc, ao instalar jardins verticais com tecnologia própria (BLANC, 2008).

2.1 Sistemas de Jardins Verticais

Conforme Sharp *et al.* (2008), Pérez *et al.* (2011) e Manso e Castro-Gomes (2015), os sistemas de jardins verticais são classificados em dois grandes grupos: as Fachadas Verdes e as Paredes Vivas. Para Pérez *et al.* (2011), há também a inclusão das subdivisões extensivo e intensivo – baseadas na complexidade construtiva, custo de implementação e na manutenção adicional. Os sistemas extensivos possuem fácil construção e manutenção; e os intensivos caracterizam-se pelas complexas construção e manutenção. No entanto, Manso e Castro-Gomes (2015), propõem a classificação das paredes verdes conforme os diferentes sistemas existentes e suas características de construção, sem o uso da subdivisão extensivo e intensivo. Neste trabalho é adotada a classificação segundo Manso e Castro-Gomes (2015).

O conceito de fachadas verdes é fundamentado na inserção de plantas trepadeiras

ao longo de uma parede. A vegetação pode crescer diretamente sobre a superfície vertical da parede ou fixadas na estrutura inserida sobre a superfície vertical (DUNNETT; KINGSBURY, 2008). Assim, segundo Manso e Castro-Gomes (2015), as fachadas verdes são divididas em diretas e indiretas. As diretas são também chamadas de tradicionais, já as indiretas são subdivididas em contínuas (compostas pelas redes de cabos) e modulares (que abrangem os sistemas de treliças).

As fachadas verdes diretas são aquelas onde as plantas fixam-se diretamente na parede. A vegetação neste tipo de sistema é plantada na base das paredes, no solo, em vasos intermediários ou mesmo em telhados (MANSO; CASTRO-GOMES, 2015). Nesses sistemas as espécies levam em torno de 3 a 5 anos para atingir a cobertura total (SHARP *et al.*, 2008). Geralmente, no sistema tradicional são utilizadas plantas trepadeiras como *Hedera helix* (hera-inglesa), pois a estrutura da raiz secundária dessa espécie permite que a planta se fixe diretamente a uma parede, cobrindo superfícies inteiras. No entanto, suas raízes secundárias podem causar degradação no reboco e na pintura, ocasionando reparo na parede quando se opta pela remoção das plantas da fachada (DUNNETT; KINGSBURY, 2008).

Já as fachadas verdes indiretas, também chamadas de cortinas vegetais ou dupla-fachada verde, incluem os sistemas contínuos e os modulares. Estes sistemas são inovações tecnológicas surgidas na Europa e na América do Norte que resultaram no desenvolvimento de estruturas para apoiar as plantas trepadeiras, mantendo-as afastadas das paredes e de outras superfícies da construção (SHARP *et al.*, 2008).

Os sistemas contínuos (de cabos) são baseados em um único suporte de estrutura que direciona o desenvolvimento das plantas ao longo de toda superfície (MANSO; CASTRO-GOMES, 2015). Conforme Sharp *et al.* (2008), os cabos usados em fachadas verdes são dimensionados para suportar o crescimento plantas com folhagem mais densa. As malhas de arame, também consideradas como sistema por cabos, são usadas para suportar plantas de crescimento mais lento que precisam de suporte adicional fornecendo espaçamentos menores que os cabos. As malhas são mais flexíveis e proporcionam um maior grau de aplicações do que cabos. Ambos os sistemas usam cabos de aço de alta resistência, âncoras e equipamento suplementar.

As treliças modulares são soluções semelhantes aos cabos, mas resultam da instalação de vários elementos modulares ao longo da superfície (MANSO; CASTRO-GOMES, 2015). Conforme Sharp *et al.* (2008), o sistema consiste em um painel tridimensional rígido e leve feito de fio de aço galvanizado e soldado. Os módulos podem ser sobrepostos e unidos para cobrir grandes áreas. Desta forma também podem ser utilizados para criar formas e curvas. Segundo Sharp *et al.* (2008), por serem produzidos com material rígido, os módulos podem se estender entre estruturas e também pode ser usado para paredes verdes autônomas.

Já os sistemas de paredes vivas, conforme Manso e Castro-Gomes (2015), são uma

área bastante recente de inovação no campo de revestimento de paredes. Esse sistema surgiu para permitir a integração da natureza as paredes de edifícios altos, permitindo a cobertura rápida de grandes superfícies e um crescimento uniforme ao longo da superfície vertical, atingindo grandes alturas e adaptando-se a todos os tipos de edifícios, também permitem a integração de uma variedade maior de espécies de plantas. As paredes vivas são classificadas em dois tipos de acordo com o seu método de aplicação: os contínuos e os modulares (SHARP *et al.*, 2008; MANSO; CASTRO-GOMES, 2015). Nesta tecnologia a vegetação pode ser pré-plantada ou plantada diretamente nas estruturas do sistema.

Os sistemas contínuos de paredes vivas são baseados na aplicação de telas leves e permeáveis nas quais as plantas são inseridas individualmente (MANSO; CASTRO-GOMES, 2015). Estes sistemas são conhecidos como *jardins verticais*, nome dado pelo botânico francês Patrick Blanc, mais tarde chamado como *mur vegetal*.

A tecnologia desenvolvida por Blanc consiste em um sistema hidropônico que tem como matéria-prima um material não-têxtil (tela especial). Segundo Aihong (2018), a tela especial patenteada por Blanc, proporciona benefícios ao sistema radicular da planta. Conforme Blanc (2008), a alta capilaridade do feltro garante a melhor distribuição da água na parede viva. O sistema do botânico francês é composto ainda pela estrutura de aço, espuma de PVC (policloreto de vinila), feltro/cobertor, tela especial (não-tecido) e pelas plantas. A estrutura metálica, presa à parede, permite um afastamento entre o sistema e a construção, formando um bolsão de ar, transformando o sistema em um excelente isolante térmico e acústico, mantendo a integridade do prédio.

Conforme Manso e Castro-Gomes (2015) os jardins verticais de Blanc são considerados contínuos pois as espécies não encontram barreiras físicas para se desenvolverem. Inúmeros sistemas de paredes vivas contínuas semelhantes ao de Patrick Blanc foram desenvolvidos por diferentes empresas.

No Brasil, destacamos o sistema produzido pela empresa Movimento 90°. A estrutura básica desse sistema é composta por placas de chapa ecológica impermeáveis e duas camadas de feltro imputrescível de alta densidade onde são abertos bolsos que irão acolher as plantas (Figura 1).



Figura 1 – Paredes vivas contínuas produzida em feltro imputrescível

Fonte: Movimento 90° (2020).

As placas são fixadas de 5 a 10 cm da parede através de espaçadores e complementadas por um sistema de irrigação automatizado que garante a constante nutrição das plantas. A chapa ecológica ajuda a suportar as plantas e as mantas de feltro e garante o isolamento da umidade do jardim com relação à parede. A primeira camada de feltro permite o acúmulo de água, nutrientes e fixação das raízes. Já na segunda camada, do mesmo feltro, é realizada a abertura de bolsos para colocação das espécies vegetais. Nesse processo as duas mantas de feltro são grampeadas à placa de material reciclado, sendo que na segunda são abertos rasgos horizontais, de cerca de 20 cm, para formar os bolsos onde serão instaladas as plantas com substrato (MOVIMENTO 90°, 2019). Pertencente a mesma categoria, o sistema com espuma fenólica, própria para o plantio de vegetação, onde a espuma substitui o feltro formando um grande bloco de espuma, é o local de desenvolvimento da vegetação.

Para garantir a continuidade dos sistemas, cada bloco normalmente inclui um sistema de intertravamento conectando a um bloco a outro. Esse elemento pode ser uma tela formando uma grade para evitar que as plantas caiam (MANSO; CASTRO-GOMES, 2015).

No entanto, os sistemas modulares de paredes vivas, tem origem mais recente, conforme Dunnett e Kingsbury (2008). Os módulos são elementos que incluem o meio de cultura em que as plantas podem desenvolver-se. Os tipos de sistemas modulares diferem entre si na sua composição, peso e montagem. Os módulos podem ser justapostos formando painéis que podem ser fixados em uma estrutura de suporte ou diretamente na parede, como os blocos cerâmicos e de concreto. Conforme Manso e Castro-Gomes (2015), os sistemas modulares podem ser compostos por tabuleiros, vasos, sacos flexíveis e revestimentos de plantio. Sendo que os demais sistemas diferem dos revestimentos de

plântio (blocos de concreto ou cerâmica), pois estes são módulos que além de receberem as plantas também cumprem a função de revestimento interno ou externo (CRUCIOL BARBOSA; FONTES, 2016).

Conforme Sharp *et al.* (2008), devido à grande diversidade e densidade de espécies utilizadas nesse tipo de sistema, paredes vivas normalmente exigem maior manutenção (suprimento de nutrientes para fertilizar as plantas) que as fachadas verdes. Assim, a irrigação é fornecida em diferentes níveis ao longo da parede. Os sistemas modulares costumam ser pré-desenvolvidos, proporcionando um efeito verde “instantâneo” após a conclusão da instalação (SHARP *et al.*, 2008).

3 I TECIDOS E NÃO - TECIDOS

Conforme a NBR 12546 (ABNT, 2017), tecido é uma estrutura produzida pelo entrelaçamento de um conjunto de fios de urdume (direção longitudinal) e de um conjunto de trama (direção transversal – largura do tecido), formando ângulo de (ou próximo a) 90°. Já o nome não-tecido é atribuído ao fato de que este material, não passa por teares. Assim sendo, as fibras não são tecidas através do modo convencional, passando a ser designado como não-tecido.

O não-tecido é uma estrutura plana, flexível e porosa, constituída de véu ou manta de fibras ou filamentos, orientados direcionalmente ou ao acaso, consolidados por processo mecânico (fricção) e/ou químico (adesão) e/ou térmico (coesão) e combinações destes (ABNT, 2002).

Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Não-Tecidos e Tecidos Técnicos – ABINT (2005), os não-tecidos podem ser classificados pelo processo de fabricação, matérias-primas, características das fibras/filamentos, processo de consolidação, gramatura, processo de transformação e/ou conversão, ou associação desses elementos. O TNT (tecido não-tecido), é um exemplo de não-tecido, pois é produzido por prensagem, assim como o feltro que é um tipo de TNT. Quanto a gramatura os não-tecidos são classificados em leve, médio, pesado e muito pesado, a gramatura é o peso por unidade de área. O peso leve possui 25 g/m², o médio entre 26 e 27 g/m², o pesado entre 71 e 150 g/m² e o muito pesado possui peso acima de 150 g/m². Quanto a classificação segundo o processo de produção da manta, também chamada de véu: este processo pode ser via seca, úmida ou fundida. Conforme a ABINT (2005) a manta é a estrutura do não-tecido ainda não consolidada, formada por uma ou mais camadas de véus de fibras ou filamentos obtidos pelos três processos distintos citados. Após a formação do véu ou da manta é necessário realizar a consolidação (união das fibras ou filamentos).

Os não-tecidos são fornecidos normalmente em grandes rolos, podendo sofrer processo posterior de transformação ou conversão. Estas transformações incluem: corte em menores larguras e peças, confecção, dublagem, impregnação, cobertura, adesivagem,

tingimento, estampagem, impressão, chamuscagem, laminação. Esses materiais também podem sofrer transformações através de processos de consolidação como: agulhagem, calandragem, resinagem e costura. Ainda conforme a ABINT (2005), as fibras/filamentos representam a principal matéria-prima na fabricação dos não-tecidos, sendo elas: artificiais (viscose, vidro, silicone, acetato), naturais (lã, algodão, coco, sisal, cashmere, asbesto), metálicas (níquel-cromo, céσιο-cromo), cerâmicas e sintéticas – poliéster, polipropileno, poliamida (nylon), poliacrilonitrila (acrílico), polietileno, policarbonato. Já os ligantes (resinas), também necessários nesse processo, são produtos químicos usados para consolidação, transformação e acabamento dos não-tecidos.

Segundo a ABINT (2005), existem muitos usos para os não-tecidos. No entanto, suas principais aplicações são: no automobilismo (como isolamento térmico e acústico), na construção civil (na impermeabilização de lajes, telhados e solos, como isolante térmico e acústico de tetos e paredes), no uso doméstico (em panos para polir, limpar ou enxugar), na higiene pessoal (em fraldas, absorventes femininos e lenços umedecidos), na indústria (como elemento filtrante para líquidos e gases), no uso médico hospitalar (máscaras, gorros, toucas, aventais, sapatilhas, ataduras, gases), em obras geotécnicas e de engenharia (os chamados geotêxteis, para estabilização do solo, drenagem, controle de erosão, recapeamento asfáltico, reforço, canais e contenção de encostas) e no vestuário (em entreteias de modo geral para confecções, componentes e matérias-primas para calçados e roupas).

3.1 Geotêxteis e Feltro Automotivo

Os geotêxteis e o feltro automotivo, são considerados não-tecidos, tendo suas diferenças no modo de produção e aplicação. De acordo com a NBR 12553 (ABNT, 2003), os geotêxteis são considerados produtos geossintéticos. Esse termo é uma denominação genérica de produtos poliméricos (sintéticos ou naturais), industrializados, desenvolvidos para a utilização em obras geotécnicas, sendo classificados de acordo com sua composição e forma de fabricação. Entre os geotêxteis, encontram-se os feltros imputrescíveis de alta densidade, utilizados como camada de filtro em coberturas invertidas, para evitar a penetração de pequenas partículas e elementos no isolamento térmico (SIKA, 2018). No entanto quando utilizados na produção de jardins verticais, dependendo do material utilizado para a fabricação do não-tecido o material torna-se pouco resistente, necessitando de maior manutenção, elevando o custo final do sistema.

Já o feltro automotivo é um não-tecido produzido a partir de restos têxteis calandrados, sendo utilizado na indústria automotiva. Este produto é disponível em diferentes formas espessuras e larguras. Existem feltros betumados, adesivados, com alumínio e feltros sem betume. O feltro automotivo também é um material poroso, com baixo peso e boa retenção de água, o que é desejável para o cultivo de plantas ornamentais. Optou-se para esse estudo o uso do feltro automotivo sem betume na espessura de 8 a 10mm, na largura de

aproximadamente 90cm.

3.2 Reciclagem de Tecidos

Segundo o site ECOD (2012), “a reciclagem de tecidos consiste no processo de reutilizar resíduos têxteis e transformá-los novamente em fios que poderão ser utilizados na fabricação de produtos”. Esse processo pode ser realizado de forma artesanal ou industrial, a partir de retalhos de roupas, toalhas, cortinas ou outros tecidos, e ainda de sobras de aparas têxteis de outras empresas, como indústrias de confecção.

A reciclagem artesanal é simples e consiste na reutilização das sobras dos tecidos para fazer artesanatos, como bonecas de pano, ecobags, colchas, tapetes, roupas e uma infinidade de outros objetos. No entanto, o processo industrial é mais complexo e divide-se em várias etapas: separação, trituração, beneficiamento, fiação, tecelagem e tingimento. Na separação os retalhos em bom estado são separados por cor, matéria-prima e comprimento de fibra. Na trituração os tecidos são triturados em pedaços muito pequenos, até ficarem praticamente desmanchados. Durante o beneficiamento o material triturado é enviado para outra máquina, onde é adicionado a uma mistura de poliéster. Já fiação consiste na passagem do material por uma maçarocadeira e por um filatório e a fibra é transformada em fio. Na tecelagem o fio é finalmente transformado em tecido e após a tecelagem, o tecido é tingido com a cor desejada, caso necessário (ECOD, 2012).

De modo geral, segundo a, o processo de reciclagem do tecido pode gerar benefícios como a redução da poluição do meio ambiente, economizar matéria-prima, água e energia, melhorar a limpeza da cidade, aumentar a vida útil dos aterros sanitários e gerar empregos. Nesse sentido, a transformação de restos de tecidos em não-tecidos é um exemplo simples de reciclagem, no qual não é necessário a eliminação dos tingimentos, mas somente a fragmentação dos retalhos (EcoD, 2012). Esse processo é realizado em produtos como o feltro automotivo, objeto deste estudo.

4 | METODOLOGIA

Tendo como referência os sistemas de paredes vivas contínuas, o Setor de Floricultura e Paisagismo do Colégio Politécnico da UFSM desenvolveu módulos de jardins verticais produzidos a partir de reuso de perfis de zinco descartados, tendo como principal matéria-prima o feltro automotivo. Os materiais e processos empregados na confecção destes módulos, bem como do cultivo de espécie ornamental, compreende basicamente as seguintes etapas: projeto, definição dos materiais, confecção e cultivo. Sendo assim, a seguir serão apresentados os resultados de cada etapa.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

O uso de materiais têxteis e não-têxteis em sistemas de jardins verticais é amplamente utilizado entre os fabricantes destes produtos. Porém, estes sistemas ainda são pouco acessíveis devido ao alto custo. Neste contexto, na busca de um material alternativo para a produção de jardins verticais, desenvolveu-se no Colégio Politécnico da UFSM um módulo de feltro automotivo para o cultivo de jardins verticais em ambientes desprotegidos. Foram confeccionados 72 módulos. Os módulos têm como estrutura perfis de zinco, provenientes de material de descarte de forros de gesso.

O projeto do módulo pode ser visto na Figura 2. Cada módulo possui 140x90cm, com quatro fileiras de bolsos, cada bolso possui 20x15cm e capacidade de aproximadamente, 0,90 litros de volume de substrato. As células-bolso, ou simplesmente bolso, possuem espaçamento de 5 cm entre si, nos sentidos horizontal e vertical.

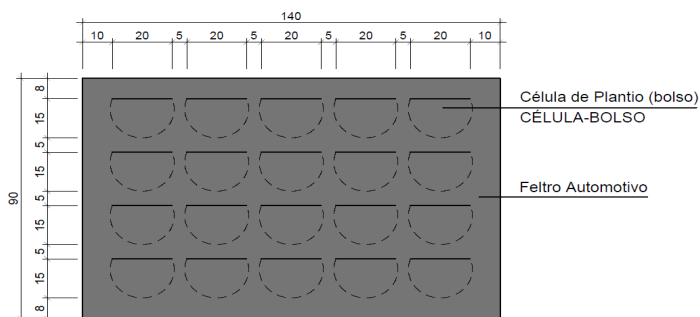


Figura 2 – Projeto do módulo de feltro automotivo

Fonte: Autores.

O feltro automotivo utilizado neste experimento é do fabricante Ober SA, com composição têxtil não determinada de mistura de algodão e outras fibras sintéticas sem composição determinada. Os módulos têm como estrutura perfis de zinco, provenientes de material de descarte de forros de gesso onde o feltro automotivo foi fixado por rebites de alumínio.

Conforme citado anteriormente, a estrutura dos módulos foi produzida com perfis de zinco, material de descarte de forros de gesso, tendo como matéria-prima principal o feltro automotivo. Os perfis de zinco foram fixados entre si com rebites de alumínio, à esta estrutura foi fixado o feltro automotivo, também com o uso de rebites. A montagem da estrutura de perfis de zinco pode ser vista na Figura 3A. Após a fixação do feltro automotivo foi realizada a marcação dos bolsos (Figura 3B), posteriormente foi realizada a abertura dos bolsos com uso de maçarico e estilete. O uso do maçarico (Figura 3C) se deu em função

da dificuldade de corte do feltro, ao aquecer a região onde o corte deve ser realizado há melhor aderência entre os restos de tecidos calandrados, facilitando a abertura dos bolsos.



Figura 3 – Produção dos módulos: (A) Estrutura; (B) Marcação dos bolsos; (C) Chamuscamento

Fonte: Autores.

Os bolsos ou células, onde são plantadas as mudas são abertos no próprio feltro, diferente dos métodos adotados em outros sistemas de paredes vivas contínuas, onde são utilizadas duas camadas de material geotêxtil sobrepostas. Outra diferença em relação ao sistema do botânico francês é o uso de substrato, não sendo considerado um sistema hidropônico. O módulo finalizado, pode ser observado na figura 4.



Figura 4 – Módulo confeccionado em feltro automotivo e perfis de aço zincado: (A) frente; (B) verso

Fonte: Autores.

Quanto ao cultivo nos módulos, o plantio das mudas de aspargo-pendente (*Asparagus densiflorus 'Sprengeri'*) no módulo de jardim vertical foi realizado no dia 18 de setembro

de 2018 (Fig. 5A). Na figura 5B é apresentado o módulo após aproximadamente 270 dias de cultivo. O cultivo deu-se na cidade de Santa Maria- RS em local desprotegido, sujeitos a intempéries da região. Definiu-se como substrato para este experimento a composição uma composição de turfa hídrica, areia média e fibra de coco, na proporção de 1:1:1.

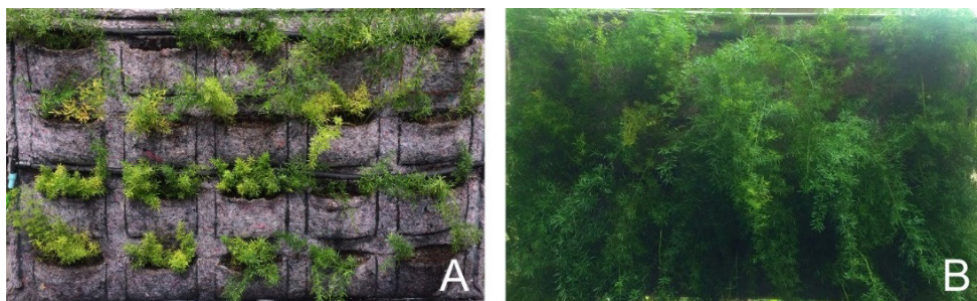


Figura 5 – Módulo vegetado: (A) 18 de setembro 2018; (B) 10 de junho 2019

Fonte: Autores.

O aspargo-pendente, também chamado pelo nome comum de aspargo ornamental é uma herbácea rizomatosa, originária da África do Sul. É recomendada para cultivo em regiões subtropicais, a meia-sombra, principalmente em vasos, jardineiras suspensas e terraços como planta pendente, em substrato rico em matéria orgânica e mantido úmido (LORENZI, 2015). Desta forma, o aspargo-pendente é amplamente utilizado em jardins verticais.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O feltro automotivo mostrou-se um excelente meio de produção da espécie ornamental observada. Porém, verificou-se que as mudas da primeira fileira tiveram menor crescimento, quando comparadas as demais. Desta forma, conclui-se ser adequado o cultivo de plantas em módulos de jardim vertical tendo como matéria-prima o feltro automotivo, tornando-se este material uma alternativa sustentável e acessível para a produção de jardins verticais. No entanto, faz-se necessário novos estudos sobre o desenvolvimento não uniforme da vegetação ao longo dos módulos, bem como a respeito da adaptabilidade de outras espécies ao sistema proposto.

REFERÊNCIAS

AIHONG, Li. **Vertical Garden Design – A Comprehensive Guide: Systems, Plants and Case Studies**. Artpower International Publish Company. Hong Kong, 2018.

ABINT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE NÃO TECIDOS E TECIDOS TÉCNICOS. **Manual de têxteis técnicos**: Classificação, identificação e aplicações. 2005. Disponível em: http://www.abint.org.br/pdf/Manual_ttecnicos.pdf. Acesso em: 05 jun. 2020.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13370: **Não-tecido** - Terminologia. Rio de Janeiro, 2002.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12553: **Geossintéticos** – Terminologia. Rio de Janeiro, 2003.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12546: **Materiais têxteis**: Ligamentos fundamentais de tecidos planos – Terminologia. Rio de Janeiro, 2017.

BLANC, P. **The Vertical Garden: A scientific and artistic approach**. 2008. Disponível em: <http://www.verticalgardenpatrickblanc.com/documents>. Acesso em: 28 ago. 2020.

CAMPUS, G. **Seis passos para criar um jardim vertical**. 2015. Disponível em: https://www.homify.com.br/livros_de_ideias/158190/6-passos-para-criar-um-jardim-vertical. Acesso em: 10 jun. 2020.

CRUCIOL BARBOSA, M.; FONTES, M. S. G. de C. **Jardins verticais**: modelos e técnicas. PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção, Campinas, SP, v. 7, n. 2, p. 114-124, jun. 2016. ISSN 1980-6809. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8646304>. Acesso em 30 jun. 2020.

DUNNET, N.; KINGSBURY, N. **Planting Green Roofs and Living Walls**. 2. ed. Portland, USA: Timber Press, Inc., 2008.

ECOD. **Reciclagem de tecidos**. [S.l.]. 2012. Disponível em: <http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2012/janeiro/ecod-basico-reciclagem-de-tecido#ixzz5xkjs89nm>. Acesso em: 27 ago. 2020.

KÖHLER, Manfred. **Green facades, a view back and some visions**. *Urban Ecosyst*, n. 11, 2008, p. 423-436

LEENHARDT, Jacques (org.). **Nos jardins de Burle Marx**. São Paulo, Perspectiva, 1994.

LORENZI, H. 2015. **Plantas para jardim no Brasil**: herbáceas, arbustivas trepadeiras. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum.

MANSO, M.; CASTRO-GOMES, J. **Green wall systems: A review of their characteristics**. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, Covilhã, v. 41, p. 863-871, 2015.

MOVIMENTO 90º. Manual de construção de jardins verticais. Disponível em: <https://www.movimento90.com>. Acesso em: 27 ago. 2020.

PECK, S. W.; CALLAGHAN, C.; KUHN, M.E.; BASS, B. **Greenbacks from green roofs: forging a new industry in Canada**. Peck and associates, Canadian Mortgage and Housing Corporation Research Report, 1999.

PÉREZ, G.; RINCÓN, L.; VILA, A.; GOZÁLEZ, J.M.; CABEZA, L.F. **Green vertical systems for buildings as passive systems for energy savings**. Applied Energy, Barcelona, v. 88, n. 12, p. 4854-4859, 2011.

ROMERO, M. A. B. **Princípios Bioclimáticos para o desenho urbano**. ProEditores. São Paulo, 2000.

ROMERO, M. A. B.; BAPTISTA, G. M. M.; LIMA, E. A.; WERNECK, D. R.; VIANNA, E. O.; SALE, G. L. **Mudanças climáticas e ilhas de calor urbanas**. Editora ETB, Brasília, 2019.

SHARP, R.; SABLE, J.; BERTRAM, F.; MOHAN, E.; PECK, S. **Introduction to Green Walls: technology, benefits & design**. In: Green Roofs for Healty Cities, 2008.

SIKA. Ficha de Produto. Sika Portugal SA, Portugal, 2018. Disponível em: [https://prt.sika.com/dms/getdocument.get/718b13a1-bf74-3909-98f2-caa0d5f895ad/S-Felt%20VS%20140_v1_09.326%20\(31.03.16\).pdf](https://prt.sika.com/dms/getdocument.get/718b13a1-bf74-3909-98f2-caa0d5f895ad/S-Felt%20VS%20140_v1_09.326%20(31.03.16).pdf). Acesso em: 26 ago. 2020.

CAPÍTULO 8

CANTEIRO ABERTO CANTO DO URUTAU: OCUPAÇÃO E RECUPERAÇÃO PÓS-ATIVIDADE MINERADORA EM ÁGUAS DA PRATA, SÃO PAULO

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 03/09/2020

Renata do Carmo Mota Alves

PUC Minas, Curso de Arquitetura e Urbanismo
Poços de Caldas - Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/4233667109528633>

Rosana Soares Bertocco Parisi

PUC Minas, Curso de Arquitetura e Urbanismo
Poços de Caldas - Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/9014357728803144>

RESUMO: O trabalho apresenta uma proposta de ocupação e recuperação para a Fazenda Canto do Urutau, situada na zona rural de Águas da Prata, onde ocorre atividade mineradora desde 1930. A paisagem montanhosa da vizinhança do núcleo minerador de Poços de Caldas (distante 13 km do local estudado) foi drasticamente alterada pelo extrativismo desde o século passado, resultando em um cenário constituído de retalhos de mata nativa, áreas de degradação e solo exposto, além de áreas de plantio de eucalipto. Deste modo, idealiza-se, a título de um trabalho acadêmico de conclusão de curso, um plano de ocupação para uma área de 16,35 hectares de solo degradado, baseado em conceitos de bioconstrução, permacultura e agrorreflorestamento. Demonstra-se, ainda, que é possível construir as diversas estruturas componentes do programa de necessidades, envolvendo ensino, hospedagem, moradia, lazer e produção de alimentos com sistemas

predominantemente à base de terra e bambu. A concepção do espaço baseia-se nos princípios da permacultura. Assim, após a revisão bibliográfica das técnicas bioconstrutivas, tratamento de resíduos e agricultura sintrópica, foram realizados estudos de topografia, insolação, ventilação e outros, definindo a implantação das atividades principais do programa, permitindo a distribuição do restante das estruturas conforme as seis zonas da permacultura. Em seguida, definiram-se as diretrizes de construção das edificações com adobes, BTC, terra ensacada, taipa de pilão, taipa de mão, COB e bambu, atendendo às necessidades de conforto térmico e acústico. Concebido como um “canteiro aberto” em que a construção do espaço se dará simultaneamente ao local se tornar frequentado e ocupado, o complexo proposto para a referida fazenda representa uma contribuição para a multiplicação de instituições a serviço do ensino e aplicação de técnicas de baixo impacto para o desenvolvimento sustentável, uma vez que oferece um ambiente experimental que proporcionará a formação de profissionais aptos a aplicar tais tecnologias construtivas.

PALAVRAS - CHAVE: bioconstrução, permacultura, agrofloresta, terra, bambu.

URUTAU'S SINGING OPEN WORKSITE: OCCUPATION AND POST-MINING ACTIVITY RECOVERY IN ÁGUAS DA PRATA, SÃO PAULO

ABSTRACT: The work is a proposal for occupation and recovery for the Urutau's Singing Farm, located in Águas da Prata's rural area, where mining activity has occurred since 1930.

The hilly landscape of Poços de Caldas' mining nucleus neighborhood (13 km distant from the studied site) has been drastically altered by mining since the last century, resulting in a scenario consisting of patches of native forest, degradation areas, and exposed soil, in addition to eucalyptus planting areas. Thus, an occupation plan for an area of 16.35 hectares of degraded soil, based on bioconstruction, permaculture, and agroforestry concepts, is idealized as an academic work of graduation. It is also shown that it is possible to build the various structures that attend the needs program, involving teaching, accommodation, housing, leisure, and food production with systems predominantly based on earth and bamboo. Space's design is based on the principles of permaculture. Thus, after the bibliographic review of bioconstructive techniques, waste treatment, and syntropic agriculture, topography studies, sunshine, ventilation, and others were carried out, defining the program's main activities implementation, allowing the rest of the structures' distribution according to the permaculture's six zones. After that, the construction guidelines for buildings with adobes, BTC, bagged earth, rammed earth, hand rammed earth, COB, and bamboo was defined, meeting the needs of thermal and acoustic comfort. Conceived as an "open construction site" in which the construction of the space will occur simultaneously when the place becomes frequented and occupied, the complex proposed for the referred farm represents a contribution to the multiplication of institutions in the service of teaching and application of low impact techniques for sustainable development, since it offers an experimental environment that will provide the training of professionals able to apply such constructive technologies.

KEYWORDS: bioconstruction, permaculture, agroforestry, earth, bamboo.

1 | INTRODUÇÃO

NOTA: Este texto é uma adaptação do texto produzido e publicado originalmente nos Anais do VII CONGRESSO DE ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO COM TERRA NO BRASIL, TerraBrasil 2018.

No mundo globalizado atual o compartilhamento de informações, tecnologias, bens e serviços tornou-se algo comum em escala mundial, de modo que uma grande quantidade de objetos, serviços, materiais e outros podem ser feitos da mesma forma em quase qualquer lugar do mundo.

Com a construção civil, o quadro não se apresenta de modo diferente. A popularização de sistemas construtivos como o concreto armado, o aço e as peças pré-moldadas tornam-se cada vez mais frequente, sendo que a observação individual de um edifício, muitas vezes, não permite identificar nenhum elemento que indique em que parte do mundo o mesmo está implantado.

Este fato apresenta-se como um problema quando avaliado na perspectiva do modo de produção que resulta na massificação de padrões a serem atendidos. Os principais sistemas construtivos representam grande impacto ambiental, exploração de recursos naturais em escalas insustentáveis e enorme gasto de energia desde sua fabricação até a real utilização em obra.

Para Edwards (2005, p.3),

a indústria da construção civil consome 50% dos recursos mundiais, convertendo-se em uma das atividades menos sustentáveis do planeta. No entanto, nossa vida cotidiana desenvolve-se em ambientes edificados: vivemos em casas, viajamos sobre estradas, trabalhamos em escritórios e nos sociabilizamos em bares e restaurantes. A civilização contemporânea depende de edificações para seu resguardo e sua existência, mas nosso planeta não é capaz de continuar suprindo a atual demanda de recursos. Evidentemente, algo deve ser mudado nesse aspecto e os arquitetos e designers têm uma grande responsabilidade nesse processo.

Entretanto, apesar de esquecidos e por vezes questionados, existem muitos outros métodos construtivos que equivalem como alternativa ao padrão atual, constituindo modelos seguros e de menor impacto ambiental, e que apresentam maiores benefícios em termos de conforto ambiental, térmico, acústico e sensitivo aos ocupantes das edificações.

O cenário de globalização de conhecimentos, recursos, tecnologias e matérias-primas também se estende aos problemas ambientais, esgotamento de recursos, depreciação da qualidade de vida, minoração da diversidade de alimentos, produção excessiva de lixo, esgotamento de recursos naturais, entre os problemas enfrentados pela civilização moderna, conforme Gauzin-Muller (2011, p.26).

Neste contexto, uma consequência visível do modelo atual na região em estudo é a mudança drástica da paisagem natural das montanhas, que foram devastadas por abrangente exploração do solo para retirada de minerais, tais como a bauxita e zircônio, utilizados em diversas áreas de produção industrial. Como parte do problema estão os retalhos de terra degradada após o término do extrativismo no local. Na maioria das vezes, os donos das terras optam pelo plantio de eucalipto, planta exótica e invasora, de crescimento rápido e lucrativo em curto prazo.

No caso da Fazenda Canto do Urutau, onde se localiza a presente proposta como um trabalho acadêmico de conclusão de curso, que se pretende ter continuidade como projeto de pesquisa, sua localização e relevo podem ser observados na figura 1; nenhuma medida de reflorestamento foi ainda realizada, devido ao contrato de direito de exploração do solo vigente, que beneficia uma empresa mineradora, e ainda tem duração de mais 11 anos, apesar da atividade extrativista já ter sido encerrada há mais de uma década.

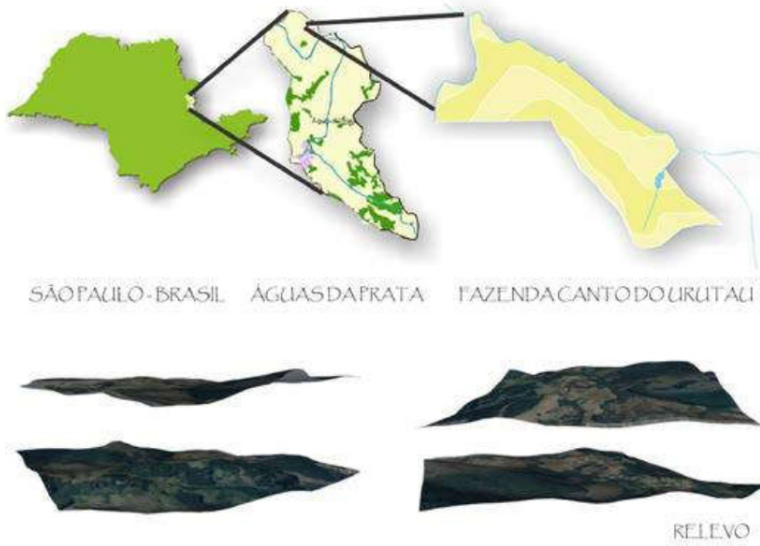


Figura 1. Localização e relevo da Fazenda Canto do Urutau (crédito: R.C.M Alves, 2017)

Sendo assim, torna-se clara a necessidade do resgate ao conhecimento enraizado e a busca pela disseminação de métodos de ocupação e edificação de espaços que não só reduzam o impacto causado ao meio ambiente, como busquem a recuperação das áreas já degradadas e o convívio harmonioso entre as diferentes espécies que habitam cada ecossistema. Para tal, faz-se necessária a criação de espaços que exemplifiquem alternativas à ocupação humana como são conhecidas, assim como centros de capacitação dos profissionais responsáveis pela produção de tais espaços, visando dar andamento à caminhada da humanidade rumo ao equilíbrio ecológico e desenvolvimento sustentável.

Partindo desta premissa, procura-se exemplificar uma alternativa de ocupação que combina a recuperação do solo, o cuidado das pessoas e de sua comunidade, e expansão do estudo e práticas que contribuem para diminuição do impacto ambiental na região.

2 | OBJETIVOS

Espera-se, através das propostas elencadas, promover a recuperação do solo degradado, a produção de alimentos orgânicos agroflorestais, e a configuração do local como um modelo de ocupação e aplicação de sistemas bioconstrutivos. Para tal fim, pretende-se:

- Elaborar um plano de ocupação da área de maneira a exemplificar sua possibilidade de réplica em outros locais;
- Projetar, como estudo preliminar, um centro de estudos capaz de atender o público interessado na pesquisa e aplicação de tecnologias não convencionais visando

o desenvolvimento sustentável, de modo que a construção do espaço possa ser sincronizada com os cursos a serem realizados no local, permitindo a expansão da infraestrutura conforme a necessidade dos usuários.

3 | ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Toda a proposta é baseada nos três princípios éticos e 12 princípios de design da permacultura, definidos por Holmgren (2013). As atividades a serem inseridas no local foram divididas em cinco grupos: moradia e estadia; estudo e pesquisa; produção de alimentos; convivência; e manutenção do espaço, e pretendem atender aos três princípios éticos – cuidar da terra, cuidar das pessoas e a partilha justa. Sua disposição no terreno e funcionamento pretende atender aos 12 princípios de design e às seis zonas de manejo da permacultura.

Como consequência, o projeto completo é composto pelos seguintes elementos que aplicam tais princípios:

- Cuidar da terra: sistema de agrofloresta em todos os níveis de manejo para recuperação natural do solo e reflorestamento de mata nativa, propiciando o retorno da fauna nativa dispersada.

- Cuidar das pessoas: planejar e construir ambientes saudáveis e confortáveis, aumentando a qualidade de vida de seus usuários, e permitir a extensão de seus benefícios para a comunidade.

- Partilha justa: produção de alimentos para consumo local e distribuição para as cidades vizinhas, somada ao cultivo de mudas para expansão do reflorestamento da região, através de doação de mudas nativas para a população em geral. Além disso, as atividades propostas e a forma como sua construção deverá acontecer, permitem a partilha do conhecimento e a aprendizagem consciente.

- Princípios de design:

1. *Observe e interaja*: realizar a análise criteriosa do ambiente, permitindo o desenvolvimento do conceito de ocupação simultânea à construção do espaço.

2. *Capte e armazene energia*: promover a geração de energia elétrica através de placas fotovoltaicas instaladas em diversos pontos do terreno, conforme melhor desempenho, para alimentar todo o complexo.

3. *Obtenha rendimento*: produzir alimentos para comercialização e serviços oferecidos aos visitantes, como alimentação, hospedagem, turismo, cursos e eventos, além da geração de dezenas de vagas de emprego.

4. *Pratique a auto regulação e aceite feedback*: realizar o tratamento de resíduos, promovendo a contenção de pragas através da regulação do ecossistema e retorno de fauna nativa, além do acompanhamento e reajuste das etapas de ocupação pela equipe do Centro de Estudos.

5. *Use e valorize os serviços e recursos renováveis*: escolher sistemas construtivos à base de terra e bambu, a geração de energia fotovoltaica, o tratamento de resíduos e reutilização de água pluvial e tratada *in loco*. Além disso, é claro, obter a rentabilidade da terra através do sistema autossustentável de produção de alimentos por agrofloresta.

6. *Não produza desperdícios*: incentivar a utilização de matérias locais para a construção dos edifícios e tratamento de resíduos e produção de adubo orgânico para manejo do plantio.

7. *Design partindo de padrões para chegar aos detalhes*: utilizar como princípio a proporção áurea no desenvolvimento do projeto do centro de estudos proposto.

8. *Integrar ao invés de segregar*: compartilhar o conhecimento, integração visual de todos os ambientes do complexo, integração entre moradores locais e comunidade, além de ambientes de acolhimento de visitantes, tais como hospedagem, interação social, alimentação e lazer.

9. *Use soluções pequenas e lentas*: planejar a ocupação passo-a-passo, buscando viabilidade e expansão radial dos processos de recuperação ambiental.

10. *Use e valorize a diversidade*: incentivar a aplicação de agricultura sintrópica, que utiliza plantio conjunto de uma diversidade de espécies vegetais de diferentes portes, além da combinação de diversas técnicas de construção de baixo impacto ambiental em todas as edificações.

11. *Use as bordas e valorize os elementos marginais*: definir a localização para agroflorestal mais densa, escolhida no limite sul do terreno, com objetivos específicos de implantação, somada à composição de um parque linear, de maneira a integrar o córrego que marca o limite norte do terreno (a ser em breve apresentado).

12. *Use criativamente e responda às mudanças*: aplicar a criatividade das técnicas construtivas e aprendizagem de novos sistemas durante execução dos projetos e avaliação pós-ocupação.

4 | CANTEIRO ABERTO “CANTO DO URUTAU”

A opção por definir a ocupação do local como um “canteiro aberto” se deu devido a busca por reforçar a identidade do projeto como um modelo em constante transformação, estabelecendo-se como um empreendimento que se constrói à medida que mais pessoas se envolvem em sua proposta e contribuem para sua execução, em troca de aprendizado e experiência pessoal de capacitação em cursos práticos.

Sendo assim, o programa de ocupação do terreno não somente deve atender às necessidades do ambiente, como também contemplar diretrizes de roteiro de construção, de modo a permitir que o local ofereça infraestrutura suficiente para receber os participantes de sua estruturação, permitindo que o projeto se execute, em grande parte, em regime de mutirão.

Este tipo de processo construtivo baseia-se no modelo aplicado na maioria dos centros e comunidades que desenvolvem suas atividades dentro dos mesmos conceitos que os propostos para a fazenda em questão, e busca oferecer a possibilidade da montagem de cursos de bioconstrução, com técnicas construtivas de baixo impacto para o meio ambiente, e plantio que englobem tanto a parte teórica do assunto quanto ao ensino da prática, observando-se as dificuldades, os preparativos e as dúvidas que envolvem a execução de tal tarefa.

4.1 Programa de necessidades

O programa divide-se em cinco grupos principais de atividades dentro do Canteiro, sendo elas: moradia e estadia; estudo e pesquisa; produção de alimentos; convivência; e manutenção do espaço. Cada grupo contém as seguintes estruturas:

a) Moradia e estadia – atividades de camping, vestiários, cozinha comunitária, alojamento e ecovila, com área total estimada de 1.420m².

b) Centro de estudos – espaços para recepção, salão multiuso, depósito de materiais, mirante, área de exposições, biblioteca, sanitários, depósito de materiais de limpeza (DML), atelier de projetos, canteiro experimental externo, laboratório de materiais, administração e jardins internos, com área total estimada de 1.450m².

c) Produção de alimentos - espaços para hortas, pomares, agrofloresta, estufas e banco de sementes, fungicultura, restaurante, mercado e silos, com área total estimada de 70.750m².

d) Convivência – ambientes de praça, parque e píer na represa, com área total estimada de 30.200m².

e) Manutenção do espaço – espaços para depósitos de ferramentas, recepção/administração, círculo de bananeiras e wetlands, com área total estimada de 360m².

4.2 Plano de ocupação

Abordam-se, de maneira ampla, os pontos de estruturação da execução do programa de necessidades apresentado, acompanhados de diretrizes iniciais para a construção dos espaços. Vale destacar que as estruturas existentes no local servirão de suporte para a construção das novas áreas, de modo que o início das obras de ocupação deve-se dar nas proximidades de tais locais, buscando viabilizar o desenvolvimento do projeto. A figura 2 mostra o local de implantação de cada estrutura.

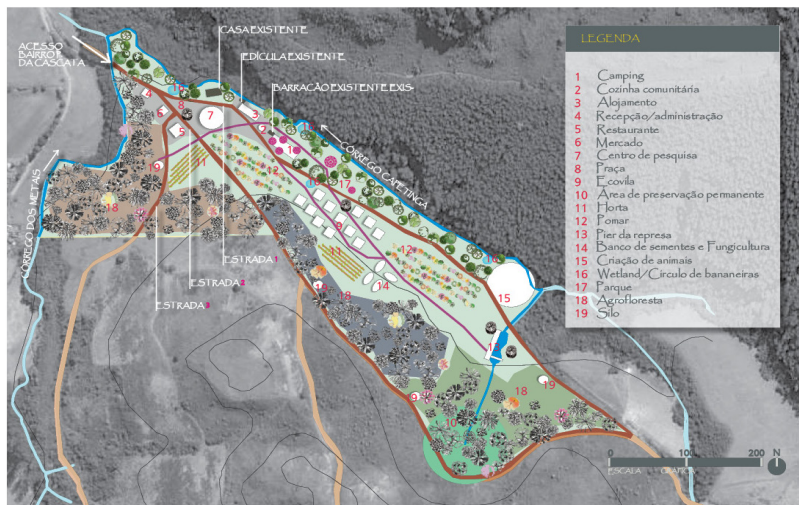


Figura 2. Implantação geral do Plano de Ocupação (crédito: R.C.M. Alves, 2017)

Estrada 1 – leito carroçável de principal estruturação da ocupação do terreno, a ser fechado somente para uso local.

Estrada 2 – principal acesso para a entrada e saída de ferramentas, mantimentos e produtos. Esta estrada servirá de acesso a propriedades situadas adiante, de modo que seu trânsito não poderá ser restrito aos usuários da Fazenda Canto do Urutau.

Estrada 3 – eixo principal de estruturação das futuras expansões do projeto.

Camping (1) – primeira área a ser preparada, de modo a receber alunos para os cursos de construção do local. Serão construídos banheiros e vestiários. Diretrizes: estrutura da cobertura do Camping em bambu; banheiros secos com acesso através de rampas;

Cozinha comunitária (2) – segunda estrutura a ser construída. Área próxima ao camping de modo a atender os usuários. Diretrizes: base bem isolada de umidade, construída com técnica de melhor fixação de revestimentos, como a terra ensacada ou alvenaria de BTC (preferencialmente, para facilitar passagem de encanamento); estrutura da cobertura de bambu, com previsão de aberturas para ventilação (ex: tipo geodésica), estendida para fora do perímetro da cozinha, de modo a criar áreas de refeitório.

A partir deste ponto, todas as outras estruturas do programa serão construídas de acordo com a disponibilidade de profissionais para ministrar os cursos de construção de cada técnica utilizada, assim como as áreas de plantio, caminhos de acesso, áreas de tratamento de resíduos e barracões de armazenamento de ferramentas serão criados de acordo com a expansão do projeto, sempre priorizando o desenvolvimento de acordo com a demanda de uso do local.

Alojamento (3) – com 12 dormitórios coletivos, área para convivência na varanda

e banheiros de uso coletivo. Diretrizes: construção com técnica que permita paredes espessas, a fim de controlar a temperatura no interior dos dormitórios (ex: terra ensacada, taipa de pilão e COB);

Recepção/administração (4) – esta estrutura deve permitir integração visual entre exterior e interior a fim de atrair os visitantes a conhecê-la, espelhando, assim, a intenção proposta para todo o projeto do Canteiro Aberto. Diretrizes: o projeto pode priorizar a utilização da técnica do COB, que permite maior liberdade de forma e desenhos nos elementos verticais, associado à taipa de mão.

Restaurante (5) – está localizado em cota mais alta do que as estruturas ao redor, e deve funcionar também como café. Tem acesso através das estradas 2 e 3, além de escadas e rampas integradoras do sistema de circulação. O restaurante deve funcionar não somente para atendimento de público externo. Diretrizes: a priorização no projeto deve ser por técnicas que garantam maior estabilidade das paredes, devido ao uso que se dará ao teto da construção, como a taipa de pilão e a terra ensacada; para a cobertura propõe-se terraço-jardim e teto-verde, dando espaço para um mirante.

Mercado (6) – funcionará como ponto principal de comercialização e troca de produtos produzidos pela fazenda, atendendo não somente o bairro vizinho, como compradores de todas as cidades da região. Sua localização foi escolhida estrategicamente, de modo a permitir fácil abastecimento pela Estrada 2, a principal rota de entrada e saída de caminhões para atender a agrofloresta. Diretrizes: Deve-se utilizar, por exemplo, adobes ou preferencialmente o BTC, que garante encaixes precisos e estabilidade, além de serem autoportantes. No telhado da construção deverá ser empregado o teto-verde, para plantio de temperos para comércio;

Centro de Pesquisa (7) - este deve ser o edifício mais marcante de todo o complexo. Sua localização estratégica assinala o coração do Canteiro Aberto, compondo o ponto de referência para os usuários transitórios do local. Além de funcionalidade e compreensão de seu papel como espaço de aprendizagem e pesquisa, a construção deve ser inspiradora e reflexo de harmonia. Diretrizes: o projeto deve ser elevado do solo, seguindo o relevo; o salão principal a ser utilizado tanto como local para palestras e aulas, como para eventos, apresentações, conferências ou reuniões diversas que por ventura possam ocorrer no espaço; a técnica construtiva deve priorizar a estabilidade da estrutura e a exploração de elementos estéticos, instigando a criatividade e possibilitando constantes aprimoramentos (como, por exemplo, a combinação de BTC e taipa de pilão nos pontos principais da estrutura, e a combinação de bambu, COB e taipa de mão para a criação de elementos de maior apelo visual); O laboratório e atelier de projetos devem ter conexão direta com canteiros externos para ensaios e estudos.

Praça (8) - este espaço funcionará como integrador de ambientes, garantindo fácil mobilidade entre locais de estadia, alimentação e estudo. A proposta para este local é de combinar ambientes naturais, confortáveis e locomoção, a fim de permitir que o traslado

entre os edifícios de atendimento ao público seja confortável, devido aos desníveis do terreno. Diretrizes: espaço deve ser pensado como uma praça natural em desnível, priorizando o bom funcionamento da circulação; A movimentação de terra necessária deve ser destinada à utilização em técnicas de construção de outros ambientes do Canteiro Aberto.

Ecovila (9) - este é o espaço dedicado à construção das 12 casas do complexo. O acesso se dará através da Estrada 1, de uso restrito aos usuários da Fazenda. As casas serão locadas em diferentes cotas, de modo a garantir espaço privativo para cada habitação, dentro da comunidade. Diretrizes: o projeto deve ter como base a disposição das moradias de modo a integrá-las e garantir seu espaço privativo, além da conformidade com as curvas de nível do terreno; assim como no caso do alojamento, as técnicas de construção utilizadas devem permitir controle térmico dentro das residências, através de paredes espessas, ventilação e iluminação natural garantidas através de orientação inteligente das paredes ao sol;

Área de preservação permanente (APP) (10) – Cumprindo obrigação legal definida pelo Código Florestal, delimita-se a APP entorno da nascente existente no terreno. A área de preservação tem 50 metros de largura e deverá ser reflorestada com espécies nativas, integrando-se à agrofloresta ao seu redor.

Hortas (11) – são importantes para a autossuficiência do complexo. Localizadas em dois pontos, cada uma das áreas deverá funcionar da mesma maneira, porém com diferentes propósitos. Diretrizes: mesmo tendo como foco a produção de hortaliças, estes espaços também devem ser cultivados seguindo os conceitos da agricultura sintrópica. A construção pode ser concebida como uma estrutura leve e limpa, podendo optar-se por técnicas como a taipa de mão e o bambu; a cobertura também deverá ser compreendida como uma varanda para sombreamento da área para descanso do trabalhador que lá esteja atuando.

Pomares (12) – assim como as hortas, os pomares são importantes para garantir a diversidade de alimentos aos usuários do Canteiro Aberto. Estes espaços serão dedicados ao plantio de árvores frutíferas que necessitam maior espaço e não se adequam bem aos canteiros estreitos das hortas. As estradas 1 e 2 garantem o acesso e o transporte de ferramentas e de produtos. Diretrizes: as mesmas observações para a construção de apoio às hortas valem para o apoio aos pomares.

Pier (13) – com o objetivo de tornar a represa existente no local acessível e atraente, propõem-se a criação de um pier, de maneira que os usuários do Canteiro Aberto, tanto trabalhadores, moradores e alunos do centro de estudos, como visitantes e turistas, possam aproveitar do espaço como um local de lazer. Diretrizes: o pier deve ter como princípio básico de projeto a função de permitir um acesso fácil à água (considerando que atualmente as margens encontram-se enlameadas e tornam a entrada na represa de difícil acesso).

Fungicultura e banco de sementes (14) – importantes atividades na produção de alimentos. A fungicultura representa mais um seguimento de produtos a serem comercializados, gerando renda para a fazenda, além de complementar a diversidade de alimentos consumidos pelos moradores e hóspedes locais. Já o banco de sementes apresenta-se como necessidade primária para a manutenção e expansão da atividade de recuperação do solo degradado através do plantio, funcionando também como um viveiro de mudas a serem cultivadas no local, além de permitir a distribuição de mudas nativas da região para moradores vizinhos, contribuindo para o reflorestamento nativo além dos limites do Canteiro Aberto.

Wetlands e círculos de bananeiras (15) – todas as edificações do complexo devem contar com o direcionamento de seus excedentes para esses locais, afim de serem tratados. O tratamento de resíduos é uma das prioridades do complexo, de maneira que estas estruturas devem ser construídas para complementar os banheiros secos e composteiras.

Parque (16) – elemento estruturador de todo o complexo, o parque deve atuar como espaço integrador entre os usuários e a natureza. Localizado ao longo do Córrego Capetinga, o parque deve ser arborizado prioritariamente com espécies nativas, compondo, assim, a mata ciliar do leito d’água. Tais ambientes podem ser compostos através de geodésicas e mobiliário de terra e madeira, valendo-se do trabalho com o bambu e o COB, por exemplo.

Agrofloresta (17) – carro-chefe da recuperação do solo na fazenda, a agrofloresta deve gerar toneladas de alimentos diversos. Seguindo os princípios do design de permacultura, o plantio deverá iniciar-se nas áreas mais próximas às construções e expandir-se de forma radial para as locações mais distantes. Sua localização no terreno deve-se à facilidade de acesso através das estradas 2 e 3, de modo a facilitar a carga e descarga de produtos e ferramentas por caminhões.

Silos (18) – estruturas destinadas a armazenagem dos produtos cultivados na fazenda até seu devido encaminhamento para venda. Estão localizados ao longo da agrofloresta evitando enormes deslocamentos de produtos dentro do complexo, além de estarem ao lado das Estradas 1, 2 e 3, possibilitando fácil acesso por caminhões de carga e descarga.

4.3 Projeto do Centro de Estudos

O Centro de Estudos do complexo é o edifício que representa toda a potencialidade do local, dos conceitos sobre os quais foi planejado e dos materiais utilizados em sua construção, e por este motivo foi desenvolvido de maneira a permitir o diálogo entre diversas técnicas bioconstrutivas, permitindo um amplo programa de ensino durante sua construção.

Como demonstrado na figura 3, o Centro (8) encontra-se logo no início do terreno, e possui acesso pelas estradas existentes, próximo à Recepção (4), do Mercado (5), do Restaurante (6) e das construções já existentes no local (1 e 2). Está assistido por 20

vagas de estacionamento exclusivas (3) e pelo Anfiteatro (7). Conecta-se com o restante da Fazenda pelos caminhos para pedestres que permeiam as estradas existentes e criadas, e o Parque (9) que se estende por todo o limite norte do terreno.

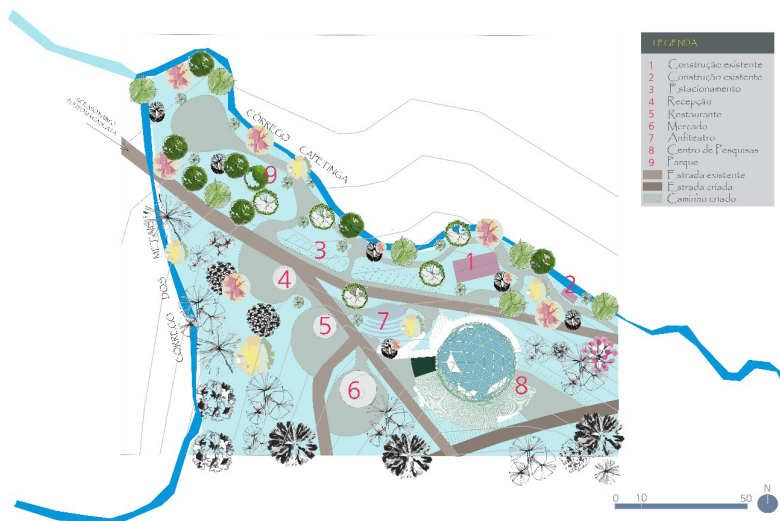


Figura 3. Implantação do Centro de Estudos e estruturas de apoio (créditos: R. C. M Alves, 2018)

O projeto foi concebido através de estudos sobre proporção áurea, e combina técnicas construtivas à base de bambu e terra, como se observa na figura 4.

Visando o menor impacto ao solo, o edifício é construído em meios-níveis, de modo que os ambientes são distribuídos no solo subindo 1m por vez, e todo o projeto pode ser acessado através de rampas e escadas.

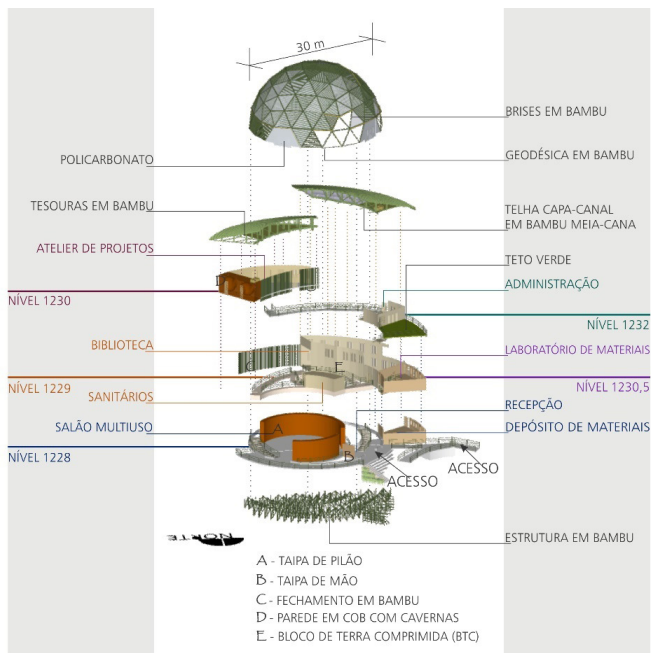


Figura 4. Centro de Estudos (créditos: R. C. M. Alves, 2018)

Na entrada pela geodésica (Nível 1228), encontra-se a recepção, marcada por uma parede de taipa de mão e uma bancada em COB. Em seguida tem-se o salão multiuso, delimitado através de paredes curvas de taipa de pilão. O piso de concreto é rasgado, permitindo vista direta do terreno abaixo, de onde árvores e plantas crescem dentro da geodésica. Esta é construída em bambu, possui fechamento de policarbonato em algumas faces, e brises de bambu – verticais nas faces leste e oeste, horizontais nas faces norte - para garantir sombra nos ambientes já descritos. À direita da recepção está o depósito de materiais, destinado ao laboratório de materiais, construídos em BTC. Este ambiente tem acesso externo direto de maneira a permitir carga e descarga de material e equipamentos. Através de rampas internas acessa-se o Nível 1229, onde se encontram os sanitários e a biblioteca (ambos em BTC), dotada de espaço de exposição, armários, acervo, mesas de estudo e área de leitura num jardim descoberto, equipado com redes e delimitado por um fechamento de bambu.

Subindo, através de escadas, ou pelas rampas, no Nível 1.230 está a entrada interna do atelier de projetos, que possui fechamento interno de bambu, e as aberturas encontram-se na parede de BTC, de maneira que o ambiente ventila dentro do jardim de leitura da biblioteca. O atelier está conectado ao canteiro experimental externo por meio de uma porta e por dentro das “cavernas” que existem dentro da “parede” de COB, de 3 m de espessura.

Já os Níveis 1.230 e 1.233 onde ficam o laboratório de materiais e a administração, respectivamente, podem ser acessados por escadas internas, ou rampas externas. O laboratório está diretamente conectado ao depósito de materiais, enquanto que a administração conecta-se à biblioteca, e possui jardim privado correspondente ao teto verde que cobre o bloco depósito-laboratório. Os outros blocos possuem cobertura em uma água, feita de bambu meia-cana utilizado como telhas capa-canal.



Figura 5. Perspectiva do Centro de Estudos (crédito: R. C. M. Alves, 2018)

A estrutura ora visível, ora escondida do edifício desperta a curiosidade, de modo que além de permitir o aprendizado durante a construção, continua permitindo-o após sua finalização. Apesar de ser uma grande construção, os materiais predominantes e a vegetação interna e externa fazem com que a mesma se integre com a paisagem, não causando impacto visual, como pode ser visto da figura 5. Alguns dos elementos citados podem ser vistos na figura 6.



Figura 6. Elementos de terra e bambu (crédito: R. C. M. Alves, 2018)

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste artigo aborda conceitos vinculados ao desejo e busca por uma ocupação humana mais equilibrada no planeta: a bioconstrução, que procura empregar materiais naturais e as técnicas de construção de baixo impacto ambiental, a permacultura e a agrofloresta.

Através do desenvolvimento deste trabalho foi possível identificar as peculiaridades e características de cada uma das técnicas de construção escolhidas para o empreendimento, assim como as interfaces entre sistemas construtivos diferenciados, de modo a proporcionar, após o estudo do terreno trabalhado, a escolha das referidas técnicas, avaliando as condições de degradação de algumas áreas e enumerando as necessidades a serem atendidas no projeto do Canteiro Aberto. Acredita-se, no entanto, que com a pretendida continuidade da pesquisa e detalhamento do projeto proposto, serão feitas alterações e ajustes, assim como o aprimoramento de soluções construtivas para sua

melhor implantação no local, visando ainda sua manutenção e durabilidade.

Ressalta-se que a realização do Plano de Ocupação para a referida fazenda é viável e replicável, podendo servir de inspiração para outros proprietários da região cujas terras tenham sofrido exploração semelhante. Conclui-se assim que trabalhos dessa natureza, cada vez mais, devam ser incentivados e colocados em prática, estabelecendo o tripé que relaciona as construções com o emprego de materiais naturais e de baixo impacto ambiental, à permacultura e aos princípios da agrofloresta e sua direta relação com a preservação do meio ambiente.

Devido ao fato de ser um estudo de projeto arquitetônico de alta complexidade, detalhes específicos sobre o projeto apresentado, tais como plantas, cortes, elevações e detalhes construtivos estão disponíveis para consulta diretamente com às autoras.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem aos irmãos Luciano e Renato Montenegro que tão calorosamente permitiram acesso ao terreno e apoiaram a elaboração do projeto.

REFERÊNCIAS

Edwars, B. (2005). **O guia básico para a sustentabilidade**. Londres: Riba Enterprises,

Gauzin-Müller, D. (2011). **Arquitetura ecológica**. São Paulo: Senac

Holmgren, D. (2013). **Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade**. Porto Alegre: Via Sapiens

DIREITO A CIDADE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM UM MUNICÍPIO DO OESTE DE SANTA CATARINA

Data de aceite: 01/12/2020

Claudio Luiz Orço

Universidade do Oeste de Santa Catarina –
UNOESC
<http://lattes.cnpq.br/6608236133406794>

Elizandra Iop

Universidade do Oeste de Santa Catarina –
UNOESC
<http://lattes.cnpq.br/6535008268762855>

Simone Comin

Universidade do Oeste de Santa Catarina -
UNOESC
<http://lattes.cnpq.br/4664007239262605>

RESUMO: A organização do espaço urbano no Brasil em sua origem esteve orientado pelo olhar de um Estado Monista onde se reconhecia em território brasileiro uma única cultura, uma única língua, um único gênero, uma única condição física, sensorial e racional. Organização essa, que advinha da herança de um modelo colonial europeu onde o Estado brasileiro se organizou de forma excludente, não oferecendo condições materiais, legais e sociais para a diversidade cultural participar tanto dos processos sociais como dos espaços públicos da sociedade e da cidade. Esta realidade começa a ser alterada pós Constituição de 1988, quando o Estado reconhece a todos como cidadão de direito, e passa a organizar a sociedade e as cidades para que todos possam estar inseridos no

espaço público e podendo usufruir de seus serviços por meio do exercício dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Para tanto, se faz necessário mecanismos legais para materializar o exercício destes direitos. Portanto, desenvolvemos uma pesquisa que teve como objetivo, analisar as condições de acessibilidade urbana apresentadas pela cidade de Xaxim - SC para incluir nos processos sociais as pessoas com deficiência de modo a promover sua cidadania e sua dignidade humana. Adotou-se uma pesquisa de campo de caráter Descritiva, em que foi caracterizado o espaço público pela categoria da acessibilidade universal. E assim concluímos que o espaço investigado apresenta-se deficitário para o exercício da cidadania, assim, comprometendo o desenvolvimento pleno da pessoa e a promoção da dignidade humana da pessoa com deficiência.

PALAVRAS - CHAVE: Espaço Público; Acessibilidade; Exercício da cidadania; Dignidade da Pessoa Humana.

THE RIGHT TO A CITY FOR PEOPLE WITH DISABILITY IN THE WEST OF SANTA CATARINA COUNTY

ABSTRACT: The organization of urban space in Brazil in its origin was guided by the look of a Monist State where a single culture was recognized in Brazilian territory, a single language, a single gender, a single physical, sensory and rational condition. This organization is the legacy of a European colonial model in which the Brazilian state has organized itself in an exclusive manner and it does not offer material, legal and social terms for cultural diversity to participate in both

social processes and public spaces of society and the city. This reality begins to change after the 1988 Constitution, when the State recognizes everyone as a citizen by right, and begins to organize society and cities so that everyone can be inserted in public space and can benefit its services through the exercise of civil, political, economic, social and cultural rights. To this end, legal mechanisms are needed to materialize the exercise of these rights. Therefore, we developed a research that aimed to analyze the conditions of urban accessibility presented by the city of Xaxim – SC to include people with disabilities in social processes in order to promote their citizenship and human dignity. A Descriptive field research was adopted, in which the public space was characterized by the category of universal accessibility. And so we conclude that the space investigated is deficient for the exercise of citizenship, thus compromising the full development of the person and the promotion of the human dignity of the person with disability.

KEYWORDS: Public Space; Accessibility; Exercise of citizenship; Dignity of the human person.

1 | INTRODUÇÃO

Pensar e estruturar o espaço público para que todos possam conviver é o meio para o exercício dos direitos civis e sociais e a efetivação da cidadania, sendo a cidade o palco de produção e troca de experiências a necessidade então de pensar o espaço público com acessibilidade. Portanto, este artigo é o resultado de uma pesquisa, que tinha enquanto problema de pesquisa: **Quais as condições de acessibilidade urbana apresentadas pela cidade de Xaxim SC para incluir nos processos sociais as pessoas com deficiência de modo a promover sua cidadania e sua dignidade humana?** Desenvolveu-se uma pesquisa de campo de Caráter Descritiva no ano de 2018 na cidade de Xaxim– SC, onde foi realizada uma observação direta sobre as condições arquitetônicas de circulação e acesso a espaços públicos objetivando a identificação de suas características, o que nos permitiu avaliar se estas se apresentam deficientes ou não na perspectiva da garantia de acessibilidade universal à Pessoas com Deficiência física.

Quanto à acessibilidade arquitetônica, nos voltamos o acesso aos espaços públicos, como hospital, escolas, repartições públicas, bancos, Igreja Católica, vias de acesso e ginásios esportivos. Em que foi avaliada a existência de condições materiais de acesso da Pessoa com Deficiência nestes locais.

Iniciamos a construção deste artigo com o campo conceitual do conceito da Acessibilidade Universal para em seguida tratarmos do campo teórico do princípio da Dignidade da Pessoa Humana, que é um dos princípios constitucionais da constituição brasileira de 1988. Em seguida foi caracterizado o objeto desta pesquisa, “o acesso ao espaço público urbano em prédios públicos urbanos” na cidade de Xaxim-SC, para em seguida tecermos as considerações finais.

21 ACESSIBILIDADE EM PERSPECTIVAS AO ACESSO E CONVÍVIO NA CIDADE

A sociedade humana se constitui partir de única raça, a raça humana, porém esta mesma sociedade pode ser caracterizada como um sociedade heterógena, pelo fato de conter em seu meio uma gama considerável de diferenças, indo de diferenças biológicas, aqui consideradas as características biológicas de cada etnia e ainda a condição física de cada pessoal, passando pelas diferenças cognitivas e sensoriais, sociais, culturais, econômicas, políticas, religiosas, as últimas cinco aqui citadas formadas pelo contexto socioeconômico e cultural em que a sujeito está inserido. Estaremos nesta produção trabalhando com as diferenças que podem ser entendidas como diferenças físicas, sendo essas a condição da pessoa com deficiência.

A história das pessoas com deficiência traduz-se numa intensa jornada, assinalada pelo preconceito que leva a discriminação, exclusão e violação da sua condição e a não promoção da dignidade humana.

A partir de uma visão depreciativa sobre a pessoa que tem algum tipo de deficiência (física, sensorial, intelectual ou psicossocial), em nossas sociedades, a discriminação e os diferentes tipos de violações dos direitos humanos têm sido vistos como algo natural, como uma situação que se poderia justificar em virtude de que 'estas pessoas' são diferentes e se afastam do modelo de normalidade, que prevalece nos entornos socioculturais de nossos países. (GADJENS, 2007, p. 01).

Em cada momento da história humana, esses foram vistos de maneiras diferentes, a ponto de serem julgados como incapazes pela sociedade por não corresponderem ao padrão de homem definido pela sociedade branca, proprietária, masculina, racional, heterossexual, cristã e produtiva. No que tange as pessoas com deficiência, a sociedade ao longo dos séculos foi se organizando seja socialmente como materialmente sem pensar em fornecer condições de acesso a estas pessoas, vindo estas então, a serem relegadas a âmbito familiar apenas privado. Ficando ainda excluídas do acesso a espaços públicos onde ocorre um conjunto de processos, como, o produtivo - trabalho, educação, lazer, cultura, saúde, religião, político e a mobilidade.

A vida humana, independentemente a que segmento socioeconômica e étnica étnico racial pertença, está constantemente em busca de condições para se reproduzir com dignidade, e tem no Estado esta garantia, cabendo a esse propiciar condições, tanto materiais como sociais, para que seja possível a seus cidadãos terem uma vida digna, com proteção por parte do Estado, no que se refere aos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais.

Assim sendo, o Estado brasileiro em seu Art. 5º reconhece a todos indivíduos nascidos e residentes no país como cidadãos, "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a

inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988, p. 130). Desta forma, o Estado brasileiro concebe a todos como sujeitos de direito, sendo estas as garantias individuais, sociais, políticas e coletivas atreladas a políticas públicas mecanismos para a promoção da dignidade humana.

A sociedade brasileira incorporou o biótipo de homem branco, saudável e produtivo mais os valores morais da sociedade europeia (valores tidos como nobres na época, do bom cristão, do bom burguês, do homem saudável, do homem produtivo) do século XVIII nas relações sociais durante seu processo de formação. Este padrão pode ser visto na organização sociopolítica da sociedade, no que diz respeito a quem era tido enquanto cidadão nesta sociedade e assim das garantias de vida digna para esses por meio dos direitos humanos, e ainda, sobre a produção material das cidades brasileiras, no que tange ao acesso aos espaços públicos. E sendo a cidade palco das relações sociais o meio para que os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais sejam exercidos, deve-se assegurar que essa deva ser acessível a todo cidadão, independente de sua condição física, intelectual e sensorial. Para tanto, se faz necessário criar nela condições objetivas e subjetivas para internalizar em seu contexto as diferenças individuais e coletivas, compreendendo sua diversidade e singularidade. A estrutura moral do Estado brasileiro herdou os valores da sociedade europeia em sua formação, e estes estão representados na organização sócio-política das cidades brasileiras bem como em sua materialidade.

Como analisa Bertúlio,

O Direito enquanto ordenador e formador de valores sociais tem desempenhado papel determinante na manutenção de estereótipos e méritos na sociedade brasileira. Tal papel perpetua preconceitos e discriminação contra grupos específicos de indivíduos, estabelecendo, no contraponto, privilégios/prejuízos intrínsecos à natureza de ser dos indivíduos. Nesse caminhar, o sistema judiciário produz e reproduz desigualdades de toda ordem, sem entretanto permitir a apreensão de sua realidade, acobertado que está, esse mesmo direito, pela legalidade e legitimidade da falsa verdade jurídica. (BERTULIO, 2003, p. 99).

No cenário social das cidades se apresenta uma gama significativa de diferenças e particularidades que devem ser promovidas para que de fato o direito a cidade seja exercido por todos indistintamente, isso exige uma postura de embate e enfraquecimento a um contexto sociocultural de preconceito e discriminação instituído pela cultura e legalizada pelo Estado.

A organização/reorganização das cidades contemporâneas está se fazendo mediante a contribuição que as Ciências Sociais trazem em relação ao outro diferente. No campo da cidade este olhar é imprescindível para que todo cidadão possa exercer o direito a cidade, de ir e vir, de conviver em espaços públicos, de trabalhar, de ser educado, de se divertir, de praticar sua crença religiosa, de votar, de participar de manifestações sociais...

Para isso, não basta ter consciência que existem diferenças e que há leis que

amparam legalmente a Pessoa com Deficiência, mas será necessário alterar a consciência da sociedade, de modo a promover uma inclusão de fato das diferenças no campo social da cidade e em todos seus processos sociais e espaços públicos e assim, criar condições para o exercício da cidadania e com isso a promoção da Dignidade Humana.

Mediante a isso, acentua-se a emergência da Acessibilidade Universal no campo urbano, em que os diferentes daquele estereótipo herdado do modelo de Estado Monista, devam ser incluídos em todos os espaços urbanos públicos das cidades e em suas relações sociais. Desconstruir as barreiras materiais que impedem o acesso dos diferentes aos espaços públicos é o caminho que levará o cidadão a exercer o direito a cidade. De acordo com Ottmar Teske (2005), a acessibilidade universal diz respeito a produtos e meios físicos que viabilizem a todas as pessoas a utilização máxima, sem que sejam necessárias adaptações ou promovidas restrições como, por exemplo, em termos de custos.

Sem fazer distinção das diferenças, a Acessibilidade Universal diz respeito a todas as pessoas, independentemente de sexo, idade, gênero, raça, estatura e capacidades, e demais. A Acessibilidade Universal se opõe às soluções que consideram as Pessoas com Deficiência uma categoria especial, sendo para elas destinados ambientes especiais, produtos especiais, etc. Enquanto essas diferenças forem consideradas especiais, a sociedade em si não a entenderá como igual, mesmo tendo particularidades que os diferenciam na maneira de ocupar os espaços construídos, de consumir os produtos historicamente produzidos, de se locomover nas vias públicas, de adquirir conhecimento (formação) em ambiente educativo, de se fazer presentes, dentre outros.

A própria expressão *Acessibilidade Universal* remete ao termo *acesso*. Acesso à sociedade, a cidades e seus espaços e a todos os seus bens produzidos historicamente pela humanidade, representando a inclusão social do cidadão de direito e de suas diferenças e individualidades. Em se tratando de acessibilidade, observamos que tal questão se apresenta como uma das reivindicações mais antigas e de maior visibilidade no âmbito do Movimento da Pessoa com Deficiência – MPD.

No início dos anos 80, com o surgimento dos primeiros movimentos reivindicatórios das pessoas com deficiência, no bojo da abertura política, buscava-se a eliminação de barreiras arquitetônicas, particularmente nas edificações, tendo como referência as necessidades específicas das pessoas com deficiência física. Já em meados da década de 80, esse conceito ampliou-se referindo-se a espaços mais amplos, quando se identificava barreiras ambientais para além das edificações. Começa-se a discutir que, subjacentes às barreiras ambientais, encontram-se as barreiras atitudinais. Dessa forma, compreende-se que uma cidade sem barreiras é uma cidade onde os preconceitos foram minorados. No entanto, o acento ainda recai sobre as necessidades das pessoas com limitações motoras. (BUENO; DE PAULA, 2006, p. 01).

Já nos anos 1990, ocorre uma maior identificação em relação aos tipos de obstáculos existentes para as deficiências. Desse modo, passam a ser reconhecidas não somente as

barreiras ambientais e atitudinais, mas também as de comunicação e de transporte. Com isso, passa-se a contemplar todos os tipos de deficiência, e não apenas as físicas, como anteriormente.

Mais adiante, mas ainda na década de 1990, é concebido o conceito de Desenho Universal, que compreende o planejamento arquitetônico ambiental, de comunicação e de transporte, em que se buscava atender às características das pessoas plenamente, independentemente de terem ou não algum tipo de deficiência. Segundo Mazzoni (et all, 2001), o modelo apresenta características que auxiliam o acesso aos deficientes físicos e facilitam para os demais usuários. “O desenho universal procura romper com a visão de uma arquitetura voltada para um ideal de homem ou a um pretenso homem médio, buscando respeitar a diversidade humana.” (BUENO; DE PAULA, 2006, p. 01). Os termos acessibilidade e desenho universal passam a serem empregados em simultâneo em fins dos anos de 1990, o que faz com que optemos pela forma positiva, o que significa não se tratar mais de eliminar obstáculos, mas de garantir o acesso irrestrito a todos e, dessa forma, materializar-se o conceito de *acessibilidade universal*.

Com a entrada do terceiro milênio, o conceito de acessibilidade se amplia, envolvendo, além dos obstáculos concretos presentes na sociedade, também o direito de ingresso, permanência e usufruto de todos os bens e serviços sociais, independentemente da condição física do indivíduo e de suas condições cognitivas, sensoriais, social, cultural, política e econômica.

A acessibilidade passa a abranger novas dimensões que envolvem aspectos importantes do dia-a-dia das pessoas, tais como rotinas e processos sociais, além de programas e políticas governamentais e institucionais. A implementação de uma sociedade para todos implica na garantia de acessibilidade em todas as suas dimensões. Dessa forma, uma sociedade acessível é pré-requisito para uma sociedade inclusiva, ou seja, uma sociedade que reconhece, respeita e responde às necessidades de todos os seus cidadãos. (BUENO; DE PAULA, 2006, p. 02).

Segundo Lippo “[...] a mobilidade com autonomia e segurança é um direito universal [...]”, (2005, p.345), quando o autor discorre sobre proporcionar autonomia e segurança, logo, uma esperança sobre a acessibilidade é lançada, isso porque é através da arquitetura acessível que a diversidade humana poderá sentir-se segura e autônoma em relação a sua mobilidade. Ainda segundo o autor, faz-se necessário considerar que a acessibilidade não se restringe ao público com deficiência, mas busca atender o coletivo.

O conceito de acessibilidade universal supera com acréscimos o conceito já ultrapassado de supressão de barreiras à mobilidade em áreas específicas nos momentos de planejar, projetar e construir. Portanto, a acessibilidade, entendida no sentido de ação constitutiva do entorno urbano, engloba todo o conjunto do espaço construído, incluindo os aspectos da edificação, do urbanismo e do transporte em suas múltiplas interfaces. (LIPPO, 2005, p. 346/347).

A acessibilidade, a partir desse viés, surge como algo prioritário para fornecer melhores condições à população. “Em qualquer projeto, sempre se prioriza o ser humano como centro gerador, e, nos espaços construídos, busca-se as melhores condições de uso, função, segurança, bem-estar e acesso.” (LIPPO, 2005, p. 347). O ser humano, nesse caso, tem papel ambíguo, afinal é ele quem constrói e/ou desenvolve e também é o beneficiário desse planejamento.

O objetivo da acessibilidade não é criar ambientes específicos para a Pessoa com Deficiência, mas ambientes onde essas pessoas se sintam inclusas, sem discriminação, ou seja, espaços onde o diferente seja visto, reconhecido e vivido como igual em sua diferença, porém com adaptações que propiciem a esses indivíduos desfrutarem do ambiente como todos os demais que não tem deficiência. (MANZZONI, 2001).

Alguns ambientes adaptados, nem sempre no modelo universal de acessibilidade, trazem a ideia de que são somente destinados as Pessoas com Deficiência, causando sentimentos de desconforto, inutilidade, vulnerabilidade e inferiorização aos usuários, em função disto, quando se fala em adaptações que promovam qualidade de vida, faz-se necessário pensar que não só os ambientes físicos devem ser alterados para facilitar e auxiliar as Pessoas com Deficiência, mas que a sociedade seja condicionada a sempre pensar de forma acessível e incluyente, e que isso passe a se constituir um pensamento padrão, parte da visão de mundo da sociedade.

3 | DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA – ESBOÇO CONCEITUAL

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, criada pela Organização das Nações Unidas de 1948, prevê em seu artigo 1º o seguinte: “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, entendemos que esses titulares dos direitos fundamentais são todos os homens tratando aqui do gênero humano.

A Constituição Federal brasileira promulgada no dia 05 de outubro de 1988 após um regime político repressivo, desenha uma nova realidade ao cidadão, pois é a partir dela que se reconhece a República como uma ordem social justa, mantenedora das liberdades individuais e coletivas. Consta na Constituição Federal de 1988 uma significativa variedade de garantias individuais, sociais coletivas e política. O Artigo 5º traz em seus incisos e parágrafos garantias pessoais, para que, baseando-se na lei as pessoas possam defender seus “direitos”. Assim o seu Artigo 1º, em seu terceiro inciso, que diz o seguinte, “[...] o Estado Democrático de Direito tem como seus fundamentos: III – Dignidade da Pessoa Humana.” (BRASIL, 1988,). A Constituição de 1988 em seu Art. 5º estabelece, “Todos são iguais perante a lei [...] garantindo-se [...] a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988).

A Dignidade Humana como valor constitucional, é no sentido de reconhecer e valorizar o ser humano como a base e o topo do Direito. Em nível I, no seu preâmbulo,

a Constituição faz menção ao Estado Democrático de Direito como forma de garantir os exercícios dos direitos individuais e sociais. (BRASIL, 1988). Ainda de acordo com a Constituição Federal no Art. 3º, esta declara:

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988, p. 13).

Tratemos aqui do espaço público onde experiências acontecem e que são fundamentais para a formação do ser social, e para que isso ocorra é necessário que este esteja apto a receber a todos num processo de convivência social, para isso é necessário que o espaço público esteja acessível ao exercício dos direitos civis e sociais e somente assim, a dignidade da pessoa humana pode vir a ser promovida.

Não basta apenas ter garantindo os direitos individuais e sociais, de estar ocupando um determinado espaço se as condições estruturais deste não esteja apta a promover a Dignidade da Pessoa Humana, caso contrário, ocorre a perda da cidadania concreta, ficando o sujeito apenas tendo seus *status* legal de cidadão reconhecido perante a Lei.

Porém, o que é o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana? E que está na Constituição Federal de 1988 como Princípio Constitucional. A questão relacionada ao início da noção de Dignidade da Pessoa Humana e coloca:

Muitas culturas em que existe uma estratificação social dispõem de um código moral ou de regras protocolares que exigem que os membros das classes superiores se comportem de maneira 'digna', ou seja, com a contenção e a presença de espírito que supostamente exprimem de maneira apropriada sua posição superior. (HILL JR, 2003, p. 441).

A Dignidade da Pessoa Humana tendo como preposto a “hierarquia” o “status social” sustentado pelo poder diferenciado concentrado nas mãos de poucos podia ser visto na Roma antiga, entre Cesar e seus “parlamentares” com os plebeus; na Idade Média, entre o Rei e seus súditos, senhores feudais e os servos, e na Idade Moderna, entre os colonizadores e os colonizados e no contexto industrial entre patrões e empregados.

Toda via, tal ideia de Dignidade da Pessoa Humana em que se discrimina as pessoas, subjugando-as em dignas ou indignas é extremamente contrária ao que propõe a Constituição Federal de 1988. Seguindo os fatores históricos buscaremos uma igualdade

material de tratamento entre as pessoas, limitando o poder de domínio de uma sobre a outra, a ponto de ser proibido tal prática. Assim, temos Cícero que nos fornece uma luz sobre esta questão. Revela uma resposta as perguntas da filosofia, onde em seu livro *Dos Deveres*, encontra-se bem claro a figura da racionalidade como traço distintivo do homem em relação aos demais animais. Assim coloca que,

[...] há diferença entre o homem e o animal; pois este obedece exclusivamente aos sentidos, só vive o presente, o que está perante dele não tem qualquer percepção de passado e futuro. O homem, ao contrário, com o auxílio da razão, que é seu galardão, percebe as consequências, a origem, o passo das coisas, compara-os uns com os outros, liga e reata o futuro ao passado. (CÍCERO, 2007, p. 34).

Para tal autor, a diferença entre o homem e os animais é que um possui noção de certo e errado, entende que as suas ações foram erradas e evita cometê-las no futuro, apresenta senso moral, devido a sua capacidade racional. O homem busca criar condições para viver em grupo, interagir e conviver com seus semelhantes e vê a possibilidade de relações harmônicas entre o grupo. Assim, Cícero entende que a capacidade de racionalidade do homem é a responsável por aproximar uns dos outros fazendo com que haja dialogo para uma convivência harmônica, utilizando de assembleias para dialogar e também para conservar e manter bem o grupo. Goldschmidt. (2009).

Percebe-se em Cícero (2007), a presença de duas dimensões da Dignidade da Pessoa Humana, a racionalidade e a convivência em sociedade. Goldshimidt. (2009) Ainda destaca que Cícero prevê uma “à ação positiva”, vista na divisão das dimensões, no sentido de proteger e proporcionar dignidade ao homem, assegurando o bem comum, onde aqueles que não agem em prol de seus semelhantes são considerados “injustos”, afastando essas pessoas de uma dignidade.

Marco Aurélio citado por Goldschmidt (2009), vê também na racionalidade o elemento que distingue os homens dos demais animais, e por esse fato o torna digno de respeito e tratamento. Assim,

Sem dúvida é na racionalidade humana que *Aurélio* encontra o traço comum do gênero humano, na medida em que o submete aos mesmos princípios e às mesmas leis traçadas por Deus, a quem considera ter feito tudo e estar em tudo. Da racionalidade do homem decorre a sua dignidade, na medida em que, por ser inteligente, é capaz de compreender os fenômenos que cercam e dirige livremente sua conduta. (GOLDSCHIMIDT, 2009, p. 26).

Tanto em Aurélio como em Cícero, percebe-se a ênfase na racionalidade, sendo que a sua prática social deve ser em prol da coletividade voltada para o bem comum, caso contrário, refere Goldschmidt (2009), esses humanos seriam “indignos”.

São Tomás de Aquino padre da Igreja Cristã na Idade Média, buscou enquadrar o homem em um status superior por ser criação divina, sendo que a Dignidade da Pessoa Humana está ligada a “vontade de Deus” em que o homem sendo o ser racional, assemelha-

se a Deus em sua imagem e semelhança, já os seres irracionais, como um vestígio da “vontade divina”, essa demonstração fica evidente no seu livro *Suma Teológica*.

Embora em todas as criaturas haja uma semelhança de Deus, somente na criatura dotada de razão a semelhança de Deus se encontra a modo de imagem; nas outras criaturas ela se encontra a modo de vestígio. Ora aquilo que a criatura dotada de razão transcende as outras criaturas é o intelecto ou a mente. Donde resulta que, na criatura racional, a imagem de Deus se realiza apenas segundo a mente; nas outras partes, se essa criatura racional as possui, se verifica uma semelhança a modo de vestígio, como também coisas às quais se assemelha relativamente a essas partes. (AQUINO, 2001, p. 630).

Aprofundando o conhecimento em São Tomás de Aquino, este coloca a habilidade intelectual - racional como algo superior aos demais de origem divina. (AQUINO, 2001 apud GOLDSCHIMDT, 2009), demonstra uma hierarquia, estando Deus no topo, seguido dos anjos que servem a Deus e subsequentemente o Homem, por ser a figura na Terra, a se assemelhar mais a Deus, razão pela qual “exalta”, o homem ao reconhecer a sua própria dignidade pelo plano da criação, e assim o comportamento humano deve seguir a vontade de Deus, que “[...] fez o homem para governar tudo o que há na terra, mas para que o homem ficasse submetido a Ele. Devemos, por isso, dominar e governar o mundo, mas nos submetendo a Deus, a Ele obedecendo e servindo.” (AQUINO, 1981, p. 31). Somente assim o homem estabelecerá união com Deus.

De acordo com Goldschimidt. (2009), os problemas, contradições e impasses, criados por Aquino, levou a Filosofia e a Ciência Política a buscarem uma nova concepção de Dignidade da Pessoa Humana, fundada em um novo ideal de homem, agora dotado de razão e senhor de seu destino. Esta forma de conceber o homem é influenciado pelos ideais Iluministas do séc. XVIII.

Giovanni Pico Della Mirandola (apud GOLDSCHIMIDT, 2009), destaca no homem a capacidade de raciocinar e de ser livre para estabelecer escolhas para a sua vida, fator que o diferencia dos animais e lhe dá um feito quase divino. Diferente dos demais autores já mencionados Cícero e Aurélio que colocam a racionalidade como foco principal para a Dignidade da Pessoa Humana e de São Tomaz de Aquino pela semelhança divina, Mirandola traz a ideia da liberdade de escolhas, afastando-se da ideia de Aquino que pressupunha que o destino humano era obra delegado por Deus.

Goldschimidt. (2009), trata o pensamento de Mirandola como de grande valia para estabelecer os “contornos da noção de Dignidade da Pessoa Humana”, como podemos observar,

Vale dizer que, para ser digno, não basta o homem ser racional e livre, já que pode não fazer uso da racionalidade e da sua liberdade (permanecer inerte, apático, sem nada contribuir para com a civilização) ou dela fazer mau uso, adotando práticas desairosas ou maléficas para a humanidade. Sem dúvida,

essa sutileza no pensamento de *Pico* é de grande valia para estabelecer os contornos da noção da dignidade da pessoa humana, já que dito autor introduz uma nota ética na conduta do ser humano, permitindo falar de 'dignidade' do homem quando o mesmo adota condutas positivas, voltadas para a prática de suas próprias virtudes ou para o bem comum. (GOLDSCHIMIDT, 2009, p. 31).

A racionalidade, liberdade e autonomia sucumbem em ações éticas sobre o grupo, só assim é possível falar em Dignidade da Pessoa Humana.

Por outro lado, tem-se Immanuel Kant, que foi quem fornece uma vasta luz sobre a noção de autonomia e a ideia de Dignidade da Pessoa Humana. Em Kant, “[...] os seres racionais estão todos sujeitos à lei, em virtude da qual cada um deles nunca deve tratar-se a si e aos outros como puros meios, mas sempre e simultaneamente como fins em si”. (KANT, 1964, p. 96). Dessa forma o homem não é uma coisa, um objeto que possa ser manuseado como meio para o alcance de objetivos, pelo contrário, pelo fato de ser racional, ele é um fim em si mesmo, dotado de individualidade.

A partir desse pensamento, do homem ser um fim em si mesmo, ser racional e sujeito a lei, entende-se que a Dignidade da Pessoa Humana está atrelada a racionalidade do homem, o qual como não só em Kant, mas como visto nos demais filósofos é a condição que diferencia o homem dos animais, justamente por ter um fim em si mesmo e não mero meio. Portanto,

[...] *Kant* chega a uma noção aproximada de dignidade como algo inerente à racionalidade do homem, que o torna diferente dos demais seres animados e inanimados do planeta, por não poder ser instrumentalizado por qualquer razão, justamente por ser um fim em si mesmo. (GOLDSCHIMIDT, 2009, p. 33,).

A Constituição brasileira de 1988 elevou o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana à posição de fundamento da República Federativa do Brasil. Dessa forma, não fez senão considerar que o Estado existe em função de todas as pessoas e não estas em função do Estado. Assim, toda ação estatal deve ser avaliada considerando-se cada pessoa como um fim em si mesmo ou como meio para outros objetivos, sob pena de inconstitucional. Procura-se, com isso, compatibilizar valores individuais e coletivos. (MARTA; KUMAGAY, [20--]).

Cabe ao Estado garantir sob pena da lei que os espaços públicos sejam acessíveis para que todos possam circular, trocar e produzir experiências sem nem um tipo de barreira material que os impeça.

4 | DESCRIÇÃO DAS CONDIÇÕES MATERIAIS DO ACESSO A ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE DE XAXIM – SC

A cidade catarinense de Xaxim, situada na região Oeste do Estado com população

de cerca de 26 mil habitantes¹, foi adotada como campo de estudo desse trabalho. As condições de acessibilidade na perspectiva da arquitetura da cidade, considerando um conjunto de espaços que bem caracterizam o cenário urbano de uma cidade, tais como vias públicas, calçadas e acesso a prédios públicos.

No prédio da **Prefeitura Municipal**, logo no acesso principal se nota a ausência de rampa de acessibilidade para Pessoas com Deficiência. Essa entrada possui uma escada que possui dezessete degraus com o auxílio de corrimão. O acesso que conta com uma rampa se encontra nos fundos do prédio contendo elevações, degraus e objetos que impedem o acesso seguro. Nesses acessos não consta o piso podotátil para a locomoção do deficiente visual. O espaço possui uma vaga de estacionamento para Pessoas com Deficiência, porém nos fundos do prédio.

Quanto ao prédio do **Fórum**, nota-se a existência de uma rampa de acessibilidade na lateral do estabelecimento público. Na entrada principal o acesso se dá por uma escada de 8 degraus, com presença de corrimão. Em relação ao estacionamento, o Fórum conta com uma vaga de estacionamento para Pessoas com Deficiência. Há presença de piso podotátil em frente ao pavimento.

No prédio da **Câmara de Vereadores** há presença da rampa de acesso a Pessoas com Deficiência e corrimão, porém não conta com escada. Possui vaga de estacionamento para Pessoas com Deficiência e o piso tátil oferece acesso somente até a porta principal.

Quanto aos prédios **Cartórios Eleitorais (Imóveis e Civil)**, nota-se que todos apresentam rampa de acessibilidade, se não feitas, em processo de construção. O piso podotátil passa em frente das entradas, mas não chega até a porta de acesso principal. O prédio conta com uma vaga de estacionamento para Pessoas com Deficiência em frente a cada local.

No **CAPS - Centro de Atendimento Psicológico**, nota-se a presença de rampa de acesso bastante inclinada, com ausência de piso podotátil. Há presença de corrimão, porém está encoberto por plantas ornamentais. Há um acesso secundário que conta apenas com degraus e não possui vaga de estacionamento para Pessoas com Deficiência.

O **CREAS - Centro de Referência e Especialização de Assistência Social** e o prédio da **Rede Feminina de Combate ao Câncer** apresentam rampa de acesso, corrimão e piso podotátil, porém não possuem vaga de estacionamento para Pessoas com Deficiência.

O prédio da **Secretária Municipal de Saúde**, não apresenta rampa de acesso e nem piso tátil, possuindo vaga de estacionamento para pessoas com deficiências.

Quanto ao prédio do **Hospital**, que se encontra ao lado da Secretária de saúde, e que possui diversas entradas, dentre elas uma escadaria com aproximadamente 10 degraus,

¹ Lugar habitado por índios guaranis e kaingangs até o início do Século XX (não mais presentes atualmente), quando fazendeiros se estabeleceram na região para o início do ciclo da madeira e da criação de gado. Tempos depois, o deslocamento de imigrantes do Rio Grande do Sul trouxe descendentes de italianos e de alemães ao lugar, que também compreendeu área disputada por Brasil e Argentina.

corrimão e piso tátil e outras com rampas e piso tátil. Possui vaga de estacionamento para Pessoas com Deficiência.

No prédio da **Unidade de Saúde do bairro Ari Lunardi**, nota-se rampa de acessibilidade, porém ausência de piso tátil até a entrada. A porta é adaptada aos deficientes físicos e possui estacionamento para Pessoas com Deficiência.

Quanto ao prédio da **Escola Municipal no Bairro Ari Lunardi** nota-se a presença de rampa de acesso, porém ausência de corrimão e piso tátil até a entrada. Nas entradas secundárias da escola que dá para o ginásio de esportes, há ausência de rampas, corrimão e piso tátil. Não há vaga de estacionamento para Pessoas com Deficiência.

No pavimento da **APAE**, nota-se que o local sofreu adaptações de acessibilidade há pouco tempo, contando com rampa e piso podotátil. Possui vaga de estacionamento para Pessoas com Deficiências.

O prédio da **Casa da Cultura** não conta com rampa, corrimão e piso podotátil. Há presença de uma escadaria com aproximadamente 8 degraus, porém, possui vaga de estacionamento para Pessoas com Deficiência.

Já na **Rodoviária** nota-se a presença de piso tátil na calçada, não indo até o acesso principal do prédio. O espaço conta com rampa e vaga de estacionamento preferencial para Pessoas com Deficiência.

Na entrada principal da **Escola Municipal Ceim Dom Bosco** há ausência de rampas, corrimãos e piso tátil, possui vaga estacionamento para Pessoas com Deficiência.

Quanto aos prédios dos **Bancos do Brasil e Bradesco e Caixa Econômica Federal**, ambos contam com rampas, piso podotátil e vagas de estacionamento para Pessoas com Deficiência.

A **Igreja Matriz** conta com três acessos de escadas, todas com corrimão e piso podotátil, porém não possui vaga de estacionamento para Pessoas com Deficiência e nem rampa de acesso.

Quanto as **ruas** da cidade, em sua grande maioria não há piso tátil nas calçadas, poucas são as rampas da rua à calçada e nem vagas de estacionamento para Pessoas com Deficiência.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do princípio de que pela Constituição Federal em ser Art. 5º “Todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988), o que se constatou pelos dados levantados na cidade de Xaxim – SC para respondermos ao Problema de Pesquisa que conduziu esse trabalho que foi, **Quais as condições de acessibilidade material urbana apresentadas pela cidade de Xaxim - SC para incluir nos processos sociais as pessoas com deficiência**

de modo a promover sua cidadania e sua dignidade humana? É que as condições físicas de acessibilidade urbana que a cidade investigada oferece compromete o direito à liberdade, aqui em específico a liberdade de ir e vir da Pessoa com Deficiência, de adentrar aos espaços públicos e assim usufruir de seus serviços.

A locomoção de Pessoas com Deficiência está seriamente comprometida pela ausência física de instrumentos arquitetônicos que permitam o acesso dessas pessoas até o espaço público que desejarem. Pelo que se percebeu é que alguns espaços públicos apresentam uma certa acessibilidade material como é o caso da Câmara dos vereadores, Cartórios (rampa em construção), APAE, CREAS, Rodoviária e Bancos, o acesso a todos esses espaços contam com rampas de acesso. Já espaços como Igrejas, comércio local, Prefeitura Municipal, escolas, Unidade de saúde do município, CAPS, Casa da Cultura, já esses locais ou não apresentam rampa de acesso e os que apresentam rampa contam com escadas também, ainda em alguns deles como é o caso da prefeitura municipal a rampa existe, porém nos fundos do prédio. O que nos leva a entender que a organização do espaço material urbano está em descompasso com o que propõe a acessibilidade universal nos dizeres de Ottmar Teske (2005), a acessibilidade universal diz respeito a produtos e meios físicos que viabilizem a todas as pessoas a utilização máxima, sem que sejam necessárias adaptações ou promovidas restrições como, por exemplo, em termos de custos. Sem fazer distinção das diferenças, já que a acessibilidade universal diz respeito a todas as pessoas, independentemente de sexo, idade, gênero, raça, estatura, condição física, sensorial e cognitiva. A acessibilidade universal se opõe às soluções que consideram as Pessoas com Deficiência uma categoria especial, sendo para ela seja destinados ambientes especiais, produtos especiais, pelo contrário, reconhece nessas pessoas suas particularidades e diferenças, mas não as considera inferiores por suas diferenças, apenas diferentes, que necessitam de um olhar diferenciado para participarem ativamente dos processos sociais que ocorrem no espaço urbano. Assim os meios materiais de acesso a locomoção devem servir a todos e não por classificação, isto pode gerar discriminação e segregação.

Seguindo por essa lógica, a Acessibilidade Universal não se materializa sobre os espaços investigados, por haver adaptações materiais visíveis e pelo espaço contar com mais de um meio de acesso. De modo geral se entende que rampas são para o acesso de Pessoas com Deficiência e escadas para as que não apresentam deficiências. A Acessibilidade Universal proporciona pensar espaços diferentes, formas de acesso diferentes, que atendam a todos, sem o intuito de segregar este ou aquele espaço a essa ou aquela categoria social.

Em relação a ruas e calçadas o que se percebeu pela coleta de dados, foi que muitas delas não contam com a calçada rebaixada que dá acesso a rua, com a vaga de estacionamento para pessoa com deficiência, o que dificulta e muito a locomoção de uma pessoa cadeirante. Ainda se percebeu que parte das calçadas também não contavam com o piso tátil para o deficiente visual, elementos estes fundamentais para o exercício do

direito de ir e vir.

O exercício dos direitos civis, políticos e sociais das Pessoas com Deficiência está comprometido no ambiente investigado, devido a ausência de acessibilidade física nas edificações públicas. Quando nos referimos aos direitos constituídos historicamente, estendemos esses a todos os cidadãos, independente de quem sejam eles. Os direitos são para todos, indistintamente, mas o que foi possível de perceber é que na realidade os direitos são para alguns, àqueles que apresentarem condições físicas, sensoriais e cognitivas capazes de exercê-los sem ter que seja necessário adaptar os espaços sociais públicos, ou seja de exercerem a cidadania sem necessitarem de um outro mecanismo legal. Diferente das Pessoas com Deficiência que para o exercício da cidadania necessitam que os espaços públicos urbanos sejam ajustados por meio de mecanismos legais para então usufruírem de algo que também é seu por direito.

A falta de acessibilidade que nos referimos acima impede e afeta o acesso e assim a livre circulação das Pessoas com Deficiência aos espaços públicos urbanos. As condições reais de acesso das Pessoas com Deficiência a espaços públicos ainda é limitada na cidade investigada o que nos leva a concluir que o exercício da cidadania e a promoção da Dignidade Humana das Pessoas com Deficiência na cidade de Xaxim – SC está parcialmente comprometida pela falta de acesso aos espaços públicos, isso fere o direito de ir e vir e com ele o Direito a Cidade.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Tomás. **Exposição sobre o credo**. São Paulo: Layola, 1981.

AQUINO, Tomás. **Suma Teológica**. São Paulo: Loyola, 2001, v.2, parte 1.

BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. O novo direito velho: racismo & direito. In. WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. (Orgs.). **Os novos direitos no Brasil**: natureza e perspectiva: uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

BUENO, Carmen Leite Ribeiro; DE PAULA, Ana Rita. Acessibilidade no mundo do trabalho. I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Acessibilidade**: Você também tem compromisso. Subsídios para o conferencista.

CORDE – Coordenação Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília – 12 a 15 de maio de 2006. Disponível em: <<http://www.entreamigos.com.br/textos/trabalho/AcessibilidadeNoMT.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

CÍCERO, Marco Túlio. **Dos Deveres**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

GATJENS, Luis Fernando Astorga. **A situação das pessoas com deficiência na América Latina e no Caribe**. Brasília, 30 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.bengala.legal.com/situacao.php>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

GOLDSCHIMIDT, Rodrigo. **Flexibilização dos direitos trabalhistas**: ações afirmativas da dignidade da pessoa humana como forma de resistência. São Paulo: LTr, 2009.

HILL Jr., Thomas E. Dignidade. In: CANTO-SPERBER, Monique. **Dicionário de ética e filosofia social**. São Leopoldo: Unisinos, 2003, v.I.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

LIPPO, Humberto Pinheiro. Acessibilidade Universal. **Sociologia**: textos e Contextos . 2º edição. Canoas: Editora ULBRA, 2005.

MARTA; Tais Nader; KUMAGAY, Cibele. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. **Revista Âmbito Jurídico**. Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7830> Acesso em: 15 set. 2016.

MAZZONI, Alberto Argel; ET AL. **Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias**. Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n2/6209>>. Acesso em:: 18, jun. 2017.

TESKE, Ottmar. **As desigualdades invisíveis**: acessibilidade universal em debate. In: **Sociologia**: textos e contextos – Parte VI: A sociologia aplicada em diferentes textos e contextos. 2. ed. Canoas: Ed. ULBRA, 2005. p. 353-376. **Sociologia**: textos e contextos – Parte VI: A sociologia aplicada em diferentes textos e contextos. 2. ed. Canoas: Ed. ULBRA, 2005. p. 353-376.

CAPÍTULO 10

A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS POLÍTICAS LOCAIS ANTE A DESIGUALDADE HISTÓRICA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 03/09/2020

Jasmine Andrade Sanz

Instituto Federal Fluminense

Programa de Pós-Graduação da Universidade

Federal Fluminense

Campos dos Goytacazes – RJ

<http://lattes.cnpq.br/3341371139399439>

RESUMO: O presente artigo teve por base o trabalho final apresentado para a disciplina Estado e Políticas Públicas, do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas, da UFF em Campos (RJ). O objetivo foi articular a relação entre o Estado e a Sociedade Civil com meu objeto de pesquisa, qual seja, a importância dos espaços públicos na cidade de Campos dos Goytacazes. Discuto os processos econômicos que constituíram a sociedade civil campista, formando uma população marcada pela desigualdade social e alheia às decisões políticas, e a relevância dos espaços públicos como centrais para reformular o léxico das negociações e criar uma narrativa na qual todos tenham lugar de fala e sua cidadania reconhecida. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica sobre os principais ciclos econômicos pelos quais a cidade de Campos passou, associando-os aos processos políticos e sociais por eles gerados. Pretendemos contribuir para o debate do papel do Estado no desenvolvimento do município, entendido não

apenas no sentido economicista, mas como qualidade de vida e oportunidade para todos, principalmente aqueles que se encontram à margem dos processos econômicos.

PALAVRAS - CHAVE: Espaços públicos; Participação popular; Processos econômicos; Desigualdade social.

THE IMPORTANCE OF PUBLIC SPACES FOR POPULAR PARTICIPATION IN LOCAL POLICIES IN THE FACE OF HISTORICAL SOCIAL INEQUALITY IN CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)

ABSTRACT: The present article was based on the final work presented for the discipline State and Public Policies of the Post-Graduation Course in Regional Development, Environment and Public Policies, of UFF in Campos (RJ). The objective was to articulate the relationship between the State and Civil Society with my research object, which is the importance of public spaces in the city of Campos dos Goytacazes. I discuss the economic processes that constituted civil society, forming a population marked by social inequality and alienation of political decisions, and the relevance of public spaces as central to reformulate the lexicon of negotiations and create a narrative in which all people have a place of speech and their citizenship recognized. The methodology used was the bibliographic research on the main economic cycles that the city of Campos went through, associating them with the political and social processes generated by them. We intend to contribute to the debate on the role of the State in the development of the municipality, understood not only in the economic

sense, but as quality of life and opportunity for all, especially those on the fringes of economic processes.

KEYWORDS: Public spaces; Public participation; Economic processes; Social inequality.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo foi desenvolvido a partir do trabalho final da disciplina Estado e Políticas Públicas, do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas, da UFF, Campos (RJ), e posteriormente apresentado no XVIII Seminário de Integração Regional, que ocorreu no ano de 2019, na cidade de Campos dos Goytacazes (RJ).

O objetivo deste trabalho foi articular os textos discutidos em sala de aula ao meu objeto de estudo, qual seja, a importância dos espaços públicos no momento contemporâneo na cidade de Campos dos Goytacazes (SANZ, 2019). Por meio de uma breve leitura histórica dos ciclos econômicos vivenciados no município e suas relações políticas, discuto as atuais implicações sociais oriundas de tal processo e a importância que os espaços públicos exercem para a construção de uma sociedade mais participativa, justa e inclusiva.

A cidade de Campos dos Goytacazes, localizada no Norte Fluminense, possui uma tradição econômica de bastante relevância para a região e o país. Entretanto, a despeito das riquezas geradas, sua distribuição desigual, associada às práticas políticas clientelistas, formaram uma sociedade extremamente fragmentada e uma forte concentração de renda.

Após uma revisão bibliográfica para melhor compreender os ciclos econômicos pelos quais a região passou e como eles moldaram a sociedade política e civil da cidade, analisamos a centralidade dos espaços públicos na criação de uma sociedade mais equilibrada e politicamente participativa. Para tanto, buscamos fundamento na argumentação de Vera Telles (1994), a favor de uma participação cidadã na definição das prioridades do orçamento público como forma de garantir uma melhor distribuição dos recursos. Nesse sentido, os espaços públicos, definidos como “espaços que publicizam os conflitos nas práticas de negociação” (TELLES, 1994, p.50), mostram-se dotados de centralidade ao permitirem uma negociação democrática entre os diversos atores e o mapeamento de suas reivindicações.

O presente artigo foi dividido em três seções. A primeira apresenta uma breve leitura histórica sobre os processos econômicos e sua influência sobre os processos políticos e sociais da localidade, em consonância com o pensamento de Marx (*apud* CARNOY, 1988) de que a economia molda os demais processos regionais. A segunda seção aborda o atual momento econômico pelo qual passa a cidade e a importância dos espaços públicos nesse contexto. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais da pesquisa.

2 | A ECONOMIA E A CIDADE

Campos dos Goytacazes, cidade situada no norte do estado do Rio de Janeiro, possui um passado de importância econômica e política, mas também de elevada desigualdade social. Segundo Marx (*apud* CARNOY, 1988, p.66), “o modo de produção da vida material condiciona, de forma geral, o processo de vida social, política e intelectual”. Nesse sentido, explica Carnoy (1988, p.65):

Na concepção de Marx, é impossível separar a interação humana em uma parte da sociedade da interação em outra: a consciência humana que guia e até mesmo determina essas relações individuais é o produto das condições materiais – o modo pelo qual as coisas são produzidas, distribuídas e consumidas.

Sob tais premissas, segue um breve apanhado dos processos econômicos que moldaram a urbanização, a formação da sociedade civil e política da cidade de Campos, com vistas a uma melhor compreensão da contradição existente entre as riquezas auferidas ao longo do tempo e sua efetiva distribuição entre a população local e a participação desta nos processos políticos.

2.1 A Economia Escravocrata, a Sociedade dos Barões do Açúcar e a Dominação Tradicional

De acordo com Carvalho e Silva (2004, p.47-51), no século XIX a economia de Campos dos Goytacazes se destacava pelo setor manufatureiro e açucareiro, sendo este último o foco desta pesquisa por ter exercido maior influência na construção política e na formação urbana e social do município.

No final do século XVIII e por quase todo o século XIX, Campos teve uma intensa atividade sucroalcooleira. Com o desenvolvimento da atividade industrial e a inserção de novas técnicas, os engenhos se modernizaram e se ampliaram, o que, de acordo com Oscar (*apud* PARANHOS, 2006, p.3), “influenciou na superestrutura orgânica de toda a sociedade norte fluminense”. Esse panorama propiciou o surgimento dos *barões do açúcar*, título concedido pelo Imperador como recompensa pelo serviço que essas pessoas desempenhavam para o desenvolvimento do país. Essa nova classe surge “ensejando a dominação política, econômica e social (...) e começa a se instalar em suntuosas mansões” (PARANHOS, 2006, p.4). Em paralelo, inicia-se na cidade um sistema político *clientelista*, baseado no poder que os barões, donos de latifúndios escravocratas, exerciam sobre uma maioria despossuída.

Compunham os engenhos e as usinas a “casa grande, a senzala, as instalações acessórias, como as oficinas e estrebarias, a capela, os canaviais, as pastagens e as culturas de subsistência” (PARANHOS, 2006, p.1), destacando-se que “cada usina era uma ilha dentro do município. Tinha suas regras, seus domínios, seus festejos do padroeiro e por consequência adquiria hábitos e tradições próprias. A usina era o centro em torno do

qual girava o trabalho, a família, o progresso, o futuro” (PEREIRA PINTO *apud* GANTOS; SOUZA FRANCISCO, s/p). Os engenhos e adjacências eram verdadeiras comunidades, cujos proprietários detinham domínio sobre toda a área. Segundo Gantos e Souza Francisco (2006, s/p):

(...) Os usineiros não eram apenas os proprietários das centrais industriais -e de toda a produção destas- que tinham nas mãos o poder de fornecer emprego às comunidades vizinhas; mas, antes de tudo, eram donos das próprias terras em que estas comunidades encontravam-se assentadas bem como o comércio local, postos de saúde, áreas de lazer etc. A posse da terra onde estava instalada a indústria sucroalcooleira e suas adjacências era algo tão marcante que a própria comunidade, vila ou distrito possuía o nome da usina.

Além das materialidades contidas nos limites de seus territórios, os barões também detinham controle sobre os processos imateriais, moldando a vida das pessoas que lá moravam. Gantos e Souza Francisco destacam, por exemplo, o estabelecimento do calendário dos dias festivos e a influência nas formas de sociabilidade que ocorriam nas comunidades próximas às usinas (2006, s/p).

Em 1835, a Vila de São Salvador de Campos foi elevada para a categoria de Cidade e rebatizada de Campos dos Goytacazes. O processo de urbanização foi impulsionado, ganhando a área central novos equipamentos, como “bancos, companhias de seguro, companhias de navegação; construíram-se vias férreas; instalaram-se esgotos, água corrente e iluminação elétrica” (FARIA, 2008, p.41). Na área urbana houve obras de grande porte, “a maioria utilizando a tecnologia com participação do capital inglês. Pântanos eram saneados, praças foram niveladas, abriram-se novas ruas e, doravante, surgiram as primeiras pavimentações em pedra de granito” (FARIA, 2008, p.41). Mesmo com tais modernizações, “a estrutura urbana do espaço campista sempre esteve estreitamente relacionada à economia agrária sucroalcooleira” (FREITAS, 2011, p.57).

Dessa forma, modificou-se o cenário, mas permaneceram intactas as antigas relações de dominação e estruturas de poder, nas quais os grupos mais abastados orientavam o direcionamento das modernizações. Os locais afastados do centro, para os quais as famílias de menor condição de renda se orientavam, não recebeu a mesma atenção. Faria destaca as deficiências acentuadas pelo crescimento da malha urbana: “insalubridade, vários terrenos localizados em áreas pantanosas e péssimas condições das moradias da camada pobre – simbolizadas pelos cortiços” (*apud* FREITAS, 2011, p.58).

Em 1870, por meio de uma fusão de capital público e privado, os engenhos adquiriram novos equipamentos, possibilitando maior produção e o surgimento de usinas e engenhos centrais. Dependentes de capital estrangeiro (inglês) e de subsídios públicos, os novos engenhos seguiam certas diretrizes estabelecidas pelos investidores, entre elas “a proibição de ser utilizado trabalho escravo nas atividades fabris” (OSCAR *apud* PARANHOS, 2006, p.6). A partir de então a atividade sucroalcooleira busca se dissociar da

mão de obra escrava, em um processo que, de acordo com Paranhos (2006, p.6):

Incrementa algumas levas de imigrantes para o norte fluminense, fazendo com que a população cativa gradativamente perca sua característica e seja absorvida em atividades pouco ou nada produtivas gerando questões sociais das mais delicadas e que se arrastam pelo Brasil afora até hoje como a falta de oportunidade de emprego e habitação decente.

Inicia-se um processo de marginalização, abandono e exclusão de parte da população, cujas consequências perduram até os dias atuais. Vale salientar que no final do século XIX “a região de Campos dos Goytacazes concentrava o maior contingente de escravos da província do Rio de Janeiro: 60% da população era escrava” (HENRIQUES *apud* SANZ, 2017, p.28).

A origem da sociedade campista é marcada pela segregação social, a qual se materializa no solo, provocando um processo de construção desigual da cidade, em que parcela da população se vê à margem dos serviços e equipamentos urbanos. Castells (*apud* SANZ, 2017, p.27) destaca que “a cidade torna-se expressão materializada da atuação da sociedade no espaço geográfico, através de um ambiente físico construído”.

Assim, a criação da paisagem campista materializou as desigualdades sociais, marcando no território a síntese das relações de dominação patriarcal que extrapolaram os limites internos dos engenhos e se concretizaram na construção física e social da cidade. A economia do açúcar e o poder político dela oriundo moldaram uma sociedade desigual, com repercussões até os dias atuais.

2.2 A Inserção do Modo de Produção Capitalista, os Empresários e as Relações Clientelistas

Na virada do século XIX para o XX o cenário se modificou. O setor sucroalcooleiro entrou em declínio, exigindo uma mudança no mecanismo de produção. De acordo com Faria (2008, p.49), “o açúcar brasileiro estava em crise por causa da concorrência estrangeira que oferecia muito mais vantagens em qualidade e preço”. Além disso, a abolição da escravatura demandou a reestruturação do sistema produtivo, com a modernização da produção e a transformação dos antigos engenhos nas grandes usinas. Surge assim uma nova figura na cena campista, convertendo-se o antigo “senhor do engenho” no “empresário usineiro”, como descrevem Gantos e Souza Francisco (2006, s/p):

O usineiro enquanto industrial do açúcar, representava uma figura social de grande envergadura e prestígio, um verdadeiro “*homem benemérito*”. Surgido como o sucessor natural dos “Senhores de Engenho”, a identidade moderna do usineiro começou-se a prefigurar no final do século XIX, isto é, num momento de transição em que a escravidão já havia sido abolida no Brasil. Dessa forma, diferentemente do Senhor de Engenho escravocrata, o usineiro -embora participe mental dos valores do patriarcalismo agrário - aparece na cena conjuntamente com o trabalhador livre assalariado e se consolida rapidamente como “o modelo” de empresário capitalista da região.

Um empresário-coronel que como descreve José Candido de Carvalho já não era proprietário de escravos a moda antiga, mas dono de grandes extensões (“propriedades”) de terra e de indústrias de açúcar e de álcool com uma capacidade produtiva jamais imaginada por aqueles que o antecederam.

De acordo com os teóricos franceses Boltanski e Chiapello (2009, p.49), essa mudança marca a presença do *primeiro espírito capitalista*, caracterizado por centrar-se na figura do *burguês empreendedor* e na descrição dos valores burgueses, tais como “a família e o patrimônio, com uma forte crença no progresso, no futuro, na ciência, na técnica e nos benefícios da indústria”.

Em que pese os autores investigarem uma realidade muito distante da local, debruçando-se sobre o contexto francês, localizado no centro do sistema capitalista, é relevante citá-los para localizarmos a cidade de Campos no processo de produção capitalista e acompanhemos o seu desenvolvimento nesse sistema, sobretudo como o processo preservou certas especificidades que possuem relação direta com a história regional e a formação social.

Observamos que a transição capitalista ocorrida na cidade de Campos possuiu múltiplas relações em caráter global e local. De acordo com Swyngedouw (1997, s/p, tradução nossa), “(...) o local e o global estão profundamente interligados (...) o local e o global são mutuamente constituídos, ou assim o parece”. Tanto é aparente essa relação que, mesmo com a chegada do modelo de produção industrial, já estabelecido em outros países, a modernização capitalista no contexto brasileiro teve suas particularidades, como aponta o sociólogo Francisco de Oliveira (*apud* SOUZA, 2004, p.22):

A modernização do Brasil se deu através da expansão capitalista, mas aqui não se seguiu o modelo “clássico” dos países desenvolvidos, onde o setor estratégico modernizado, organizado sob novas relações capitalistas de produção, “*tende a ‘exportar-se’ para o restante da economia*”. No Brasil, e esta é sua “*especificidade particular*”, o setor estratégico modernizado, a indústria, tende a “*perpetuar as relações não-capitalistas na agricultura*” como forma e meio de sustentá-lo e garantir sua reprodução.

Nesse cenário de *modernização brasileira*, a cidade foi transformada e dotada com os símbolos do progresso, no entanto sem modificar a estrutura de profunda desigualdade das relações sociais. Dessa forma, o novo poder econômico que se desenvolvia localmente conservou as antigas práticas de controle social, peculiares do mundo agrário patriarcal, mas se assentando sobre as novas bases de produção do mundo capitalista (GANTOS; SOUZA FRANCISCO, 2006, s/p).

A partir dos anos de 1950, o setor sucroalcooleiro da região começou a apresentar sinais de uma nova crise. São Paulo conquistava espaço nos mercados nacionais e internacionais e se destacava como o maior produtor de açúcar nacional. Gradativamente, a produção campista perdia o seu espaço no mercado e seu dinamismo, por consequência da “defasagem tecnológica, da gestão ineficiente dos recursos produtivos e da baixa

produtividade das lavouras de cana do Norte Fluminense” (CARVALHO; SILVA, 2004, p.64-66). Seguem-se a diminuição da produção na década de 70 e um colapso do setor nas décadas de 80 e 90, o que gerou o fechamento de diversas usinas e o desemprego de parcela da população (CARVALHO; SILVA, 2004, p.64-66).

O passado de opulência marcado pela indústria sucroalcooleira tornou-se *rugosidade*, conceito descrito por Santos como o “que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (2006, p.92). Tais marcas “(...) trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (SANTOS, 2006, p.92).

Santos acrescenta que “a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho, que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas” (2006, p.92). Compreender tais materializações esclarece o que John Stuart Mill, citado por Santos, chamou de “escravidão das circunstâncias anteriores” (2006, p.92), resquício dos tempos passados que “não se pode deixar de levar em conta, já que tem um papel na localização dos eventos atuais” (2006, p.92).

A decadência do setor sucroalcooleiro representou o fim de um ciclo hegemônico e a mudança nas relações econômicas e políticas na cidade. A redução da atividade das usinas e engenhos de açúcar ocorreu num período muito próximo à descoberta de petróleo na Bacia de Campos e à instalação da Petrobrás na cidade de Macaé. Porém, as marcas físicas e culturais construídas durante os anos de baronato do açúcar caracterizaram a formação da sociedade de forma decisiva, construindo uma grande cisão e discrepância social que nem mesmo a reestruturação produtiva foi capaz de reverter.

2.3 A Petrobrás, os Excluídos e a Política Clientelista Moderna

A chegada da Petrobrás e a transformação por ela trazida fez parte de um momento histórico inserido em contexto não só local, mas também nacional e mundial. Segundo Ramos (2016, p.65):

Todo esse processo de pesquisa que levou à descoberta da Bacia de Campos está inserido em um projeto nacional muito mais amplo que diz respeito à inserção do Brasil em um novo momento do sistema capitalista que desponta nos países centrais e que faz parte de um novo período econômico em escala mundial. A partir desse momento (anos 1970), ainda levará alguns anos para que o Brasil apresente as principais transformações impulsionadas por esse novo período do capitalismo, mas há que se considerar desde então os esforços nacionais e de outras escalas de administração e governo na tentativa de acompanhar a locomotiva puxada pelos países centrais.

Esse momento histórico marca uma nova fase nas relações capitalistas para a cidade, em muito se assemelhando à segunda caracterização do *espírito do capitalismo*,

descrita pelos teóricos Boltanski e Chiapello como “centrada no desenvolvimento, no início do século XX, da grande empresa industrial centralizada e burocratizada, fascinada pelo gigantismo” (2009, p.51). Mais uma vez fica ressaltado que tais autores, em suas análises sobre o sistema capitalista no contexto francês, relacionam o desenvolvimento deste momento às décadas de 30 e 60. No âmbito de Campos dos Goytacazes, torna-se possível verificar tal mudança na lógica de produção local a partir da inserção da Petrobrás na cidade, que ocorreu por volta da década de 1970.

A chegada da Petrobrás, de suas subsidiárias e de empresas terceirizadas proporcionou o surgimento de uma maior demanda por serviços e atividades indiretas relacionadas ao setor petrolífero, dinamizando a economia e gerando uma grande transformação no município. O desenvolvimento da atividade petrolífera gerou uma forte onda migratória e uma grande circulação de pessoas vindas de todas as regiões do Brasil, bem como de outros países, em busca do elevado número de oportunidades que a região oferecia. A cidade de Campos passou a receber um elevado valor pelos repasses dos *royalties*, vendo a receita municipal aumentar de forma significativa. Houve também o chamado “efeito multiplicador”, beneficiando outros setores locais, a exemplo da construção civil (PIQUET; TAVARES; PESSÔA, 2017, p.209).

Entretanto, os diversos empregos gerados não incorporaram nem beneficiaram diretamente os grupos historicamente excluídos de Campos. Como explica Cruz, “(...) as dezenas de milhares de empregos gerados pelo petróleo não foram acessíveis à multidão dos ‘deserdados da cana’, que vieram a configurar grande parte, à guisa de exemplo, das mais de 30 mil famílias de Campos assistidas pelo Bolsa Família (MDS, 2015)” (2018, p.3).

O surgimento das novas atividades proporcionou “a transição de uma sociedade de base agrária (canaviais) e agroindustrial (usinas do setor sucroalcooleiro) para uma sociedade predominantemente urbana e industrial” (RAMOS, 2016, p.66). Dessa forma, inicia-se uma grande transformação econômica e política, mas ainda com fortes marcas de desnível social e grande discrepância de renda. De acordo com Cruz (*apud* AZEREDO, 2008, p.41):

A exploração de petróleo na Bacia de Campos passou a canalizar recursos financeiros para as administrações municipais, na década de 1980. Deste modo, um novo bloco de poder teria assumido a hegemonia político-administrativa na maior parte dos municípios da região, contrapondo-se ao bloco tradicional associado às antigas oligarquias do setor canavieiro, sem, no entanto, garantir as condições para a distribuição da riqueza.

O poder político exercido tradicionalmente pelas antigas elites do açúcar é substituído a partir de 1988 “por um enorme clientelismo montado a partir da inviabilidade eleitoral das antigas formas de dominação pessoal e do vultoso montante de recursos orçamentários possível com o advento dos *royalties* do petróleo” (FRANCO, *apud* AZEREDO, 2008, p.49). O novo período é marcado por um modelo *clientelista moderno*, como descreve Souza

(2004, p.30):

(...) se o clientelismo moderno se diferencia do tradicional por substituir os antigos laços de lealdade pessoal pela oferta de benefícios materiais, isso não significa que, em sua lógica operatória, apenas sejam manipulados bens materiais. Longe disso, um dos elementos fundamentais de uma relação clientelista é a capacidade de disseminação da crença de benefícios futuros, ou seja, é preciso manter na clientela a esperança de novos e futuros benefícios, com propósito de garantir a estabilidade da relação.

Prossegue Souza (2004, p.30), discorrendo que “as relações clientelísticas tendem a se instaurar onde encontram condições propícias para tal, isto é, em relações ou contextos assimétricos, hierarquizados e verticais”. Referido autor (2004, p.31) assevera que “as relações são verticais porque privilegiam relações pessoais de lealdade e reciprocidade entre o cliente e o *patronus* e *‘não a identificação entre pares, associados para a consecução de fins comuns’* (Diniz, 1982, p. 40, grifo do autor)”.

A política populista de ações com pouco caráter transformador serviu apenas à manutenção da lógica de dominação e perpetuação das antigas relações. Mesmo o elevado montante de *royalties* que o município recebeu nos últimos anos foi incapaz de reverter a herança de disparidade social. Azeredo destaca que os indicadores socioeconômicos “revelam a persistência de um quadro marcado pelas grandes desigualdades na distribuição da renda, alta concentração da propriedade da terra, e por índices precários de qualidade da vida e bem-estar da população” (2008, p.41).

Para ilustrar a desigualdade dos nossos dias atuais, apresentaremos brevemente o trabalho realizado por Ramos (2016). A autora comparou a situação do IDH-M/PNDU (Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) da cidade de São Caetano do Sul (SP), cujo IDH-M foi o maior do país no ano de 2014, com o de Campos. Ambos os municípios possuíam uma receita *per capita* bastante semelhante em tal período, tendo São Caetano do Sul arrecadado R\$ 5.400,00 por habitante e Campos, R\$ 5.000,00 por habitante. Porém, São Caetano do Sul obteve o primeiro lugar neste ranking e Campos ficou na 1.427ª posição. A conclusão que podemos extrair de tal estudo é que o incremento de renda, por si só, não basta para garantir uma melhor distribuição de renda e qualidade de vida para os cidadãos. Essa conclusão pode ser corroborada pelo relatório divulgado pelo IBGE, no ano de 2010, segundo o qual o perfil da população de Campos era de “apenas 5,07% ganhavam acima de cinco salários mínimos, 40% não tinham rendimento algum e 44,8% ganhavam até dois salários mínimos” (RAMOS, 2016, p.76). Constata-se assim que a cidade de Campos é fortemente marcada pela concentração de renda, fato que inviabiliza um IDH-M mais bem ranqueado e uma sociedade mais justa e igualitária.

De acordo com Santos (2006, p.91), “(...) em cada qual dos seus momentos, o processo social envolve uma redistribuição dos seus fatores. E essa redistribuição não

é indiferente às condições preexistentes, isto é, às formas herdadas, provenientes de momentos anteriores”. O autor nos traz o conceito de *prático-inerte*, que seria “a prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas” (2006, p.91). Ainda segundo Santos (2006, p.91):

Em cada qual dos seus momentos, o processo social envolve uma redistribuição dos seus fatores. E essa redistribuição não é indiferente às condições preexistentes, isto é, às formas herdadas, provenientes de momentos anteriores. As formas naturais e o meio ambiente construído incluem-se entre essas formas herdadas.

Portanto, numa cidade cujo contexto histórico é marcado por uma forte herança de desigualdade e “fragmentação do tecido sociopolítico-espacial” (SOUZA *apud* RAMOS, 2016, p.72), atingir a justiça social e o desenvolvimento local – entendido não na acepção economicista, mas no sentido de desenvolvimento político e social – é, todavia, uma realidade a ser conquistada.

3 I O ATUAL CENÁRIO LOCAL E A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

A extração de petróleo foi a principal atividade econômica no Norte Fluminense nos últimos trinta anos, chegando esta região a ser responsável por 82,5% da produção petrolífera nacional (HONORATO, 2008, p.555). A contribuição oriunda de tal atividade arrecadada durante esse período representou uma importante fonte de receita para os orçamentos municipais. No ano de 2013, por exemplo, 54,2% do orçamento da cidade de Campos dos Goytacazes foi oriundo de verbas do petróleo (SILVEIRA, A. A. *et al*, 2018). Graças aos empregos gerados, ao valor recebido pelos *royalties* e ao florescimento do setor relacionado aos serviços, a cidade de Campos dos Goytacazes teve um período de intenso crescimento econômico.

Entretanto, desde 2014 vivemos uma retração econômica devido à desvalorização do preço do petróleo no cenário mundial. Segundo informações do Nexo Jornal (2016), o valor do preço do barril do petróleo reduziu drasticamente de mais US\$ 130.00, em 2008, para algo próximo a US\$ 30.00 em 2016. Somado a isso, outros fatores, tais como as recentes descobertas de bacias em países estrangeiros e a *hibernação* ou suspensão de produção de algumas plataformas brasileiras, situadas em poços mais antigos, maduros e menos produtivos, também impactaram a arrecadação de valores recebidos pela atividade petrolífera na região (gráfico 1).

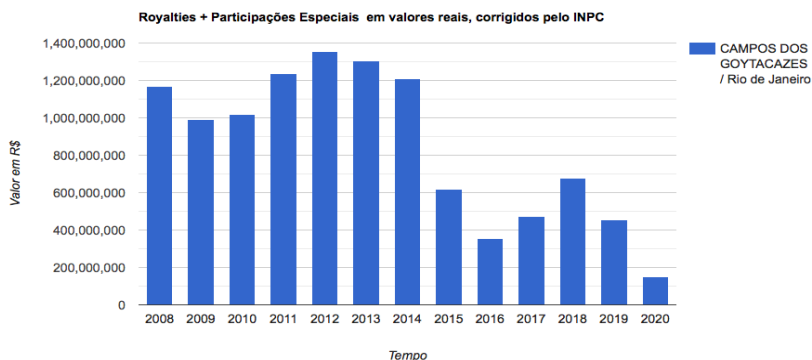


Gráfico 1: Valores de royalties e participações especiais em valores reais, corrigidos de INPC, recebidos por Campos dos Goytacazes no período entre 2008 e 2020

Fonte: Info Royalties, 2020

À diminuição de receita advinda dos *royalties* do petróleo acrescenta-se o elevado índice de desemprego que a região vem enfrentando, devido ao fechamento de postos de trabalhos relacionados direta e indiretamente à economia do petróleo. Segundo Piquet, Tavares e Pessôa (2017, p.214):

No caso da Região Norte Fluminense, profundamente dependente das rendas oriundas do petróleo, o efeito da crise desse setor se faz sentir duplamente. Por um lado, reduz o número de empregos e a demanda agregada gerada por seus trabalhadores. Por outro, também afeta negativamente a economia regional pela via da diminuição no recebimento de *royalties* e participações especiais por parte dos municípios da região, limitando severamente os gastos públicos e, até mesmo, ameaçando o equilíbrio financeiro dos mesmos. Assim, o estoque de empregos relacionado ao setor público também passa por uma trajetória descendente. Tendo em vista o peso considerável da indústria de petróleo e da administração pública na economia regional, os demais setores da economia não poderiam passar incólumes por tamanha queda. Além disso, a economia brasileira vem atravessando, desde 2015, uma forte queda das atividades econômicas em âmbito nacional, o que também influenciou os resultados negativos na região.

Conforme estudo realizado em 2018 pela FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), divulgado pelo jornal Clique Diário (2018), o Norte Fluminense foi a região mais afetada pela crise que atingiu o Estado do Rio de Janeiro a partir de 2014, apontando-se que, “nos últimos 3 anos, o Norte Fluminense fechou mais de 52 mil vagas, estando atualmente com um mercado de trabalho quase 20% menor que em 2014, ano em que estourou a crise internacional do petróleo (...)”. Como saída para as atuais dificuldades, sugere Cruz (2015, p. 4-5):

Cabe à iniciativa local e regional trazer à luz e colocar nas agendas de maior amplitude o problema do desenvolvimento do território mais afetado pela dependência à economia do petróleo, situando nesse marco mais amplo as questões emergenciais e de curto prazo (...). É preciso construir um diagnóstico que contemple os amplos interesses dos segmentos sociais, regionais e um esforço conjunto, amplo, participativo, de articulação de caminhos de superação da crise e de construção de um futuro sustentável.

Porém, o que temos vivenciado é a “trágica junção da falta de planejamento e de ação pública de enfrentamento e ciente desses impactos, como a amplamente denunciada malversação dos recursos bilionários das rendas petrolíferas” (CRUZ, 2015, p.4). As ações justificadas pelo discurso de crise promovem o *regionalismo* e as respostas da atual gestão municipal penalizam especialmente a parcela da população que já está em situação de vulnerabilidade social. Estão sendo encerrados os poucos programas sociais que amparavam aqueles não contemplados pela geração de emprego e renda oriunda dos ciclos econômicos anteriores, intensificando a situação de pobreza e a falta de justiça social advindas do processo histórico local.

O declínio das políticas públicas sociais na cidade de Campos pode ser relacionado às atuais políticas neoliberais, sob as quais o Estado deixa de intervir nos rumos do processo de acumulação e o mercado dita a política de emprego e renda. A respeito, explica Cruz (2003, p.29):

Contrapondo, ideologicamente, o “livre mercado” ao Estado interventor, às políticas sociais e ao controle social, a ideologia neoliberal impôs a ideia de desregulamentação do espaço público, ou do controle social; das relações de trabalho; da concorrência intercapitalista; e do fluxo de capitais e mercadorias, igualando os desiguais, ao colocar lado a lado os que possuem capital, poder de investimento e capacidade monopolística ou oligopolística sobre a inovação tecnológica e o mercado, e aqueles que possuem somente a força de trabalho ou pequenos montantes de capital (...) Acabaram-se as políticas de desenvolvimento social e territorial, ou regional. Os capitais voláteis e as grandes corporações, premidas pela escalada tecnológica, ditam a forma, o ritmo e os rumos da acumulação. As políticas de emprego e renda, antes atreladas a estratégias de desenvolvimento, passam agora a ser compensatórias, no terreno da ação social focal, emergencial, dirigidas aos excluídos, ou à população de risco. Baseiam-se na premissa de que sua clientela são os perdedores.

David Harvey, ao definir o neoliberalismo em entrevista ao site da Boitempo (2018), explica que “sempre que você encontrasse um conflito entre o capital e o bem-estar das pessoas, você escolheria o capital”, conduzindo assim à “redefinição de cidadania tal que um bom cidadão é um cidadão sem necessidades. Então, qualquer cidadão com necessidades é uma pessoa ruim”. Tal política gera impactos devastadores em uma sociedade que não conseguiu superar as consequências da desigualdade social, como diz Telles (1994, p.45):

A exclusão não é novidade nesse país: está ancorada numa tradição de sólidas raízes históricas. No entanto, é problema que ganha nova dimensão diante as transformações em curso que apontam os riscos de uma dualização da sociedade, dividida entre ilhas de modernidade e uma maioria sem lugar. No Brasil, o chamado discurso neoliberal tenta a espantosa façanha de conferir título de modernidade ao que há de mais atrasado na sociedade brasileira: um privatismo selvagem e predatório, que faz do interesse privado a medida de todas as coisas, negando a alteridade e obstruindo, por isso mesmo, a dimensão ética da vida social através da recusa de um sentido de responsabilidade pública e obrigação social.

O sistema capitalista se reestruturou mundialmente e hoje vivenciamos o seu *terceiro espírito*, caracterizado pelos teóricos Boltanski e Chiapello (2009, p.19) pela “coexistência entre a degradação da situação econômica e social de um número crescente de pessoas e um capitalismo em plena expansão e profundamente transformado”. Há forte tendência às transações especulativas e financeirizadas em detrimento do investimento industrial e produtivo, com elevação das taxas de desemprego, flexibilização e precarização do trabalho, além do aumento da concentração de renda.

Em um contexto marcado pela exclusão, no qual os ganhos sociais foram poucos e quase sempre relacionados a políticas populistas, a reestruturação do capitalismo e a crise pela qual o município de Campos vem passando prejudicam a qualidade de vida da população. Com efeito, o ganho econômico advindo da atividade petrolífera não diminuiu as assimetrias nas relações sociais locais nem trouxe desenvolvimento regional no seu sentido mais amplo e completo, como trazido por Souza (*apud* RAMOS, 2016, p.70):

Não se faz referência, aqui, ao desenvolvimento apenas do espaço social (situação em que a grafia deveria ser socioespacial), mas à transformação das relações sociais e do espaço social. Para o autor desse texto, o desenvolvimento, isto é, o processo (aberto, não predeterminado, ainda que animado por valores e por vontades conscientes) de mudança para melhor, é uma incessante busca por mais justiça social e qualidade de vida sobre a base da autonomia individual e coletiva.

Ao analisarmos o processo de acumulação econômica ocorrido em Campos, percebemos que o Estado foi incapaz de promover uma justiça social e de incorporar ao processo capitalista certos grupos historicamente excluídos. O desenvolvimento econômico por si só foi insuficiente para promover o desenvolvimento social. Tal fato comprova que sem um Estado que garanta uma equilibrada divisão dos ganhos econômicos, por meio de políticas públicas engajadas com a melhora de vida de todos, não é possível alcançar uma sociedade mais democrática.

A construção de uma sociedade mais justa e equilibrada é urgente e, para alcançar esse objetivo, precisamos lutar por uma efetiva justiça social que atinja a todos de maneira ampla e plena, e não somente por meio de pequenas conquistas sociais. Nesse sentido, explica Ramos (2016, p.71):

A busca por justiça social significa buscar aquilo que conduz ao bem-estar. Uma bela paisagem, a possibilidade de dormir sem preocupação com segurança física de sua família, o direito de ir e vir, a perspectiva de desfrutar de um dia de lazer em um espaço público agradável, a qualidade da educação recebida pelos filhos, a saúde (própria e da família) e, especialmente, a liberdade. Esses são todos elementos que qualificam a vida de um indivíduo e da coletividade e que não estão, ou não deveriam estar condicionados necessária ou diretamente por sua situação econômica e de renda, mas pelo grau de desenvolvimento urbano alcançado por uma dada sociedade em um dado momento histórico.

Nesse cenário emerge a importância dos espaços públicos como locais de “publicização dos conflitos” (TELLES, 1994), que sirvam de palco para a renovação da esperança em uma sociedade mais justa e promoção da cidadania como realidade possível. Sobre o tema, alerta Telles (1994, p.44):

A conquista do espaço público e a descoberta do sentido da ação coletiva na sua capacidade de alterar o “já dado” e descortinar horizontes possíveis, vem sendo minada por uma desesperança crescente alimentada por uma crise econômica e devastadora que destrói projetos, desorganiza formas de vida e parece destituir o futuro de qualquer significado positivo.

Para que as políticas públicas sejam capazes de atender tantas demandas criadas ao longo do desigual processo de acumulação local, é preciso que a negociação entre os distintos grupos seja fortalecida. Para isso, faz-se necessária “a construção de espaços públicos que confirmem legitimidade aos conflitos e nos quais a medida da igualdade e da justiça venha a ser objeto de debate e de uma permanente e sempre aberta negociação” (TELLES, 1994, p.48). A falta de espaços comuns, que possibilitem vínculos de pertencimento, é traduzida “na dificuldade de formular os dramas cotidianos (individuais e coletivos) na linguagem pública dos direitos” (TELLES, 1994, p.45).

Trata-se de buscar a renovação da interface entre Estado e sociedade e do léxico da argumentação, permitindo a “negociação democrática das regras da equidade nos usos dos recursos públicos dos quais dependem economia e sociedade” (TELLES, 1994, p.49). Para tanto, os espaços públicos revelam-se centrais, pois possibilitam “tornar a gestão da coisa pública permeável às demandas, aspirações e temas emergentes da sociedade civil, retirando do Estado o monopólio exclusivo na definição de uma agenda de prioridades e problemas pertinentes à vida em sociedade” (TELLES, 1994, p.50).

A necessidade de estabelecer uma nova narrativa política na qual a participação popular substitua as antigas práticas coronelistas e populistas é de suma importância para a consolidação de uma sociedade mais equilibrada. Possibilitar-se-á, assim, a criação de uma rede “associativa tão ampla quanto plural, multifacetada e descentralizada” (TELLES, 1994, p.48), capaz de mapear as demandas e reivindicações diversas de uma população extremamente desigual. Somente com a construção e o fortalecimento dos espaços, símbolos e discursos comuns poderá haver um sentimento de cidadania, na qual o outro

seja reconhecido como um sujeito de direitos, interesses e aspirações legítimas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de desigual acumulação por meio do qual a economia da cidade de Campos dos Goytacazes foi consolidada trouxe assimetrias sociais que são vivenciadas até os dias atuais. As heranças históricas de afastamento físico e emocional entre grupos com condições distintas contribuíram para a criação de uma sociedade fragmentada e uma cidade em total segregação. Nem mesmo a riqueza proveniente do recebimento dos *royalties* – oriundos da próspera bacia de petróleo descoberta na cidade, que fez com que Campos se destacasse na economia nacional – foi capaz de reverter as disparidades sociais arraigadas ao longo dos anos.

Analisando a história da cidade, percebe-se que somente o desenvolvimento econômico, sem políticas públicas eficazes, é insuficiente para melhorar a qualidade de vida dos grupos que sempre estiveram à margem dos ganhos dos processos produtivos locais. A política clientelista, que perpassou as diversas fases econômicas locais, trouxe benefícios imediatistas, incapazes de dotar as pessoas de cidadania e de propiciar-lhes efetiva participação na distribuição de renda e na tomada de decisões políticas. A exploração petrolífera representou novas oportunidades para pessoas de distintas localidades da região, do país e do mundo, mas aqueles que sempre estiveram alheados aos processos econômicos não foram incorporados, estando mais uma vez à parte dos lucros auferidos.

Conclui-se que uma verdadeira alteração do processo de exclusão social passa pela inserção dos cidadãos nas políticas, não somente como receptores, mas como atores. Sem um Estado que possibilite a participação popular, a política se mostra incapaz de representar as distintas demandas locais. Neste contexto, os espaços públicos se apresentam como centrais para a discussão, à medida que nesses espaços possibilitam-se as negociações e o reconhecimento do outro como portador de direitos legítimos. Em uma sociedade construída com bases sociais tão desiguais, a esperança democrática reside no respeito mútuo e na construção de uma nova narrativa na qual todos sejam vistos e estimados como cidadãos.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, Gileno Domingos de. **Os limites da participação consentida: o caso do Plano Diretor Municipal de Campos dos Goytacazes, RJ.** 2008. 116f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro. Campos, RJ. 2008.

BOLTANSKI, Luz; CHIAPELLO, Eve. **O novo espírito do capitalismo.** Tradução: Ivone C. Benedetti. 1 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BLOG DA BOITEMPO. **David Harvey**: o capitalismo da servidão por dívida. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2018/08/29/david-harvey-o-capitalismo-da-servidao-por-divida/>>. Acesso em: 01 set. 2018.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria política**. (equipe de trad. PUCAMP) 2a ed. Campinas: Papyrus, 1988.

CARVALHO, Ailton Mota De; SILVA, Roberto Cezar Rosendo Saraiva Da. Formação econômica da Região Norte Fluminense. In: PESSANHA, Roberto de Moraes; NETO, Romeu Silva. **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense**: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes: WTC Editora, 2004. 364 p.

CLIQUEDIÁRIO. **Estudo da firjan revela que a região norte fluminense é a mais atingida pela crise do estado**. Disponível em: <<https://cliqediario.com.br/politica/estudo-da-firjan-revela-que-a-regiao-norte-fluminense-e-a-mais-atingida-pela-crise-do-estado>>. Acesso em: 01 set. 2018.

CRUZ, José Luis Vianna da. **Emprego, crescimento e desenvolvimento econômico**: notas sobre um caso regional. Boletim Técnico do Senac, v. 29, n. 1, p. 28-39, jan/abril 2003.

_____ **Que crise é essa? A queda na arrecadação das rendas petrolíferas nos municípios da região produtora do estado do rio de janeiro**. Boletim Petróleo, Royalties e Região, Campos dos Goytacazes, ano XII, n. 48, p. 2-5, jun. 2015.

FARIA, Teresa Peixoto. **Campos dos Goytacazes nos anos 1870-1880**: a modernização brasileira e o “mundo citadino”. Revista do PPGPS / UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 2, n. 2, p. 40-64, mai./set. 2008

FREITAS, Kéila Pirovani Da Silva. **Produção e apropriação do espaço urbano de Campos dos Goytacazes – RJ**: da residência unifamiliar aos edifícios de apartamentos. 2011. 150f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes - RJ, jul. 2011.

GANTOS, Marcelo Carlos; SOUZA FRANCISCO, Quésia de. **De usinas e usineiros**: um ensaio sobre a decadência de uma cultura (Campos dos Goytacazes, 1930-2000). In: XVIII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 18., 2006, Assis – SP. Anais. Assis: UNESP, 2006.

HONORATO, Filipe F. **Riqueza e exclusão**: o impacto dos royalties do petróleo na expansão da miséria na Região Norte Fluminense. In: La economía política de la pobreza / Alberto Cimadamore (comp.) Buenos Aires: CLACSO, 2008.

INFO ROYALTIES. Disponível em: <<https://inforoyalties.ucam-campos.br/informativo.php>>. Acessado em: 02 de setembro de 2020.

NEXO JORNAL. **Um histórico visual da queda do preço do petróleo**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/01/18/um-historico-visual-da-queda-do-preco-do-petroleo>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

PARANHOS, Paulo. **O açúcar no Norte Fluminense**. Histórica: revista online do arquivo público do estado de São Paulo, São Paulo, ano 2, n. 8, p. 1-10, mar. 2006.

PIQUET, Rosélia; TAVARES, Érica; PESSÔA, João Monteiro. **Emprego no setor petrolífero: dinâmica econômica e trabalho no norte fluminense.** Cad. metrop., São paulo, v. 19, n. 38, p. 201-224, jan./abr. 2017.

RAMOS, Tatiana Tramontani. **Crescimento econômico e desenvolvimento sócio-espacial em campos dos goytacazes.** Geo uerj, Rio de janeiro, n. 29, p. 63-88, 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4 ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANZ, Jasmine Andrade. **Ressignificação da Ponte João Barcelos Martins por meio da criação de Parque Urbano Linear.** 2017. 128f. Monografia (Arquitetura e Urbanismo) - Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2017.

_____. **Ambiências, usos e sentidos de um espaço público: a Praça São Salvador em Campos dos Goytacazes.** 2019. 104f. Dissertação (Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas) – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2019.

SOUZA, Renato Barreto De. **Clientelismo e voto em Campos dos Goytacazes.** 2004. 131f. Dissertação (Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, abr. 2004.

SILVEIRA, A. A. et al. **Rendas petrolíferas, do auge à crise: os efeitos nos orçamentos públicos e na renda per capita dos municípios produtores do estado do Rio de Janeiro.** Boletim petróleo, royalties e região, Campos dos Goytacazes, RJ, ano XVI, n°. 60, p. 6-13, 2018.

SWYNGEDOUW, Erik. Neither Global nor Local. “Glocalization” and the Politics of Scale. In: COX, Kevin **Spaces of Globalization: Reasserting the Power of the Local.** New York, London, Guilford Publications, 1997.

TELLES, Vera. **Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos.** In: VILLAS-BÔAS, Renata (org.). Participação popular nos governos locais. São Paulo, Publicações PÓLIS, 1994.

CAPÍTULO 11

SER PEDESTRE E TRANSEUNTE EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: O FLANAR NO CENTRO

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 16/09/2020

Maiany Manhães Gonçalves Neto

Universidade Federal Fluminense, Instituto
de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento
Regional
Campos dos Goytacazes-RJ
<http://lattes.cnpq.br/7517811108900048>

Jussara Freire

Universidade Federal Fluminense, Instituto
de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento
Regional
Campos dos Goytacazes-RJ
<http://lattes.cnpq.br/3052031344120851>

Uma primeira versão deste artigo, com o título “O transeunte em espaços públicos urbanos de cidades médias: um estudo sobre o centro histórico de Campos dos Goytacazes-RJ” foi apresentada na XIII Reunião de Antropologia do Mercosul, com financiamento da FAPERJ.

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar as primeiras contribuições sobre a experiência do caminhar em uma cidade média, resultantes de uma pesquisa que encontra-se em andamento. O deslocamento a pé é uma atividade tão elementar na dinâmica urbana que por vezes não recebe a devida atenção no planejamento das cidades ou nos estudos urbanos. Entender o caminhar é fundamental para entender a dinâmica dos espaços da cidade. Em Campos

dos Goytacazes, a área do centro histórico, objeto de nossa observação, apresenta características e ambientes favoráveis ao deslocamento a pé e à exploração da cidade, como ruas estreitas, curtas distâncias a pé e um conjunto arquitetônico rico em detalhes. As circulações e formas de explorar as ruas do Centro serão o ponto de partida. Assim, o objetivo geral da pesquisa consiste em investigar, mapear e descrever os múltiplos modos de usos e de circulação das/nas ruas do Centro e as experiências de pedestres e transeuntes neste espaço público urbano. A metodologia da pesquisa tem como base o levantamento bibliográfico, análise de material audiovisual, a observação *in situ*, a observação fluante e o percurso comentado.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços públicos. Caminhar. Pedestre. Transeunte.

BEING A PEDESTRIAN AND A PASSER-BY IN CAMPOS DOS GOYTACAZES: STROLLING IN THE CITY CENTER

ABSTRACT: This article aims to present the first contributions on the experience of walking in a medium-sized city, resulting from a research that is still in progress. Walking is an elementary activity in urban dynamics that sometimes does not receive due attention in city planning or in urban studies. Understanding walking is essential to understand the dynamics of city spaces. In Campos dos Goytacazes, the area of the historic center, object of our observation, has favorable features to walking and exploring the city, such as narrow streets, short distances on foot and an architectural complex rich in details.

Circulations and ways to explore the streets of the Center will be the starting point. Thus, the general objective of the research is to investigate, map and describe the multiple modes of use and circulation of / in the streets of the City Center and the experiences of pedestrians and passersby in this urban public space. The methodology is based on the bibliographic research, analysis of audio visual material, *in situ* observation, floating observation and the commented route.

KEYWORDS: Public Spaces. Walking. Pedestrian. Passer-by.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar as primeiras contribuições sobre a experiência do caminhar em uma cidade média, resultantes de uma pesquisa que ainda encontra-se em andamento. Na pesquisa, propomos analisar as experiências dos pedestres e transeuntes que circulam e exploram tais espaços urbanos. Dessa forma, pretendemos mapear os modos de circulação de pedestres e as experiências de transeuntes em espaços públicos do centro histórico de Campos dos Goytacazes, uma cidade média no interior do estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um estudo sobre a experiência do caminhar.

As experiências de caminhadas serão observadas e analisadas na área central de Campos dos Goytacazes (Figuras 01 e 02). Por se tratar do núcleo original e histórico da cidade (FREITAS, 2006), a área do centro histórico da cidade, além de desempenhar um papel relevante na história e desenvolvimento do município, apresenta características e ambientes favoráveis ao deslocamento a pé e à exploração da cidade, como por exemplo, ruas estreitas, curtas distâncias a pé e um conjunto arquitetônico rico em detalhes (GEHL, 2013).



Figura 01: O centro histórico de Campos dos Goytacazes-RJ

Fonte: Acervo Pessoal, 2016



Figura 02: Mapa de ruas da área pertencente à Zona do Centro Histórico (ZCH), estabelecida pelo Plano Diretor

Fonte: Acervo Pessoal, 2016

O Centro já foi alvo de inúmeros projetos de intervenção – o mais recente anunciado em 11/04/2019, com o nome “projeto de revitalização ‘Viva o Centro’”.¹

O centro histórico da cidade é frequentado por muitos indivíduos que caminham e exploram os espaços dessa área – seja com o objetivo de se deslocar rapidamente até outro local, seja com o intuito de passear e observar a paisagem, os lugares e/ou as pessoas². O espaço público do centro histórico é composto por ruas e calçadas, praças e calçadão. O Calçadão, cujo atual nome administrativo é Boulevard Francisco de Paula Carneiro, é uma área exclusiva de pedestres formada pelas ruas Sete de Setembro, Santos Dumont e Treze de Maio.

O Boulevard recebeu o atual nome em 30 de julho de 1948, em homenagem ao

1 O programa “Viva o Centro”, divulgado como um projeto de “revitalização”, surge como uma resposta da Prefeitura às cobranças dos comerciantes do Centro Histórico em relação à presença de camelôs na área central. Engloba ações como substituição de postes, intervenções pontuais de paisagismo, substituição das canaletas do Calçadão por tubulações, instalação de bicicletários, novo esquema de limpeza e recolhimento de lixo e retirada dos vendedores ambulantes não legalizados (JORNAL TERCEIRA VIA, 2019; NASCIMENTO, 2019). É importante esclarecer que a literatura sobre intervenção urbana apresenta uma variedade de termos como recuperação, requalificação, revitalização, reabilitação, renovação e reestruturação. As discussões acerca das particularidades de cada termo ainda permanecem, não havendo consenso entre os profissionais envolvidos com o estudo e o planejamento de espaços urbanos (SOTRATTI, 2015). Contudo, de acordo com Pasquotto (2010), o termo “revitalização” passa a ser questionado, na década de 1990, visto que sua atuação não era condizente com as teorias intrínsecas na nomenclatura. Para maior esclarecimento sobre as terminologias, olhar Vasconcellos e Mello (2003).

2 Neste trabalho, os frequentadores dos espaços públicos urbanos são considerados como “usuários” – pessoas que realizam diferentes atividades e usos nesses espaços da cidade.

Capitão Francisco de Paula Carneiro que construiu o Cine Teatro Trianon, símbolo da cultura da cidade, que na época localizava-se nessa região (MINISTÉRIO DA CULTURA; SAGRE CONSULTORIA, 2018). No período áureo da cidade, o Boulevard concentrava um grande número de cafés e bancos, reunindo donos de engenhocas produtoras de açúcar e fazendeiros. Na primeira metade do século XIX, tinha o nome de Boulevard da Imprensa, mas já teve outras denominações, como Largo do Capim e Rua dos Homens em Pé (CAMPOS DOS GOYTACAZES, s.d.). Atualmente, na área do Calçadão, a circulação e fluxos de pessoas são intensos. Há também atividades de permanência – que ocorrem quando as pessoas param o deslocamento e permanecem por algum tempo no espaço (GEHL, 2013). Assim, é comum ver pessoas muitas sentadas nos bancos e em outros assentos espalhados ao longo do Calçadão.

O Centro é um espaço híbrido, de mistura, de encontros e de um grande número de atividades. Como espaço tão plural – talvez o mais plural da cidade – no que se refere aos públicos que o frequentam, o Centro também é ainda frequentemente um local de disputa. Uma área tão complexa constitui um ambiente hospitaleiro à experiência do caminhar e às dimensões sensoriais e humanas? Uma área pedestrianizada, como o Calçadão, que por restringir a circulação de automóveis permite uma maior circulação de pessoas, garante uma experiência hospitaleira aos pedestres e transeuntes?

As circulações e formas de explorar as ruas do Centro são o ponto de partida do estudo. Assim, o objetivo geral da pesquisa consiste em investigar, mapear e descrever os múltiplos modos de usos e de circulação das/nas ruas do Centro e as experiências de pedestres e transeuntes neste espaço público urbano.

A realização deste trabalho fundamenta-se na articulação de diferentes ferramentas e técnicas de pesquisa: levantamento bibliográfico, análise de material audiovisual, observação *in situ* e flutuante e percurso comentado. Até o presente momento em que se encontra este trabalho, concentramo-nos na realização do estudo bibliográfico. As demais técnicas serão utilizadas quando tiver início a pesquisa de campo.

O levantamento bibliográfico focalizou na área dos estudos urbanos, em especial nas formas de problematizar espaços públicos, cidades médias, ambiências urbanas e o caminhar na cidade. A análise de material audiovisual consiste no estudo de fotografias e vídeos a serem produzidos na área de estudo. A utilização da fotografia como ferramenta, por exemplo, permite descrever algumas dimensões perceptivas do Centro. A observação *in situ* e flutuante (PÉTONNET, 2008) do/no Centro da cidade foca, provavelmente, em alguns pontos específicos da área, como por exemplo, o Pelourinho no Calçadão. O percurso comentado (THIBAUD, 2003) permite o acompanhamento de transeuntes e pedestres previamente conhecidos, que poderão, assim, descrever suas circulações e seus percursos no Centro. Com estas técnicas de pesquisa, procuraremos descrever e interpretar não somente os fluxos e circulação de pessoas, bem como os comportamentos em público e modos de vida urbanos no Centro.

Este trabalho se justifica pelo fato de que a experiência de caminhar em meio urbano é frequentemente desconsiderada nas políticas urbanas. Porém, a consideração desta experiência e de suas múltiplas dimensões no planejamento urbano contribuiria, sem dúvida, para um acesso mais democrático à cidade. Com efeito, um levantamento exploratório aponta para o fato de que há, em Campos dos Goytacazes, uma frota de 233839 veículos, sendo 139463 automóveis (DETRAN, 2019), para uma população estimada de 503424 em 2018 (IBGE, 2019). Ainda que de modo muito impreciso, esta relação apresenta um indício da representatividade e expressão de modos de circulação urbana não-motorizados e, por isso, sustentamos que a experiência do caminhar é uma dimensão a ser centralmente considerada nos processos de definição de projetos e políticas urbanas, mais ainda em uma cidade na qual cerca da metade da população se desloca sem automóvel. Além disso, em Campos dos Goytacazes e no estado do Rio de Janeiro, observamos a existência de estudos acadêmicos sobre o transporte coletivo ou sobre a bicicleta como um modal do transporte urbano, mas não é comum encontrar publicações referentes à experiência de andar. O caminhar não costuma ser o foco dos estudos urbanos, o que reforça a importância de se realizar uma pesquisa sobre pedestres e transeuntes. Dessa forma, ao abordar este tema, essa pesquisa pode contribuir de modo original para os estudos urbanos na região norte-fluminense e, mais amplamente, no estado do Rio de Janeiro.

Este estudo explora ainda uma questão específica da mobilidade urbana, relacionada aos modos de descoberta e exploração da cidade. O deslocamento a pé é uma atividade tão elementar na dinâmica urbana que por vezes não recebe a devida atenção no planejamento das cidades ou não é devidamente analisada nos estudos urbanos. O habitante da cidade, como ser de locomoção, sempre vai ser um pedestre – pode, por vezes, ser uma “unidade veicular” equipada de uma bicicleta ou de um carro, mas sempre um pedestre (JOSEPH, 2004). Dessa forma, entender o caminhar é fundamental para entender a dinâmica dos espaços da cidade.

Por fim, ainda pode-se destacar que, mesmo dentre aqueles que se focalizam nas experiências de pedestres e transeuntes, a maioria dos estudos urbanos privilegia o estudo das grandes cidades e áreas metropolitanas; as cidades médias e pequenas, usualmente, são desconsideradas nos debates (NOEL; SEGURA, 2016). Com o intuito de contribuir para os estudos urbanos que tratam do “caminhar na cidade” e a partir de outras escalas urbanas, propomos analisar as experiências de pedestres e transeuntes no centro histórico de uma cidade média.

2 | ESPAÇOS PÚBLICOS: ACESSIBILIDADE E OUTRAS CONSIDERAÇÕES

De acordo com Goffman (2010), o que diferencia um lugar público de um privado é a questão do acesso e da livre circulação:

Tradicionalmente, 'lugares públicos' se referem a quaisquer regiões numa comunidade de livre acesso aos membros dessa comunidade; 'lugares privados' referem-se a regiões à prova de som onde apenas membros ou convidados se juntam (GOFFMAN, 2010, p.19).

Isaac Joseph (2004) apresenta considerações centrais para a presente pesquisa. Além da ênfase dada à acessibilidade, o autor ainda destaca a questão da visibilidade. Mais especificamente, o espaço público é um espaço de visibilidade mútua – nele, as pessoas encontram-se constantemente em situações de visibilidade recíproca, observando e sendo observadas. É ainda um lugar de visibilidade da paisagem – nele, se constrói uma perspectiva, uma visão da paisagem urbana, havendo pontos que são marcas de identidade da cidade e participam do imaginário da população, e de onde se descortina a história local.

Sobre a acessibilidade a um espaço público, o autor defende que é um elemento fundamental que está no cerne da política urbana enquanto política democrática. Em outras palavras, a acessibilidade de um espaço público contribui de forma efetiva para a construção de uma urbanidade democrática – ou democratização da cidade. Ele destaca ainda que as controvérsias e polémicas sobre a acessibilidade de determinado lugar da cidade acusam claramente o que há de segregação no acesso aos espaços urbanos. Joseph recorda que Robert Park sugeria “definir segregação como o cativo em um território, a impossibilidade de frequentar outros. Daí a importância da temática da acessibilidade urbana na sociologia dos espaços públicos” (JOSEPH, 2004, p.76). Sendo assim, com base em tais considerações, é possível compreender que: “Desenvolver e tornar transparente o acesso aos equipamentos, aos serviços e aos diferentes espaços da cidade é considerá-los como um bem comum e a principal condição de uma educação cívica” (JOSEPH, 2004, p.44).

Segundo Joseph (2004, p.43), “Um espaço público é sempre um espaço contestado pelas diferentes categorias de usuários que o frequentam”. Nesse sentido, o autor relembra que a ecologia urbana não apenas descreve a cidade como um mosaico de territórios, mas também como um ajustamento e uma adaptação de grupos e populações diferentes em um mesmo ambiente e num mesmo sistema de atividades. Em outras palavras,

A abordagem ecológica, seja qual for [...], define o espaço de maneira particular. Para simplificar, digamos que o espaço não é um invólucro nem o vazio no interior do qual se desenrola um drama ou uma ação. É um ambiente cheio onde a atividade de adaptação e de cooperação dos indivíduos ou dos coletivos encontra seus recursos (JOSEPH, 2004, p.76).

Dessa forma, tem sentido a utilização do conceito de competição pelo espaço para a compreensão dos problemas sociais de co-presença em um espaço público, por exemplo. O autor lembra que essa ideia de pensar “o espaço urbano como espaço de disputas e contestações está no cerne dos trabalhos da microecologia de Goffman” (JOSEPH, 2004,

p.75).

Todas essas reflexões de Isaac Joseph sobre espaço público, destacadas acima, ilustram bem o ambiente urbano do centro histórico-comercial de Campos dos Goytacazes. Nessa região, a questão da visibilidade é evidente. Como espaço público, o centro histórico-comercial, com seus calçadões, praças, ruas e calçadas, permite a visibilidade mútua entre transeuntes ou usuários dos espaços de permanência, bem como oferece pontos onde há visibilidade da paisagem, de onde se constrói uma perspectiva da paisagem urbana que guarda uma história e faz parte do imaginário da cidade.

A questão da acessibilidade é particularmente nítida nesta área da cidade. A região do centro-histórico comercial é aberta e de livre circulação. Além disso, trata-se de uma área central em termos de transporte público, é um ponto de concentração, de atração e de encontros de moradores de diferentes partes da cidade. Quase todos os pontos de ônibus se concentram na Avenida Beira-Rio, em decorrência da presença do Terminal Urbano Luiz Carlos Prestes, um terminal de grande fluxo, com quase 400 metros de extensão divididos em 21 abrigos de ônibus, responsável por atender às linhas urbanas radiais existentes no município (ARAUJO, 2012; CARVALHO, 2016).

O Centro pode ser entendido também como uma região onde há competição pelo espaço, um lugar contestado e disputado pelas variadas categorias de usuários que o frequentam. Um exemplo é apropriação do espaço por um vendedor ambulante com carrinho de pipoca ou por uma pessoa em situação de rua. Assim, pode-se presumir a possibilidade da existência de problemas de co-presença no espaço público.

Nesse trabalho, é importante ainda destacar outro ponto levantado por Isaac Joseph (2004). Segundo o autor, deve-se atentar para recursos e equipamentos urbanísticos que podem interferir na relação entre um transeunte e um espaço pouco familiar cheio de estranhos.

Pensar a cidade não é se ater à apropriação ou ao sentimento de pertencimento de uma população em relação a seu bairro, mas estudar os dispositivos urbanísticos, os equipamentos e os serviços capazes de permitir ao cidadão superar a 'estranheidade' em um território não-familiar, orientar-se em um 'universo de estrangeiros' (JOSEPH, 2004, p.76).

3 I AS RUAS COMO ESPAÇOS PÚBLICOS

Neste trabalho, uma associação das ruas como espaços públicos urbanos deve ser aprofundada. Segundo algumas abordagens, as ruas vêm sendo usadas, principalmente, por meio de sua função de circulação e, progressivamente, perdem sua multifuncionalidade (UN-HABITAT 2013).

Henri Lefebvre (1999), em sua exposição de argumentos a favor da rua, defende que ela é o lugar do encontro; cafés e teatros animam a rua e também são favorecidos

por sua animação. Na rua efetua-se a mistura e o movimento, sem os quais não existe vida urbana. Assim, a rua não se reduz apenas a um lugar de passagem e circulação. Contudo, duas questões modificaram tal cenário: os novos conjuntos e os automóveis. Sobre este último elemento, Lefebvre acredita que a invasão dos automóveis altera a dinâmica das ruas, fazendo da circulação o objetivo prioritário e gerando uma proliferação de estacionamentos; e assim, a vida social e urbana se destrói. A rua muda, “convertendo-se numa redução indispensável à passagem solitária, cindindo-se em lugar de passagem de pedestres (encurralados) e de automóveis (privilegiados)” (LEFEBVRE, 1999, p.28). Dessa forma, a questão da invasão dos automóveis nas cidades é não somente de atualidade, mas é também um elemento fundamental para descrever e interpretar a vida nos espaços públicos urbanos. Ao se priorizar, nos espaços urbanos, os carros e não as pessoas, dificulta-se o florescer e a continuidade da vida na cidade.

Para João do Rio (1995), “a preocupação maior, a associada a todas as outras idéias do ser das cidades, é a rua. Nós pensamos sempre na rua” (RIO, 1995, p.14).

Mas o importante, o grave, é ser a rua a causa fundamental da diversidade dos tipos urbanos. Não sei se lestes um curioso livro de E. Demolins, *Comment la route crée le type social*. É uma revolução no ensino da Geografia. “A causa primeira e decisiva da diversidade das raças, diz ele, é a estrada, o caminho que os homens seguirem. Foi a estrada que criou a raça e o tipo social [...]”. A rua é a civilização da estrada. [...] ela está para a grande cidade como a estrada está para o mundo. Em embrião, é o princípio, a causa dos pequenos agrupamentos de uma raça idêntica. [...] Nas grandes cidades a rua passa a criar o seu tipo, a plasmar o moral dos seus habitantes, a inocular-lhes misteriosamente gostos, costumes, hábitos, modos, opiniões políticas (RIO, 1995, p.11-12).

Jane Jacobs entendia a rua como espaço social que contribui para a vitalidade das cidades. Ruas e calçadas, “principais locais públicos de uma cidade, são seus órgãos mais vitais [...]. Se as ruas de uma cidade parecem interessantes, a cidade parecerá interessante; se elas parecerem monótonas, a cidade parecerá monótona” (JACOBS, 2001, p.29).

A rua era para eles apenas um alinhado de fachadas, por onde se anda nas povoações...Ora, a rua é mais do que isso, a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma! Em Benarès ou em Amsterdão, em Londres ou em Buenos Aires, sob os céus mais diversos, nos mais variados climas, a rua é a agasalhadora da miséria. [...] A rua é o aplauso dos medíocres, dos infelizes, dos miseráveis da arte. [...] A rua é generosa. O crime, o delírio, a miséria não os denuncia ela. A rua é a transformadora das línguas. [...] A rua continua, matando substantivos, transformando a significação dos termos, impondo aos dicionários as palavras que inventa [...]. A rua resume para o animal civilizado todo o conforto humano. Dá-lhe luz, luxo, bem-estar, comodidade e até impressões selvagens no adejar das árvores e no trinar dos pássaros. [...] A rua [...] é a mais igualitária, a mais socialista, a mais niveladora das obras humanas. A rua criou todas as blagues e todos os lugares comuns (RIO, 1995, p.4).

Articulando a questão das ruas com aquela da circulação e da dimensão humana – esta última será apresentada mais adiante –, destaca-se aqui o pensamento de Isaac Joseph (2004). Segundo ele, o esquecimento da rua conecta-se com o esquecimento do pedestre. O pedestre é a figura da densidade metropolitana e dos espaços de proximidade. Como ser de locomoção, o cidadão é, por vezes, uma “unidade veicular” equipada de um carro ou de uma bicicleta, mas sempre um pedestre; assim, é constantemente exposto aos acidentes de circulação por falta de calçadas suficientemente largas, por exemplo. Nesse sentido, andar a pé constitui, segundo Malatesta (2007), um enfrentamento e uma absorção das condições, favoráveis e adversas, do meio ambiente. Dessa forma, a caminhada pode ser compreendida como o modo de transporte mais humano e, conseqüentemente, mais desprotegido. “O corpo dos cidadãos é o capital mais precioso do urbanismo”, segundo Joseph (2004, p.80).

4 | AMBIÊNCIAS URBANAS E O CAMINHAR NA CIDADE

Em continuidade com a abordagem ecológica, que problematiza os espaços públicos urbanos como uma experiência sensível já que ela ajuda a descrever maneiras de habitar a cidade, a questão das ambiências urbanas merece ser destacada. Assim, a análise de um espaço público não deve se basear em termos puramente técnicos; é preciso acionar a capacidade de se colocar à escuta da existência atmosférica do mundo contemporâneo. Assim, dentre os modelos de inteligibilidade, destaca-se um crescente interesse pelo ambiente sensorial dos espaços habitados (THIBAUD, 2012a; THIBAUD, 2012b).

Nesse sentido, de acordo com Thibaud (2012a), atualmente assiste-se a um processo de “ambientação” dos espaços urbanos. Com efeito, pode-se observar uma maior atenção dada às dimensões sensoriais dos espaços, bem como um aumento das propostas que trabalham a matéria sensível. Em outros termos, aquilo que antes compunha um mero pano de fundo – ar, calor, luz, som, cheiro – está se tornando um ponto chave nas pesquisas urbanas: o “ordenamento urbano não se limita somente às formas construídas e aos espaços edificados, mas também aos ambientes sensíveis e aos envelopes climáticos” (THIBAUD, 2012, p.31).

Thibaud (2012b) cita algumas correntes de pensamento que propõem uma abordagem sensível da cidade. Dentre elas, destaca-se aqui a estética das ambiências³. A utilização do termo “ambiência” indica, segundo Thibaud (2012a), a proposta de explorar uma nova maneira de conceituar e de experimentar a cidade. É importante, assim, estabelecer a diferença entre um meio ambiente e uma ambiência. Esta última é o que dá vida a um meio ambiente, o que lhe atribui um valor afetivo, o que produz efeito de conjunto. Uma ambiência não se reduz aos componentes que conformam uma situação urbana – como formas construídas, luminosidade do lugar, modos de andar e de falar. “Uma ambiência consiste sobretudo em religar estes vários elementos entre si, em mantê-

3 O termo “estética” deve ser entendido em seu sentido original de *aesthesis*: percepção pelos sentidos.

los unidos para torná-los um conjunto, em integrá-los, conferindo uma mesma tonalidade” (THIBAUD, 2012a, p.33). Nesse sentido,

Ambientar um território supõe não apenas controlar os parâmetros físicos de um meio ambiente construído, mas de dotar esse território de um determinado caráter, de um certo valor emocional e existencial. Toda ambiência mobiliza as experiências vividas e as maneiras de se estar juntos (THIBAUD, 2012a, p.32).

O reconhecimento das dimensões sensoriais faz com que um novo domínio de intervenção urbana ganhe importância. Assim, o design urbano não se debruça mais apenas sobre os objetos, mas sobre o que há entre os objetos. Em outras palavras, busca-se transformar não só um mundo de formas construídas e objetos, mas também um universo sensorial, um mundo de atmosferas sensíveis (THIBAUD, 2012a).

A noção de ambiência vem se tornando mais complexa ao longo do tempo. A visão tradicional do “controle das ambiências” foi trocada por uma visão mais interdisciplinar que recupera a importância da percepção sensível e da experiência estética. Aqui, as contribuições das ciências sociais e humanas passam a se articular com os campos de projeto, planejamento e engenharia. A abordagem das ambiências procura se livrar das perspectivas normativas, distingue-se das abordagens muito positivistas, e enfatiza o papel das práticas sociais na concepção sensível do ambiente construído. Ela permite caracterizar nossas formas de experienciar a vida urbana, e auxilia também a imaginar e criar espaços urbanos e arquitetônicos (THIBAUD, 2012b).

A corrente da estética das ambiências inscreve-se no contexto da pesquisa em Arquitetura e Urbanismo por meio de um objetivo ambicioso, visto que impulsiona o revisitar da disciplina estética, à luz da noção de ambiência. Nesta abordagem, propõe-se desafiar a habitual divisão entre sujeito e objeto. A ambiência – definida como a atmosfera material e moral que circunda um lugar ou uma pessoa – é uma noção que questiona essa divisão e estimula sua desconstrução, visto que é indissociável das propriedades materiais do meio ambiente e dos estados afetivos do sujeito sensível (THIBAUD, 2012b).

O domínio sensível não é um domínio independente das práticas sociais, segundo Thibaud (2012a). Qualquer ambientação implica performances habitantes que atualizam os recursos do meio ambiente construído. Em outras palavras, as práticas sociais são constitutivas de uma ambiência, e revelam o potencial sensível dos lugares. Certos espaços urbanos são mais abertos às variações e improvisações do público. Já outros deixam pouca margem para as manifestações humanas, operando de acordo com uma lógica de condicionamento. Assim, uma gestão pode intensificar ou neutralizar o poder expressivo das atividades sociais (THIBAUD, 2012a).

Segundo Thibaud (2012b), ao trabalhar uma leitura sensível do meio ambiente urbano, preocupa-se com o futuro dos espaços públicos urbanos e da habilidade de viver em um mundo compartilhado.

Para colocar à prova o caráter público do espaço urbano planejado, deve-se realizar alguns questionamentos. Certas escolhas estéticas no planejamento urbano não seriam uma forma de “redistribuir as identidades” e afirmar a preponderância de um segmento da sociedade? É o caso do novo higienismo, do urbanismo clean e do imaginário eco-sanitário. Outra pergunta é se o excessivo controle das ambiências não tende a produzir espaços muito condicionados e neutralizados, que deixam pouca margem para interação entre pedestres e oportunidades para improvisações da população (THIBAUD, 2012b).

O domínio do sensível encontra-se na junção de – ou é atravessado por – três tipos de questões, o que justifica sua importância atual, segundo Thibaud (2012a). Ambientar um espaço envolve uma dimensão concernente à qualidade de vida e bem-estar dos habitantes da cidade; trata-se de criar as condições para uma cidade habitável para todos. Ambientar um espaço é também se inscrever em estratégias socioeconômicas – como estratégias de marketing urbano e de concorrência de mercado. Ambientar um espaço abrange também meios para agir na busca da sustentabilidade ambiental.

A discussão sobre ambiência é pertinente para a construção da presente pesquisa visto que, por se tratar de uma abordagem que propõe uma reflexão sobre o ambiente sensorial dos espaços da cidade, tal noção inclui o corpo e os sentidos em suas considerações. Com base nesse tipo de abordagem, diversas pesquisas têm procurado introduzir o corpo humano nas sensações urbanas. Nesse sentido, Thibaud (2012b) destaca que o ato de andar – ação urbana central neste trabalho – é tido como ponto de partida da reflexão e tem permitido problematizar a relação sensorial da pessoa com o entorno urbano.

Ao se compreender que a discussão sobre ambiência engloba os sentidos e, com isso, considera o ato de caminhar como um ponto importante, é possível fazer uma relação direta com as ideias de Jan Gehl acerca da importância de se priorizar a dimensão humana nos espaços das cidades. A defesa da “escala do ser humano” consiste na ideia de que as limitações dos sentidos humanos e do corpo humano devem ser consideradas no planejamento dos espaços urbanos para que estes consigam ser agradáveis para as pessoas. “Trabalhar com a escala humana significa, basicamente, criar bons espaços urbanos para pedestres, levando em consideração as possibilidades e limitações ditadas pelo corpo humano” (GEHL, 2013, p.33). Retoma-se a ideia defendida por Joseph (2004) de que o corpo dos habitantes da cidade é o elemento mais importante do urbanismo. Resume-se, assim, a importância da priorização da dimensão humana na cidade.

O ato de caminhar deixa a sensibilidade fluir. A caminhada envolve interações com outros pedestres bem como com a paisagem, os obstáculos e os equipamentos do terreno. “Caminhar é forçosamente viajar, observar e atuar ao mesmo tempo; é ajustar seu passo, sua direção, o contato físico com o meio circundante de humanos e de objetos” (JOSEPH, 1999, p.29).

[...] andar a pé é o modo de transporte onde ocorre o maior nível de contato com o ambiente urbano e proporciona a mais intensa troca social entre seus agentes. Por esse motivo produz a maior interação com a vida da cidade, promovendo com ela uma relação quase orgânica (MALATESTA, 2007, p. 15).

A experiência da caminhada, na medida em que mobiliza a percepção, libera-se do predomínio do olho e torna qualquer visão um deslocamento virtual do corpo inteiro. A caminhada ativa a percepção nos encontros com o meio e faz da pluralidade uma consequência da locomoção. É “o fenômeno social total para uma apreciação das paisagens urbanas como coisas públicas” (JOSEPH, 1999, p.30).

5 | QUEM CAMINHA PELOS ESPAÇOS PÚBLICOS?

No presente trabalho, é importante refletir sobre a variedade de tipos de indivíduos que já circularam ou ainda circulam e exploram os espaços públicos urbanos, e tentar destacar alguns pontos. Não é fácil, de acordo com Nuvolati (2009), distinguir com precisão o *flâneur*, por exemplo, de outras figuras que circulam pelo espaço urbano, mas é possível apontar algumas especificidades.

Os pedestres, em geral, prestam pouca atenção aos espaços durante a caminhada, mesmo que, em certas circunstâncias, os movimentos simples e lentos lhes deem a oportunidade de pensar sobre o espaço circundante e as figuras que por ali circulam (NUVOLATI, 2009).

O *flâneur* apresenta semelhanças com o pedestre, porém há um esforço significativo para observar e interpretar a área circundante; ele busca descobrir e ler o mundo ao redor (NUVOLATI, 2009). “Para compreender a psicologia das ruas [...] É preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpétuo desejo incompreensível, é preciso ser aquele que chamamos *flâneur* e praticar o mais interessante dos esportes – a arte de flanar” (RIO, 1995, p.5). Entendemos, assim, que flanar vai além do caminhar para se deslocar; é um caminhar para descobrir.

Nesse sentido, é importante destacar que o *flâneur* tem a característica de mover-se a pé reconciliando três atividades: caminhada, observação e interpretação. Assim, no *flâneur*, o que está em movimento não são apenas as pernas, mas especialmente os olhos e a mente. Ele está sempre atento para buscar, perceber e ler os significados ocultos que as cidades expressam. Tal atividade requer uma capacidade de absorver, selecionar e compreender estímulos externos. Essa capacidade só é permitida pelo andar devagar, que lhe permite observar e interpretar a realidade (NUVOLATI, 2009).

Nuvolati (2009) destaca que o *flâneur* apresenta muitas facetas; além desta disponibilidade para as descobertas, ele também pode realizar pesquisa do *genius loci* (“espírito do lugar”). Sendo assim, o *flâneur* não é apenas o objeto de análise, algo a ser estudado. Ele é ao mesmo tempo analista, visto que o passear é um método de ler os vestígios da cidade (NUVOLATI, 2009).

Flanar! Aí está um verbo universal sem entrada nos dicionários, que não pertence a nenhuma língua! Que significa flanar? Flanar é ser vagabundo e refletir, é ser basbaque e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem. Flanar é ir por aí, de manhã, de dia, à noite, meter-se nas rodas da população [...]; é ver os bonecos pintados a giz nos muros das casas, após ter acompanhado um pintor afamado até a sua grande tela paga pelo Estado; é estar sem fazer nada e achar absolutamente necessário ir até um sítio lóbrego [...]. É vagabundagem? Talvez. Flanar é a distinção de perambular com inteligência. Nada como o inútil para ser artístico. Daí o desocupado flâneur ter sempre na mente dez mil coisas necessárias, imprescindíveis, que podem ficar eternamente adiadas. Do alto de uma janela [...] admira o caleidoscópio da vida no epítome delirante que é a rua; à porta do café [...] dedica-se ao exercício de adivinhar as profissões, as preocupações e até os crimes dos transeuntes. [...] E de tanto ver o que os outros quase não podem entrever, o flâneur reflete. [...] Quando o flâneur deduz, [...] ei-lo a pintar os pensamentos, a fisionomia, a alma das ruas. E é então que haveis de pasmar da futilidade do mundo e da inconcebível futilidade dos pedestres, da poesia da observação...(RIO, 1995, p.5-6)

João do Rio, ao descrever indivíduos cariocas e a dinâmica da cidade do Rio de Janeiro na primeira década do século XX – período em que a cidade passou por grandes transformações espaciais realizadas sob comando de Pereira Passos –, acaba por construir uma espécie de *flâneur* carioca.

A lentidão de movimentos e a temporalidade relaxada são aspectos essenciais na figura do *flâneur*. Nesse sentido, Benjamin (1989) destaca o ritmo do caminhar do *flâneur* nas galerias em Paris era determinado pelas tartarugas. “Em 1839, era elegante levar consigo uma tartaruga ao passear. Isso dá uma noção do ritmo do flanar nas galerias” (BENJAMIN, 1989, p.193).

Cabe destacar algumas outras importantes considerações feitas por Benjamin acerca do *flâneur*. O autor ressalta que o *flâneur* precisa de espaço livre; numa multidão encurralada, a flânerie não floresce. Levando em consideração que devido a calçadas estreitas, não era possível andar a passeio na Paris do século XIX, as galerias desempenharam papel crucial: sem elas a flânerie não se desenvolveria. Nas galerias, o *flâneur* se subtraía da vista dos veículos que não admitem o pedestre como concorrente e tinha espaço livre para flanar. A importância de tais locais era tanta, que seu declínio fez a flânerie cair de moda (BENJAMIN, 1989).

O *flâneur* está em casa nas galerias, que seriam a forma clássica do interior sob o qual a rua se apresenta ao *flâneur*. Benjamin (1989) coloca as galerias como um meio termo entre a rua e o interior da residência.

O autor destaca também que os parisienses, com sua técnica de habitar em suas ruas, transformaram os boulevards em interiores: a rua se tornou moradia do coletivo. Assim, Paris se tornou a Terra Prometida do *flâneur*. “A inebriante interpenetração da rua e da moradia” se consuma sobretudo na experiência do *flâneur* (BENJAMIN, 1989, p.195).

Sobre o transeunte, Frehse (2016, p.6) destaca:

[...] personagem na qual homens, mulheres ou crianças que recebem esse nome nos momentos fugazes em que pelas ruas e praças passam com regularidade, indo e vindo de algum lugar, em circulação entre lugares de moradia, de trabalho ou de lazer, sendo que nas praças apenas permanecem por alguns instantes, descansando da circulação frenante.

No centro histórico de Campos dos Goytacazes, objeto de nosso estudo, é perceptível essa variedade de tipos de indivíduos que caminham por ali: pessoas que se deslocam em uma velocidade maior, apenas com objetivo de chegar a algum lugar, outras que caminham aparentando estarem mais atentas ao entorno, e até mesmo outras que parecem “flanar”, mais focadas em observar o ambiente à sua volta e (re)descobrir os espaços da cidade do que se deslocar rapidamente. Estudar essa multiplicidade de tipos que caminham colabora para entender a dinâmica de um espaço público urbano.

6 | ESTUDOS URBANOS PARA ALÉM DE CONTEXTOS DE GRANDES CIDADES

O termo “urbano” engloba uma heterogeneidade histórica, social e espacial que fica reduzida devido a certos imaginários urbanos e representações estabilizadas de cidade, que se construíram em torno das metrópoles. Em geral, nos estudos urbanos, a teoria dominante acaba se restringindo a histórias e experiências de poucas cidades metropolitanas ocidentais, e muitos conceitos que utilizamos surgiram da análise destes casos particulares que comumente são universalizados e transformados em parâmetro para analisar outros contextos. Dessa forma, torna-se necessário questionar e problematizar as imagens naturalizadas e universais sobre o que é a cidade e sobre o que caracterizaria a vida urbana (NOEL; SEGURA, 2016).

As teorias urbanas são produzidas em lugares específicos, mas estão sempre sujeitas a apropriações e ressignificações. Nesse sentido, é de grande importância trabalhar com teorias abertas, que incluem o trabalho realizado nos centros urbanos, mas submetido ao processo de “provincialização”, a fim de produzir conceitos que permitam reconhecer a heterogeneidade e diversidade de modos de existência do urbano. Se o parâmetro de “urbano” tomar como base esses casos excepcionais que são as metrópoles – excepcionais visto que a maioria da população do mundo urbano vive em aglomerações de tamanho médio ou pequeno – os conglomerados de menor tamanho e seus atributos serão lidos na chave de insuficiência, fracasso, atraso ou anomalia (NOEL; SEGURA, 2016).

Quando se discute sobre as pessoas que circulam pela cidade, a mobilidade a pé, a pedestrianização de ruas, a caminhabilidade – discussões provenientes de campos diversos como o urbanismo, a arquitetura, a antropologia, a sociologia, a literatura – o contexto analisado, em geral, são as grandes cidades e áreas metropolitanas. As regiões extra-metropolitanas e as cidades médias e pequenas são, em grande parte, desconsideradas nos debates. Dessa forma, reafirma-se aqui a importância do presente estudo em tratar tais questões relativas ao caminhar partindo de um contexto de uma cidade média.

Ao propormos, nesta pesquisa, analisar o caminhar no contexto centro histórico de Campos dos Goytacazes, provavelmente destacaremos as particularidades que tal experiência apresenta em uma cidade média e que a diferencia de uma cidade em contexto metropolitano. Por meio de um estudo focado nos espaços públicos, este trabalho colabora assim para a compreensão da dinâmica do “urbano” para além de um contexto metropolitano.

7 | OBSERVAÇÕES FINAIS E DESDOBRAMENTOS

O presente artigo é fruto de uma pesquisa que ainda encontra-se em andamento. É possível destacar como resultado até o presente momento a crítica ao fato de a maior parte dos estudos urbanos se restringirem ao contexto de cidades metropolitanas.

Por se tratar de uma pesquisa interdisciplinar, o processo de construção vem englobando e articulando ideias, pontos de vista, reflexões e conceituações de áreas de conhecimento distintas. Tal exercício de articulação é um desafio, visto que lida, eventualmente, com conflitos entre abordagens derivadas de diferentes campos do conhecimento.

Como já explicitado anteriormente, os estudos que refletem especificamente sobre o caminhar na cidade focam, em sua grande maioria, em contextos de capitais. O presente trabalho, ao propor analisar as experiências de caminhada em uma conjuntura de cidade média, certamente destacará diferenças que possam existir entre o caminhar em espaços públicos de capitais e o caminhar em espaços de cidades não-metropolitanas.

Dessa forma, a pesquisa pode se tornar uma contribuição não apenas para o campo dos estudos sobre o “andar na cidade”, mas também para compreender as especificidades do urbano – e mais especificamente dos espaços públicos urbanos – no contexto de uma cidade média.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Isroberta Rosa. **Mobilidade urbana e políticas públicas no município de Campos dos Goytacazes**: um estudo da Política dos Transportes a Um Real. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais), Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Book Tour**. Campos dos Goytacazes, s.d.

CARVALHO, Samira Mello Guimarães de. **Transporte Público**: Uma Análise da Gestão no Município de Campos dos Goytacazes. Monografia (Bacharelado em Administração Pública), Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2016.

DETRAN. **Estatísticas**. 2019. Disponível em: <http://www.detran.rj.gov.br/_estatisticas.veiculos/02.asp> Acesso em 30/07/2019

FREHSE, Fraya. Em busca do tempo nas ruas e praças de São Paulo. **Revista Ponto Urbe**, 18, 2016.

FREITAS, Carlos Roberto Bastos. **O Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes: a sedução persistente de uma instituição pública**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais), Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2006.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 1.ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Comportamento em lugares públicos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

IBGE. **Cidades e Estados**. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/campos-dos-goytacazes.html>> Acesso em 30/07/2019

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 1.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2001.

JORNAL TERCEIRA VIA. **Comerciantes cobram e Prefeitura anuncia medidas para revitalização do Centro de Campos**. Campos dos Goytacazes, 2019. Disponível em: <<https://www.jornalterceiravia.com.br/2019/04/11/comerciantes-cobram-e-prefeitura-anuncia-medidas-para-revitalizacao-do-centro-de-campos/>> Acesso em 19/07/2019

JOSEPH, Isaac. Belém: paisagem, coisa pública. **Cadernos IPPUR**, Ano XVIII, nº 1 e 2, Jan-Dez 2004, pp. 41-90.

_____. Paisagens Urbanas, Coisas Públicas. **Cadernos CRH**. Espaço público. Questões de método. nº 30/31, jan./dez., Salvador: Centro de Recursos Humanos/UFBA, 1999, p.11-40.

LÉFÈBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. Humanitas, 1999.

MALATESTA, Maria ErmelinaBrosch. **Andar a pé: um modo de transporte para a cidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2007.

MINISTÉRIO DA CULTURA; SAGRE CONSULTORIA. **Campos ontem hoje e amanhã**. 2 ed. Rio de Janeiro: Sagre Consultoria, 2018.

NASCIMENTO, Verônica. **Viva o Centro: Prefeitura cria programa para solucionar problemas do Centro de Campos**. FolhaGeral, 2019. Disponível em: <http://www.folha1.com.br/_conteudo/2019/04/geral/1246783-comerciantes-e-secretarios-debaterem-invasao-de-camelos-no-centro.html> Acesso em 19/07/2019

NOEL, Gabriel; SEGURA, Ramiro. Introducción: La etnografía de lo urbano y lo urbano en la etnografía. **Revista Etnografías Contemporáneas**, San Martín, vol2, n.3, p.13-23, out. 2016.

NUVOLATI, Giampaolo. Le flâneur dans l'espace urbain. **Géographie et cultures**, 70 | 2009, p.7-20.

PASQUOTTO, Geise. Renovação, Revitalização e Reabilitação: reflexões sobre as terminologias nas intervenções urbanas. **Revista Complexus**, Ano. 1, N.2, P. 143-149, set.2010. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/52760407/Renovacao-Revitalizacao-e-Reabilitacao-reflexoes-sobre-as-terminologias-nas-intervencoes-urbanas>> Acesso em 19/07/2019

PÉTONNET, Colette. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. **Antropolítica**, Niterói, n. 25, p. 99-111, 2. sem. 2008.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

SOTRATTI, Marcelo Antônio. Revitalização. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/58/revitalizacao>> Acesso em 19/07/2019

SOUZA, Andre Felix de. Os espaços públicos nas cidades contemporâneas: uma (re)visão. **Revista Geografares**, Julho-Setembro, 2018.

THIBAUD, Jean Paul. A cidade através dos sentidos. **Revista Cadernos PROARQ**, nº 18, 2012b.

_____. La parole du public en marche. In: MOSER, Gabriel; WEISS, Karine (Orgs.) **Milieux de vie: Aspects de la relation à l'environnement**. Paris: Armand Colin Collection Sociétales, 2003, pp.113-138.

_____. O devir ambiente do mundo urbano. **Revista Redobra**, nº 9, 2012a, p.30-36.

UN-HABITAT. **Streets as Public Spaces and Drivers of Urban Prosperity**. Nairobi: UNHabitat, 2013.

VASCONCELLOS, Lélia Mendes; MELLO, Maria Cristina Fernandes de Terminologias em Busca de uma Identidade. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, vol6, nº 1, 2003.

CAPÍTULO 12

ADMINISTRAÇÃO HIPERCONCENTRADA, GOVERNANÇA E OS TERRITÓRIOS METROPOLITANOS BRASILEIROS: O CASO DO RIO DE JANEIRO

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão : 05/11/2020

Mauro Kleiman

Universidade Federal do Rio de Janeiro-
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e
Regional

<http://lattes.cnpq.br/0362856868158585>

RESUMO: O texto trata da problemática da administração e governança das metrópoles brasileiras, e de seu impacto no desenvolvimento do território. Toma-se como caso exemplar a metrópole do Rio de Janeiro, apresentando-se o tipo e configuração de sua administração; a qualidade, funções e competências de seus órgãos e instituições. Busca-se analisar a tensa interdependência observada entre sua estrutura político-administrativa, hiperconcentrada no Poder Executivo com as novas idéias-conceitos de governança que pretendem-se implantar para um desenvolvimento com condições de sustentabilidade. Tendo uma hipercentralização de decisões no nível de governo Executivo simultaneamente verifica-se que a implementação de políticas territoriais faz-se de maneira atomizadas, sem ações coordenadas de planejamento, enquanto apresenta uma não-aplicação ou fragilidade de dispositivos de governança. Como consequência tem-se um conjunto de entraves ao desenvolvimento do território.

PALAVRAS - CHAVE: Metrópoles, Modelos de

administração, Políticas institucionais, Rio de Janeiro

HYPERCONCENTRATED ADMINISTRATION, GOVERNANCE AND BRAZILIAN METROPOLITAN TERRITORIES: THE CASE OF RIO DE JANEIRO

ABSTRACT: The article deals with the problem of administration and governance in Brazilian metropolises, and its impact on the development of the territory. The metropolis of Rio de Janeiro is taken as an exemplary case, presenting the type and configuration of its administration; the quality, functions and competences of its bodies and institutions. It seeks to analyze the tense interdependence observed between its political structure -administrative, hyper-concentrated in the Executive Branch with the new ideas-concepts of housekeeper that it was intended to implement for a development with conditions of sustainability. Having a hyper-centralization of decisions at the Executive government level simultaneously, it appears that the implementation of territorial policies is done in an atomized manner, without coordinated planning actions, while presenting a non-application or weakness of governance devices. a set of obstacles to the development of the territory.

KEYWORD: Metropolises, Administration models, Institutional policies, Rio de Janeiro

1 | INTRODUÇÃO

A problemática da configuração qualitativa da administração pública no Brasil, aparece no

caso dos territórios metropolitanos como um objeto de estudo de importância para uma análise crítica. Observa-se, de fato, uma tensão entre uma estrutura hiperconcentrada no Poder Executivo e novas concepções a partir de idéias-conceitos de governança que pretender-se-ia implantar para um desenvolvimento com condições de sustentabilidade. Tendo uma hipercentralização de decisões no nível de governo Executivo simultaneamente verifica-se que a implementação de políticas territoriais faz-se de maneira atomizada, sem ações coordenadas de planejamento, enquanto apresenta uma não-aplicação ou fragilidade de dispositivos de governança. Como consequência tem-se um conjunto de entraves ao desenvolvimento do território. O texto se estrutura em três partes: a primeira apresenta o contexto de redefinição do Estado brasileiro que combina um processo de re-democratização com ações neoliberais com a redução de sua esfera de atuação; a segunda reflete sobre a estrutura político-institucional e administrativa do caso do Rio de Janeiro, analisando-se a diferença entre as propostas e o discurso de modernização que apontam para os conceitos de governança, e a realidade de um quadro de centralização de poder e de decisões conjugada a uma fragmentação de ações implementadoras; na terceira, a modo de conclusão, temos uma análise das consequências da configuração da administração sobre o desenvolvimento do território.

21 O CONTEXTO ADMINISTRATIVO ENTRE DOIS MOVIMENTOS: DEMOCRACIA AMPLIADA E NEOLIBERALISMO

A administração pública brasileira tem entre suas principais características históricas a centralização de decisões e ações políticas na figura do Poder Executivo nos diferentes níveis de governo.

A República brasileira, fundada nos conceitos do Estado Liberal, tendo como marca uma democracia a princípio restritiva (onde do final do século XIX até 1930 somente votavam aqueles que fossem proprietários), o voto era aberto, e apenas muito paulatinamente este torna-se universal e secreto, sendo que só no final do século XX será o voto estendido aos analfabetos, que constitui parcela importante da população. Além disto em dois largos períodos-1930-45 e 1964-82 vive-se sobre regime autoritário, com momentos de fechamento do Parlamento passando o poder de legislar ao Executivo, com constituições outorgadas, indicações para os Executivos locais e estaduais por nomeação direta do Presidente da República, onde então, consolida-se ainda mais o seu poder.

Este quadro conduz a que o aparelho de Estado estatal voltado a políticas de desenvolvimento do território fosse configurado lentamente, contassem sempre com frágil estrutura e forte dependência ao Executivo central. As possibilidades de alteração deste quadro colocaram-se no bojo do processo de redemocratização do país nos anos 1980. A administração pública coloca-se diante, então, de uma busca de sua reformulação encontrando, contudo, um contexto com dois movimentos que tensionam-se em contradições.

Do final dos anos 80 — início dos 90, num processo complexo colocam-se a relação entre as proposições de consolidação democratizante (advindas do longo percurso de saída do regime autoritário para a redemocratização, que culmina na Constituição de 1988), e a agenda neoliberal (Diniz 1995, Diniz e Boschi 1989; Fiori 1993). A vertente democratizante propunha-se a uma abertura de espaço a novos atores; expansão da esfera pública através da organização autônoma da sociedade; aumento de participação e ampliação dos controles externos ao governo; transparência e abertura do processo decisório por meio de consulta e negociação; e reformas com prioridades sociais. Por seu lado, a agenda neoliberal busca a eficácia na ação do Estado que para tal deve ter uma característica minimalista com redução e desmantelamento do aparelho de Estado, sendo o poder de decisão insulado num pequeno grupo de tecnocratas. Pretere-se a negociação (para dar rapidez às decisões), o que conduz a uma aversão a consultas, hipercentralizando-se as resoluções na Presidência da República, com um desenho de reformas (que serão feitas por decretos presidenciais) com prioridade econômica. (Fiori 1991; Melo e Costa 1995; Santos 1992; Diniz 1996).

A agenda neoliberal, que se toma predominante, traz paradoxos e empecilhos para a implementação da governança e desenvolvimento sustentável nas regiões metropolitanas. No processo para a liberalização a redefinição do papel do Estado implicou na busca de reforma de sua estrutura político-administrativa, onde entre outros elementos, ocorreu um esvaziamento da função de planejamento econômico e territorial e dos seus organismos de ação. Neste sentido, os organismos de planejamento e gestão de regiões metropolitanas, criados em 1974, serão extintos ou igualmente esvaziados de suas atribuições e modalidades de ação. A passagem que se buscou através da descentralização de funções para os governos locais (prevista na Constituição de 1988) não se completa, pois embora os municípios tenham agora autonomia política para eleger seus prefeitos, não tiveram o repasse dos recursos orçamentários e tributários para fazer frente às novas funções que lhe são delegadas. A permanência da hipertrofia da função executiva focada no governante do país poderoso por hipercentralizar decisões (inclusive legislativas por meio das Medidas Provisórias) e a maior parte dos recursos (dado que não se faz uma reforma tributária distributiva de recursos e impostos pelos estados da Federação), fazem prisioneiros de lealdade política, subserviência, clientelismo etc., os governantes dos estados federados, os quais replicam esta cultura com os prefeitos dos municípios. Isto dificulta a cooperação entre os diferentes níveis de governo, e tem também como conseqüências a não-configuração, ou a não consolidação de esferas de negociação e participação da sociedade civil na construção de políticas públicas, e muito menos no seu processo decisório. Com a redemocratização existiu uma abertura para a criação de muitas associações, inclusive de baixa renda. No mesmo momento, incrementa-se igualmente o terceiro setor com o surgimento de uma miríade de organizações não-governamentais, inclusive urna parcela importante ligados a problemática ambiental. Mas

em ambos os casos observa-se sua pulverização com uma multiplicação de interesses, por vezes divergentes, sem que tenha construído-se formas de coordenação e integração que conjuguem demandas, reivindicações e participação em políticas públicas.

A vertente da democracia ampliada possibilita, por seu turno, a introdução das idéias-conceitos de governança. Isto porque esta supõe a participação da sociedade civil na construção de políticas assumindo a existência de uma pluralidade de atores que devem ser inseridos, e para que tenham uma coordenação que coloque em coerência suas demandas e permita iniciativas comuns. Pressuporia, assim, a negociação permanente entre as partes, incluindo parcerias que articulem o público e o privado, e ações integradoras entre os diversos níveis de governo e organismos para tratar de domínios referentes ao território (habitação, transportes, infra-estrutura, entre outros). A ação conjugada de diferentes atores e parcerias visa, por sua vez, gerir divergências e possibilitar associar uma configuração territorial que atualmente encontra-se fragmentada sócio-territorialmente. Propõe-se a governança como a capacidade de gestão do território através de um arranjo negociado entre os diferentes atores sócio-políticos para articular a multiplicação existente de interesses. Supõe, também, a cooperação entre diversos governos locais e níveis governamentais, e necessita da descentralização de ações para atender as demandas locais específicas. Conjuga-se, igualmente, numa virtual interdependência a introdução das idéias-conceito de governança e aquelas que propugnam pelo desenvolvimento sustentável do território. No caso brasileiro o tipo de abordagem da sustentabilidade será aquela colocada pelo campo neoliberal.

Esta abordagem define a sustentabilidade em termos da reinvenção das funções económicas no apoio do crescimento. A noção utilizada reduz a sustentabilidade a uma questão técnica guiada pela rentabilidade económica. Deste modo, trabalha-se com programas de remediação ambiental e de correção ou eliminação das conseqüências ambientais negativas do consumo e da produção privados, reduzindo a sustentabilidade à tarefa de limpar problemas ambientais passados e prevenir novos, sem modificar de forma estrutural a economia nas esferas da produção e consumo (Lake, 2000; Foladori 2001a).

A saída exclusivamente técnica aos problemas ambientais mostra que detem-se nas causas aparentes sem tocar nas suas causas estruturais, sendo assim resolvidos de forma atomizada, setorizada, sem perceber sua compreensividade onde integram-se componentes ambientais, políticos e económicos.

O Estado no Brasil, assim sendo, criou departamentos, setores especializados, e mesmo secretarias e ministérios na estrutura de governo para lidar com o meio ambiente (Foladori 2001 b), mas trata-o somente como “problema” ecológico, e não como algo que seria “resposta” a problemas sociais e políticos (Brand, 2001). A questão é então tratada no seio da racionalidade técnico-científica, sem participação cidadã e dos demais atores envolvidos, não especialistas, numa construção social sobre as condições e soluções para um urbano-metropolitano sustentável. No caso das metrópoles brasileiras, onde a

população de baixa renda vive em áreas sem serviços urbanos, a inexistência de esfera pública de discussão e propositiva lhes dá poucas oportunidades de participar de metas de sustentabilidade.

A experiência da Agenda 21 no Estado do Rio de Janeiro (instituída como Comissão Executiva da Agenda 21 Rio em 1999) tenta introduzir um formato mais participativo e de formação de consensos, combinado com a busca do rompimento da estanqueidade da lógica setorial da estrutura de governo propondo uma “transversalidade” da noção de desenvolvimento sustentável em todas as secretarias de estado, para servir de exemplo de um redesenho da esfera estatal na direção de uma descentralização. A experiência na prática, contudo, revelou-se uma outra configuração de esfera consultiva, onde inclusive os empresários reforçam o seu peso político; e sua metodologia replica projetos isolados e âmbito sócio-espacial restrito.

Então, com este conjunto de tópicos colocam-se questões para a possibilidade de governança com metas de sustentabilidade. Onde a governança com sustentabilidade para as regiões metropolitanas propõe a gestão integrada tem-se uma atomização de autoridades, níveis de governo (em geral conflitantes) e organismos para tratar de diferentes domínios (habitação, transportes, meio ambiente...). Onde necessita cooperação entre os diversos atores e a negociação para formação de consensos encontra dispersão de interesses, e hipercentralização nos governantes na formulação e decisões, autoritarismo e hegemonismo. Quando propugna descentralização e funções e ações, com coordenação e cooperação entre níveis de governo e intercomunidades, vê-se em face da centralização de recursos e decisões a nível supra-metropolitano e mesmo dependente de resoluções do Presidente da República.

Para tentar uma resolução desses paradoxos, mesmo que apenas relativamente e de forma ainda assim incompleta, busca-se na substituição do modelo de planejamento urbano um caminho no sentido de dar a base para a configuração de uma governança. O campo de concepção neoliberal reformula seu discurso sobre o urbano visando introduzir a base conceitual do modelo estratégico no lugar do modelo racional — funcionalista. Enxerga-se no modelo estratégico os elementos que possibilitariam a implementação de princípios e dispositivos de governança.

A reestruturação produtivo-econômica, advinda da crise do fordismo com a introdução do sistema de produção flexível caracterizado por acentuação da desconcentração e fragmentação das fases e funções de produção; a revolução da informatização, a utilização do método just-in-time, conduz igualmente a uma reestruturação do território, onde o espaço metropolitano ganha maior relevo como epicentro da nova expansão capitalista, e induz a um novo modelo de planejamento adaptativo a normas dinâmicas e ao movimento do sistema urbano. O planejamento estratégico intervindo pontualmente, qualificando ou requalificando bairro a bairro, rua a rua, por projetos urbanos, utiliza-se de um princípio de gestão mais flexível, descentralizado, eficiente e eficaz. Do setor empresarial são

apropriadas idéias-chave como: “criar e explorar condições favoráveis” (marketing urbano); desenvolver potencialidades” (imagem atrativa) e sobretudo, “ser competitivo para a ação sobre a cidade tornada empresa” (Machado, 2004). Para atingir estes elementos o modelo pretende a coordenação e integração de níveis de governo e instâncias de ação, e invoca o fortalecimento de mecanismos nos participativos de decisão.

3 I A REALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA E AS PROPOSTAS DE GOVERNANÇA NA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro contando com uma população da ordem de 12,2 milhões de habitantes (segundo o Censo Demográfico de 2010 tem alto grau de urbanização — (99,3%); (tanto no seu núcleo como nos 17 municípios que a compõem), alta densidade demográfica (1909,7 hab./m²), abarca 75,6% da população do Estado do Rio de Janeiro.

A área da região representa 12,43% da superfície total do estado do Rio de Janeiro. No centro encontra-se o município do Rio de Janeiro; ao norte os municípios de Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Guapimirim, Mesquita, Nova Iguaçu, Queimados e Belford Roxo concentram-se na Baixada Fluminense ; em volta da Baía de Guanabara encontram-se os municípios de Magé, São Gonçalo, Niterói, Itaboraí, e Tanguá; E a oeste, Seropédica e Paracambi.

A metrópole trata-se de um epicentro dinâmico(o segundo em importância no país) seja na dimensão econômica,como na social, contando com amplo setor comercial e de serviços;importanteinfra-estrutura portuária(2 portos);aero-portuária(2 aeroportos);tem os principais “hubs” de telecomunicações via internet do país;auto-estradas;viasexpressas;im portante setor industrial com pólos de produção de aço;petroquímicos.refinarias;possuem forte parque científico-tecnológico,contando com várias instituições de ensino e pesquisa;sendo também sede de grandes empresas(Petrobras,Vale do Rio Doce...),e de inúmeras instituições do governo federal;e seu núcleo concentra importantes equipamentos e instituições culturais.

O dinamismo e importância sócio-econômica da metrópole engendram igualmente, um conjunto de problemas que abrangem diferentes dimensões que conformam um elevado grau de complexidade para sua gestão. Entre os problemas ressaltam-se aqueles referentes a moradia;infra-estrutura de água/esgoto e a coleta e depósito do lixo;transportes;e questões ambientais que exigiriam uma administração e ações de âmbito metropolitano. Contudo, não existe na organização político administrativa do país a figura da autoridade de âmbito metropolitano — o governo metropolitano. A estrutura federativa do Brasil compreende três níveis de governo — a União, os estados e os municípios.Estes últimos na forma que dispõe a Constituição de 1988 são titulares de autonomia própria, portanto aparecem como titulares de personalidade política, com prefeitos eleitos. Esta

afirmação política dos governos locais, com ações próprias dificulta a existência de uma estrutura de coordenação pela atomização e diferenças de interesses conjugado a uma fragmentação que agrava-se pela competição pelos escassos recursos que não lhe foram destinados quando a descentralização proposta na constituição. Assim tem-se entre os 17 municípios da região metropolitana uma permanente e forte tensão proveniente das colisões e conflitos entre os interesses político-partidários, em muitos casos divergentes entre eles, e com o governo do Estado e da União de quem dependem para concretizar políticas urbanas, ambientais e sociais. A dependência das partes frente a União e governo do estado, que tem sua base na hipertrofia do executivo e na hipercentralização das decisões que conduz á política do clientelismo, tem mantido a metrópole em comando ao mesmo tempo atomizado pelos governos locais e centralizado na dependência aos níveis de governo do país e do estado federativo. Esta multiplicidade de comandos e de funções torna complexa a configuração de um ente de gestão metropolitano. Quando da criação, por lei, da figura da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1974 sua motivação foi a de configurar um tipo de solução institucional para o planejamento através de um organismo supra local de âmbito metropolitano mas integrado a administração do governo a nível estadual. Neste sentido, este nível de governo criou a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM) como entidade sob supervisão da Secretaria de Planejamento e Coordenação geral do Estado, com o objetivo de apoiar-lo tecnicamente (em termos de planejamento de território). O organismo foi extinto em 1990, no contexto da adoção de idéias neoliberais, e desde então não existe um outro órgão responsável pelo planejamento da região metropolitana. A Constituição de 1988 delegou ao nível de governo do estado federado, através da organização integrada entre os municípios constituintes o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. A integração não concretiza-se. como assinalado pelas razões expostas acima. Também, como consequência da maior autonomia dos governos locais a região metropolitana perdeu importância política.

Do ponto de vista funcional, podemos afirmar que a indeterminação/inexatidão do que é competência municipal e do que é estadual, bem como o enfraquecimento atual da entidade metropolitana, impedem que um planejamento integrado se realize efetivamente. Quando o nível de governo do estado federado assume várias funções de âmbito metropolitano, o núcleo da metrópole, a cidade do Rio de Janeiro predomina sobre as demais atraindo para si a maior parcela dos investimentos e ações públicas para a resolução de seus problemas em detrimento dos municípios periféricos. Em legislação complementar, de 1997, apresenta-se uma nova estrutura com características que apontariam para uma modalidade de governança. Nesta lei, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro será administrada pelo poder executivo do estado federado, que seria assistido por um Conselho Deliberativo constituído por 13 (treze) membros representantes, cujos nomes seriam submetidos ao poder Legislativo, e nomeado pelo governador, com mandato de dois

anos. Apesar da existência da lei, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro não possui gestão compromissada com essa realidade. Tendo em vista que o Conselho Deliberativo jamais foi instalado e as decisões mais importantes ficam nas mãos do poder Executivo sem ouvir o Legislativo, e outras são tomadas pelos prefeitos dos municípios.

Em termos de competências o nível de governo do estado federado, tendo a atribuição gestora da Região Metropolitana do Rio de Janeiro detêm a maior parte delas, mas os governos locais também tem determinadas funções, por vezes duplicando ações, gerando-se conflitos. Inicialmente podemos observar que como não existe um organismo metropolitano, será o nível de governo estadual que detêm a competência da função de coordenação e planejamento integrado inclusive do desenvolvimento econômico e social. Assim, o governo do Estado do Rio de Janeiro realizaria, exclusivamente, o planejamento integrado da Região Metropolitana e estabeleceria normas para o seu cumprimento e controle; coordenaria a execução dos programas e projetos de interesse metropolitano; estabeleceria, normas gerais sobre a execução dos serviços comuns de interesse metropolitano e o seu cumprimento e controle; exerceria as funções relativas à elaboração e supervisionaria da execução dos planos, programas e projetos relacionados às funções públicas e serviços de interesse comum, consubstanciado no Plano Diretor Metropolitano; promoveria, acompanharia e avaliaria a execução dos planos, programas e projetos, observados os critérios e diretrizes propostos pelo Conselho Deliberativo. Cabe salientar no entanto que além do Conselho Deliberativo não ter sido implantado, como assinalamos nunca existiu a configuração do Plano Diretor Metropolitano. Por seu turno, a coordenação e o planejamento integrado tem sido substituído por uma atomização de atividades e ações pontuais. Já a competência sobre transportes, apesar deste ser considerado de interesse metropolitano, não existe uma autoridade neste âmbito para seu planejamento e gestão. Muito recentemente (em 2003) configurou-se um Plano Diretor de Transportes Urbanos para a metrópole, e apenas no plano das idéias o governo do Estado, como anunciou em 2007, pensa em instalar uma Agência Metropolitana de Transportes, o que configuraria uma autoridade supra-local. O transporte por ônibus e vans/ kombis e taxis são de competência dos municípios, a quem cabe também melhorias na rede viária, apesar de vias expressas e estradas poder também ser de competência estadual e mesmo federal. O transporte ferroviário, metroviário e aquaviário é concedido a empresas privadas e fiscalizados pelo governo do estado.

A competência sobre abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto é do nível de governo estadual, mas muito recentemente (em 2007) parte da coleta de esgoto da cidade do Rio de Janeiro passou ao município. Observam-se tentativas de consórcio intermunicipais entre governos locais da área mais pobre da metrópole (Baixada Fluminense), para tentar resolver, principalmente, a questão da coleta de esgoto, enquanto que a competência sobre meio ambiente-poluição atmosférica e de corpos hídricos é do governo estadual, mas a coleta de resíduos sólidos é dos municípios, enquanto que sua

deposição em aterro sanitário volta a ser do estado o que tem provocado conflitos pois o depósito localiza-se na área pobre da metrópole.

Por fim, apesar da previsão de um Plano Diretor Metropolitano, este nunca foi efetivado, e a competência sobre ordenação territorial está atomizada pelos diferentes municípios. A cidade do Rio de Janeiro, núcleo da Metrópole, assim como os demais estão obrigados pela Constituição de 1988 a terem Planos Diretores, e assim tem feito. A cidade do Rio de Janeiro tem um Conselho de Planejamento Urbano (COMPUR) formado por representantes do governo e da sociedade civil, mas ao invés de ter caráter deliberativo como a princípio estabeleceu-se, passou a ser meramente consultivo, e ainda assim muito raramente é convocado a opinar. No mesmo caso, além do Plano Diretor o governo local aplica um Plano Estratégico, que na primeira versão definiu os “pontos fortes” para o desenvolvimento do município através de uma Assembléia de representantes do empresariado, governo e organizações da sociedade civil organizada. No entanto a sociedade civil organizada em associações para demandas e posicionamentos frente a este quadro espelha uma grande heterogeneidade e fragmentação de interesses na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A estrutura de representação dos interesses econômico-empresariais tem mantido seu peso político-econômico nas discussões, demandas, e seu papel nas decisões sobre os assuntos da metrópole, até porque conseguiram guardar certa homogeneidade e articulação nos seus interesses. Já a representação das camadas populares tem muitas vezes contestada suas representatividades e mostram uma maior atomização fragilizando suas demandas e reivindicações. Sua participação tem sido mais intensa nos fóruns de discussão (inclusive de Planos Diretores), de caráter consultivo, e não tem espaço, e não consegue obtê-lo quando dos processos decisórios, portanto deliberativos.

4 | A MODO DE CONCLUSÃO: ADMINISTRAÇÃO HIPERCONCENTRADA, QUESTÕES DE GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO PROBLEMÁTICO DO TERRITÓRIO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO

No escopo deste trabalho observamos que a tentativa de introdução das idéias-conceitos de governança, principalmente através do modelo de planejamento estratégico, e de algumas iniciativas de reforma da estrutura do Estado brasileiro encontram pela frente uma cultura político-administrativa centralizada, apoiada por fortes grupos de interesses econômicos, e ao mesmo tempo constituída por ações atomizadas quanto às políticas para o território. O caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro evidencia as dificuldades para a introdução do desenvolvimento sustentável e sua relação com a modalidade e dispositivos de governança.

O discurso da redução do papel do estado na economia desmonta um conjunto de organismos dedicados às dimensões da dinâmica metropolitana esvaziando o instrumento de planejamento territorial. O esfacelamento da Fundação para o Desenvolvimento da

Região Metropolitana do Rio de Janeiro, não repondo-se em seu lugar nenhum outro órgão e conduz a uma multiplicidade de comandos, através, do governo do estado e dos governos locais municipais. Esta multiplicidade de comandos mostra que a descentralização da estrutura político-administrativa do país pretendida, ainda que parcial não completa-se, e na verdade tem-se um movimento duplo simultâneo de desconcentração e concentração o que cria um alto grau de complexidade para a constituição de fórum e ações metropolitanas.

Assim, cada município da região metropolitana faz seu Plano Diretor, sem vislumbrar os problemas em comum com os vizinhos. O Plano Diretor, tendo sua base conceitual no modelo racional-funcionalista continua a ser elaborado visando a uma zoneamento urbano com a configuração de áreas de específicas que podem ser diferentes em cada município pois atendem em primeiro lugar os interesses do capital imobiliário, indústria e comércio, focam, também, a maior parcela dos investimentos em rede viária, que é de competência do governo local. O ordenamento do território metropolitano estará, assim sendo, demarcado por um mosaico de segmentos compartimentados.

A Agenda 21 apesar do discurso propositivo de integração “transversal” de ações, para o “desenvolvimento sustentável”, e ter como alvo de um âmbito mais abrangente — o Estado do Rio de Janeiro — e com base numa descentralização, na prática age pontualmente, prioriza o “local” sendo o todo apenas uma soma de partes reforçando o “mosaico” assinalado, e não dissolve a concentração de poder decisório nas mãos do governador do estado.

A estrutura de governo mantém uma hipercentralização no governador do Estado do Rio de Janeiro, e mesmo que os prefeitos dos municípios também exerçam a mesma hegemonia e centralização nos governos locais, como não tem recursos suficientes, repassado pela União e pelo Estado do Rio, tem que manter o tempo todo demandas reivindicatórias num permanente jogo onde misturam-se compadrio, subserviência, clientelismo, interesses político-partidários...Isto porque os recursos para elementos chave de sua funcionalidade como água/esgoto e transportes tem origem no orçamento da União, em maior parcela, e dos estados federados. Na esfera decisória, centralizada nos poderosos governadores e Presidente da República tem prevalecido os interesses econômico-empresariais sobre o social.

Um primeiro nível de ação, mais imediato que poderia dar a base de uma sustentabilidade está na relação entre as condições mínimas de vida e o meio ambiente, mas a não universalização do acesso a serviços de água/esgoto, e coleta de lixo, induz a uma degradação ambiental nas áreas de baixa renda (Jacobi 1988, Kleiman,2002). A não articulação de grande parcela da população à redes-serviços coloca-a fora da cidade legal/oficial, o que dificulta sua inserção em movimentos de discussão de políticas públicas, pois tem que privilegiar no seu dia-a-dia, a busca pela água e como descartar o esgoto. Dois importantes elementos que dariam base a sustentabilidade estão descartados: aqueles funcionais que garantiriam a qualidade do meio ambiente não se completam, pois grandes

áreas da metrópole tem problemas de abastecimento d'água, coleta e tratamento de esgoto; e aqueles da coesão social que estará fragmentada numa parcela não-incluída no mundo urbanizado e que tem dificuldades de participação por necessidades de sobrevivência e falta de uma esfera democrática. Por seu turno, têm-se que concertar, também, diferentes níveis de governo — estado e municípios. Isto esbarra no conflito de interesses político-partidários, e mesmo nas indefinições sobre competências — o que seria estadual, o que seria municipal, o que seria nacional .

Assim, no caso do Rio de Janeiro, onde a governança com sustentabilidade propõe a gestão integrada tem-se uma atomização de autoridades, níveis de governo (em geral conflitantes) e organismos para tratar de diferentes domínios (habitação, transportes, meio ambiente...). Onde necessita cooperação entre os diversos atores e a negociação para formação de consensos encontra dispersão de interesses, e hipercentralização nos governantes na formulação e decisões , autoritarismo e hegemonismo. Quando propugna descentralização e funções e ações, com coordenação e cooperação entre níveis de governo e intercomunidades, vê-se em face da centralização de recursos e decisões a nível supra-metropolitano e mesmo dependente de resoluções do Presidente da República. Percebe-se que o desenvolvimento do território metropolitano do Rio de Janeiro carece de uma configuração político-institucional que possibilite uma administração coerente com sua complexidade. A multiplicidade de interesses em um território fragmentado exigiria instituições de coordenação e integração; consórcios e cooperação intercomunais; colocar em coerência, através da participação com negociação as demandas da pluralidade dos atores; parcerias público-privadas; entre outras iniciativas. Enfim supor-se-ia uma redefinição de princípios de ação pública em torno de dispositivos de governança com sustentabilidade. Estes dispositivos permanecem, no Rio de Janeiro, em grande parte adstritos ao nível do discurso, ou quando postos em prática apresentam-se como mecanismos parciais, pontuais, não configurando um todo articulado. Estão presentes como pequenas “ilhas” num “oceano” de uma estrutura hipercentralizada, autoritária, com ações atomizadas para o desenvolvimento do território.

REFERÊNCIAS

Brand Peter. **La construcción ambiental del bienestar urbano. Caso de Medellín**, Colombia. Medellín: Revista Economía, Sociedad y Territorio, vol. III, n.9, p.p. 1-24, 2001.

Brand, Peter. **Los problemas y sus causas**. In Revista Paranaense de Desenvolvimento - Economía, Estado e sociedade n. 100 Curitiba: IPARDES, 2001 b.

Diniz, Eli & Boschi, Renato. **“O Corporativismo na Construção do Espaço Público”**, In Boschi, Renato (org.), Corporativismo e desigualdade. A Construção do Espaço Público no Brasil. Rio de Janeiro, Luperj/Rio Fundo, 1991.

Diniz, Eli. **“Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de Uma Nova Ordem no Brasil Dos Anos 0”** in Dados, 38 (3), 1995.

Diniz, Eli. **Governabilidade, governance e Reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma**”, Revista do Serviço Público, Ano 47, vol. 120, n.2, mai-ago, 1996.

Fiori, José Luís. ” **Ajuste, Transição e Governabilidade: O Enigma Brasileiro**” In Tavares, Maria da Conceição & Fiori, José Luís, Desajuste Global e Modernização Conservadora. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

Habermas, J. **The theory of communicative action**: Boston, Beacon Press, vol. 2, 1987.

Kleiman, Mauro. **Permanência e Mudança no Padrão de Alocação Sócio-espacial das Redes de Infra-estrutura Urbana no Rio de Janeiro — 1938 a 2001**. In: Cadernos IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, ano XVI n° 1 jan/jul, 2002.

Lake, Robert. **Contradictions at local scale: local implementation of Agenda 21 in the USA**. IN: LOW, Nicholas; GLEESON, Brendan; ELANDER, Ingemar and LIDSKOG, Rolf. Consuming cities: the urban environment in the global economy after the Rio Declaration. London: Routledge, p.p. 70-90. , 2000

Melo, Marcus André B. C. e Costa, Nilson R . **A Difusão das Reformas Neoliberais: Análise Estratégica, Atores e Agendas Internacionais**” in Contexto Internacional, vol. 17 n.1, janeiro/julho , 1995

SOBRE A ORGANIZADORA

JEANINE MAFRA MIGLIORINI - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em Tecnologia de Design de Interiores e em Tecnologia em Gastronomia pela Unicesumar; Especialista em História, Arte e Cultura, em Docência no Ensino Superior: Tecnologia Educacionais e Inovação e em Projeto de Interiores e Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educadora há treze anos, iniciou na docência nos ensinos fundamental e médio na disciplina de Arte. Atualmente é professora no ensino superior da Unicesumar. Arquiteta e urbanista, desenvolve projetos arquitetônicos. Escolheu a Arquitetura Modernista de Ponta Grossa – PR como objeto de estudo, desde sua graduação.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 110, 111, 112, 114, 115, 116, 121, 122, 123, 124, 125, 147, 148, 149

Adobe 26, 27, 30, 31, 32, 34, 35, 65, 66, 71, 72, 76, 77

Agrofloresta 94, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 108, 109

B

Bambu 94, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108

Bioconstrução 94, 100, 108

C

Calefação Solar 65, 66, 74

Caminhar 113, 143, 144, 146, 147, 151, 153, 154, 155, 156, 157

Centros históricos brasileiros 10, 1

D

Desigualdade social 126, 128, 137

E

Espaços Públicos 11, 11, 110, 111, 112, 113, 114, 120, 123, 124, 126, 127, 135, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 157, 159

Estratégia bioclimática 10, 79, 80

Exercício da cidadania 110, 114, 124

F

Filtro Automotivo 10, 79, 81, 87, 88, 89, 90, 91

G

Geobiologia 65, 66, 67, 78

I

Intervenção 10, 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 21, 22, 23, 25, 53, 63, 145, 152

Intervenções Urbanas 1, 2, 16, 159

J

Jardim vertical 10, 79, 81, 90, 91, 92

M

Maceió 10, 40, 41, 42, 43, 44, 49, 50, 51, 52

Memória Ferroviária 53, 62

Metrópoles 156, 160, 163

Modelos de administração 160

N

Núcleos operários 40

P

Participação popular 11, 126, 139, 140, 142

Patrimônio 9, 10, 1, 4, 7, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 34, 36, 37, 38, 40, 50, 51, 59, 61, 63, 131, 159

Patrimônio Histórico 10, 1, 4, 7, 16, 18, 22, 23, 24, 26, 27, 34, 36, 37, 38, 51

Patrimônio industrial 40, 51

Pedestre 11, 3, 143, 147, 151, 154, 155

Permacultura 94, 98, 104, 108, 109

Políticas institucionais 160

Preservação 9, 1, 4, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 36, 37, 38, 50, 51, 54, 63, 103, 109

Processos econômicos 126, 127, 128, 140

R

Revitalização e reabilitação 10, 53, 54, 62

Rio de Janeiro 11, 16, 24, 39, 52, 54, 55, 56, 61, 78, 92, 128, 130, 136, 141, 142, 144, 147, 155, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171

S

Sustentabilidade 10, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 79, 109, 153, 160, 161, 163, 164, 169, 170

T

Terra 30, 33, 52, 65, 66, 70, 71, 72, 73, 77, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 119, 129, 131, 134, 155, 171

Transeunte 11, 143, 149, 155

U

Usina de Creosotagem 10, 53, 54, 59, 60, 61, 62

V

Vidro Termorregulador 65

Arquitetura e Urbanismo: Soluções Precedentes e Aplicáveis a Problemas Atuais

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

Arquitetura e Urbanismo: Soluções Precedentes e Aplicáveis a Problemas Atuais

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020